



# PLANOMESO

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO  
INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO  
JEQUITINHONHA E MUCURI**

**2005**

**PLANOMESO - PLANO DE DESENVOLVIMENTO  
INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO  
MESOVALES JEQUITINHONHA E MUCURI**



**Presidente da República**  
**Luiz Inácio Lula da Silva**

**Ministério da Integração Nacional (MI)**  
Ministro da Integração Nacional: **Ciro Ferreira Gomes**

**MI - Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional**  
Secretário: **Antônio Carlos Filgueira Galvão**

**MI - Departamento de Planejamento de Desenvolvimento Regional**  
Diretor: **Henrique Villa da Costa Ferreira**  
Técnica: **Juliana Vilar Ramalho Ramos**

**MI – Secretaria de Programas Regionais**  
Secretário: **Carlos Augusto Grabois Gadelha**

**MI - Departamento de Programas das Regiões Sul e Sudeste**  
Diretor: **Rogério Oliveira de Castro Vieira**  
Técnico: **Romário Farney Pinheiro de Oliveira**

**Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)**  
Representante do IICA no Brasil: **Carlos Américo Basco**

**Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do São Francisco (FUNDEF)**  
Diretor Presidente: **Otoniel Pereira de Queiroz**  
Contadora: **Eliana de Freitas Soares**

**EQUIPE TÉCNICA:**

**UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros**  
**Pró-Reitoria de Extensão:** **Geraldo Antônio dos Reis**  
**PPGDS (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social)**  
Coordenadora: **Profa. Dra. Simone Narciso Lessa**  
**Prof. Dr. João Valdir Alves de Souza**  
**Prof. Dr. Luiz Antônio de Matos Macedo**  
**Cristina Maria Barroso**  
**Hebert Canela Salgado**  
**Walisson Klayton Ferreira de Oliveira**

**UNEB - Universidade Estadual da Bahia**  
**Pró-Reitoria de Extensão:** **Lourivaldo Valentim da Silva**  
**Profa. Dra. Liana Gonçalves Pontes Sodré**

**IVC - Instituto Vale do Cricaré – Faculdade Vale do Cricaré -ES**

**Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão:** José Fernandes Magnago de Jesus

**Agência de Desenvolvimento - AGÊNCIA MESOVALES**

Presidente: Maria do Carmo Ferreira da Silva

Núcleo Espírito Santo: Christine Valpassos Reuter Mota

Núcleo Bahia: Marinélia Dias Ramos Silva

Núcleo Minas Gerais: Heinrich Nicolaus Busselmann

**Consultores Técnicos:**

**Etnias**

Maria Geralda Soares

**Saúde**

Maria Ivanilde Pereira

**Gestão**

Maria do Carmo Ferreira da Silva

**Histórico-socioeconômico do Norte do Espírito Santo**

Eliezer Nardoto

**Mapas e Croquis**

Verônica Sabatino

**Apoio Logístico**

Charley Lopes Ribeiro

## SUMÁRIO

Relação de Quadros, Tabelas, Mapas e Figuras .....	7
Lista de Abreviaturas.....	10
1. APRESENTAÇÃO.....	15
2. MESORREGIÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.....	22
2.1. Planejamento e Participação.....	22
2.2. Desenvolvimento Mesorregional Integrado e Sustentável.....	25
3. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E FORMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DA MESORREGIÃO DO JEQUITINHONHA E MUCURI.....	35
3.1. O Processo de Ocupação .....	37
3.2. O Quadro Social .....	46
3.3. Etnia.....	52
3.4. Gênero .....	54
3.5. IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	56
3.6. Trabalho e Renda.....	59
3.6.1. Rendimento do Trabalho .....	65
3.6.2. Agricultura.....	68
3.6.3. Silvicultura .....	69
3.6.4. Pecuária .....	76
3.6.5. Indústria de Transformação.....	77
3.6.6. Indústria Extrativa Mineral.....	79
3.6.7. Pesca .....	80
3.6.8. Aqüicultura.....	81
4. PLANO DE AÇÃO .....	84
4.1. Introdução.....	84
4.1.1. Arranjos Produtivos Locais (APLs) .....	87
4.1.2. Produção Familiar .....	89
4.2. Trabalho e Renda.....	91
4.3. Turismo.....	101
4.3.1. Etnia.....	108
4.3.2. Identidade .....	110
4.3.3. Gênero .....	111
4.3.4. Gestão .....	112
4.3.5. Meio Ambiente.....	113
4.3.6. Infra-estrutura .....	114
4.3.7. Renda .....	115
4.4. Terra .....	118

4.5. Educação.....	124
4.5.1. Diferença e desigualdade no campo da educação .....	124
4.5.2. Índices de Escolaridade e de Alfabetização .....	128
4.5.3. Alfabetização .....	133
4.5.4. Escolaridade Conforme Anos de Estudo .....	135
4.5.5. Etnia, gênero e cidadania.....	136
4.5.6. Educação rural .....	138
4.5.7. Educação básica.....	139
4.5.8. Ensino superior .....	140
4.5.9. Gestão e valorização dos profissionais da educação .....	141
4.6. Meio Ambiente .....	143
4.6.1. Saneamento Ambiental.....	145
4.6.1.1. Água .....	145
4.6.1.2. Destino do Lixo .....	147
4.7 Saúde .....	149
4.7.1. Evolução da taxa de Fecundidade .....	150
4.7.2. Evolução da expectativa de vida ao nascer .....	153
4.7.3. Mortalidade Infantil.....	156
4.7.4. Assistência à Saúde .....	159
4.7.5. Etnia e Saúde .....	162
4.7.6. Proposições em Saúde: informações levantadas nas oficinas microrregionais da MESOVALES .....	162
4.7.6.1. Soluções apontadas pelos participantes das Oficinas e do Seminário.....	165
4.8. Infra-estrutura Mesorregional.....	168
4.9. Integração Mesorregional Sustentável .....	176
5. PROPOSTA DE GESTÃO DO PLANOMESO .....	180
5.1. O Fórum da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.....	182
5.2. Composição do Fórum .....	182
5.3. Organização do Fórum .....	184
5.4. Monitoramento e Avaliação .....	184
5.5. A Agência de Desenvolvimento.....	186
5.5.1. Definição Institucional .....	186
5.5.2. Abrangência.....	186
5.5.3. Núcleos da Agência .....	189
6. ANEXO	
PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO.....	190
6.1. Oficinas, Seminário e Audiência Pública para apresentação do Planomeso. 190	
6.1.1. Relatório Geral das Oficinas.....	190
6.1.2. Relatório Geral do Seminário.....	201
6.1.3. Relatório da Audiência Pública para Apresentação do Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri .....	210

6.2. Planilhas das Oficinas: Planilhas Temáticas Integralizadas do Diagnóstico Participativo.....	214
6.2.1. Trabalho.....	214
6.2.2. Turismo.....	218
6.2.3. Terra .....	222
6.2.4. Educação.....	224
6.2.5. Meio Ambiente.....	227
6.2.6. Saúde .....	231
6.2.7. Infra-Estrutura .....	233
6.3. Planilhas do Seminário: Propostas para o Plano de Ação Participativo.....	239
6.3.1. Trabalho.....	239
6.3.2. Turismo.....	249
6.3.3. Terra .....	253
6.3.4. Educação.....	263
6.3.5. Meio Ambiente.....	271
6.3.6. Saúde .....	279
6.3.7. Infra-Estrutura .....	284
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	 288

## RELAÇÃO DE QUADROS, TABELAS, MAPAS E FIGURAS

### RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro 1	Municípios da Região Mesovales.....	28
Quadro 2	População residente conforme cor ou raça. - Brasil, Unidade da Federação e Microrregiões, 2000.....	56

### RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1	Microrregião, Mesorregião, UF e Brasil: População Residente por Situação do Domicílio e TU, 2000.....	50
Tabela 2	Densidade demográfica. Brasil, Unidade da Federação, Mesorregião e Microrregiões, 2000.....	51
Tabela 3	População e taxa geométrica anual de crescimento. - Brasil, Unidade da Federação, Mesorregião e Microrregiões (1996-2000).....	53
Tabela 4	Distribuição da população conforme faixa etária. - Brasil, Unidade da Federação, Mesorregião e Microrregiões, 2000.....	54
Tabela 5	População residente conforme cor ou raça. - Brasil, Unidade da Federação e Microrregiões, 2000.....	55
Tabela 6	População residente conforme gênero e situação do domicílio. Brasil, Unidade da Federação e Microrregiões, 1991-2000.....	57
Tabela 7	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 2000.....	59
Tabela 8	Constituição da População Ocupada. Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2000.....	64
Tabela 9	Distribuição da População Ocupada por Setor de Atividade. Brasil e Mesovales, 2000.....	66
Tabela 10	Utilização das terras e principais produtos da agricultura e da silvicultura (e quantidade produzida, se significativa, no contexto regional). Municípios da Região Mesovales, segundo sub-região.....	71
Tabela 11	Empregados por Setor da Indústria de Transformação. Brasil e Mesovales.....	79
Tabela 12	Número de pescadores por microrregião. Mesorregião Jequitinhonha-Mucuri, 2000.....	83
Tabela 13	Número de aqüicultores por microrregião. Mesorregião Jequitinhonha-Mucuri.....	84
Tabela 14	Médias de desempenho em Matemática e Língua Portuguesa na 8ª série E.F.....	129
Tabela 15	Porcentagens de alunos acima dos níveis básico e recomendado em Matemática.....	130

Tabela 16	Porcentagens de alunos acima dos níveis básico e recomendado em Língua Portuguesa .....	130
Tabela 17	Índice de qualidade geral da educação, por região de planejamento.....	131
Tabela 18	Índices de alfabetização e escolaridade por municípios integrantes dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2000 .....	132
Tabela 19	Índice de alfabetização segundo municípios de cada Estado integrantes da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, 2000 .....	135
Tabela 20	Índice de escolaridade segundo municípios de cada Estado integrantes da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, 2002 .....	136
Tabela 21	Pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas. Microrregiões, 1991 e 2000 .....	137
Tabela 22	Taxa de escolaridade por anos de estudo. Microrregiões, 2000.....	138
Tabela 23	Domicílios com rede de abastecimento de água. Brasil, UF e Microrregiões, 2000.....	149
Tabela 24	Destino dado aos resíduos sólidos. Brasil, UF e Microrregiões, 2000.....	151
Tabela 25	Taxa de fecundidade dos municípios integrantes da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri nos anos de 1991 e 2000.....	153
Tabela 26	Esperança de vida ao nascer nos municípios integrantes da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri nos anos de 1991 e 2000 .....	156
Tabela 27	Mortalidade Infantil (até 01 ano de idade/1000 nascidos vivos) nos municípios integrantes da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri nos anos de 1991 e 2000 .....	159
Tabela 28	Número de leitos hospitalares da rede SUS. Brasil, UF e Microrregiões – Ano/Mês .....	163

## RELAÇÃO DE MAPAS

Mapa 1	Mesorregiões Diferenciadas .....	17
Mapa 2	Municípios da Região Mesovalés.....	27
Mapa 3	Semi-Árido Brasileiro e Mesovalés Jequitinhonha e Mucuri.....	32
Mapa 4	Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Microrregiões.....	50
Mapa 5	Percentual de pessoas “pobres” na população, por Município da Região Mesovalés, 2000 .....	58
Mapa 6	Nível da Ocupação (% da população ocupada em relação à “população em idade ativa” – PIA, com 10 anos ou mais de idade) por Município da Região Mesovalés, 2000.....	62
Mapa 7	Percentual de empregados registrados (com carteira profissional assinada) na população ocupada, por Município da Região Mesovalés, 2000 .....	64
Mapa 8	Percentual de pessoas “pobres” na população, por Município da Região MESOVALES, 2000 .....	67

Mapa 9	Remuneração mensal média dos empregados com carteira assinada, em salários mínimos, por Município da Região Mesovales, 2000.....	68
Mapa 10	Rendimento mensal médio das pessoas ocupadas, exceto empregados com carteira assinada, em salários mínimos, por Município da Região Mesovales, 2000 .....	69
Mapa 11	Região do Semi-árido .....	89
Mapa 12	Regionalização do Turismo no Brasil .....	104
Mapa 13	Regiões Turísticas Sudeste e Nordeste. Vales do Jequitinhonha e Mucuri.....	105
Mapa 14	Comparativo do Índice de Educação/IDHM - Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 1991 e 2000 .....	137
Mapa 15	Transporte hidroviário. Brasil.....	173
Mapa 16	Principais ferrovias brasileiras.....	174
Mapa 17	Rodovias Federais. Região Sudeste.....	177
Mapa 18	Rodovias federais e estaduais. Mesovales Jequitinhonha e Mucuri.....	178

## RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1	Organograma da Gestão do PLANOMESO.....	191
----------	---	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABASE.....	Associação Baiana de Supermercado
ADAB.....	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
Agência MESOVALES.....	Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri
AMA.....	Amigos do Meio Ambiente
AMAJE.....	Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha
AMEFA.....	Associação Mineira de Escolas Famílias Agrícolas
AMEJE.....	Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha
AMPD.....	Associação Mateense de Portadores de Deficiência
ANA.....	Agência Nacional das Águas
ANATEL.....	Agência Nacional de Telecomunicações
APA.....	Área de Preservação Ambiental
APL.....	Arranjo Produtivo Local
APRISA.....	Associação de Proteção do Ribeirão Santo Antônio
ARCO.....	Agência Regional de Comércio e Regionalização
ASA.....	Articulação no Semi-Árido Brasileiro
ASCONAVI.....	Associação de Catadores de Material Reciclável Vida Nova
BNH.....	Banco Nacional da Habitação
C/T&I.....	Ciência, Tecnologia e Inovação
CAPS.....	Centro de Atendimentos Psicossocial
CAV.....	Centro de Ciências Agroveterinárias
CEASA.....	Central de Abastecimento
CEPLAC.....	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CNRH.....	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CODEMA.....	Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental
CODEVALE.....	Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha
CPINDR.....	Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
CHESF.....	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
DESEMBANCO.....	Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
DLIS.....	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DSEI.....	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
DSTs.....	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EA.....	Educação Ambiental
EBDA.....	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário

ECC .....	Escola Comunitária de Campinas
EIA/RIMA .....	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
EMARC .....	Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC
EMATER.....	Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA.....	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG.....	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais
ETA .....	Estação de Tratamento de Água
ETE.....	Estação de Tratamento de Esgoto
FAEMG .....	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
FAFEID .....	Faculdades Federais Integradas
FAFIDIA .....	Faculdade de Filosofia e Letras
FENAT .....	Festival Nacional de Arte de São Mateus
FENORD .....	Fundação Educacional Nordeste Mineiro
FETAES .....	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
FJP .....	Fundação João Pinheiro
FLONA.....	Floresta Nacional
FUNAI.....	Fundação Nacional do Índio
FUNASA .....	Fundação Nacional de Saúde
FUNDEB .....	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDESF .....	Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do São Francisco
GESAC .....	Governo Eletrônico/Serviço de Atendimento ao Cidadão
IBAMA.....	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF .....	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMS .....	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDENE .....	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IDH.....	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M .....	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEF .....	Instituto Estadual de Florestas
IEL.....	Instituto Euvaldo Lodi
IES .....	Instituições de Ensino Superior
IFA.....	Instituto da Família
IGAM .....	Instituto Mineiro de Gestão das Águas

IICA .....	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCAPER.....	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA.....	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDI-MG.....	Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais
INFRAERO .....	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
IPEA .....	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN .....	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPSEMG .....	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
ITRA.....	Imposto Territorial Rural Ambiental
IVC .....	Instituto Vale do Cricaré
MCT .....	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA.....	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB.....	Movimento Democrático Brasileiro
MDS .....	Ministério do Desenvolvimento Social
MDSCF.....	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC .....	Ministério da Educação
MESOVALES .....	Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
MI.....	Ministério da Integração Nacional
MMA .....	Ministério do Meio Ambiente
MME.....	Ministério das Minas e Energia
MNU.....	Movimento Negro Unificado
MS .....	Ministério da Saúde
MST .....	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEA .....	Política Nacional de Educação Ambiental
NEAM .....	Núcleo de Educação Ambiental
NISAT .....	Núcleos Intermunicipais de Saúde do Trabalhador
ONG .....	Organização Não-Governamental
ONU .....	Organização das Nações Unidas
OSCIP.....	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIMC.....	Programa Um Milhão de Cisternas
PAB .....	Piso Ambulatorial Básico
PAN-LCD.....	Plano de Ação Nacional de Luta de Combate à Desertificação
PAS.....	Plano Amazônia Sustentável
PCCS .....	Plano de Cargos, Carreira e Salários

PCN .....	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCPR .....	Programa Combate à Pobreza Rural
PDA .....	Plano de Desenvolvimento Ambiental
PDI.....	Plano Diretor de Investimentos
PDITS .....	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDR .....	Plano de Desenvolvimento Regional
PDSA .....	Plano de Desenvolvimento do Semi-Árido
PDU .....	Plano de Desenvolvimento Urbano Participativo
PEA.....	População Economicamente Ativa
PETROBRÁS .....	Petróleo Brasileiro SA
PIA.....	População em Idade Ativa
PIB.....	Produto Interno Bruto
Plano SALTE.....	Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
PLANOMESO.....	Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Mesovales Jequitinhonha e Mucuri
PLAVALÉ .....	Plano Diretor de Recursos Hídricos
PNATE .....	Programa Nacional de Apoio Transporte Escolar
PND .....	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR .....	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUD .....	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PORTOCEL .....	Terminal Especializado de Barra do Riacho
PPA.....	Plano Plurianual
PPI .....	Programação Pactuada e Integrada
PPP .....	Parceria Público-Privada
PROAMBIENTE.....	Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural
PRODETUR.....	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROEB .....	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
PROERD .....	Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência
PROMESO .....	Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais
PRONAF .....	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAGER.....	Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda
PSF .....	Programa de Saúde da Família
PSI .....	Programa de Saúde Indígena
RAIS.....	Relação Anual de Informações Sociais
RPPN .....	Reserva Particular do Patrimônio Natural

RS .....	Resíduos Sólidos
RURALMINAS.....	Fundação Rural Mineira
SAEB.....	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAMU.....	Serviço de Atendimento Médico de Urgência
SEBRAE.....	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC .....	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI .....	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR.....	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN.....	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SESC.....	Serviço Social do Comércio
SIH/SUS .....	Sistema de Informações Hospitalares do SUS
SIMAVE.....	Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública
SISNAMA .....	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SPIR.....	Secretaria Especial de Políticas da Igualdade Racial
SPRI.....	Secretaria de Políticas Regionais Integradas
SRH .....	Secretaria de Recursos Hídricos
SUDENE .....	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS.....	Sistema Único de Saúde
TFD.....	Tratamento Fora do Domicílio
TVA.....	Tennessee Valley Authority
UC.....	Unidade de Conservação
UF .....	Unidade da Federação
UFBA .....	Universidade Federal da Bahia
UFES .....	Universidade Federal do Espírito Santo
UFVJM.....	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNEB .....	Universidade Estadual da Bahia
UNIMONTES.....	Universidade Estadual de Montes Claros
UNIPAC .....	Universidade Presidente Antônio Carlos
ZEE.....	Zoneamento Ecológico-Econômico
ZPE.....	Zonas de Processamento de Exportação

## 1. APRESENTAÇÃO

O PLANOMESO - Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Mesovales Jequitinhonha e Mucuri tem como objetivo traçar diretrizes, apontar programas e ações no âmbito das políticas públicas mesorregionais. Este Plano é um instrumento de readequação de mecanismos institucionais e financeiros empreendido pelo Ministério da Integração Nacional (MI), que busca estabelecer uma gestão do desenvolvimento a partir de novas formas de territorialização numa perspectiva regional e local, de acordo com a política do Governo Federal, que elegeu o desenvolvimento regional como um dos principais objetivos do Plano Plurianual 2004-2007, e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A retomada da questão da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional como prioridade na agenda do Governo responde à demanda de redução das disparidades sociais e regionais, convergindo para a necessidade de uma ação planejadora efetiva de forma diferenciada, buscando a inclusão da sociedade civil no processo de planejamento.

O desafio da PNDR é, portanto, vir a estruturar uma política pública com os chancelados poderes constituídos, dos entes federados e das forças sociais que animam a vida política brasileira. A política está voltada para a redução das desigualdades regionais e também para a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras. O ponto central da estratégia é valorizar a magnífica diversidade regional do país. Diversidade essa que se desdobra em múltiplas dimensões – ambiental, socioeconômica e cultural – e é capaz de servir de base a um desenvolvimento inclusivo e sustentável, levando, dessa forma, à estruturação de uma sociedade mais justa.

A PNDR resgata os objetivos institucionais do Ministério da Integração Nacional, repõe a Política de Desenvolvimento Regional entre as prioridades do planejamento estratégico nacional e – o que tem sido de mais importante – estimula as diferentes áreas de atuação do Governo Federal a um esforço de convergência com os estados, os municípios e a sociedade civil organizada (Ministro da Integração Nacional 2004)<sup>1</sup>.

Outro mecanismo importante desta política é a instalação da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, composta por 23 Ministérios e Secretarias

---

<sup>1</sup> Ministro Ciro Gomes. “Um Desafio Nacional” in: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. PPA 2004-2007. Brasília-DF, Ministério da Integração Nacional, 2004.

Especiais, inaugurando uma perspectiva inédita no país que consiste na articulação transversal das ações governamentais focalizadas no Desenvolvimento Regional, visando à articulação sinérgica entre as distintas esferas de governo em sub-regiões e territórios prioritários.

De acordo com a primeira agenda da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional divulgada pelo Ministério de Integração Nacional, no início de setembro de 2005: todas as iniciativas têm como meta incentivar o dinamismo econômico, melhorar a infra-estrutura econômica e social e fomentar a organização social e institucional das áreas que são alvo desse trabalho conjunto. Participam do projeto cinco mesorregiões diferenciadas, nove espaços no semi-árido nordestino e seis cidades gêmeas, na Faixa de Fronteira. Para todas as áreas há programas de desenvolvimento regional integrado entre os ministérios nas diferentes áreas: saúde, educação, meio ambiente, agricultura, comunicações e outros. São elas:

- No Semi-árido nordestino as ações concentram-se em São Raimundo Nonato (PI), no médio e baixo Jaguaribe (CE), no Vale do Açu (RN), Sousa-Piancó (PB), Sertão do Moxotó (PE), Santana do Ipanema (AL), em Sergipana do Sertão do São Francisco (SE), Brumado, Bom Jesus da Lapa e Guanambi (BA), e Serra Geral/Janaúba (MG).
- As cinco mesorregiões diferenciadas abrangem o Alto Solimões, a Chapada do Araripe, os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a Grande Fronteira do Mercosul e a Metade Sul do Rio Grande do Sul. Na Faixa de Fronteira, as cidades gêmeas beneficiadas são: Tabatinha/Letícia, Ponta Porã/Pedro Juan Caballero, Dionísio Cerqueira e Barracão/Bernardo de Irigoyen, Uruguaiana/Passo de los Libres e Santana do Livramento/Rivera.

Buscando a construção de instrumentos norteadores dos investimentos e políticas públicas nas escalas regionais propostas pelo governo, o PLANOMESO foi construído de forma participativa no âmbito do PROMESO (Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais). O PROMESO foi criado pelo MI com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável, promovendo políticas de integração, buscando reduzir disparidades regionais.

Para a concretização do Programa, o território nacional foi dividido em mesorregiões, tornando possível o desenvolvimento de um trabalho de cooperação e de otimização de esforços. As mesorregiões envolvem municípios que apresentam características comuns em

termos culturais, ambientais, econômicos e sociais: mesorregiões ou espaços sub-regionais, locais, estaduais ou de confluência entre dois ou mais estados, ou de fronteira com países vizinhos, propícios ao desenvolvimento de atividades produtivas e de cooperação, objetivando o desenvolvimento regional com equidade e sustentabilidade.<sup>2</sup>

### Mapa 1 - Mesorregiões Diferenciadas

Conheça outras Mesorregiões Diferenciadas



Fonte: Ministério da Integração Nacional

A implementação do PROMESO tem como objetivos:

- permitir a identificação dos problemas específicos de espaços regionais diferenciados para melhor efetivação de políticas públicas sobre os mesmos;
- viabilizar a participação efetiva de atores como sujeitos de desenvolvimento da comunidade;
- facilitar a atuação integrada entre administrações municipais, estaduais e federais;
- fomentar a formação de parcerias entre setores governamentais, não governamentais e privados, cuja atuação tenha abrangência mesorregional; e
- possibilitar o acompanhamento e a avaliação das intervenções.

A Política de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri faz parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e é,

---

<sup>2</sup> BRASIL. Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Programas Regionais Integrados-SPRI s.d. (1999)

neste momento, prioridade do PROMESO. Ela está voltada para o estímulo da organização social em bases sub-regionais, uma vez que somente a sociedade local mobilizada é capaz de garantir estratégias de longo prazo de desenvolvimento endógeno e sustentável. Estimula, também, a dinamização econômica das sub-regiões, tendo, como premissa, a constatação de que somente os protagonistas locais podem transformar os círculos viciosos de atraso e subdesenvolvimento em círculos virtuosos de dinamização, crescimento e inclusão social.

O desenvolvimento econômico ocorreu de maneira desigual no contexto histórico-geográfico brasileiro. Esses desequilíbrios manifestam-se em diferentes dimensões regionais. A experiência internacional mostra que os desequilíbrios regionais não se solucionam espontaneamente, e, por isso, há necessidade de uma articulação estado-sociedade para fomentar a mobilização dos recursos produtivos das áreas menos dinâmicas e, dessa maneira, atenuar as disparidades.

O conceito de integração nacional, por seu turno, ao promover o fortalecimento de vínculos entre as diferentes partes que constituem o território do país, implica a necessidade de redução desses desequilíbrios – o que requer a maior ação regional possível. Uma forma de planejar é definir unidades de planejamento, escalas, daí a classificação em macro, meso ou microrregiões – são escalas de ação regional.

Além disso, integração e desenvolvimento sustentável pressupõem o desenvolvimento econômico e social, na busca da realização plena da cidadania e, portanto, com incremento da produção com competitividade e equidade econômica e social entre as regiões, contemplando o acesso à infra-estrutura logística e à saúde, educação, terra e trabalho em um meio ambiente saudável. A integração e o desenvolvimento regional incorporam exigências associadas à melhoria da qualidade de vida, à qualificação do trabalho, ao desenvolvimento científico e tecnológico e, principalmente, o respeito à diversidade cultural e espacial, conferindo legitimidade à busca de equidade étnico-social.

O desenvolvimento regional sustentável pressupõe a sustentabilidade ambiental, com uso racional dos recursos naturais e a gestão dos recursos hídricos e dos ecossistemas para o benefício das gerações presentes e futuras. Para tanto, deve ser feito um investimento efetivo no capital social mesorregional, no sentido de desenvolver tecnologias sociais inovadoras, sem perder de vista o potencial de suas tradições e riqueza cultural. As parcerias devem se realizar através da criação de redes socio-técnicas de colaboração e solidariedade que promovam as potencialidades locais de forma sinérgica e com equidade.

A construção do Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável Mesorregional parte de suas bases territoriais, sociais, de forma participativa, através de um sistema representativo composto por delegados territoriais, escolhidos democraticamente e trabalhando juntos em três oficinas e um seminário, realizados nos três estados que compõe a mesorregião: Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. Estes sujeitos são partícipes, juntamente com uma equipe técnica composta de especialistas, na identificação, priorização e encaminhamento das demandas locais que apontem as potencialidades e problemas, permitindo o uso intensivo dos recursos, cujo atendimento ocorre por meio de programas e ações governamentais.

Partindo deste princípio territorial, as decisões devem ter como objetivos programas de integração mesorregional que busquem construir o presente de forma a garantir qualidade de vida para as populações locais desta geração e das gerações futuras – Sustentabilidade. Nesses programas, o associativismo e o cooperativismo serão apoiados como alternativa e fortalecimento dos agentes produtivos locais com viabilidade de inserção em arranjos e cadeias produtivas, gerando escala de mercado e potencializando a organização social para o Desenvolvimento Sustentável. Inclui-se ainda, neste esforço, o provimento da infra-estrutura necessária à dinamização socioeconômica da região, com prioridade para obras acessórias que não encontram oportunidade em programas setoriais de maior porte, bem como a viabilização de empreendimentos emergentes por meio da facilitação do acesso a financiamento a baixo custo como, por exemplo, os fundos constitucionais e as agências nacionais de fomento.

Um programa importante neste processo, e central no Plano, como fator de segurança social e de qualidade de vida, é o estímulo aos sistemas e Arranjos Produtivos Locais (APLs)<sup>3</sup> como instrumentos de dinamização econômica em espaços territoriais determinados.

Objetiva-se, portanto, a criação de emprego e a desconcentração da renda por meio da inclusão social e do crescimento, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, bem como a dinamização do mercado

---

<sup>3</sup> Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações territoriais formadas por empresas agrupadas em torno de uma determinada atividade produtiva, através das quais se enfatiza o papel desempenhado pelos relacionamentos – formais e informais – entre empresas e demais instituições envolvidas. As firmas compartilham uma cultura comum e interagem, como um grupo, com o ambiente sociocultural local. Essas interações, de natureza cooperativa e/ou competitiva, estendem-se além do relacionamento comercial e tendem a gerar, afora os ganhos de escala, economias externas associadas à socialização do conhecimento e à redução dos custos de transação. Nesses sistemas, as unidades produtivas podem ter atividades similares e/ou complementares, nas quais predomina a divisão do trabalho entre os seus diferentes participantes: empresas produtoras de bens e serviços, centros de pesquisa, centros de capacitação e treinamento, instituições de crédito e unidades de pesquisa e desenvolvimento públicas e privadas (BR-MI-2004).

de consumo de massa e viabilização da expansão competitiva das atividades superadoras da vulnerabilidade externa.<sup>4</sup>

De acordo com a PNDR, as ações estão nas instâncias sub-regionais. Os Programas Mesorregionais atribuem à mesorregião a qualidade de unidade de articulação das ações federais nas sub-regiões, acoplando-se a elas espaços institucionais de concertação a essa escala, como fóruns e agências de desenvolvimento, conforme arranjos estabelecidos pelos protagonistas sub-regionais que resguardando a equidade estabelece a partir de uma construção participativa a escala de ação a mesorregião.

No caso da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, houve um primeiro momento caracterizado pelo esforço de mobilizar os representantes de órgãos públicos municipais, estaduais e federais, das associações microrregionais, das autarquias e fundações, da iniciativa privada e do terceiro setor, dos movimentos sociais, dos sindicatos e dos partidos políticos, para a formação de uma agência de desenvolvimento. Em 03 de setembro de 2002, na cidade de Teófilo Otoni-MG, aconteceu o I Encontro Regional para Criação da Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. O evento contou com a participação de um público estimado em 200 (duzentas) pessoas, entre as quais mais de 50 (cinquenta) prefeitos municipais mineiros. Além dos representantes municipais, marcaram presença: o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), a EMATER/MG, Banco do Nordeste, as associações de municípios mineiros do Jequitinhonha e do Mucuri, entre outros. Nesse encontro, formou-se um Comitê Gestor Provisório para o Fórum, tendo sido indicado para presidi-lo o Sr. Marcos Josealdo Lemos, prefeito da cidade de Carbonita, Minas Gerais.

Nos dias 30 e 31 de janeiro de 2003, aconteceu, em Araçuaí-MG, o I Encontro Mesorregional para a criação da Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Esse encontro, que significou um importante marco para a efetivação do Programa, contou com a presença dos integrantes do Comitê Gestor Provisório, da equipe técnica da UNIMONTES<sup>5</sup> e diversos atores mobilizados em encontros anteriores. Representantes de toda a mesorregião, cerca de 250 (duzentas e cinquenta pessoas), foi decidido, por unanimidade, que a Agência deveria ser definida em moldes institucionais como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

---

<sup>4</sup>BRASIL. Ministério da Integração Nacional: Programas de Desenvolvimento Regional, PPA 2004-2007.

<sup>5</sup> Equipe que assessorava o processo de criação da agência.

Em 25 de março de 2003, o Comitê Gestor Provisório do Fórum de Desenvolvimento reuniu-se em Pinheiros-ES, definindo o estatuto a ser submetido à Assembléia Geral de Fundação da Agência, que aconteceu em Teófilo Otoni-MG, no dia 11 de abril de 2003. Essa Assembléia, que contou com aproximadamente 350 (trezentas e cinquenta) pessoas: credenciou os sócios fundadores, em número de 247 (duzentos e quarenta e sete); aprovou o estatuto; elegeu os conselhos administrativos da Agência; escolheu o município de Araçuaí-MG para ser sua sede; e aprovou a denominação da Agência que passou a chamar-se Agência MESOVALES (Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri). A Agência configura-se, no contexto deste plano, como agente mobilizador do processo de sua construção.

Em conformidade com a perspectiva de construir um plano de desenvolvimento mesorregional, fundamentado nos princípios acima descritos, e aproveitando as diferenças e possibilidades de parcerias, em março de 2005 foi assinado o contrato para a elaboração do PLANOMESO entre o IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura) e a FUNDESF (Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do São Francisco), sendo confirmada a equipe técnica composta por professores e pesquisadores da UNIMONTES (Universidade Estadual de Montes Claros/MG), UNEB (Universidade Estadual da Bahia/BA) e IVC (Instituto Vale do Cricaré/ES), sob a coordenação da UNIMONTES.

A elaboração deste Plano contou com cinco etapas: a primeira, elaboração da metodologia e de um diagnóstico de subsídios ao PLANOMESO pela equipe técnica; a segunda, oficinas, elaboração do diagnóstico participativo e eleição dos delegados nos três estados; a terceira, elaboração da primeira versão do plano; a quarta, o seminário de elaboração participativa do plano de ação, reelaborando o documento da fase anterior com a participação dos delegados; a quinta etapa consistiu na apresentação do Plano à sociedade no Fórum composto naquele momento pelos delegados e coordenado pela Agência Mesovales.

A metodologia foi elaborada com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que aponta a mesorregião como o campo de ação e a necessidade da inclusão da sociedade civil e do poder público local no processo de desenvolvimento. Daí optarmos pela metodologia do DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável), por entendermos que seria a forma simples e adequada aos propósitos democráticos da PNDR.

## 2. MESORREGIÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

### 2.1. Planejamento e Participação

O Planejamento é um instrumento de gestão do processo de ordenamento econômico e territorial que se consolidou, no ocidente, com a crise da década de 30, no século XX, e o colapso do Estado Liberal não intervencionista. O Planejamento, como forma de geração de prosperidade e ordem, se propagou pelo mundo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. A necessidade de instrumentalização do Estado que passou, através das políticas públicas setoriais, a agente estruturador das questões sociais e econômicas, levou a implementação e constante reavaliação do campo do planejamento.

No Brasil, no entanto, já na década de 40, o Estado Novo de Vargas promove as primeiras iniciativas planejadoras e de políticas públicas e previdenciárias. O modelo no qual os primeiros planejadores brasileiros se basearam foi o *New Deal* – EUA. O Vale do São Francisco nordestino e o Vale do Paraíba, que nas décadas de 30-40 eram regiões deprimidas e decadentes, foram os primeiros alvos do planejamento estatal vargista. Grandes investimentos foram carreados para o Vale do Paraíba, implementando o processo de concentração de capital no “*core*” – ou coração do capitalismo – que, naquele momento, emergia no Brasil o eixo Rio-São Paulo.

O nordeste sãofranciscano ganhará investimentos no padrão do Tennessee, TVA – Tennessee Valley Authority, com a construção da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), por exemplo, culminando, posteriormente na década de 50, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A ação planejadora do estado brasileiro se avolumou nas décadas seguintes em ambas as escalas territoriais citadas, atrelada a planos nacionais de desenvolvimento, Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), Plano de Metas, Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) I e II, assim como os planos de criação das metrópoles nacionais os PMDI – Planos Metropolitanos de Desenvolvimento Integrados metropolitanos, na década de 70, planos diretores urbanos, nas cidades com mais de 20 mil habitantes, etc.

O planejamento no Brasil começa na Ditadura Vargas e floresce na Ditadura Militar. Não é mera coincidência que este processo ganhe fôlego em momentos de exceção, com o autoritarismo controlando o aparelho de Estado. O Planejamento é um instrumento eficaz, mas não se apresentava como uma via democratizante (LESSA, 2001).

Costumamos dizer que o planejamento no Brasil não funcionou e não funciona, que os planos são apenas tinta no papel. Naquilo que se propunha, atender as necessidades do capital, principalmente no “core” do capitalismo brasileiro, área de concentração, ele foi eficaz. Basta ver o Estado de São Paulo. Entretanto, é olhando para áreas de sucesso, ou mesmo para as franjas das redes construídas para atendê-lo, que percebemos o óbvio: este padrão de ordenamento da forma como foi implementada no Brasil é excludente e segregativo. Onde está o problema?

Já na década de 70, movimentos populares passaram a pressionar por políticas públicas sociais territoriais e de infra-estrutura urbana participativas. As associações de bairro e outros movimentos são importantes agentes políticos de crítica ao planejamento no início da década de 80. A Ditadura caminhava para o fim e os planejadores trabalhavam com furor em meados dos 80. Alguma coisa ainda estava errada, pois, mesmo as políticas apontadas nos planos voltadas para a mitigação de problemas sociais (desde 70 - BNH, por exemplo) minguavam, pareciam deslocadas de contexto. O modelo burocrático-autoritário se esgotava, pois mesmo as políticas expressamente de cunho social pareciam deslocadas. Não eram assimiladas nem mesmo pelos agentes públicos que supostamente as tinham construído.

O processo constituinte do final da década de 80, num contexto democrático, aponta uma nova linha de trabalho calcada na crítica ao planejamento meramente técnico, de gabinete, descontextualizado – a participação popular. Esta linha já vinha sendo gestada nas “administrações participativas” do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), no início da década dos 80, crítica ao tecnicismo. A Constituição de 1988 ancorou as políticas públicas em processos participativos e de consulta popular, instituindo a audiência pública, os conselhos, os planos de ordenamento territorial etc. As leis regulamentadoras dos artigos da Constituição reforçam a importância dos processos participativos. Uma vez apontado o caminho da participação democrática popular, alguns governos passaram a desenvolver métodos e processo de gestão participativa.

Nas últimas décadas, buscamos alternativas à perspectiva concentradora e descontextualizada que o planejamento tecnicista têm produzido para o desenvolvimento. Buscamos novas formas de desenvolvimento menos excludentes, menos predatórias dos recursos naturais, geradoras de sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental. Portanto, tem-se buscado a sustentabilidade da própria democracia no país. Para tanto, propomos, neste processo de construção do Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Mesovales Jequitinhonha e Mucuri, avançar na elaboração de uma

metodologia para a ação planejadora que imprima eficácia social e ambiental ao produto final, procurando contextualizá-lo, apontando, junto com as bases mesorregionais, programas e ações a partir de um processo participativo.

Diferentemente daquele planejamento que acredita que as pessoas que vivem no lugar, que têm a sua história ali, não estão capacitadas a saber do que precisam, quais os seus problemas, ou mesmo que elas somente são capazes de reclamar, reivindicar, sem terem a capacidade propositiva, apostamos no contrário. Somadas as competências de uma equipe técnica com a experiência e a capacidade técnicas dos agentes locais, podemos fomentar a principal potencialidade de qualquer região, ou seja, seu capital social, ou seja, todo o potencial socioambiental local.

Trabalhamos, neste plano, com a metodologia DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável). De acordo com Augusto de Franco:

No Brasil a experiência de maior dimensão, desde o final da década passada, é o chamado DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Diferentemente de outras metodologias de promoção do desenvolvimento local, o DLIS é, fundamentalmente, uma estratégia de investimento em capital social. Essa estratégia é aplicada por meio de tecnologias sociais inovadoras de articulação de redes e de efetivação de processos democráticos-participativos em escala local. [no caso, nossa escala é mesorregional]

Os passos da metodologia do DLIS são os seguintes:

- 1) Cada localidade faz um diagnóstico participativo para conhecer sua realidade, identificar os seus problemas e descobrir suas vocações e potencialidades. [oficinas]
- 2) A partir desse diagnóstico, é feito, também de modo participativo, um plano de desenvolvimento. [seminário]
- 3) Desse plano é extraída uma agenda com ações prioritárias que deverão ser executadas por vários parceiros: comunidade local, prefeitura, governo estadual, governo federal, empresas e organizações da sociedade civil.
- 4) Tudo isso é organizado por um fórum democrático, formado por líderes locais.
- 5) Essas lideranças participam de um processo de capacitação para a gestão comunitária empreendedora do processo de desenvolvimento. (FRANCO, 2004 p, 15 e 16).

Acreditando que quem aposta no desenvolvimento comunitário aposta na democracia e gera eficiência e maior eficácia social no campo das políticas públicas, adotamos essa abordagem de uma construção não apenas técnica e acadêmica do Plano, mas sinérgica, com a

participação ativa dos sujeitos que constroem a história da mesorregião e, portanto, têm que protagonizá-la.

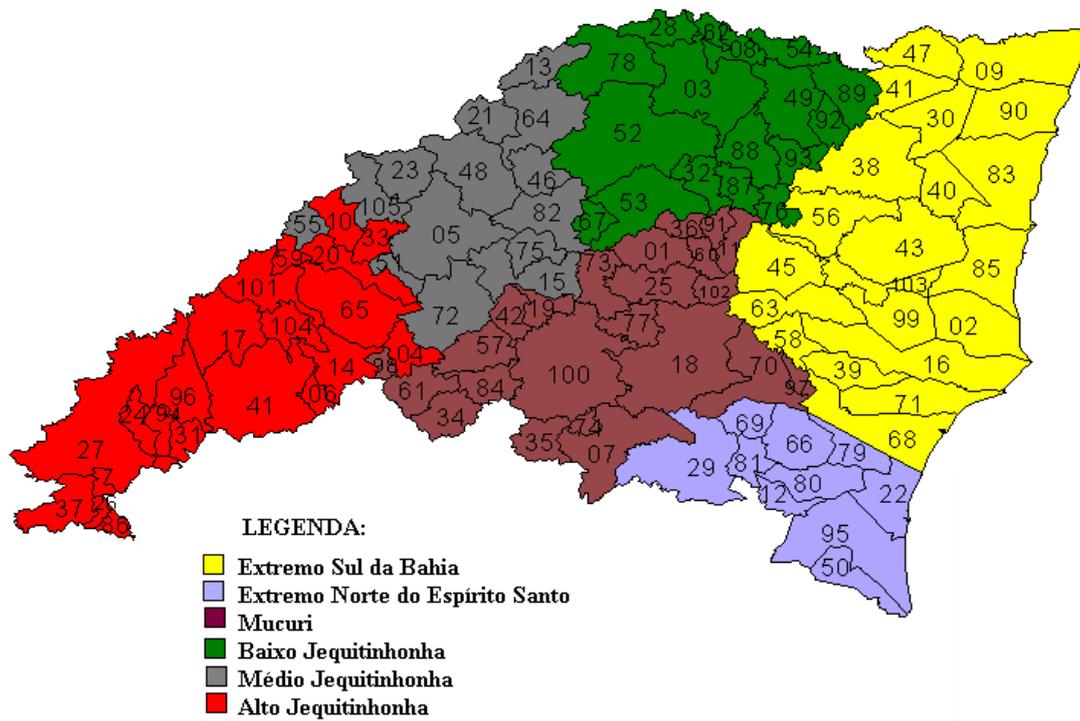
## **2.2. Desenvolvimento Mesorregional Integrado e Sustentável**

Apesar do uso corrente, região é um conceito que nos remete a escalas diferenciadas. Em decorrência desses recortes diferenciados, uma região pode se referir a uma pequena localidade, às divisões de planejamento de um estado ou país ou, ainda, a um conjunto de países. Para o foco do que aqui nos interessa, basta destacar que historicamente (1970) o país foi dividido em cinco grandes regiões geográficas (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e que estados como Minas Gerais foram divididos em regiões de planejamento, sendo que, nesse caso, a divisão em vigor foi recortada em 1992.

No novo contexto de intervenção regional do Ministério da Integração Nacional, foram recortadas as mesorregiões, que estão numa posição intermediária entre as macro e as microrregiões estabelecidas pelo IBGE. Por essa divisão regional o Vale do Jequitinhonha, antiga região VII de Planejamento, passou a compor com o Vale do Mucuri a região IX, abrangendo as microrregiões geográficas de Almenara, Araçuaí, Capelinha, Diamantina, Nanuque, Pedra Azul e Teófilo Otoni. Microrregiões do Jequitinhonha mineiro que, juntamente com as microrregiões de Porto Seguro, na Bahia, e de Montanha e São Mateus, no Espírito Santo, passaram a compor a Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

A Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri é composta por cento e cinco municípios, sendo setenta e quatro no estado de Minas Gerais, dez no estado do Espírito Santo e vinte e um no estado da Bahia. A área de abrangência é de aproximadamente 106 mil km<sup>2</sup>, envolvendo uma população de cerca de 1,9 milhão de pessoas. O mapa 2 e o quadro 1 a seguir mostram o conjunto desses municípios.

Mapa 2 - Municípios da Região Mesovalés



Fonte: Elaboração própria.

**Quadro 1 - Municípios da Região Mesovales**

1. Águas Formosas	38. Guaratinga	75. Padre Paraíso
2. Alcobaça	39. Ibirapuã	76. Palmópolis
3. Almenara	40. Itabela	77. Pavão
4. Angelândia	41. Itagimirim	78. Pedra Azul
5. Araçuaí	42. Itaipé	79. Pedro Canário
6. Aricanduva	43. Itamaraju	80. Pinheiros
7. Ataléia	44. Itamarandiba	81. Ponto Belo
8. Bandeira	45. Itanhem	82. Ponto dos Volantes
9. Belmonte	46. Itaobim	83. Porto Seguro
10. Berilo	47. Itapebi	84. Poté
11. Bertópolis	48. Itinga	85. Prado
12. Boa Esperança	49. Jacinto	86. Presidente Kubitschek
13. Cachoeira de Pajeú	50. Jaguaré	87. Rio do Prado
14. Capelinha	51. Jenipapo de Minas	88. Rubim
15. Carai	52. Jequitinhonha	89. Salto da Divisa
16. Caravelas	53. Joáima	90. Santa Cruz Cabralia
17. Carbonita	54. Jordânia	91. Santa Helena de Minas
18. Carlos Chagas	55. José Gonçalves de Minas	92. Santa Maria do Salto
19. Catuji	56. Jucuruçu	93. Santo Antonio do Jacinto
20. Chapada Do Norte	57. Ladainha	94. São Gonçalo do Rio Preto
21. Comercinho	58. Lajedão	95. São Mateus
22. Conceição da Barra	59. Leme do Prado	96. Senador Modestino Gonçalves
23. Coronel Murta	60. Machacalis	97 Serra dos Aimorés
24. Couto de Magalhães de Minas	61. Malacacheta	98. Setubinha
25. Crisólita	62. Mata Verde	99. Teixeira de Freitas
26. Datas	63. Medeiros Neto	100. Teófilo Otoni
27. Diamantina	64. Medina	101. Turmalina
28. Divisópolis	65. Minas Novas	102. Umburatiba
29. Ecoporanga	66. Montanha	103. Vereda
30. Eunápolis	67. Monte Formoso	104. Veredinha
31. Felício dos Santos	68. Mucuri	105. Virgem da Lapa
32. Felisburgo	69. Mucurici	
33. Francisco Badaró	70. Nanuque	
34. Franciscópolis	71. Nova Viçosa	
35. Frei Gaspar	72. Novo Cruzeiro	
36. Fronteira dos Vales	73. Novo Oriente de Minas	
37. Gouvêa	74. Ouro Verde de Minas	

Para pensarmos a questão do desenvolvimento sustentável para a mesorregião, tomamos como referência a discussão feita num dos mais recentes e mais consistentes estudos

feitos sobre desigualdades regionais e desenvolvimento sustentável relativos ao Vale do Jequitinhonha. Discutiremos, a seguir, o que entendemos por desenvolvimento regional sustentável. Segundo Matos:

Freqüentemente, a desigualdade regional é apontada como sendo o resultado de diferenciais econômicos e sociais inter-regionais, decorrentes das distintas capacidades das regiões de atrair mais ou menos investimentos. Tais evidências refletir-se-iam nas dinâmicas internas regionais, aludindo ao processo de formação das desigualdades regionais. Por outro lado, a mensuração da desigualdade regional também envolve indicadores sociais e/ou de bem-estar social. Alguns autores estabelecem distinção entre desigualdade regional e diferenciação espacial/regional, sustentando que a desigualdade regional é antes a materialização de processos históricos no espaço. Há aqueles autores que defendem a noção de estrutura espacial/regional para explicar as desigualdades regionais, enquanto outros indicam a necessária conexão entre desigualdades regionais e desigualdade social, aporte imprescindível à compreensão de região como expressão territorial de uma formação social (MATOS, 1999, p. 2-3).

No que diz respeito à questão social, a perspectiva de desenvolvimento que trataremos no contexto do PLANOMESO parte do resultado de um longo debate sobre o conceito de desenvolvimento, calcada na terminologia construída pela ONU em 1990, isto é, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse índice baseia-se na definição de desenvolvimento como “um processo de ampliação do campo de oportunidades oferecidas à população de um país” e adota vários indicadores econômicos e sociais, como renda per capita, escolaridade, expectativa de vida ao nascer etc.

Essa abordagem do planejamento visa contemplar as diretrizes da PNDR, onde vemos apontado o acirramento das desigualdades sociais e regionais decorrente do processo de globalização, as dificuldades que os países subdesenvolvidos e, dentro deles, as regiões subdesenvolvidas, têm para fazer contrapartida ao caráter concentrador do capitalismo e a necessidade do Estado se constituir como agente mobilizador das potencialidades regionais e indutor de estratégias locais de desenvolvimento numa perspectiva distributiva e socializante. Segundo o documento:

O objeto principal da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) são as profundas desigualdades de níveis de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre unidades territoriais ou regionais do país. Os diferentes potenciais de desenvolvimento das diversas sub-regiões, que refletem a diversidade social, econômica, ambiental e cultural presentes no País, são a matéria-prima das políticas regionais. É para atuar nessas duas direções, de forma clara e direta, que se justifica a existência da PNDR.

Atuar nos territórios que interessam menos aos agentes do mercado, valorizando suas diversidades, configura-se como uma estratégia para a redução das desigualdades (MI, 2003, p. 11).

O documento chama a atenção, ainda, para o caráter nacional da Política “porque essa é a escala compatível com a perspectiva de regulação do fenômeno das desigualdades” (p. 16) e para o papel estratégico do Ministério da Integração, na articulação das ações dos diversos ministérios. Da mesma forma, aponta para a necessidade de sintonia entre as ações de governo nos níveis federal, estaduais e municipais, e destes com a iniciativa privada e com o terceiro setor.

Cabe ao Ministério da Integração Nacional e demais órgãos envolvidos na coordenação da PNDR articular e discutir com os demais ministérios os investimentos estratégicos para a redução das desigualdades, bem como definir os critérios e selecionar os espaços sub-regionais que devam ser prioritários para a alocação dos recursos mobilizados pela Política. Cabe, ainda, associar-se aos governos estaduais e municipais para incentivá-los a um trabalho que amplie o leque das ações das políticas públicas nas regiões que requerem uma presença maior do Estado, sinalizando espaços adequados e incorporando a iniciativa privada. Para isso, a PNDR deve contemplar as instâncias de articulação, formulação e operação, de acordo com as escalas básicas de intervenção. (MI, 2003, p. 33).

Além de justificarem a criação da câmara inter-ministerial, são esses fatores que justificam, também, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Mesorregional, cujo objetivo central é “sinalizar ao Ministério da Integração Nacional e demais unidades do Governo o mix particular de ações a serem apoiadas” (p. 35). Além disso, deve-se assinalar mudança fundamental na tendência histórica de implementação de políticas públicas no país, isto é, geralmente de “cima para baixo”. Não se trata, simplesmente, de inverter a equação e cair num “basismo” inconseqüente, mas de reconhecer que “são as forças sociais organizadas em prol do desenvolvimento da região, incluindo todos os entes federados e a sociedade civil em geral, e a leitura compartilhada que possuem da realidade regional que devem estabelecer a estratégia de ação” (p. 35).

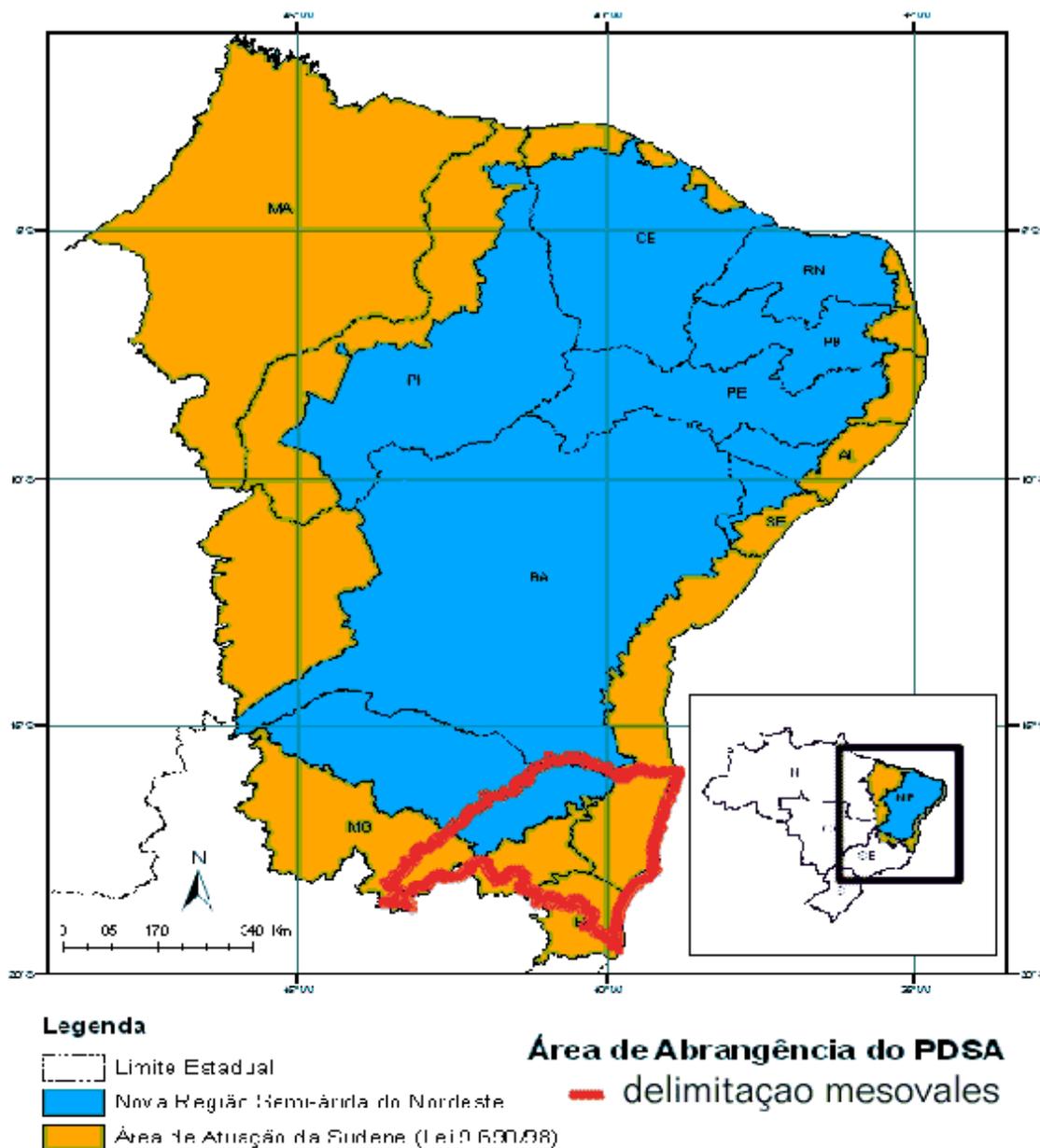
O documento da PNDR conclui chamando a atenção para os desafios postos aos governos e à sociedade civil no enfrentamento do duplo problema das desigualdades pessoais de renda e das desigualdades regionais. E conclama a todos para uma mobilização nacional em prol de uma política consistente.

Há lugar, pois, para uma PNDR que contemple múltiplas escalas territoriais, explore os potenciais da rica diversidade social, econômica e cultural das regiões e articule a ação entre os entes federados e as forças sociais em prol de um país que apresente maior inclusão social, seja mais robusto em sua economia e mais atento à sustentabilidade ambiental, e que se mantenha atento à coesão e integração nacional. (MI, 2003, p. 49).

Em suma, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do mesoestado Jequitinhonha e Mucuri deve considerar o contexto da produção histórica das desigualdades regionais, as especificidades da formação territorial da mesorregião, sua caracterização sócio-econômica e cultural, seu quadro natural e humano, seus limites e suas potencialidades. Através do processo participativo de construção do Plano apontamos as potencialidades, problemas, programas e ações que deverão ser empreendidas na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Outro aspecto importante é a busca de integração entre as diferentes escalas estabelecidas pelas políticas de desenvolvimento regional, principalmente a inter-relação da mesorregião do Jequitinhonha e Mucuri com a do semi-árido brasileiro. Como pode ser observado no mapa a seguir, uma está na área de influência da outra e que se em muitos fatores partilham de problemas, podem partilhar, também, soluções.

**Mapa 3 - Semi-Árido Brasileiro e Mesovales Jequitinhonha e Mucuri**



*Fonte dos Dados Básicos:* Ministério da Integração Nacional-MI. Relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial para re-delimitação do semi-árido nordestino e do polígono das secas. Brasília: março, 2005. (Mídia impressa e eletrônica). (Plano de Desenvolvimento do Semi-Árido-PDSA, 2005 p. 69). (Modificado com limites da Mesovales).

Observando o mapa do Semi-árido com o croqui da Mesorregião do Jequitinhonha e Mucuri, vemos que ocorre um encaixe de uma que há uma grande área de fronteira entre ambas. Esta proximidade deve ser uma referência para políticas comuns, assim como já ocorre no campo de ação da sociedade civil com a formação da ASA (Articulação do Semi-Árido Brasileiro). O programa P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas), bem como a presença da ASA, é de extrema importância e foi prontamente identificado pelos parceiros que participaram do processo participativo da construção do PLANOMESO, como poderá ser

percebido nas propostas dos grupos de trabalho das temáticas: Meio Ambiente e Terra que trataremos mais a frente.

A base de constituição da ASA é a Declaração do Semi-Árido, documento que sintetiza as percepções dos grupos participantes desse movimento em torno do semi-árido. Várias organizações da sociedade civil realizam ações de apoio ao desenvolvimento do semi-árido num esforço realizado, principalmente, por aquelas cerca de 1.200 entidades dos mais diversos segmentos que se uniram em torno da ASA.

O principal movimento do terceiro setor na Nova Região Semi-árida do Nordeste está centrado na ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro, criada em 1999. A ASA é um fórum de organizações da sociedade civil, que atua em prol do desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semi-árido brasileiro, congregando, atualmente, cerca de 1.200 entidades dos mais diversos segmentos, como das igrejas católica e evangélica, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, Associações de Trabalhadores rurais e urbanos, Associações Comunitárias, Sindicatos e Federações de Trabalhadores Rurais, Movimentos Sociais e Organismos de Cooperação Internacional, Públicos e Privados. (MI-PDSA, 2005, p. 38)

Dentre as iniciativas postas em prática pela ASA cabe destacar as estruturadas em torno do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC. Quando de sua criação, surgiram as primeiras discussões sobre a possibilidade de acionamento do governo federal, para apoio à iniciativa de tornar a cisterna uma realidade presente em todas as pequenas propriedades rurais do semi-árido. Surgiu, assim, a proposta de estruturação do P1MC. A mobilização da sociedade e as ações voltadas ao desenvolvimento regional poderão ser passíveis do “controle social”, e, desta forma, beneficiar todos os segmentos.

A iniciativa foi posteriormente apoiada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pela ASA. Nesse sentido, o Convênio firmado entre a ASA e o MMA teve como objetivo principal a elaboração do P1MC dentro de uma ótica efetivamente participativa, capaz de envolver um número significativo de atores nesse processo, de forma que eles se sentissem co-responsáveis pelo Programa. O desencadeamento do P1MC criou no Semi-árido a grande expectativa de que a parceria entre a sociedade civil e o governo pode, efetivamente, transformar as políticas públicas voltadas ao bem-estar social. Como aponta o Plano de Desenvolvimento do Semi-Árido (PDSA):

Esse processo de construção participativa tem ampliado o contato e estreitado as relações entre as organizações sociais no Semi-árido,

promovendo uma maior discussão a respeito das possibilidades regionais. É visível que a mobilização resultante da construção participativa do PIMC criou uma aproximação entre os atores sociais e induziu a organização para o desenvolvimento regional. O Programa conta, hoje, com o apoio incondicional da sociedade civil organizada na ASA, no sentido de fazer com que, por meio daquele Programa, as relações Governo/Sociedade sejam mediadas por critérios éticos e transparentes na construção de um futuro digno para a população local, destacando-se o combate à miséria, à fome e à pobreza, buscando a garantia dos direitos básicos de cidadania e segurança alimentar. A formação social presente neste Programa tende a ser o elo do povo sertanejo com o seu futuro. (MI-PDSA, 2005, p. 59)

Analisando os planos e os diagnósticos de outras regiões – como o PDSA (Plano da Br-163) e o Plano Amazônia Sustentável (PAS) –, percebemos que um ponto em comum é a mudança da concepção do rural e a busca por uma definição diferenciada de ordenamento territorial. As atividades agrícolas e não-agrícolas que vêm sendo introduzidas e desenvolvidas dinamicamente em diferentes recantos do semi-árido, da mesorregião Jequitinhonha e Mucuri e mesmo ao longo da Br-163, com feições rurbanas também podem ser denominadas de novo rural. O novo rural compõe-se, basicamente, de três grandes grupos de atividades: as da agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; as não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e as “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercado, onde podemos pensar os APLs e a formação de clusters diferenciados com base no associativismo e na produção familiar.

Muitas das “novas” atividades são antigas, mas sua importância econômica é recente. Durante muito tempo, foram tratadas como atividades de fundo de quintal, desenvolvidas como uma espécie de lazer, sob a forma de pequenos negócios agropecuários intensivos (a exemplo da piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa e criação de pequenos animais). Em anos recentes, foram transformadas em importantes alternativas de emprego e renda no mundo rural. Muitas dessas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo transformações agroindustriais e serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens. (Graziano da Silva & Grossi, s. d. *apud* MI-PDSA, 2005, p. 11).

É importante ter em conta que o rural não se resume ao agrário, nem a ruralidade pode ficar restrita às relações sociais ligadas às atividades agropecuárias. O que é novo na ruralidade hoje presenciada na Europa e na América do Norte “não resulta de um impulso que faz voltar fundamentos de alguma ruralidade pretérita, mesmo que possa coexistir com

aspectos de continuidade e permanência. O que é novo nessa ruralidade pouco tem a ver com o passado, pois nunca houve sociedades tão opulentas como as que hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza. Não somente no que se refere à consciência sobre as ameaças à biodiversidade ou à regulação térmica do planeta, mas também no que concerne à liberdade conquistada pelos aposentados de escolherem os melhores remanescentes naturais para locais de residência” ou de lazer. (Veiga, 2004, p. 64 *apud*. PDSA 2005, p. 12) <sup>6</sup>

Todo esse investimento no planejamento da intervenção nessas regiões tem como objetivo traçar as diretrizes estratégicas de Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental, incluindo: regularização fundiária; desenvolvimento territorial em nível municipal e microrregional; Zoneamento Ecológico-Econômico; pactos sociais para o manejo de recursos naturais; monitoramento e controle ambiental e núcleos urbanos. Um aspecto fundamental da estratégia de ordenamento territorial e gestão ambiental é a implementação de políticas de monitoramento, licenciamento e fiscalização da aplicação da legislação ambiental, sob uma ótica de gestão compartilhada (União, Estados, Municípios) com transparência e participação da sociedade.

Tal contexto, somado às lições aprendidas com experiências históricas na região, embasa constatações essenciais para a inovação almejada por Governo e sociedade, tais como a de que a inclusão social não pode ser realizada por intermédio de modelos assistencialistas e, sim, intimamente associada à produção, única alternativa capaz de gerar emprego e renda e a de que Ciência, Tecnologia e Inovação (C/T&I) tem papel fundamental na concepção e implementação de um novo modo de produzir, capaz de assegurar crescimento econômico, inclusão social e conservação ambiental.

---

<sup>6</sup> Essa percepção, embora discutida empiricamente em relação à Europa e à América do Norte, mostra que situações semelhantes já estão ocorrendo no Brasil e no Semi-árido. Em matéria divulgada no dia 20 de outubro de 2004, o “Bom Dia, Brasil”, noticiário da Rede Globo de Televisão, mostrou como o turismo ecológico no Semi-árido vem se caracterizando como uma dinâmica alternativa de geração de renda e emprego. À semelhança do que acontece em muitas regiões da Europa e da América do Norte, a reportagem referida destacou o interesse demonstrado por aposentados da classe média pelas belezas do cânion do rio São Francisco, nos trechos situados à jusante da cidade de Canindé do São Francisco, na área de influência da Barragem de Xingó, em Sergipe. Até a data referida, aquela área já havia sido visitada por mais de 200 mil pessoas.

### **3. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E FORMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DA MESORREGIÃO DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

A Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri está localizada na fronteira dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, ocupando ampla faixa de transição entre a costa litoral do Atlântico, o interior semi-árido da Chapada Diamantina e as altitudes escarpadas do maciço do Espinhaço, onde nasce o rio Jequitinhonha. Da sua nascente, no município do Serro-MG, até a foz, na cidade de Belmonte-BA, o rio Jequitinhonha percorre um trecho de aproximadamente 920 km, 670 deles no estado de Minas Gerais. O rio Mucuri, com uma extensão bem menor, também nasce em Minas Gerais e deságua no litoral sul baiano, próximo à fronteira com o Espírito Santo.

Essa ampla região tem um quadro natural bastante diversificado, tanto em relação ao relevo, quanto à vegetação e ao clima. Estudos diversos têm destacado ora os fatores positivos dessa diversidade (formações geológicas que permitem ampla exploração da atividade mineradora, condições topográficas favoráveis de suas extensas áreas de chapadas etc.), ora fatores negativos de um quadro natural caracterizado pela escassez (terras de pouca fertilidade natural, escassez de recursos hídricos e concentração do regime pluviométrico), sobretudo à medida que se distancia do litoral.

Partindo do litoral, em direção ao interior, é possível subdividir as estruturas de relevo em três unidades básicas. A faixa litorânea, que se estende da porção capixaba até o extremo sul da Bahia, registra altitudes variando entre 0 a 100 metros acima do nível do mar, sendo os domínios da planície costeira. Este universo é composto de diversos ecossistemas nos quais, além da planície litorânea, verificam-se as falésias e as áreas úmidas (lagoas, mangues, brejos e pântanos). Mais para o interior, ainda em território do Espírito Santo e da Bahia, o relevo registra altitudes variando entre 100 a 200 metros, compreendendo a porção territorial que se estende a partir da planície costeira até as fronteiras destes estados com Minas Gerais. As Microrregiões de Porto Seguro, na Bahia, de Montanha e de São Mateus, no Espírito Santo, possuem relevo que apresentam estas duas características.

As microrregiões mineiras encontram-se localizadas na porção territorial mais alta da mesorregião. Em sua maioria, as altitudes variam entre 200 a 800 metros acima do nível do mar, integrando o complexo rochoso denominado de Planalto Atlântico. As altitudes superiores a 800 metros situam-se na porção correspondente ao complexo da Serra do Espinhaço, que se ramifica em Serra da Noruega, no alto Mucuri, Serra Negra e Chapada de

São Domingos, no alto Jequitinhonha. É importante observar, nesse universo de relevo, a ocorrência de uma grande riqueza mineral com destaque para as gemas. O relevo se compõe de três feições principais: a região das serras, a ampla região das chapadas e as regiões de menores altitudes, sobretudo às margens dos rios Jequitinhonha e Mucuri e seus afluentes.

As características naturais da vegetação da Mesorregião resumem-se a três tipos básicos. A região costeira apresenta formações complexas típicas de litoral, sendo caracterizada pela presença de mangues e restingas. Da faixa litorânea, ao longo de todo o vale do Mucuri, e até a altura do curso médio do rio Jequitinhonha, verificam-se características de formações florestais típicas da Mata Atlântica. O alto Jequitinhonha é a área de domínio do cerrado. Em linhas gerais, a vegetação encontra-se totalmente alterada pela ação antrópica, o que tem provocado drásticas alterações ambientais.

Por ser uma região bastante extensa e situar-se em região de relevo muito variado o clima varia das temperaturas amenas das regiões de altitude elevada do Alto Jequitinhonha (1.400 m) a temperaturas bastante elevadas à medida que se aproxima do nível do mar. A ocorrência de chuvas é bastante variada. À medida que se distancia do litoral, o regime pluviométrico caracteriza-se por ser mais escasso e irregular, formando duas estações bem definidas: a das secas e a das águas. A porção litorânea, norte capixaba e sul baiano, não apresenta períodos de longa estiagem. A região de fronteira entre os estados apresenta períodos de um a três meses secos. Já a região que compreende o restante dos municípios mineiros da Mesorregião apresenta períodos entre quatro a cinco meses de estiagem.

As médias de precipitação anual variam bastante dentro da Mesorregião. A área mais chuvosa, zona costeira do Extremo Sul da Bahia e norte do Espírito Santo, registra índices de precipitação situados entre 1.500mm a 2.000mm anuais. As demais regiões, com exceção das microrregiões mineiras de Almenara, Araçuaí e Pedra Azul, que apresentam os menores índices, entre 750mm a 1.000 mm, apresentam índices de precipitação entre 1.000mm a 1.500mm.

As médias de temperatura anuais são de 26°C na faixa litorânea do sul da Bahia, de 24°C para as microrregiões do Espírito Santo e do médio Jequitinhonha e Mucuri e de 22°C para o alto Jequitinhonha.

Essa diversidade do quadro natural foi decisiva na forma como se deu a ocupação histórica da região. Apesar de ter demarcado o ponto de desembarque dos primeiros europeus que pisaram o território quinhentos anos atrás, a ocupação dessa mesorregião não se deu a partir do litoral. O alto Jequitinhonha constituiu-se como ponto de encontro de duas frentes de

ocupação do território nacional que, pelo interior, desbravaram as terras de mineração, que fizeram de Minas Gerais o centro da Colônia no século XVIII, e o semi-árido nordestino, que fizeram do São Francisco o rio da integração nacional. Foi a partir do alto Jequitinhonha que, ao longo dos séculos XIX e XX, os desbravadores ocuparam o médio e o baixo Jequitinhonha e o vale do Mucuri e, rompendo a barreira natural formada pela Mata Atlântica, ligaram o interior novamente ao ponto de origem.

Ambas as atividades, mineração e pecuária, foram decisivas nos processos que nortearam a ocupação do território e a caracterizam até hoje. Enquanto no alto Jequitinhonha, ao lado da mineração foi se estabelecendo uma lenta ocupação das áreas cultiváveis às margens dos rios, ribeirões e córregos, isto é, nas grotas, no baixo Jequitinhonha e no Mucuri as áreas de Mata Atlântica foram sendo sucessivamente substituídas pelas pastagens, que demarcaram a pecuária como forte atividade econômica na região por mais de um século (meados do XIX a meados do XX). Enquanto a área da pecuária foi historicamente caracterizada pela grande fazenda de criação extensiva, no alto Jequitinhonha foi se estabelecendo uma agricultura de bases familiares, nas terras baixas, ao passo que as chapadas somente foram ostensivamente ocupadas no último quartel do século XX.

Apesar de haver estudos que não vêem os problemas climáticos da região como uma barreira intransponível para o desenvolvimento da região, a maior parte da bibliografia destaca que as características do quadro natural, associadas a uma histórica exploração predatória, constituem sérios entraves aos projetos de desenvolvimento regional. Esse quadro natural combina relevo acidentado, baixa fertilidade natural dos solos e irregularidade do regime pluviométrico.

### **3.1. O Processo de Ocupação**

A história do processo de ocupação do território que compreende a Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri se estende por quase cinco séculos. Enquanto Porto Seguro e adjacências, incluindo a foz do rio Jequitinhonha, tem sua história ligada às origens da história do Brasil, as regiões do médio Jequitinhonha e do vale do Mucuri não contam mais que duzentos anos de colonização. Além do quadro natural bastante diversificado entre o litoral e o interior, esse longo processo de ocupação e a diversidade de atividades que aí tiveram curso fizeram com que a Mesorregião expressasse alto grau de complexidade na sua abordagem. Foi a primeira região de confronto do europeu e o “homem da terra”.

Porto Seguro, a porta de entrada do europeu no Brasil, é também a entrada litorânea da Mesorregião. Escreve Berta Ribeiro que:

ao desembarcarem em Porto Seguro, depararam os marujos do Cabral com “homens pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas” (Pero Vaz de Caminha, Carta a D. Manuel, o Venturoso). O povo que Cabral veio encontrar nas costas da Bahia era chamado Tupiniquins e pertencia à grande família Tupinambá, tronco tupi-guarani, que ocupava quase todo o litoral. (RIBEIRO, 2001, p. 19).

Pouco tempo depois do descobrimento, várias foram as expedições que tentaram adentrar o território partindo da costa. Uma das mais famosas é a expedição Espinosa-Navarro (Francisco Bruza de Espinosa e João Aspilcueta Navarro) que, partindo de Porto Seguro rumo ao interior, em 1553, teria subido o rio Jequitinhonha e alcançado o Pardo e o São Francisco. Eram recém chegados à costa, onde confrontaram com o gentio – os índios, como definiram os primeiros conquistadores. Seguindo-se a essa expedição, muitas outras, como as chefiadas por Martim Carvalho (1567-1568), Sebastião Fernandes Tourinho (1572-1573) e Antônio Dias Adorno (1576), adentraram no sertão à procura de riquezas muito antes que os currais de gado se estendessem São Francisco acima ou que os bandeirantes paulistas descobrissem as minas da região centro-sul do atual estado de Minas Gerais. Devemos destacar o confronto destas expedições com os tapuias da família lingüística Jê, os povos do cerrado, considerados bestiais pelos conquistadores. “Estes tapuias vivem no sertão e não têm aldeias nem casas ordenadas para viverem nelas, nem mesmo plantam mantimentos para sua sustentação” (RIBEIRO, 2001, p. 23).

Mesmo que tenham importância histórica, não pode ser creditada a essas expedições a ocupação da parte interior do território em foco, que somente viria a acontecer alguns séculos depois. Como se sabe, ao longo do século XVII instalou-se uma forte atividade açucareira no nordeste, ao mesmo tempo em que bandeiras diversas tentavam desbravar o interior da colônia a partir do sudeste. Enquanto os currais de gado iam interiorizando a ocupação do território através do rio São Francisco e seus afluentes, as bandeiras de prospecção de metais iam tentando atender ao interesse maior dos colonizadores de então. No início do século XVIII, essas duas atividades se encontraram na região do alto Jequitinhonha, estabelecendo uma via de ligação entre o nordeste e o sul do país, pelo interior, e, daí, novamente em direção ao litoral.

A descoberta de ouro e diamantes na região que compreende Diamantina e Minas Novas, no início do século XVIII, imprimiu uma maior dinâmica na modorrenta expansão que

caracterizava a área da pecuária. Não só a atividade mineradora atraía trabalhadores e aventureiros de toda espécie, todos eles movidos pelo sonho de riqueza, como a criação de gado passou a ser atividade fundamental para o abastecimento alimentar e fornecimento de animais de transporte e matéria-prima para a fabricação de utensílios diversos na área das minas. Toda essa região transformou-se, então, em espaço de dinâmica atividade econômica, centralizada no Distrito Diamantino. Torna-se necessário, porém, caracterizar melhor essa dinâmica, para que se tenha uma idéia mais clara da diferenciação interna que ela foi produzindo ao longo do tempo.

A expansão capitaneada pela atividade mineradora foi rápida e o processo de ocupação dela derivado foi intenso. Várias foram as vilas criadas imediatamente após a descoberta de áreas de mineração, inclusive Minas Novas, transformada em “Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí” ou “Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas do Fanado”, em 1730, apenas três anos após Sebastião Leme do Prado ter encontrado grande quantidade de ouro nas margens do ribeirão Bom Sucesso, próximo à sua confluência com o rio Araçuaí. Foi nessa mesma época que vários pontos de mineração começaram a ser explorados em localidades que se tornariam as cidades de Chapada do Norte, Berilo e Virgem da Lapa. Minas Novas é o centro histórico de toda a região norte-nordeste de Minas Gerais, de onde se desmembraram 142 municípios até 1995.

Enquanto isso, subindo o rio São Francisco, a partir do litoral nordestino, expandia-se lentamente a pecuária. Essa atividade já havia atingido o Norte de Minas ao final do século XVII e é daí que ela se expande, ao longo de todo o século XVIII em direção ao nordeste do estado, alcançando, em meados do século XIX, a região de Pedra Azul, Jequitinhonha e Almenara, no médio Jequitinhonha, e, algum tempo depois, o vale do Mucuri. No exato momento em que a atividade mineradora em Minas Novas atingia seu auge, no final da década de 20 e início da década de 30 do século XVIII, a região que está na confluência dos rios Araçuaí e Jequitinhonha estava sendo partilhada em sesmarias. Mas é somente um século depois que Araçuaí desponta como núcleo urbano e se transforma em entreposto comercial, ligando todo o norte de Minas com o litoral baiano pelo rio Jequitinhonha. A arquitetura da cidade de Belmonte, hoje degradada, é testemunha dessa fase de glórias do comércio pelo rio.

A partir do início do século XIX, o rio Jequitinhonha se constitui como grande via de ocupação regional. É provável que ele tenha sido transposto por algumas das expedições que tentaram conquistar o interior a partir do litoral baiano e capixaba, nos séculos anteriores. Mas somente a partir de 1804, quando uma expedição foi mandada rio acima, estabeleceu-se uma

ligação regular entre o litoral e o interior. O principal ponto de referência dessa ocupação foi a implantação da Sétima Divisão Militar no local onde se situa atualmente a cidade de Jequitinhonha. Em 1811, um alferes gaúcho, de nome Julião Fernandes Leão, foi mandado para o Jequitinhonha, comandando a Sétima Divisão Militar, com a finalidade de civilizar índios, proteger os colonos e guarnecer o rio contra o contrabando. Saint-Hilaire descreveu minuciosamente a paisagem natural e o quadro humano da região visitada em sua viagem pelo rio até Vigia (atual Almenara), em 1817 (Cf. SAINT-HILAIRE, 1975).

A região mineradora de Minas Novas passou por um rápido povoamento no período inicial de sua ocupação, no segundo quartel do século XVIII. Essa fase de euforia, entretanto, durou pouco tempo. À diminuição gradativa da exploração da atividade mineradora contrapôs-se a afirmação da agricultura como principal ocupação dos moradores locais. Era uma atividade de subsistência, que consolidou, ao longo do tempo, uma agricultura de tipo familiar, explorada principalmente nas margens cultiváveis dos rios, ribeirões e córregos. Isso constituiu um processo de lenta ocupação de grotas, já que as chapadas, por serem muito áridas, não se prestavam ao cultivo sem um tratamento especial da terra. Essas chapadas ficaram como reserva natural, lugar do qual se lançava mão para a coleta de frutos silvestres e para a criação do gado vacum. Eram terras de ninguém, mas de todos ao mesmo tempo, e esse tipo de exploração coletiva durou até o terceiro quartel do século XX, quando o eucalipto passou a substituir a flora nativa das chapadas.

À medida que a pressão sobre algumas áreas ia esgotando sua capacidade natural de garantir a sobrevivência, novas áreas de fronteiras eram abertas. Foi o que aconteceu em relação ao baixo Jequitinhonha e ao vale do rio Mucuri. Essa era uma região de prolongamento da Mata Atlântica em território mineiro, e suas matas virgens e terras de excelente qualidade exerciam grande fascínio sobre a população que penetrou o semi-árido norte-mineiro pelo São Francisco. Expulsas de uma paisagem tórrida, de um lado, e atraídas por outra exuberante, de outro, famílias inteiras do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha alimentaram um movimento migratório rumo ao Mucuri que durou quase um século. Iniciado em meados do século XIX, foi intenso ao final desse século e ainda se tem notícias dele em meados do século XX, quando se mudam novamente as rotas migratórias, dessa feita para o interior paulista, o norte do Paraná, o Centro-Oeste do País e o sertão noroeste de Minas.

Dos povos indígenas que o português encontrou, poucos restavam no litoral, vitimados pelos primeiros contatos. Um confronto sangrento e desleal irá desenrolar na região do Jequitinhonha e posteriormente no Mucuri. O aldeamento, a guerra, a escravidão, a chacina e

a doença, quase exterminaram todas as nações dos “negros da terra”. Em 1718, o governador de São Paulo admite o extermínio de todos os índios na região das minas sem que nem mesmo seus nomes fossem registrados. Como escreve Regina Horta Duarte, a região do Mucuri foi a última região da Província de Minas Gerais e de sua Mata Atlântica a conhecer o avanço da civilização. Neste processo, o índio não se apresentava mais como presa para a escravidão, como nos momentos anteriores nas outras regiões, ele era um empecilho que deveria ser removido para que a civilização pudesse usufruir as riquezas do Mucuri (DUARTE, 2002).

A despeito de várias expedições realizadas, as áreas circundantes ao rio Mucuri e seus afluentes, no entanto, permaneciam impenetráveis. A história da ocupação do vale do Mucuri está intimamente associada à controversa figura de Teófilo Benedito Otoni e seu ousado projeto de garantir uma ligação entre a região de Minas Novas e o litoral e, por essa via, incrementar o desenvolvimento de toda a região do Jequitinhonha e do Mucuri. Foi com esse propósito que ele criou, em 1851, a Companhia do Mucury, cujo objetivo era promover a navegação a vapor ou por outros meios superiores que viessem a ser descobertos e estabelecer uma nova rota comercial que ligasse o imenso município de Minas Novas ao Rio de Janeiro. Quando, em 1853, foi criada a primitiva povoação de Filadélfia, atual cidade de Teófilo Otoni, foi celebrado o primeiro contrato para a vinda de imigrantes estrangeiros.

Em 1856, 1857 e 1868, chegaram ao Mucuri as primeiras levas organizadas de imigrantes, principalmente alemães, que vinham participar de um empreendimento colonizador que pretendia ser a grande saída para os problemas econômicos de toda a região. Esses colonizadores, que enfrentaram as matas, os índios e as febres, a floresta fechada num confronto cruel com o gentio. Portanto, além do pesado trabalho de derrubada, os índios habitantes das matas constituíam mais um obstáculo. O discurso da empresa e da imprensa construía a imagem de matas e o rio ricos e desertos. Na realidade, o Vale do Mucuri já conhecia uma ocupação humana. De acordo com Duarte, “diferentes sociedades indígenas construíram ali sua vida: os macuni, malali, machacali, naknenuk, aranau, bakuê, biturunra, jiporok. Muitas delas eram unificadas pelo pejorativo nome, dado pelos brancos, botocudo (alusão ao uso do botoque nos lábios e nos lóbulos nas orelhas)” (DUARTE, 2002, p. 22; ver também ESPINDOLA, 2005, p. 133). Havia ocupação que, no entanto, não era cristã, ocidental.

Historicamente, em toda essa região, predominaram as atividades ligadas ao extrativismo e à agricultura. Predominaram, também, os modos rudimentares de cultivo da terra, que consistiam em derrubar as matas, queimar, plantar e formar pastagens. Após alguns

anos de plantio, deixava-se a terra em repouso ou “descanso” por outros tantos anos para repor naturalmente a fertilidade, quando a terra voltava a ser usada. Esta técnica, denominada lavoura de tocos, lavoura de coivara ou cultivo de clareiras, foi descrita por vários autores de diversas áreas de conhecimento. Como era uma área considerada bastante fértil, ela atraiu lavradores do alto Jequitinhonha e do norte de Minas, ligando novamente o nordeste de Minas ao norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia. Esta região se constituiu em uma ampla área de quilombos. A escravidão africana foi introduzida nos séculos XVIII e XIX, na região, mas o que chama a atenção é a presença de muitas comunidades quilombolas que também se formaram por essa época. Elas estão presentes em toda a mesorregião.

A partir de meados do século XX, formam-se alguns centros urbanos regionais que, à maneira do que aconteceu no restante do país, começam a atrair parte da população. Teófilo Otoni e Nanuque são os principais centros urbanos do vale do Mucuri. Apesar de serem predominantemente agrícolas, sobressaem, também, indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas, da pecuária e do extrativismo, sobretudo madeira e pedras preciosas. Teófilo Otoni constitui-se como o maior centro lapidatório do Brasil, possuindo hoje cerca de três mil oficinas de lapidações.

A região que compreende o extremo sul da Bahia, apesar de ter sido a “porta de entrada” do colonizador em terras brasileiras, permaneceu por um longo período restrita ao extrativismo e apenas na região costeira. Ao longo do século XX, constitui-se em importante área produtora de cacau. Somente com a construção da ferrovia Bahia-Minas, ligando Araçuaí à Ponta de Areia, sul da Bahia, no final do século XIX, se buscava construção de sistemas integrados, ligando ferrovia e hidrovia, fazendo a ligação com o rio Jequitinhonha que, na época, era o caminho de acesso e penetração regional. No Mucuri, Teófilo Otoni, nesta mesma época, está tentando construir estradas e usar o rio como hidrovia. Proposta que se apresentava também para o rio Doce.

Nos anos 70, o projeto hidro-ferroviário foi deixado de lado pela opção rodoviária, com a construção da BR-101, que intensificou o extrativismo madeireiro e completou-se a ligação ente litoral e interior com a expansão da pecuária. Todo o processo de criação dessas redes de transportes foi predatório e, no caso dos rios, responsável pelo desmatamento das margens e o assoreamento, o que compromete gravemente a questão da navegação hoje. Com o fim das últimas reservas de mata nativa, abriu-se espaço para as florestas de eucalipto e a implantação de grande indústria de papel e celulose. Nesse cenário, nasceram e se formaram os núcleos urbanos de Teixeira de Freitas, Eunápolis e Itamaraju.

A região norte do Espírito Santo também começou a ser desbravada no século XVI, não indo além de uma tímida ocupação da faixa litorânea, próximo a Conceição da Barra e São Mateus. Ao contrário das regiões Sul e Central deste estado, somente a partir de 1920 o norte capixaba emergiu no cenário estadual com a importância econômica e demográfica dos dias atuais. Dentre os fatores que contribuíram para a ocupação do norte do Espírito Santo, deve-se considerar: a construção da Ferrovia Vitória-Minas, que, a partir de Colatina, definiu um fluxo migratório para o norte do estado e a revitalização, ainda que tímida, da cacauicultura no litoral norte. A intensidade da ocupação das terras na década de 1920 fez com que o governo construísse uma ponte sobre o Rio Doce em Colatina. A ponte, inaugurada em 1928, consolidou esta cidade como pólo irradiador das correntes migratórias que atravessavam o rio e que ganhavam as terras abundantes do norte. Com o passar dos anos, as terras vão sendo progressivamente ocupadas e cultivadas com o café, além de outras lavouras para o consumo local e regional.

Posteriormente à década de 50, em virtude dos baixos resultados obtidos com a produção da agricultura cafeeira, a pecuária e a exploração da madeira foram as atividades que apresentaram melhor desempenho na região. O desenvolvimento da pecuária de corte definiu o padrão concentrador da estrutura fundiária do norte capixaba. Em meados dos anos 60 e durante a década de 70, em consequência do insuficiente desempenho da agricultura cafeeira, a exemplo de todo o país, a região norte capixaba experimenta fluxos migratórios caracterizados pelo êxodo rural. Ainda que o cenário apontasse para uma efetiva estagnação da economia, novos fatores vieram contribuir com o fortalecimento econômico desta região. Podemos destacar a importante retomada das culturas do cacau e do chamado “novo café”. Nas décadas de 80 e 90, em virtude do Próalcool, as lavouras de cana-de-açúcar e destilarias de álcool ganham expressividade no norte do Espírito Santo. Também merecem destaque, como novos empreendimentos econômicos, a silvicultura, com o eucalipto, e a fruticultura, com o mamão e o coco.

O município de São Mateus, importante núcleo urbano, sobressai-se entre os municípios do Espírito Santo que compõem a MESOVALES. Sua influência regional deve-se à concentração de amplas atividades do setor produtivo, inclusive extração de petróleo, e fortes setores de serviços. Este pólo centraliza, também, juntamente com Conceição da Barra, os serviços de turismo na região.

Em toda a região do alto e médio Jequitinhonha é forte a ocorrência de substâncias minerais de interesse comercial, muitas das quais já conhecidas e em exploração. Nos aluviões do alto curso do rio Jequitinhonha há vários garimpos de ouro e diamante, muitos deles clandestinos. Essa extração mineral vive em confronto direto com a legislação ambiental e é uma das maiores fontes de poluição das calhas dos rios. O garimpo de diamante, além de contribuir para a eliminação da vegetação ciliar, expõe as margens dos cursos d'água a um constante processo de erosão e de carreamento de sólidos, que vão se depositar nos cursos médio e baixo dos rios. Em toda a região nordeste de Minas são extraídas pedras preciosas, em grande concentração de garimpos e minas que exploram, também, minerais industriais como caulim, feldspato, quartzo, mica, columbita, tantalita, pentanita e cassiterita. Assinalam-se, também, jazidas de grafita na região de Pedra Azul e Araçuaí (FJP, 1999, p. 4).

O relevo acidentado, correspondendo a 70% da área total, dificulta a exploração da terra para fins agrícolas, e até mesmo pecuários. A agricultura é constrangida também pela baixa fertilidade natural dos solos. Apenas 2,5% da área possui solos sem limitações de fertilidade e outros 27% são passíveis de uma agricultura tecnificada, com a utilização de equipamentos agrícolas mais sofisticados, correção de acidez, adição de nutrientes. Os outros 70% apresentam elevadas restrições às práticas agrícolas, ou mesmo são completamente incompatíveis para esta atividade (FJP, 1988, p. 114).

O principal constrangimento à agricultura, no entanto, segundo o mesmo estudo, está associado a fatores climáticos. As chuvas são concentradas em três meses do ano, alterando-se ciclos em que sua regularidade chega a extrapolar esse período, com ciclos em que a baixa precipitação pluviométrica é acentuada durante quase todo o ano. Por outro lado, ainda não foi plenamente desenvolvida uma política de intervenção no relevo, realizando um conjunto de obras que retenham o excesso de escoamento superficial durante o período chuvoso, o que permitiria acumular água para utilização na agricultura, na criação de animais domésticos e até para consumo humano.

Porém, não se deve atribuir ao quadro natural a responsabilidade pelo estado atual da região. Quanto às características do relevo, sabe-se que este somente se constitui como limite a uma agricultura mecanizada, o que não impede a agricultura em si ou o desenvolvimento de atividades não agrícolas. Quanto à fertilidade natural dos solos, é evidente que uma correção adequada torna praticamente qualquer tipo de terreno em terra fértil. A escassez de água na região está ligada à exploração predatória e desastrada que se estabeleceu historicamente e à

irregularidade do regime pluviométrico, que concentra as chuvas em período bastante limitado do ano, bastando, para isso, que se criem alternativas de retenção da água das chuvas.

Neste caso, além das ações do poder público voltadas para a criação dessas alternativas, deve-se desenvolver um amplo conjunto de atividades de educação ambiental. Se for verdade que o quadro natural é pouco favorável, não é menos verdade que boa parte dos problemas regionais decorre de uma histórica exploração predatória desses recursos naturais, como desmatamento indiscriminado, ação devastadora do fogo, pressão sobre as nascentes e cursos d'água etc.

Já em 1817, Saint-Hilaire observava os efeitos desastrosos desse tipo de exploração. Segundo ele, ao se referir ao então distrito de Piedade, em Minas Novas, “embora não se contem ainda cem anos que a região é habitada, [os lavradores] já se queixam de que as terras estão ficando fatigadas, e já ouvira a mesma queixa em São Domingos [Virgem da Lapa], onde a lavoura não data de mais de vinte e cinco anos. Tais são os inconvenientes de um sistema de agricultura que consiste em pedir constantemente a terra, sem retribuir-lhe quase nada” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 295-6). Há exatos cem anos, Leopoldo Pereira lastimava, em tom semelhante ao de Saint-Hilaire:

Em toda esta região de que aqui me ocupo, as matas virgens estão já reduzidas a um décimo, se tanto, do que eram há 50 anos. Há já grandes fazendas que não têm, há muito, madeiras para construção. O mato que não cai sob o machado do lavrador, arrasa-o o fogo das queimadas. Não há mato algum que resista a duas queimadas, principalmente nas catingas, onde a folhagem caída na seca alimenta a destruidora labareda.

Estas queimas se dão cada ano, propagadas dos roçados; e freqüentemente é o próprio fazendeiro quem manda praticá-las para fazer pastagens. “Abrir” uma fazenda na linguagem popular, quer dizer destruir os matos, pôr tudo em campo para a criação. O viajante que atravessa as chapadas, o recoveiro que leva sua tropa, o ocioso que se diverte na caça, por desenfado, por brincadeira, inconsciente do mal que faz, lança fogo aos carrascos. Arde a chapada inteira, o fogo desce aos capões, arrasa tudo, derribando madeiras colossais, cedros, aroeiras, jatobás, que levaram séculos a crescer e engrossar.

É uma lástima! Eu tenho visto longamente estirados no chão monstruosos troncos derribados pelo fogo, não consumidos, porque a chama foi rápida, mas que na queima seguinte serão incinerados (Leopoldo PEREIRA, O Município de Araçuaí, 1905).

Esse tipo de ação predatória dos recursos naturais tem caracterizado a agricultura e a pecuária regionais ao longo do tempo, com sérios prejuízos ao ambiente e perda da

competitividade com outras áreas em que essas atividades são desenvolvidas de modo mais racional. A decadência da pecuária associa-se a diversos fatores, como, por exemplo: práticas de manejo inadequadas, exaustão dos solos, baixa modernização tecnológica, gerenciamento patrimonial deficiente e problemas recorrentes associados à secas periódicas dentre outras.

### **3.2. O Quadro Social**

Em trabalho de 1982, técnicos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), FJP e Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE) já diziam que:

o Vale do Jequitinhonha caracteriza-se por ser uma das regiões mineiras onde mais se realizaram estudos e pesquisas voltados para a promoção de seu desenvolvimento. No entanto, sua realidade evidencia que, apesar do esforço em implementar ações que minimizassem os problemas e dinamizassem os potenciais regionais, persiste ali um quadro de pobreza crescente (FJP, 1982, p. iv).

Estudos recentes têm sido unânimes em destacar as seguintes características da região: expressiva queda nas taxas de fecundidade; intenso êxodo rural; altos índices de emigração; baixa densidade populacional; incapacidade de o setor urbano reter a população; baixo dinamismo econômico; baixos índices de desenvolvimento humano; alto índice de recursos decorrentes de transferências governamentais; sérias deficiências de infra-estrutura; elevados índices de poluição dos mananciais; destino inadequado do lixo; intensa degradação ambiental etc.

A Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri tem a maior parte da sua área no estado de Minas Gerais, sendo que, desta área, a maior parte está no Jequitinhonha. Toda essa região, que ocupa atualmente o norte e nordeste do estado de Minas Gerais, tem características bastante semelhantes, mas é para essa porção específica, o Jequitinhonha, que as atenções se voltam todas as vezes que se quer chamar a atenção para o subdesenvolvimento regional. Mais do que caracterizar as especificidades desse subdesenvolvimento, foi construída, nas últimas décadas, uma forte e generalizada imagem do Jequitinhonha como “bolsão de pobreza”, “região problema”, “vale da miséria”, “ferida de subdesenvolvimento” etc. Essa imagem foi construída algumas décadas atrás quando o propósito era denunciar os graves problemas gerados por um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas em determinadas regiões do país em detrimento de outras.

Ao longo das quatro últimas décadas, as denúncias das mazelas regionais foram se tornando cada vez mais ostensivas, ao mesmo tempo em que foram sendo elaborados, em grande quantidade, extensão e profundidade, diagnósticos e planos de intervenção. Com a criação da SUDENE, em 1960, a maior parte do norte de Minas, incluindo áreas do Vale do Jequitinhonha, foi constituída como área de sua atuação. Pouco tempo depois, foi criada a CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha), com o objetivo de implementar políticas públicas de fortalecimento da região subdesenvolvida. Foi nesse contexto, no final dos anos 60 e início dos anos 70, que foram produzidos os primeiros diagnósticos que tentaram caracterizar esse subdesenvolvimento regional.

Com o esvaziamento da CODEVALE, nos anos 80, a Fundação João Pinheiro, em convênio com diversas secretarias de Estado, ganhou destaque na produção de diagnósticos e elaboração de planos e programas de intervenção. Entretanto, ao longo dos anos 90, também a Fundação João Pinheiro, apesar de ainda possuir amplo domínio na produção de indicadores sociais e econômicos para o estado, foi sendo esvaziada em relação à elaboração de planos e programas de intervenção. Nesse ínterim, começam a aparecer trabalhos acadêmicos de diversas universidades, com uma enorme produção de relatórios de pesquisa, dissertações de mestrado e teses de doutorado, concomitantemente a uma série de projetos de extensão. É também nos anos 80 e 90 que uma série de organizações não governamentais (ONGs) começam a atuar na mesorregião.

Pode-se dizer que, na segunda metade do século XX, a Mesorregião perdeu competitividade para outros centros mais dinâmicos da economia nacional, passando a caracterizar-se como área deprimida, subdesenvolvida, predominantemente rural, enfim, uma região cuja população convive com péssimos indicadores sociais e econômicos, baixos índices de escolaridade, precária infra-estrutura de saneamento básico e saúde, o que tem comprometido todos os indicadores de qualidade de vida. Para efeito de síntese, serão apresentados, a seguir, os indicadores da distribuição espacial da população.

**Tabela 1 - Microrregião, Mesorregião, UF e Brasil: População Residente por Situação do Domicílio e TU, 2000.**

Microrregião Geográfica, Mesorregião, UF, Brasil		População			Taxa de Urbanização
		Urbana	Rural	Total	
BA	Porto Seguro	467.763	165.929	633.692	73,82
ES	Montanha	34.939	15.807	50.746	68,85
	São Mateus	119.214	39.240	158.454	75,23
MG	Almenara	118.987	53.645	172.632	68,92
	Araçuaí	67.385	84.466	151.851	44,37
	Capelinha	83.390	103.924	187.314	44,52
	Diamantina	58.666	23.162	81.828	71,70
	Nanuque	88.170	31.648	119.818	73,59
	Pedra Azul	57.134	28.113	85.247	67,02
	Teófilo Otoni	156.812	104.105	260.917	60,10
<b>MESORREGIÃO</b>		<b>1.252.460</b>	<b>650.039</b>	<b>1.902.499</b>	<b>65,83</b>
BAHIA		8.772.348	4.297.902	13.070.250	67,12
ESPÍRITO SANTO		2.463.049	634.183	3.097.232	79,53
MINAS GERAIS		14.671.828	3.219.666	17.891.494	82,00
BRASIL		137.953.959	31.845.211	169.799.170	81,25

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2000.

Como pode ser observado na Tabela 1, a Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri tem uma reduzida taxa de urbanização, sendo que nas microrregiões de Araçuaí e Capelinha ela é de apenas 44%. Há diferenças substantivas entre as microrregiões da costa e as do interior.

**Mapa 4 - Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Microrregiões**



Fonte: Br-MI-2004

A Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri tem uma população de 1,9 milhão de habitantes, distribuídos em uma área de 105,5 mil km<sup>2</sup>, o que significa para a região uma densidade demográfica de 18,02 hab/km<sup>2</sup>. A mesorregião apresenta densidade demográfica inferior à média nacional e à dos demais estados nos quais se encontra inserida. A população total da mesorregião corresponde a 1,12% do total da população brasileira e, deste total, 55,35% encontra-se distribuída nas microrregiões de maiores densidades.

Algumas microrregiões, entretanto, como São Mateus, Teófilo Otoni e Porto Seguro, apresentam densidades populacionais superiores à média nacional. É importante ressaltar que, nestas microrregiões, encontram-se os mais populosos e principais núcleos urbanos da Mesorregião: São Mateus, no Espírito Santo; Teófilo Otoni, em Minas Gerais; e Porto Seguro, Eunápolis e Teixeira de Freitas, na Bahia. As microrregiões de Diamantina e Almenara são as que registram as menores densidades demográficas. As demais microrregiões apresentam densidades que variam entre 14,08 e 17,00 hab/km<sup>2</sup>.

**Tabela 2** - Densidade demográfica. Brasil, Unidade da Federação, Mesorregião e Microrregiões, 2000.

<b>Brasil, UF, Mesorregião e Microrregião Geográfica</b>	<b>Área da unidade territorial (Quilômetro quadrado)</b>	<b>População Residente</b>	<b>Densidade demográfica da unidade territorial (Hab/km<sup>2</sup>)</b>
BRASIL	8.514.204,9	169.799.170	19,92
BAHIA	564.273,0	13.070.250	23,16
MINAS GERAIS	586.552,4	17.891.494	30,46
ESPÍRITO SANTO	46.047,3	3.097.232	67,20
<b>Região MESOVALES</b>	<b>105.597</b>	<b>1.902.499</b>	<b>18,02</b>
Porto Seguro – BA	27.665,1	633.692	22,88
Diamantina – MG	7.435,4	81.828	11,00
Capelinha – MG	12.364,1	187.314	15,07
Araçuaí – MG	10.265,3	151.851	14,76
Pedra Azul – MG	5.082,3	85.247	16,46
Almenara – MG	15.451,8	172.632	11,15
Teófilo Otoni – MG	11.260,3	260.917	23,05
Nanuque – MG	8.468,1	119.818	14,08
Montanha – ES	2.986,2	50.746	17,00
São Mateus – ES	4.618,7	158.454	34,18

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2000

A análise dos dados das tabelas anteriores permite comparar os dados relativos a taxa de urbanização e densidade demográfica. Enquanto as microrregiões de Capelinha e Araçuaí possuem taxas de urbanização abaixo de 50%, as microrregiões de São Mateus, Porto Seguro, Diamantina e Nanuque são as que apresentam as maiores taxas de urbanização (acima de 70%). Porém, apesar da relativamente elevada taxa de urbanização (71,7%), a microrregião de Diamantina possui a menor densidade demográfica (11,0). A microrregião de Teófilo Otoni

tem a segunda maior densidade demográfica (23,0), mas apresenta taxa de urbanização (60,1) superior apenas às de Araçuaí e Capelinha (44,0).

A Mesorregião apresenta taxa de urbanização inferior à dos estados que a compõem. Ao relacionarmos as taxas de urbanização microrregionais com os seus respectivos estados, constata-se que somente a microrregião de Porto Seguro apresenta índice superior ao do Estado da Bahia. Ainda que São Mateus apresente taxa de urbanização superior à da Mesorregião, o mesmo não acontece em relação à do estado do Espírito Santo. As maiores disparidades podem ser verificadas nas microrregiões mineiras que, em sua maioria, apresentam taxas de urbanização de, no mínimo, dez pontos percentuais inferiores à do estado.

Essa relação densidade demográfica e taxa de urbanização permite visualizar os espaços onde ocorre maior concentração da população, tanto na área urbana quanto nas áreas rurais. Se na microrregião de Diamantina a baixa densidade demográfica (11 hab/km<sup>2</sup>) pode ser atribuída a fatores geográficos (maciço do Espinhaço), na microrregião de Almenara ela se deve à alta concentração fundiária ligada à pecuária extensiva.

Outro indicador relevante desse quadro sócio-demográfico são as taxas geométricas anuais de crescimento da população. Os dados referentes ao período entre 1996 e 2000 (Tabela 3), mostram a microrregião de Porto Seguro com maior taxa de crescimento demográfico. O índice de crescimento de 2,65 supera o crescimento populacional de todos os estados que compõem a Mesorregião. Tal crescimento pode ser atribuído à atividade do turismo que, principalmente posterior à década de 80, intensificou-se na região. As microrregiões mineiras de Teófilo Otoni, Diamantina, Nanuque e Pedra Azul, juntamente com a microrregião capixaba de Montanha, são as que apresentam taxas de crescimento negativo.

O crescimento populacional da MESOVALES é maior que o do Estado da Bahia, mas inferior aos dos demais estados. O declínio da população, mais precisamente nas microrregiões mineiras, está associado a fatores tanto sociais quanto ambientais. Merece ser destacado o problema relacionado ao êxodo decorrente da escassez de oportunidades de emprego, por parte, sobretudo, da população masculina e mais jovem.

**Tabela 3 - População e taxa geométrica anual de crescimento. Brasil, Unidade da Federação, Mesorregião e Microrregiões, 1996-2000.**

<b>Brasil, UF, Mesorregião e Microrregião Geográfica</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>Taxa anual</b>
BRASIL			
BAHIA	12.541.675	13.066.767	1,03
MINAS GERAIS	16.000.738	17.262.411	1,91
ESPÍRITO SANTO	2.802.707	3.093.171	2,50
Região MESOVALES	1.811.178	1.899.397	1,19
Porto Seguro - BA	571.684	634.779	2,65
Diamantina - MG	80.695	80519	-0,05
Capelinha - MG	179.072	182.754	1,06
Araçuaí - MG	145.638	151.449	0,59
Pedra Azul - MG	85,122	83.651	-0,43
Almenara - MG	168.615	174.150	0,81
Teófilo Otoni - MG	260.416	260.256	-0,02
Nanuque - MG	120.056	119.205	-0,18
Montanha - ES	18.041	17.243	-1,12
São Mateus - ES	148,102	157.868	1,61

Fonte: IBGE: Censos Demográficos 1996 e 2000

A distribuição etária da população na Mesorregião apresenta uma concentração de habitantes na faixa etária entre 10 a 19 anos. Esta faixa etária corresponde a 24% do total da população. A população com até 19 anos soma 45% do total da população, bem acima da média brasileira (39%), caracterizando a mesorregião como predominantemente jovem (Tabela 4).

A população de idosos é bastante expressiva, correspondendo a 9% da população. Dado relevante a ser considerado é o fato de a população conjunta de jovens com até 19 anos de idade e superior a 60 anos, totalizam uma população de 1,0 milhão de habitantes, ou 54% da população total. A predominância de jovens, conforme pirâmide etária, aponta para o grande desafio para o poder público em termos de políticas voltadas para a geração de emprego e para a educação.

**Tabela 4 - Distribuição da população conforme faixa etária. Brasil, Unidade da Federação, Mesorregião e Microrregiões, 2000.**

Brasil, UF, Mesorregião e Microrregião Geográfica	Grupos de idade (anos)							
	0 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou +
BRASIL	16.375.728	16.542.327	35.287.882	29.991.180	25.290.473	19.268.235	12.507.316	14.536.029
BAHIA	1.316.902	1.367.628	3.079.157	2.333.367	1.754.009	1.276.576	864.710	1.077.901
MINAS GERAIS	1.614.713	1.679.361	3.648.695	3.111.648	2.716.276	2.127.631	1.368.189	1.624.981
ESPÍRITO SANTO	284.436	288.531	647.374	558.367	479.890	372.732	215.706	250.196
Região MESOVALES	201.511	211.064	457.894	311.487	244.470	184.872	127.785	163.416
Porto Seguro - BA	71.512	71.090	151.930	111.878	84.121	60.597	38.189	44.375
Diamantina - MG	7.940	9.325	19.841	12.680	11.051	7.980	5.534	7.477
Capelinha - MG	21.345	23.194	49.590	28.884	22.113	16.578	11.565	14.045
Araçuaí - MG	16.552	17.566	38.139	22.323	17.492	13.781	10.626	15.372
Pedra Azul - MG	8.775	9.325	20.425	12.956	10.360	8.308	6.492	8.606
Almenara - MG	16.366	18.490	41.560	26.119	21.477	17.007	13.320	18.293
Teófilo Otoni - MG	26.503	27.606	61.034	41.123	32.625	26.045	19.223	26.758
Nanuque - MG	11.316	12.345	27.643	18.629	15.190	12.238	9.590	12.867
Montanha - ES	4.513	4.941	11.282	8.546	7.026	5.456	3.891	5.091
São Mateus - ES	16.689	17.182	36.450	28.349	23.015	16.882	9.355	10.532
	<b>0 a 4 (%)</b>	<b>5 a 9 (%)</b>	<b>10 a 19 (%)</b>	<b>20 a 29 (%)</b>	<b>30 a 39 (%)</b>	<b>40 a 49 (%)</b>	<b>50 a 59 (%)</b>	<b>60 ou + (%)</b>
BRASIL	9,6	9,7	20,8	17,7	14,9	11,3	7,4	8,6
BAHIA	10,1	10,5	23,6	17,9	13,4	9,8	6,6	8,2
MINAS GERAIS	9,0	9,4	20,4	17,4	15,2	11,9	7,6	9,1
ESPÍRITO SANTO	9,2	9,3	20,9	18,0	15,5	12,0	7,0	8,1
Região MESOVALES	10,6	11,1	24,1	16,4	12,8	9,7	6,7	8,6
Porto Seguro - BA	11,3	11,2	24,0	17,7	13,3	9,6	6,0	7,0
Diamantina - MG	9,7	11,4	24,2	15,5	13,5	9,8	6,8	9,1
Capelinha - MG	11,4	12,4	26,5	15,4	11,8	8,9	6,2	7,5
Araçuaí - MG	10,9	11,6	25,1	14,7	11,5	9,1	7,0	10,1
Pedra Azul - MG	10,3	10,9	24,0	15,2	12,2	9,7	7,6	10,1
Almenara - MG	9,5	10,7	24,1	15,1	12,4	9,9	7,7	10,6
Teófilo Otoni - MG	10,2	10,6	23,4	15,8	12,5	10,0	7,4	10,3
Nanuque - MG	9,4	10,3	23,1	15,5	12,7	10,2	8,0	10,7
Montanha - ES	8,9	9,7	22,2	16,8	13,8	10,8	7,7	10,0
São Mateus - ES	10,5	10,8	23,0	17,9	14,5	10,7	5,9	6,6

Fonte: IBGE

### 3.3. Etnia

Pela própria dívida histórica que o país tem para com as populações indígenas e afro-descendentes, torna-se necessário destacar aqui a sua presença na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Além disso, deve-se destacar, também, que a Mesorregião tem um valor simbólico importante a esse respeito, pois Porto Seguro foi a porta de entrada do processo de conquista que deu início ao despovoamento indígena e ao criatório de gente para o trabalho compulsório em terras brasileiras.

Se tomarmos apenas os indicadores quantitativos do quadro demográfico da Mesorregião feito pelo IBGE, perceberemos que eles não só indicam um baixíssimo percentual de população indígena e negra, como não dizem praticamente nada sobre esses povos. Basta observar que a coluna relativa a Minas Gerais indica a inexistência de população

indígena no estado e, apesar dos 41,6% de pardos, indica apenas 6,7% de negros. Apesar disso, a Mesorregião aparece com indicadores próximos a 70% de população autodenominada parda, conforme pode ser visto na próxima tabela.

**Tabela 5** - População residente conforme cor ou raça. Brasil, Unidade da Federação e Microrregiões, 2000

Brasil, UF e Microrregião Geográfica	Cor ou raça					
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
BRASIL	51,6	5,0	0,4	42,4	0,2	0,4
BAHIA	20,2	10,1	0,1	69,0	0,1	0,4
MINAS GERAIS	51,4	6,7	0,1	41,6	0,0	0,2
ESPÍRITO SANTO	47,9	5,7	0,1	46,1	0,1	0,1
Porto Seguro - BA	18,9	6,7	0,2	73,0	0,7	0,5
Diamantina - MG	27,4	7,6	0,1	64,4	-	0,5
Capelinha - MG	33,1	7,7	0,1	58,8	0,0	0,3
Araçuaí - MG	21,2	6,9	0,1	71,6	0,0	0,2
Pedra Azul - MG	27,8	3,7	0,0	68,4	0,0	0,1
Almenara - MG	22,8	3,8	0,2	72,9	0,0	0,3
Teófilo Otoni - MG	21,5	6,8	0,1	71,2	0,0	0,3
Nanuque - MG	25,0	4,7	0,0	69,2	0,6	0,3
Montanha - ES	25,8	4,6	0,1	69,2	0,1	0,2
São Mateus - ES	29,9	10,9	0,1	59,0	0,0	0,1

Fonte: IBGE.

Da imensa população indígena que habitava a região, muito poucos sobreviveram aos intermináveis conflitos inter-étnicos. As ricas descrições de Saint-Hilaire registram minuciosamente a caracterização dos povos indígenas da região no início do século XIX. De dois séculos de lutas sobreviveram alguns povos que lutam pelo direito à terra e à preservação da sua cultura. Dentre elas, podem ser destacados:

#### POVOS INDÍGENAS DA FAMÍLIA BORUN

- Krenak, no Vale do Rio Doce, município de Resplendor;
- Aranã, de origem Maxakali, municípios de Araçuaí e Coronel Murta;
- Mocurin (em processo de reconhecimento), município de Campanário.

#### POVOS DA FAMÍLIA MAXAKALI

- Maxakali, municípios de Bertópolis e Santa Helena de Minas;
- Pataxó-Pankararu, Aldeia “Cinta Vermelha/Jundiba”, município de Araçuaí;
- Pankararu, Aldeia Apukaré, município de Coronel Murta;
- Tupinambá, próximo à foz do Jequitinhonha, no Jequitinhonha baiano;
- Pataxó, Extremo Sul da Bahia (Porto Seguro, Cabralia etc.).

## COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Há várias comunidades negras urbanas e rurais. Em alguns locais ainda se falam fragmentos de dialetos africanos, constituídos historicamente numa intrincada e rica rede de relações sociais em que se cruzam costumes, tradições, danças, cantos e rezas. Até o momento, foram identificadas as seguintes comunidades de predominância negra e/ou efetivamente quilombola, nos municípios mineiros da Mesorregião.

**Quadro 2** - População residente conforme cor ou raça. Brasil, Unidade da Federação e Microrregiões, 2000

Município	Comunidades negras e quilombolas mapeados
Almenara	Marobá
Araçuaí	Arraial da Ponte, Arraial dos Crioulos, Bambus, Baú, Córrego do Narciso do Meio, Sapé, Pé de Serra, Girau
Berilo	Brejo, Caititu, Morro do Buteco/Alto Caititu, Caiambola, Vila Santo Isidoro
Chapada do Norte	Alves, Bateia, Cruzinha, Cuba, Misericórdia, Moça Santa (Bom Jesus), Gamela, Gravatá, (Quebra Bateia) Vila dos Paudos, Córrego Santa Rita, Paiol, Poções, Porto Alves, Ribeirão da Folha
Capelinha	Cisqueiro, Galego, Santo Antônio do Fanado, Santo Antônio dos Moreiras, Vendinha
Catuti	Gado Velhaco / Gorutubanos
Carlos Chagas	Marques I e Marques II
Crisólita	Deládio
Felizburgo	Paraguai
Francisco Badaró	Alta Passagem, Mocó, Tocoíós
Jenipapo de Minas	Cachoeira do Bolas, Martins, São José do Bolas
Jequitinhonha	Mumbuca
Joáima	Barreirinhos
Leme do Prado	Ferreira, Porto dos Coris (Boa Sorte)
Medina	Aredó
Minas Novas	Gravatá, Mata Dois, São Benedito do Capivari, Lagoa Grande, Macuco, Nagô, Quilombo, São Cristóvão
Nanuque	Gumercindo dos Pretos
Ouro Verde de Minas	Água Preta, Córrego da Santa Cruz
Serro	Ausente, Baú, Comunidade de Milho Verde, Ribeirão dos Porcos, Rua Vila Nova, São Gonçalo do Rio das Pedras
Teófilo Otoni	Bairro das Palmeiras (margem da linha), São Julião
Virgem da Lapa	Almas, Curral Novo, Bugre e Mutuca

### 3.4. Gênero

A população da Mesorregião, de acordo com o último Censo de 2000, é representada por 955,2 mil moradores do sexo masculino, enquanto que a população feminina é de 947,3 mil. Dessa forma, o percentual da população do sexo masculino é de 50,2%. Entre todas as microrregiões, em apenas duas, Diamantina e Teófilo Otoni, a população feminina supera a masculina, com respectivamente 50,7 e 50,9 percentuais do sexo feminino.

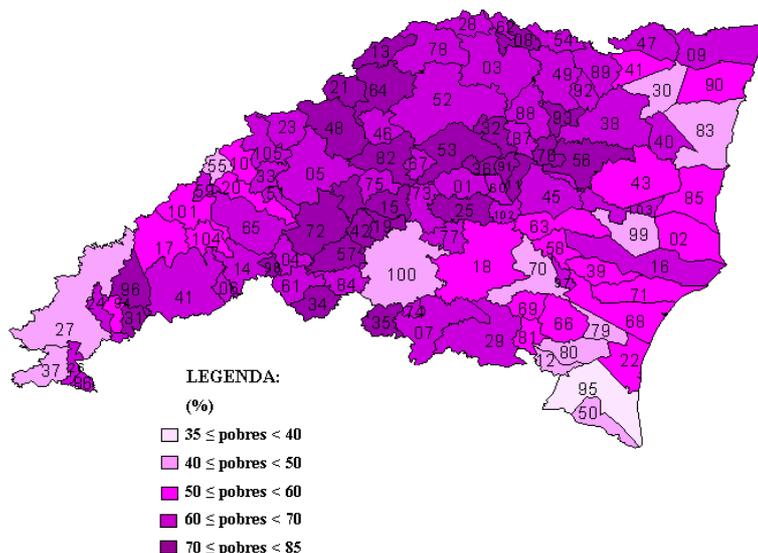
**Tabela 6 - População residente conforme gênero e situação do domicílio. Brasil, Unidade da Federação e Microrregiões, 1991-2000.**

Brasil, UF e Microrregião Geográfica	Variável X Sexo X Situação							
	População residente (absoluto)				População residente (%)			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
BRASIL	66.882.993	16.693.022	71.070.966	15.152.189	39,39	9,83	41,86	8,92
BAHIA	4.227.922	2.234.111	4.544.426	2.063.791	32,35	17,09	34,77	15,79
MINAS GERAIS	7.144.898	1.706.689	7.526.930	1.512.977	39,93	9,54	42,07	8,46
ESPÍRITO SANTO	1.199.740	335.066	1.263.309	299.117	38,74	10,82	40,79	9,66
Porto Seguro - BA	232.376	88.342	235.387	77.587	36,67	13,94	37,15	12,24
Diamantina – MG	28.358	11.982	30.308	11.180	34,66	14,64	37,04	13,66
Capelinha – MG	40.567	53.424	42.823	50.500	21,66	28,52	22,86	26,96
Araçuaí – MG	32.545	43.615	34.840	40.851	21,43	28,72	22,94	26,90
Pedra Azul – MG	27.879	14.792	29.255	13.321	32,70	17,35	34,32	15,63
Almenara – MG								
Teófilo Otoni - MG	74.199	53.707	82.613	50.398	28,44	20,58	31,66	19,32
Nanuque – MG	43.180	17.044	44.990	14.604	36,04	14,22	37,55	12,19
Montanha – ES	17.274	8.447	17.665	7.360	34,04	16,65	34,81	14,50
São Mateus – ES	58.620	20.780	60.594	18.460	36,99	13,11	38,24	11,65

Fonte: IBGE.

### 3.5. IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Mapa 5 - Percentual de pessoas “pobres” na população, por Município da Região Mesovalés, 2000.



O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado, originalmente, para medir o nível de desenvolvimento humano dos países, a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total):

- IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo;
- IDH Entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano;
- IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

O Brasil melhorou sua posição no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) nos últimos nove anos, passando de 0,709, em 1991, para 0,764, em 2000. A mudança demonstra avanços brasileiros nas três variáveis que compõe o IDH-M: renda, longevidade e educação<sup>7</sup>. A educação foi responsável por 60,78% do aumento do IDH-M no Brasil entre 1991 e 2000. Já a renda contribuiu com 25,78% e a longevidade com 13,44% no crescimento do índice. Em todas Unidades da Federação, a educação foi o componente que

<sup>7</sup> Os dados fazem parte do Novo Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, um projeto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação João Pinheiro (MG) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O novo Atlas foi atualizado pelos dados do Censo de 2000, do IBGE.

mais influenciou no aumento do IDH-M, sendo que em 21 delas, sua participação foi maior que 50% do acréscimo. Cabe questionar sobre a qualidade dessa educação, a partir dos resultados apontados pela pesquisa do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública), que mostram alunos de ensino médio que não sabem interpretar textos e têm dificuldades com matemática.

Os estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo encontram-se na categoria de médio desenvolvimento humano (Tabela 7). Estes três estados aumentaram o índice, entre 1991 e 2000, com destaque para a Bahia (passou de 0,601 para 0,693) que ganhou duas posições. Espírito Santo e Minas Gerais, que contam com praticamente os mesmos índices, cresceram menos, e isso reflete, parcialmente, o fato de que é mais difícil crescer a partir de um patamar mais alto do que de um mais baixo.

**Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 2000**

Município	UF	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)	Renda per capita (em R\$ de 2000)	Índice de longevidade (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de renda (IDHM-R)	Desenvolvimento Humano Municipal	Classificação na UF	Classificação Nacional
Alcobaça	BA	61,15	69,69	83,01	116,63	0,602	0,741	0,567	0,637	152	3989
Caravelas	BA	62,64	68,37	82,65	184,73	0,627	0,731	0,644	0,668	65	3502
Eunápolis	BA	64,69	79,43	79,96	195,88	0,662	0,796	0,654	0,704	20	2927
Guaratinga	BA	62,53	59,82	74,86	80,95	0,625	0,648	0,506	0,593	323	4788
Ibirapuã	BA	68,23	69,38	79,63	119,90	0,720	0,728	0,572	0,673	54	3403
Itabela	BA	64,08	67,22	80,76	101,02	0,651	0,717	0,543	0,637	149	3982
Itagimirim	BA	59,35	69,99	79,61	136,90	0,573	0,732	0,594	0,633	169	4068
Itamaraju	BA	61,40	71,21	80,11	143,19	0,607	0,742	0,601	0,650	107	3782
Itanhem	BA	68,23	68,51	81,62	119,67	0,720	0,729	0,571	0,674	53	3399
Jucuruçu	BA	62,10	55,31	76,47	81,79	0,618	0,624	0,508	0,583	357	4923
Lajedão	BA	62,53	64,19	77,35	148,21	0,625	0,686	0,607	0,639	140	3942
Medeiros Neto	BA	68,23	68,85	80,56	141,02	0,720	0,728	0,599	0,682	41	3273
Mucuri	BA	63,54	74,39	88,80	176,65	0,642	0,792	0,636	0,690	35	3158
Nova Viçosa	BA	63,76	71,60	81,25	125,74	0,646	0,748	0,580	0,658	81	3638
Porto Seguro	BA	64,69	81,42	72,11	192,78	0,662	0,783	0,651	0,699	25	3014
Prado	BA	63,45	71,59	78,16	155,93	0,641	0,738	0,616	0,665	69	3543
Santa Cruz Cabrália	BA	66,53	75,92	72,60	164,49	0,692	0,748	0,625	0,688	36	3184
Teixeira de Freitas	BA	63,70	78,66	80,89	198,56	0,645	0,794	0,656	0,698	26	3022
Vereda	BA	61,40	60,60	77,68	88,00	0,607	0,663	0,520	0,597	310	4722
Águas Formosas	MG	62,92	68,15	80,15	114,60	0,632	0,721	0,564	0,639	770	3948
Almenara	MG	64,69	69,34	77,25	162,67	0,661	0,720	0,623	0,668	680	3496
Angelândia	MG	64,26	66,57	67,55	127,06	0,654	0,669	0,581	0,635	779	4026

Araçuaí	MG	67,64	76,34	75,99	131,71	0,711	0,762	0,587	0,687	602	3208
Aricanduva	MG	66,82	69,86	72,82	80,07	0,697	0,708	0,504	0,637	773	3996
Ataléia	MG	65,30	67,33	83,55	111,82	0,672	0,727	0,560	0,653	736	3727
Bandeira	MG	65,37	62,01	75,60	86,91	0,673	0,665	0,518	0,619	806	4325
Berilo	MG	70,72	73,11	78,68	92,27	0,762	0,750	0,528	0,680	636	3298
Bertópolis	MG	60,21	63,94	65,20	89,75	0,587	0,644	0,523	0,585	846	4908
Cachoeira de Pajeú	MG	65,70	65,77	76,19	76,37	0,678	0,692	0,496	0,622	800	4263
Capelinha	MG	66,60	73,30	70,64	144,83	0,693	0,724	0,603	0,674	659	3400
Carai	MG	66,88	65,33	78,74	84,13	0,698	0,698	0,513	0,636	775	4001
Carbonita	MG	67,54	73,81	82,65	112,23	0,709	0,768	0,561	0,679	639	3313
Carlos Chagas	MG	66,75	71,31	74,55	164,23	0,696	0,724	0,624	0,681	629	3280
Catuji	MG	65,68	64,61	73,55	82,69	0,678	0,676	0,510	0,621	803	4280
Chapada do Norte	MG	68,72	65,22	71,25	88,89	0,729	0,672	0,522	0,641	769	3914
Comercinho	MG	62,68	69,54	77,07	61,54	0,628	0,721	0,460	0,603	830	4609
Coronel Murta	MG	67,64	76,24	80,03	95,05	0,711	0,775	0,533	0,673	663	3413
Couto de Magalhães de Minas	MG	68,70	83,40	78,95	133,20	0,728	0,819	0,589	0,712	488	2769
Crisólita	MG	62,37	57,92	67,44	90,54	0,623	0,611	0,525	0,586	844	4894
Datas	MG	66,23	86,74	80,68	103,57	0,687	0,847	0,547	0,694	572	3094
Diamantina	MG	68,70	86,16	82,18	213,02	0,728	0,848	0,668	0,748	298	1933
Divisópolis	MG	60,67	62,43	79,79	97,51	0,595	0,682	0,537	0,605	825	4581
Felício dos Santos	MG	66,70	76,45	78,52	79,65	0,695	0,771	0,503	0,657	722	3663
Felisburgo	MG	67,29	63,84	76,29	100,21	0,705	0,680	0,542	0,642	766	3884
Francisco Badaró	MG	68,72	68,43	70,45	87,19	0,729	0,691	0,519	0,646	755	3831
Franciscópolis	MG	64,80	63,60	72,61	71,10	0,663	0,666	0,485	0,605	824	4580
Frei Gaspar	MG	64,80	64,81	76,63	83,94	0,663	0,687	0,512	0,621	804	4283
Fronteira dos Vales	MG	66,71	59,29	67,11	70,91	0,695	0,619	0,484	0,599	835	4675
Gouveia	MG	70,84	87,12	77,21	145,41	0,764	0,838	0,604	0,735	383	2292
Itaipé	MG	67,64	63,40	66,80	100,39	0,711	0,645	0,542	0,633	786	4071
Itamarandiba	MG	66,77	72,49	75,85	109,16	0,696	0,736	0,556	0,663	699	3565
Itaobim	MG	69,61	73,27	78,37	122,37	0,743	0,750	0,575	0,689	592	3166
Itinga	MG	66,88	68,98	71,03	67,36	0,698	0,697	0,475	0,623	799	4250
Jacinto	MG	64,90	67,30	75,65	93,12	0,665	0,701	0,530	0,632	789	4084
Jenipapo de Minas	MG	64,26	64,64	76,26	84,60	0,654	0,685	0,514	0,618	809	4349
Jequitinhonha	MG	69,26	66,32	76,36	118,73	0,738	0,697	0,570	0,668	679	3492
Joáima	MG	65,81	64,49	78,27	116,70	0,680	0,691	0,567	0,646	756	3832
Jordânia	MG	64,69	69,84	79,12	104,56	0,661	0,729	0,549	0,647	754	3818
José Gonçalves de Minas	MG	66,60	70,31	72,84	95,14	0,693	0,711	0,533	0,646	758	3835
Ladainha	MG	65,71	60,56	77,16	72,04	0,678	0,661	0,487	0,609	820	4506
Leme do Prado	MG	66,60	78,14	79,70	118,73	0,693	0,787	0,570	0,683	619	3257
Machacalis	MG	63,52	72,13	71,16	106,59	0,642	0,718	0,552	0,637	772	3980
Malacacheta	MG	66,42	68,12	72,93	119,33	0,690	0,697	0,571	0,653	738	3732
Mata Verde	MG	60,67	61,78	72,61	113,86	0,595	0,654	0,563	0,604	826	4593
Medina	MG	65,70	70,22	78,21	91,69	0,678	0,729	0,527	0,645	759	3851
Minas Novas	MG	67,11	66,47	73,93	81,78	0,702	0,690	0,508	0,633	785	4061
Monte Formoso	MG	60,67	60,83	73,27	63,03	0,595	0,650	0,464	0,570	852	5115
Nanuque	MG	63,52	80,84	79,59	226,23	0,642	0,804	0,678	0,708	512	2861

Novo Cruzeiro	MG	64,19	61,01	74,47	125,10	0,653	0,655	0,579	0,629	791	4147
Novo Oriente de Minas	MG	62,65	57,36	69,65	80,07	0,627	0,615	0,504	0,582	847	4942
Ouro Verde de Minas	MG	60,65	66,78	79,63	98,74	0,594	0,711	0,539	0,615	814	4400
Padre Paraíso	MG	67,64	69,92	77,43	94,61	0,711	0,724	0,532	0,656	726	3673
Palmópolis	MG	65,44	69,00	67,90	71,33	0,674	0,686	0,485	0,615	811	4392
Pavão	MG	69,76	66,97	78,81	103,49	0,746	0,709	0,547	0,667	683	3503
Pedra Azul	MG	65,78	72,12	79,21	109,31	0,680	0,745	0,556	0,660	709	3600
Ponto dos Volantes	MG	64,19	61,96	75,74	63,07	0,653	0,666	0,465	0,594	841	4766
Poté	MG	64,80	67,52	82,01	98,90	0,663	0,723	0,540	0,642	767	3886
Presidente Kubitschek	MG	66,23	80,96	77,44	92,19	0,687	0,798	0,528	0,671	668	3443
Rio do Prado	MG	64,48	62,98	78,88	97,53	0,658	0,683	0,537	0,626	793	4196
Rubim	MG	61,38	67,70	82,31	100,98	0,606	0,726	0,543	0,625	797	4218
Salto da Divisa	MG	64,69	64,57	75,19	127,85	0,661	0,681	0,582	0,642	768	3897
Santa Helena de Minas	MG	62,63	61,92	69,29	83,33	0,627	0,644	0,511	0,594	842	4771
Santa Maria do Salto	MG	63,53	67,27	76,49	107,94	0,642	0,703	0,554	0,633	784	4057
Santo Antônio do Jacinto	MG	65,81	61,70	73,90	75,97	0,680	0,658	0,496	0,611	817	4464
São Gonçalo do Rio Preto	MG	59,41	74,27	79,66	119,51	0,573	0,761	0,571	0,635	778	4023
Senador Modestino Gonçalves	MG	62,68	71,43	75,22	89,53	0,628	0,727	0,523	0,626	794	4197
Serra dos Aimorés	MG	61,94	74,05	80,57	130,35	0,616	0,762	0,586	0,655	731	3699
Setubinha	MG	61,44	53,92	74,47	73,34	0,607	0,608	0,490	0,568	853	5138
Teófilo Otoni	MG	69,76	81,65	81,02	210,25	0,746	0,814	0,665	0,742	343	2097
Turmalina	MG	70,94	77,47	75,77	125,36	0,766	0,769	0,579	0,705	524	2913
Umburatiba	MG	60,21	71,60	66,59	116,42	0,587	0,699	0,567	0,618	810	4351
Veredinha	MG	69,43	71,90	76,53	95,01	0,740	0,734	0,533	0,669	675	3474
Virgem da Lapa	MG	67,64	72,25	74,02	107,31	0,711	0,728	0,553	0,664	696	3549
Conceição da Barra	ES	63,30	80,01	82,98	156,97	0,638	0,810	0,617	0,688	66	3183
Jaguaré	ES	63,13	83,13	71,73	184,76	0,635	0,793	0,644	0,691	63	3144
Montanha	ES	66,50	78,52	81,71	207,55	0,692	0,796	0,663	0,717	50	2679
Mucurici	ES	66,50	76,31	80,11	118,95	0,692	0,776	0,570	0,679	72	3309
Pedro Canário	ES	63,13	78,96	78,17	140,00	0,635	0,787	0,598	0,673	75	3404
Pinheiros	ES	67,32	80,49	79,24	160,82	0,705	0,801	0,621	0,709	55	2839
Ponto Belo	ES	66,50	77,70	81,78	145,82	0,692	0,791	0,604	0,696	60	3063
São Mateus	ES	64,93	86,36	80,29	229,86	0,665	0,843	0,680	0,730	36	2438

Fonte: FJP, PNUD, IPEA.

### 3.6. Trabalho e Renda

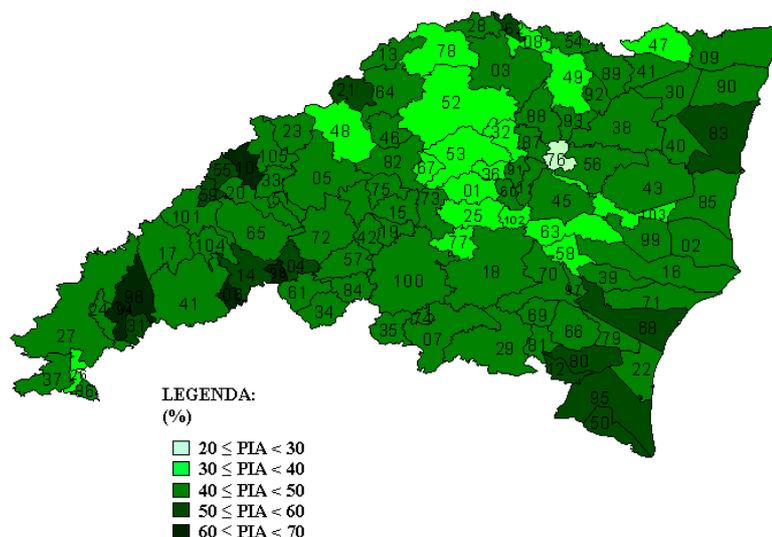
A questão do trabalho na Mesorregião abarca as problemáticas apresentadas anteriormente. Partindo do quadro nacional, é notório que o desemprego se constitui num enorme problema para a sociedade brasileira, tendo se agravado nas últimas décadas em virtude de uma conjunção cumulativa de circunstâncias: o rápido crescimento da população (embora venha se desacelerando); a rápida migração do campo para as cidades; a maior participação feminina na força de trabalho que busca emprego; as inovações tecnológicas e

organizacionais, que aumentam a produtividade e diminuem a demanda por trabalho – particularmente a mecanização e a automação eletrônica que substituem o homem pela máquina (exemplo evidente e eloqüente: serviços bancários); o lento crescimento da economia brasileira desde 1980; a abertura às importações nos anos 90 (liberando a importação de bens e a exportação de empregos); a política monetária restritiva que, para controlar a inflação, aumenta a taxa de juros e, com esta, os juros da dívida pública, onerando o orçamento e comprimindo os gastos do Governo, além de inibir os investimentos privados; etc.

Os dados disponíveis do Censo Demográfico de 2000 (IBGE), por município, a respeito da população e da ocupação desta em atividades econômicas, permitem calcular alguns indicadores importantes. Ressalvados possíveis erros e omissões no levantamento censitário, em relação aos domicílios urbanos e rurais de cada município, tais indicadores fornecem um retrato comparativo da situação da ocupação da população nos diversos municípios de uma região ou sub-região, como neste caso da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Para entendermos a questão do trabalho, partimos dos indicadores de população ocupada em relação à PIA (População em Idade Ativa), calculados para os municípios e sub-regiões componentes da MESOVALES, mostrados nos Mapas 6 e 7 abaixo.

**Mapa 6** - Nível da Ocupação (% da população ocupada em relação à “população em idade ativa” – PIA, com 10 anos ou mais de idade) por Município da Região MESOVALES, 2000.



Tomando-se como referência o nível da ocupação no Brasil, de 48% da PIA em meados do ano 2000, constata-se por essa tabela que a região MESOVALES encontrava-se relativamente algo pior nesse indicador, com 46%, particularmente nas sub-regiões Baixo Jequitinhonha (40%) e Médio Jequitinhonha (44%), enquanto as sub-regiões Alto Jequitinhonha (50%) e extremo norte do Espírito Santo (49%) superavam a média da região como um todo. A região apresentava grande diversidade entre municípios, variando esse indicador entre os extremos de 26% no município de Palmópolis-MG a 69% no município de Berilo-MG, sendo de 31/33% nos municípios de Vereda-BA e Jacinto, Fronteira dos Vales, Crisólita, Monte Formoso e Itinga (MG), e de 64/67% nos municípios de São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves e Aricanduva (MG).

Quanto à taxa de ocupação (proporção de pessoas ocupadas na PEA (População Economicamente Ativa)), que tem como complemento (para 100%) a percentagem de desempregados na PEA, observa-se que a região MESOVALES, como um todo, tinha no ano 2000 em sua população economicamente ativa cerca de 14% de desempregados, algo próximo à taxa de desemprego no conjunto do País naquele ano (15%). Por esse indicador, constata-se, ao nível das sub-regiões, que todas elas aproximavam-se da média regional, exceto o Alto Jequitinhonha, com 8%, e o Baixo Jequitinhonha, com 19% de desempregados na PEA. Também se observam grandes diferenças entre os municípios na taxa de ocupação e, portanto, na taxa de desemprego. Com efeito, a taxa de ocupação varia entre o mínimo de 66% (34% de desemprego) em Palmópolis-MG, ou de um patamar de 72/73% nos municípios de Jacinto-MG e Pavão-MG, a 97/100% nos municípios de Angelândia, Bertópolis, Senador Modestino Gonçalves, José Gonçalves de Minas, Aricanduva e Setubinha (MG).

A população ocupada é constituída, aqui, por empregados (inclusive domésticos, bem como aprendizes e estagiários sem remuneração), registrados ou não (com ou sem carteira de trabalho assinada), e também pelos empregadores (empresários), pelos trabalhadores autônomos ou “conta própria”, e ainda por pessoas ocupadas na produção para o próprio consumo, pessoas não remuneradas em ajuda a membro do domicílio, além dos empregados como militares e funcionários públicos estatutários (sem carteira de trabalho assinada). Pelos conceitos e dados do Censo Demográfico de 2000, as pessoas ocupadas, no País como um todo, eram em número de 65.629.892, e na região MESOVALES eram 702.550, sendo assim distribuídas (de acordo com seu trabalho principal) entre tais “posições na ocupação”:

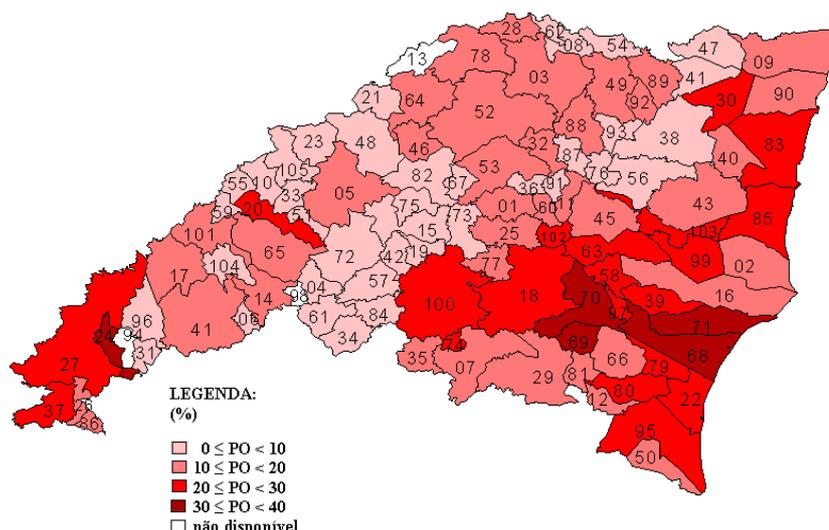
**Tabela 8 - Constituição da População Ocupada. Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2000.**

	Brasil	Mesovalés
Empregados	67%	64%
Militares e funcionários públicos estatutários	6%	7%
Empregadores	3%	2%
Conta própria	23%	23%
Ajuda não remunerada a membro do domicílio	4%	5%
Produção para consumo próprio	3%	6%

Fonte: IBGE: Censo 2000.

Uma outra fonte importante de informações sobre trabalho é constituída pelos registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego, a respeito dos empregados de acordo com a legislação trabalhista, devidamente registrados (com carteira assinada), cujas informações são relatadas anualmente pelos empregadores, mediante a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os dados aqui utilizados referem-se aos empregados com vínculo trabalhista formal em 31/12/2000, dados estes que podem ser cruzados com aqueles do Censo Demográfico de 2000.

**Mapa 7 - Percentual de empregados registrados (com carteira profissional assinada) na população ocupada, por Município da Região MESOVALES, 2000**



A título de referência para comparação, cabe mencionar que, no conjunto do País, os empregados com carteira assinada (dados da RAIS) representavam, em 2000, cerca de 40% da

população ocupada (dados do Censo Demográfico). Porém, na atividade “agrícola” (agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal e pesca), que representavam 18% do pessoal ocupado no País, esses empregados eram apenas 9% das pessoas ocupadas, sendo 47% no conjunto das demais atividades (atividade “não agrícola”). Segue-se desta diferença entre a cidade e o campo que a parcela (%) de empregados registrados no total da ocupação tende a ser menor nos municípios onde é maior a participação das atividades rurais na ocupação econômica.

Fazendo uma projeção com os índices brasileiros, a fim de melhor comparar com o conjunto do País os municípios da MESOVALES, muitos dos quais têm grande participação (%) da atividade “agrícola” no total do pessoal ocupado, pode-se calcular para cada município, em função da participação (%) da atividade agrícola no pessoal ocupado, quanto seria a parcela (%) do emprego formal no total da ocupação no município sob a hipótese de que fossem de 9% e 47% as parcelas dos empregados registrados no total do pessoal ocupado na atividade “agrícola” e na atividade “não agrícola”, respectivamente – iguais àquelas ocorridas no País como um todo.

Os resultados hipotéticos desta projeção são mostrados a seguir entre parênteses, ao lado das parcelas realmente observadas, para os municípios da MESOVALES que tinham as menores parcelas (%) dos empregados registrados no total das pessoas ocupadas: Guaratinga 6% (25%), Itagimirim 6% (36%), Jucuruçu 8% (19%) e Itapebi 9% (34%), na Bahia; Ouro Verde de Minas 5% (26%), Franciscópolis 6% (20%), Ladainha 6% (19%), Novo Oriente de Minas 6% (25%), Catuji 8% (25%), Itaipé 8% (23%), Fronteira dos Vales 9% (25%), Malacacheta 9% (30%), Poté 8% (27%) e Santa Helena de Minas 8% (24%), na sub-região Mucuri; Santo Antonio do Jacinto 0% (25%), Palmópolis 3% (27%), Monte Formoso 4% (20%), Rio do Prado 5% (26%), Bandeira 6% (26%), Mata Verde 7% (25%) e Jordânia 8% (29%), no Baixo Jequitinhonha; Comercinho 1% (21%), Ponto dos Volantes 1% (21%), Coronel Murta 5% (33%), Novo Cruzeiro 5% (21%), José Gonçalves de Minas 6% (19%), Carai 8% (25%), Itinga 8% (30%), Jenipapo de Minas 8% (25%), Padre Paraíso 8% (28%) e Virgem da Lapa 9% (27%), no Médio Jequitinhonha; e Chapada do Norte 1% (20%), Berilo 4% (19%), Aricanduva 5% (19%), Francisco Badaró 6% (23%), Angelândia 7% (18%), Leme do Prado 7% (27%), Senador Modestino Gonçalves 7% (21%), Veredinha 7% (24%) e Felício dos Santos 8% (24%), no Alto Jequitinhonha.

Destes 40 municípios, 33 tinham mais de 50% do pessoal ocupado trabalhando na atividade “agrícola”; 16 tinham mais de 60%; e 7, mais de 70%. Em todos eles, a participação

dos empregados registrados no total do pessoal ocupado era inferior a 10% e, também em todos eles, esta participação era bem inferior à que teriam hipoteticamente, caso tivessem tantos empregados com carteira de trabalho assinada relativamente ao pessoal ocupado quantos tinha o conjunto do País, tanto na atividade “agrícola”, quanto na atividade “não agrícola”. Isto indica que a situação do pessoal ocupado, quanto à informalidade e precariedade dos empregos, era pior que no conjunto do País, que já era por si ruim.

A região MESOVALES exhibe um grave problema em relação à ocupação da população em geral, e particularmente em algumas sub-regiões e municípios. Tal gravidade caracteriza menos a magnitude da taxa de ocupação (86%) – relativamente à situação no conjunto do País, em que essa taxa era muito baixa (85%, ou seja, 15% de desempregados) refletindo uma situação grave<sup>8</sup> – do que os tipos de ocupação, particularmente a precariedade das ocupações por “conta própria” e dos empregos informais, sem registro em carteira de trabalho. Tal precariedade refletia-se no rendimento do trabalho, como se verá na seção seguinte.

A distribuição do número de pessoas ocupadas por setor de atividade, conforme o Censo Demográfico de 2000, é apresentada na Tabela 9 a seguir, por município da região MESOVALES, bem como para os conjuntos desta região e de suas sub-regiões, e ainda para o conjunto do País, como referência mais geral. Tal distribuição é apresentada a seguir, em termos percentuais, para o Brasil e para a MESOVALES:

**Tabela 9** - Distribuição da População Ocupada por Setor de Atividade. Brasil e Mesovales, 2000

	Brasil	Mesovales
Agropecuária, exploração florestal e pesca	18%	37%
Indústria de transformação	13%	6%
Construção	7%	6%
Comércio e reparação	17%	13%
Administração Pública	5%	4%
Alojamento e alimentação	5%	5%
Serviços domésticos	8%	8%
Outros serviços e outras atividades	27%	19%

Fonte: IBGE

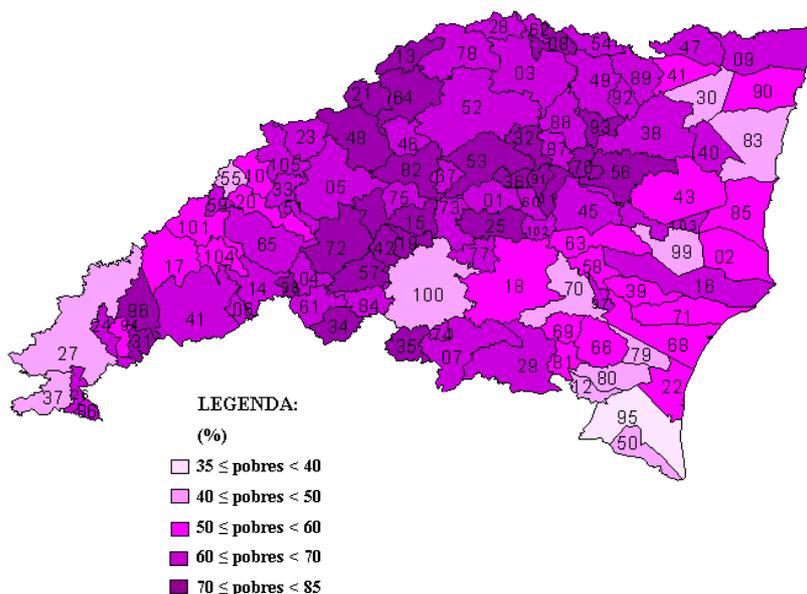
<sup>8</sup> Vide POCHMANN, M. Raízes da grave crise do emprego no Brasil. In: FONTES, R. & ARBEX, M.A. *Desemprego e mercado de trabalho: ensaios teóricos e empíricos*. Viçosa: Ed. UFV, 2000.

### 3.6.1. Rendimento do Trabalho<sup>9</sup>

Considerando a população residente em domicílios particulares permanentes (a qual representava mais de 99% da população residente total, em cada um dos estados de BA, MG e ES), calculou-se a renda mensal de cada família (soma das rendas de todos os membros da família), e esta foi dividida pelo respectivo número de membros, obtendo-se a renda familiar per capita de cada indivíduo. Esta foi somada para todos os indivíduos, dividindo-se, então, esta soma pelo número total de indivíduos (de todas as famílias), resultando a renda per capita de cada município.

Os “pobres” são os indivíduos com renda familiar per capita inferior a R\$ 75,50 por mês, em meados de 2000, equivalentes à metade do salário mínimo então vigente. O Mapa 8 mostra a proporção (%) de “pobres” na população, por município da região MESOVALES.

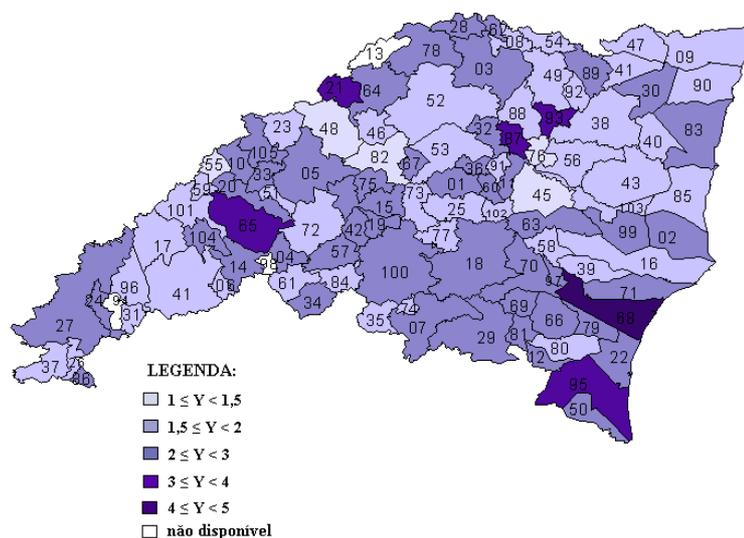
**Mapa 8** - Percentual de pessoas “pobres” na população, por Município da Região Mesovales, 2000.



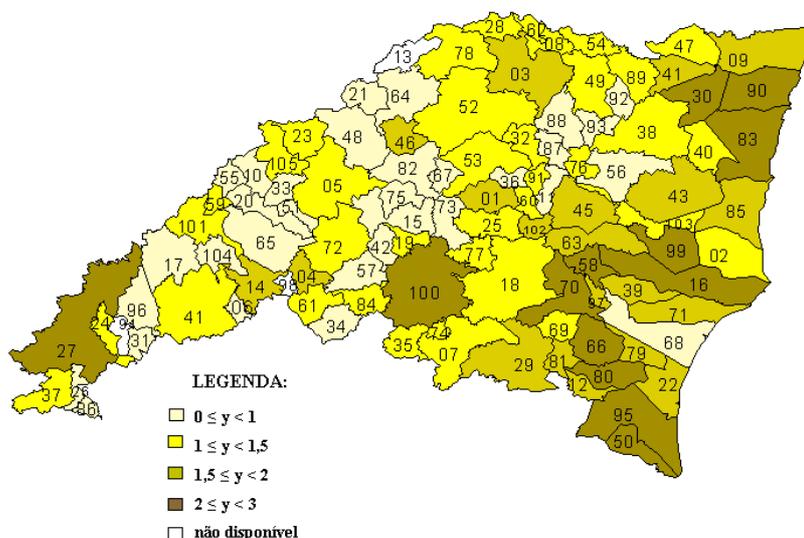
<sup>9</sup> Os dados apresentados aqui sobre rendimento do trabalho na região MESOVALES, por município, baseiam-se também no Censo Demográfico de 2000 (IBGE) e na RAIS 2000 (MTE). Da última fonte vieram os números de empregados com vínculo empregatício formal (carteira assinada) em 31/12/2000 e os respectivos salários (remuneração mensal em média no ano 2000). Os dados sobre renda per capita, bem como sobre a percentagem do rendimento do trabalho na renda total do município, e ainda a proporção de pessoas “pobres” na população, foram obtidos do IPEA/PNUD ([www.ipeadata.com.br](http://www.ipeadata.com.br)), tendo sido calculados com base no Censo Demográfico de 2000.

Os “rendimentos do trabalho”, conforme definição do IBGE no Censo Demográfico de 2000, consistem do rendimento de todos os trabalhos (“principal” e demais) em que a pessoa esteve ocupada na semana de referência do Censo (23 a 29/07/2000), exceto o valor da produção para consumo próprio e a parcela do pagamento recebida em benefícios, tais como: moradia, alimentação (refeição, cesta de alimentos, vale ou tíquete-alimentação), vale ou tíquete-transporte, roupas etc. O “rendimento do trabalho” abrange: no caso do empregado ou do trabalhador doméstico, a remuneração bruta do mês de referência – julho/2000 – sem excluir os descontos para instituto de previdência oficial, imposto de renda, faltas etc., e sem incluir décimo terceiro salário, gratificação de férias, participação em lucros paga por empregador; nos casos de trabalhador por conta própria ou empregador, a “retirada” no mês de referência do ganho com o seu empreendimento; no caso de pessoa licenciada por instituto de previdência oficial pelo trabalho, o rendimento bruto do mês de referência, recebido como benefício (auxílio-doença, auxílio por acidente de trabalho etc.); e, no caso de pessoa que recebe em produtos ou mercadorias de atividade da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, pesca e piscicultura, o valor real ou estimado, relativo ao mês de referência, recebido normalmente ou em média mensal, no caso de produto sazonal.

**Mapa 9** - Remuneração mensal média dos empregados com carteira assinada, em salários mínimos, por Município da Região Mesoval, 2000.



**Mapa 10** - Rendimento mensal médio das pessoas ocupadas, exceto empregados com carteira assinada, em salários mínimos, por Município da Região Mesovales, 2000.



A renda média dos empregados com carteira assinada (2,3 salários mínimos) é baixa, bem inferior à média do Brasil (4,9 salários mínimos). Os rendimentos médios das demais pessoas ocupadas – das quais a grande maioria é certamente constituída por empregados “sem registro” (inclusive diaristas), e trabalhadores por “conta própria” – são ainda piores, na maioria dos municípios da região.

Para o País como um todo, o rendimento mediano era em 2000 cerca de R\$ 1.500,00 para o subconjunto dos empregadores, sendo cerca de R\$ 300,00 tanto para os empregados quanto para os trabalhadores por conta própria. Sendo assim, cabe inferir que, analogamente, na região MESOVALES, os rendimentos das demais categorias deste segmento – principalmente os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por “conta própria” – eram significativamente inferiores ao rendimento médio de todo o segmento (pessoas ocupadas que não são empregados com carteira assinada, inclusive as pessoas ocupadas sem rendimento), que foi aqui calculado para cada município dessa região.

Considerando a situação dos rendimentos do trabalho na região MESOVALES, configurada por esses indicadores, não é de estranhar que a parcela (%) de “pobres” na população – isto é, das pessoas com rendimento familiar per capita inferior a 1/2 salário mínimo por mês – fosse tão grande na maioria dos municípios da região. De fato, pelos valores calculados por IPEA/PNUD com base nos dados do Censo Demográfico de 2000, tal parcela era superior a 40% em todos os municípios, com exceção de quatro: São Mateus

(37%) e Jaguaré (40%), no Espírito Santo, e Teófilo Otoni (40%) e Diamantina (40%), em Minas Gerais. A parcela de pobres superava 50% em 90 municípios, era superior a 60% em 64 municípios, e excedia 70% em 23 municípios. Das pessoas que trabalhavam e os membros de suas famílias, a maioria era constituída de “pobres”, ou seja, as pessoas ocupadas eram em sua maioria “pobres que trabalham” (“*working poor*”), no jargão da ONU<sup>10</sup>.

### 3.6.2. Agricultura

Algumas das principais lavouras temporárias, em termos de área colhida – como mandioca, feijão e milho – são destinadas à subsistência local, estando por isso dispersas pela região MESOVALES. Não obstante, pode-se ver na Tabela 10, abaixo, que os maiores produtores de mandioca concentram-se no sul da Bahia e norte do Espírito Santo, enquanto os maiores produtores de milho concentram-se no Espírito Santo e em Minas (Mucuri e Alto Jequitinhonha).

Por outro lado, a cana-de-açúcar concentra-se também no sul da Bahia e norte do Espírito Santo, embora acompanhados pelos municípios fronteiriços de Nanuque e Serra dos Aimorés (MG), que, aliás, formam uma cunha na divisa da Bahia com o Espírito Santo.

As lavouras permanentes mais importantes na região, em termos de área ocupada, exibem um padrão territorial mais concentrado, assim como a cana-de-açúcar, como se pode ver na Tabela 10. Com efeito, o cacau é privilégio da Bahia; o mamão é praticamente restrito à Bahia e ao Espírito Santo, sendo a produção bem distribuída entre os municípios dessas sub-regiões. A produção de coco-da-baía tem um padrão semelhante ao do mamão. Essas três culturas extrapolam o consumo local, dando ensejo à exportação.

O café tem se difundido por muitos municípios da região MESOVALES, encontrando-se a maior produção no eixo Jucuruçu-Itamaraju-Prado, no eixo Pinheiros-Boa Esperança-São Mateus-Jaguaré e no eixo Capelinha-Angelândia-Minas Novas-Novo Cruzeiro-Itaipé-Caraí (vide Tabela 10). Boa parte do café é também destinada à exportação (cerca de 70 % do café de Capelinha, por exemplo).

---

<sup>10</sup> Vide “Global Employment Trends, 2004” ou “Tendencias Mundiales del Empleo, 2004”, da Organização Internacional do Trabalho, em [www.ilo.org](http://www.ilo.org).

### 3.6.3. Silvicultura

Dois setores destacam-se na região MESOVALES:

- no sul da Bahia e norte do Espírito Santo, a produção de madeira em tora para papel e celulose, voltada para as fábricas em Aracruz (Aracruz Celulose) e Mucuri (Suzano Bahia Sul), e proximamente (2005) também em Eunápolis (Veracel);
- em Minas, a produção de carvão vegetal para abastecer usinas siderúrgicas de ferro-gusa e a Acesita (aço inox).

A produção de madeira em tora para celulose concentra-se nos municípios de São Mateus (2.171 mil m<sup>3</sup> em 2001), Alcobaça (1.320 mil m<sup>3</sup>), Mucuri (1.187 mil m<sup>3</sup>) e, em menor escala, nos municípios de Caravelas (644 mil m<sup>3</sup>), Nova Viçosa (464 mil m<sup>3</sup>), Conceição da Barra (296 mil m<sup>3</sup>) e Jaguaré (199 mil m<sup>3</sup>).

A produção de carvão de florestas plantadas (eucalipto) concentra-se na sub-região do Alto Jequitinhonha, destacando-se os municípios de Itamarandiba (85 mil t em 2001), Carbonita (48 mil t), Veredinha (46 mil t), Minas Novas (41 mil t), Turmalina (19 mil t) e Berilo (15 mil t). (Vide Tabela 10, a seguir).

**Tabela 10** - Utilização das terras e principais produtos da agricultura e da silvicultura (e quantidade produzida, se significativa, no contexto regional<sup>1</sup>). Municípios da Região Mesovales, segundo sub-região.

Municípios	Utilização das Terras <sup>2</sup>	Principais <sup>3</sup> produtos da agricultura	Principais produtos da silvicultura
	(% Da Área Utilizada)	(Quantidade Produzida Em T Ou Em Mil Frutos-Mf)	(Quantidade Produzida)
	1996	2002)	2001
<b>EXTREMO SUL DA BAHIA</b>			
Alcobaça	Pastagens: 45,9% Lavouras: 7,3% Matas e Florestas Naturais: 18,9% Matas e florestas artificiais: 22,3%	Coco (10057 Mf) Mamão (98951 Mf) Mandioca (15840 T)	Madeira em tora para papel e celulose (1319526 m <sup>3</sup> )
Belmonte	Pastagens: 43,0% Lavouras: 14,1% Matas e Florestas Naturais: 29,3%	Cacau (2375 T) Coco (6895 Mf)	
Caravelas	Pastagens: 69,4% Lavouras: 8,5%	Cana (231380 T) Coco (12204 Mf) Mamão (50960 Mf) Mandioca (14148 T)	Madeira em tora para papel e celulose (644469 m <sup>3</sup> )

Eunápolis	Pastagens: 75,7% Lavouras: 9,4%	Cana (157000 T) Coco (6800 Mf) Mamão (21250 Mf) Mandioca (20400 T)	
Guaratinga	Pastagens: 70,6% Lavouras: 8,1%	Cacau (3501 T)	
Ibirapuã	Pastagens: 86,0% Lavouras: 3,8%	Mamão	
Itabela	Pastagens: 60,9% Lavouras: 16,4%	Cacau (1193 T) Coco (8769 Mf) Mamão (40560 Mf)	
Itagimirim	Pastagens: 92,3% Lavouras: 0,4%	Mandioca	
Itamaraju	Pastagens: 70,7% Lavouras: 14,2%	Cacau (5266 T) Café (5695 T) Mandioca (13520 T)	
Itanhem	Pastagens: 91,6% Lavouras: 2,6%	Café Cacau	
Itapebi	Pastagens: 76,1% Lavouras: 8,4% Matas e Florestas Naturais: 10,3%	Cacau (1062 T)	
Jucuruçu	Pastagens: 76,6% Lavouras: 8,1%	Café (2314 T)	
Lajedão	Pastagens: 93,3% Lavouras: 2,9%	Cana (62888 T)	
Medeiros Neto	Pastagens: 89,9% Lavouras: 2,0%	Cana (129360 T)	
Mucuri	Pastagens: 40,6% Lavouras: 8,6% Matas e Florestas Naturais: 15,0% Matas e florestas artificiais: 27,5%	Cacau (1658 T) Cana (288960 T) Mamão (35100 Mf)	Madeira em tora para papel e celulose (1186784 m3)
Nova Viçosa	Pastagens: 48,8% Lavouras: 8,3% Matas e Florestas Naturais: 22,0% Matas e florestas artificiais: 16,0%	Cana (104720 T) Mamão (40635 Mf)	Madeira em tora para papel e celulose (463686 m3)
Porto Seguro	Pastagens: 61,9% Lavouras: 11,0% Matas e Florestas Naturais: 13,9%	Coco (7980 Mf) Mamão (45000 Mf) Mandioca (14400 T)	
Prado	Pastagens: 65,7% Lavouras: 6,3% Matas e Florestas Naturais: 20,1%	Café (8330 T) Coco (11286 Mf) Mamão (186300 Mf) Mandioca (12150 T)	
Santa Cruz Cabralia	Pastagens: 42,2% Lavouras: 9,4% Matas e Florestas Naturais: 36,6%	Mandioca (13200 T)	
Teixeira de Freitas	Pastagens: 83,6% Lavouras: 4,4%	Mamão (55350 Mf)	
Vereda	Pastagens: 82,3% Lavouras: 3,9%	Mamão (40050 Mf)	

<b>EXTREMO NORTE DO ESPÍRITO SANTO</b>			
Boa Esperança	Pastagens: 56,3% Lavouras: 32,9%	Café (10800 T) Cana (187862 T) Mamão (28880 Mf) Milho (2253 T)	
Conceição da Barra	Pastagens: 15,9% Lavouras: 18,7% Matas e Florestas Naturais: 18,3% Matas e florestas artificiais: 42,6%	Cana (612920 T) Coco (9200 Mf) Mandioca (11250 T)	Madeira em tora para papel e celulose (296090 m3)
Ecoporanga	Pastagens: 88,1% Lavouras: 4,4%	Café (3588 T)	
Jaguaré	Pastagens: 37,2% Lavouras: 38,6% Matas e Florestas Naturais: 17,2%	Café (25530 T) Coco (7560 Mf) Mamão (32000 Mf) Milho (2304 T)	Madeira em tora para papel e celulose (198870 m3)
Montanha	Pastagens: 84,6% Lavouras: 8,7%	Café (3894 T) Cana (180000 T) Mamão (54400 Mf) Milho (1400 T)	
Mucurici	Pastagens: 88,0% Lavouras: 3,4%	Mandioca (11250 T)	
Pedro Canário	Pastagens: 68,4% Lavouras: 14,0%	Cana (294000 T)	
Pinheiros	Pastagens: 75,6% Lavouras: 14,0%	Café (6600 T) Coco (5600 Mf) Cana (242420 T) Mamão (300000 Mf) Mandioca (55000 T)	
Ponto Belo	Sem Informação	Café	
São Mateus	Pastagens: 45,1% Lavouras: 12,1% Matas e Florestas Naturais: 11,2% Matas e florestas artificiais: 23,2%	Café (12159 T) Cana (164952 T) Coco (72000 Mf) Mamão (26505 Mf)	Madeira em tora para papel e celulose (2171023 m3)

MUCURI			
Águas Formosas	Pastagens: 88,2% Lavouras: 2,2%	Mandioca	
Ataléia	Pastagens: 91,9% Lavouras: 1,7%	Milho	
Bertópolis	Pastagens: 86,4% Lavouras: 3,7%	Mandioca	
Carlos Chagas	Pastagens: 90,3% Lavouras: 1,1%	Mandioca Cana	
Catuji	Pastagens: 30,6% Lavouras: 5,8% Lavouras temporárias em descanso: 41,2%	Café	
Crisólita	Sem informação	Mandioca	
Franciscópolis	Sem informação	Café	
Frei Gaspar	Pastagens: 72,8% Lavouras: 3,0% Matas e Florestas Naturais: 19,0%	Café	
Fronteira dos Vales	Pastagens: 72,0% Lavouras: 3,0% Matas e Florestas Naturais: 19,0%	Mandioca	
Itaipé	Pastagens: 30,7% Lavouras: 17,5% Matas e Florestas Naturais: 35,3%	Café (6900 T)	
Ladainha	Pastagens: 47,3% Lavouras: 11,4% Matas e Florestas Naturais: 29,8%	Café	
Machacalis	Pastagens: 78,5% Lavouras: 1,4%	Mandioca	
Malacacheta	Pastagens: 70,9% Lavouras: 7,9% Matas e Florestas Naturais: 14,3%	Feijão (723 T) Milho (2000 T)	
Nanuque	Pastagens: 88,8% Lavouras: 3,0%	Cana (98100 T)	
Novo Oriente de Minas	Sem Informação	Cana	
Ouro Verde de Minas	Pastagens: 71,3% Lavouras: 11,7%	Café (2100 T)	
Pavão	Pastagens: 80,3% Lavouras: 2,9% Matas e Florestas Naturais: 11,1%	Cana Mandioca	
Poté	Pastagens: 65,4% Lavouras: 7,7% Matas e Florestas Naturais: 20,7%	Milho (1820 T)	
Santa Helena de Minas	Sem Informação	Mandioca	
Serra dos Aimorés	Pastagens: 86,2% Lavouras: 8,1%	Cana (94400 T)	

Setubinha	Sem Informação	Milho (1440 T)	
Teófilo Otoni	Pastagens: 69,3% Lavouras: 5,3% Matas e Florestas Naturais: 16,1%	Feijão (512 T) Milho (2000 T)	
Umburatiba	Pastagens: 93,9% Lavouras: 0,7%	Mandioca	
<b>BAIXO JEQUITINHONHA</b>			
Almenara	Pastagens: 70,1% Lavouras: 1,2%	Mandioca Café	
Bandeira	Pastagens: 89,7% Lavouras: 1,7%	Mandioca	
Divisópolis	Pastagens: 64,7% Lavouras: 4,7% Matas e Florestas Naturais: 24,6%	Café	
Felisburgo	Pastagens: 84,8% Lavouras: 2,5%	Feijão	
Jacinto	Pastagens: 86,4% Lavouras: 1,3%	Milho	
Jequitinhonha	Pastagens: 52,8% Lavouras: 1,8% Matas e Florestas Naturais: 28,2%	Cana	
Joáima	Pastagens: 78,7% Lavouras: 3,1%	Mandioca	
Jordânia	Pastagens: 91,6% Lavouras: 1,7%	Mandioca	
Mata Verde	Pastagens: 74,3% Lavouras: 12,8%	Café	
Monte Formoso	Sem Informação	Café	
Palmópolis	Pastagens: 92,6% Lavouras: 2,2%	Mandioca Milho	
Pedra Azul	Pastagens: 60,5% Lavouras: 1,2% Matas e Florestas Naturais: 31,2%	Milho Cana Café Mandioca	
Rio do Prado	Pastagens: 87,3% Lavouras: 1,6%	Mandioca	
Rubim	Pastagens: 83,8% Lavouras: 0,8%	Mandioca	
Salto da Divisa	Pastagens: 90,6% Lavouras: 0,1%	Mandioca	
Santa Maria do Salto	Pastagens: 83,1% Lavouras: 2,0%	Mandioca	
Santo Antonio do Jacinto	Pastagens: 80,3% Lavouras: 6,1%	Mandioca (21600 T)	

<b>MÉDIO JEQUITINHONHA</b>			
Araçuaí	Pastagens: 65,8% Lavouras: 3,1%	Mandioca	
Cachoeira de Pajeú	Pastagens: 51,6% Lavouras: 4,0% Matas e Florestas Naturais: 33,2%	Mandioca	
Carai	Pastagens: 49,4% Lavouras: 13,3% Matas e Florestas Naturais: 25,2%	Café (2.850 T) Feijão (638 T)	
Comercinho	Pastagens: 68,1% Lavouras: 3,8% Matas e Florestas Naturais: 19,0%	Milho Mandioca Cana	
Coronel Murta	Pastagens: 70,4% Lavouras: 3,2% Matas e Florestas Naturais: 13,3%	Milho	
Itaobim	Pastagens: 68,5% Lavouras: 5,5% Matas e Florestas Naturais: 12,5%	Feijão	
Itinga	Pastagens: 57,2% Lavouras: 2,4% Matas e Florestas Naturais: 21,2% Terras produtivas não utilizadas: 11,9	Feijão	
Jenipapo de Minas	Sem informação	Milho	
José Gonçalves de Minas	Sem Informação	Café	Carvão (8640 T)
Medina	Pastagens: 71,6% Lavouras: 2,8% Matas e Florestas Naturais: 16,7%	Milho	
Novo Cruzeiro	Pastagens: 37,3% Lavouras: 14,2% Matas e Florestas Naturais: 36,3%	Café (3816 T) Feijão (1282 T) Milho (5600 T)	
Padre Paraíso	Pastagens: 51,6% Lavouras: 12,2% Matas e Florestas Naturais: 22,8%	Café	
Ponto dos Volantes	Sem Informação	Café	
Virgem da Lapa	Pastagens: 48,3% Lavouras: 5,3% Matas e Florestas Naturais: 12,8% Terras produtivas não utilizadas: 14,3%	Milho	

<b>ALTO JEQUITINHONHA</b>			
Angelândia	Sem informação	Café (3908 T)	
Aricanduva	Sem informação	Milho	
Berilo	Pastagens: 40,6% Lavouras: 9,4% Matas e Florestas Naturais: 35,0%	Milho	Carvão (15052 T)
Capelinha	Pastagens: 27,4% Lavouras: 18,3% Matas e Florestas Naturais: 36,9%	Café (7644 T) Feijão (545 T) Milho (3150 T)	Carvão (2137 T)
Carbonita	Pastagens: 11,4% Lavouras: 1,7% Matas e Florestas Naturais: 29,3% Matas e florestas artificiais: 43,5%	Milho (1260 T)	Carvão (47680 T)
Chapada Do Norte	Pastagens: 43,4% Lavouras: 11,3% Matas e Florestas Naturais: 26,5%	Milho	Carvão (5240 T)
Couto de Magalhães de Minas	Pastagens: 32,5% Lavouras: 10,3% Terras inaproveitáveis: 19,2% Terras produtivas não utilizadas: 19,2%	Milho	
Datas	Pastagens: 64,0% Lavouras: 7,6% Terras inaproveitáveis: 20,2%	Milho	
Diamantina	Pastagens: 40,5% Lavouras: 6,2% Terras inaproveitáveis: 20,5%	Milho (4500 T)	
Felício dos Santos	Pastagens: 31,8% Lavouras: 10,6% Matas e Florestas Naturais: 34,0% Terras inaproveitáveis: 15,6%	Milho (1200 T)	
Francisco Badaró	Pastagens: 51,7% Lavouras: 9,5% Matas e Florestas Naturais: 16,6%	Milho	
Gouvêa	Pastagens: 70,9% Lavouras: 5,5% Terras inaproveitáveis: 10,9%	Milho	
Itamarandiba	Pastagens: 21,5% Lavouras: 5,4% Matas e Florestas Naturais: 33,0% Matas e florestas artificiais: 31,5%	Milho (3300 T)	Carvão (85467 T)

Leme do Prado	Sem Informação	Milho	
Minas Novas	Pastagens: 30,2 Lavouras: 14,0% Matas e Florestas Naturais: 34,0%	Café Milho	Carvão (40970 T)
Presidente Kubitschek	Pastagens: 44,4% Lavouras: 8,3% Matas e Florestas Naturais: 25,4%	Milho	
São Gonçalo do Rio Preto	Pastagens: 33,9% Lavouras: 7,5% Matas e Florestas Naturais: 30,4% Terras inaproveitáveis: 18,4%	Milho	
Senador Modestino Gonçalves	Pastagens: 22,7% Lavouras: 4,9% Matas e Florestas Naturais: 23,0% Matas e florestas artificiais: 23,0%	Milho (1120 T)	
Turmalina	Pastagens: 13,8% Lavouras: 2,7% Matas e Florestas Naturais: 19,0% Matas e florestas artificiais: 44,0%	Café Milho	Carvão (19026 T)
Veredinha	Sem Informação	Milho	Carvão (45555 T)

Notas:

1) A produção por município foi considerada significativa no contexto regional se superior a: Cacau 1.000t; Café 2.000t; cana-de-açúcar 50.000t; coco-da-baía 5.000.000 frutos; feijão 500t; mamão 20.000.000 frutos; mandioca 10.000t; Milho 1.000t.

2) Pastagens: naturais e plantadas; lavouras: permanentes e temporárias.

3) Os produtos agrícolas selecionados eram os principais na região em termos de área colhida, conforme o IBGE - Produção Agrícola Municipal 1999.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1996; IBGE - Produção Agrícola Municipal 2002; IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2001

### 3.6.4. Pecuária

Os municípios com efetivo bovino acima de 50.000 cabeças compreendem Carlos Chagas (228.463 cabeças), Nanuque (123.953) e Crisolita (51.479), na microrregião de Nanuque (764.835 cabeças); Almenara (77.835), Jacinto (54.715), Jequitinhonha (56.869), Joáima (56.361) e Rubim (52.500), na microrregião de Almenara (784.084); Teófilo Otoni (133.247) e Ataléia (95.218), na microrregião de Teófilo Otoni (913.148); os municípios capixabas de Ecoporanga (153.516), Montanha (104.196), Mucurici (79.298), Pinheiros (69.144) e São Mateus (73.698); todos os municípios da microrregião de Porto Seguro (1.607.677), exceto Alcobaça e Santa Cruz Cabrália, com efetivos na faixa entre 53.245

(Nova Viçosa) e 148.365 cabeças (Itamaraju); e, finalmente, o município de Itapebi (65.481), na microrregião de Ilhéus-Itabuna.

A produção leiteira é mais distribuída entre os municípios, refletindo, geralmente, o mercado local, destacando-se as microrregiões de Porto Seguro (133.822 mil litros), Teófilo Otoni (78.418), Nanuque (74.117), Almenara (65.030); e os municípios de Teófilo Otoni (28.182), Ecoporanga (27.385) e Carlos Chagas (24.775).

### 3.6.5. Indústria de Transformação

A indústria de transformação representa apenas 6% das pessoas ocupadas na região MESOVALES, bem menos que 13% no conjunto do País. Pode-se ter uma idéia da composição setorial dessa indústria e de sua localização na região olhando-se os dados da RAIS (Ministério do Trabalho) sobre o número de empregados por setor da indústria. Como esses dados abrangem apenas os empregados registrados (com carteira de trabalho assinada), certamente deixam de fora muitos pequenos estabelecimentos com empregados informais, podendo ser indústrias domésticas (produtos alimentícios ou confecções de vestuário, por exemplo) ou “indústrias de fundo de quintal” (móveis ou utensílios domésticos, por exemplo), mas é de se presumir que capturam os estabelecimentos mais importantes em termos de emprego e produção.

Agregando-se esses dados para todos os municípios da MESOVALES, obtém-se os seguintes números e percentagens de empregados por setor da indústria de transformação, que são comparados às percentagens para o conjunto do País:

**Tabela 11** - Empregados por Setor da Indústria de Transformação. Brasil e Mesovales

Setor	Quant.	Brasil	Mesovales
Produtos de minerais não-metálicos	1897	16%	6%
Metalurgia	247	2%	10%
Mecânica	200	2%	6%
Material elétrico e de comunicações	5	0%	4%
Material de transporte	52	0%	6%
Madeira e mobiliário	1558	13%	8%
Papel, papelão; editorial e gráfica	1462	12%	6%
Borracha; fumo; couros e peles e similares e indústrias diversas	278	2%	5%
Química; produtos farmacêuticos e veterinários; perfumaria, sabão e velas; produtos de matérias plásticas	525	4%	10%
Têxtil, vestuário e artefatos de tecidos	1207	10%	14%
Calçados	9	0%	5%
Produtos alimentícios, bebidas, álcool etílico	4271	36%	20%
<b>TOTAL</b>	<b>11.711</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE.

Destacam-se na região MESOVALES, entre outras, as indústrias de produtos alimentícios e têxtil/vestuário, o que é compreensível, pois são indústrias tradicionais que atendem necessidades básicas dos consumidores locais (por exemplo, padarias) e cuja participação na composição industrial, bem como na despesa dos consumidores, é maior onde a renda per capita é menor. A indústria de produtos minerais não metálicos também é em parte de mercado local, sendo então mais ligada a demandas da construção (tijolos e telhas, ou blocos de cimento, por exemplo). Mas pode haver também enclaves industriais nestes setores (fábrica de cimento ou destilarias de álcool, por exemplo), com produção voltada para um mercado mais amplo ou externo à região.

No caso em tela, e em particular no setor de produtos alimentícios, constata-se um nível de emprego desproporcionalmente grande nos municípios de Medeiros Neto e Santa Cruz Cabrália (com 471 e 361 empregos num total de 1.583 no setor para todo o extremo sul da Bahia), bem como em Nanuque (com 809 empregos num total de 2.154 em toda a sub-região mineira do Jequitinhonha e do Mucuri). Similarmente no setor têxtil, vestuário etc. ocorre que Diamantina e Gouvêa respondem por 392 e 423 dos 982 empregos formais no setor na parte mineira da região MESOVALES. E, no caso do setor de produtos de minerais não metálicos, Pedra Azul aparece nos dados da RAIS com 247 dos 1.055 trabalhadores registrados do setor na mesma sub-região mineira. Analogamente, Teófilo Otoni comparece com 171 dos 208 empregos do setor de borracha etc. nessa mesma sub-região. Tudo isso sugere a existência de grandes estabelecimentos desses setores nesses municípios, ou de aglomerados de estabelecimentos menores, voltados, principalmente, para mercados externos às comunidades locais. De fato, conforme informações do INDI-MG ([www.indi.mg.gov.br](http://www.indi.mg.gov.br)), que mostram as principais empresas industriais de cada município de Minas Gerais (empresas com 10 ou mais empregados), classificadas por setor de indústria, Nanuque conta com um frigorífico, enquanto Diamantina e Gouvêa têm fábricas de tecidos.<sup>11</sup>

Isto é mais evidente e sabido no caso dos setores de madeira/mobiliário e papel etc., cujas participações no emprego industrial são bem superiores na região MESOVALES do que no conjunto do País (13% e 12%, respectivamente, vis-à-vis 8% e 6%).

O processamento e transformação de madeira destaca os níveis de emprego formal do setor nos municípios de Teixeira de Freitas (265 empregados), São Mateus (222), Eunápolis (219), Nova Viçosa (165) e Itamaraju (151). Esse trabalho de transformação da madeira, de

---

<sup>11</sup> No caso de Pedra Azul, parece que os dados da RAIS classificaram incorretamente, no ramo de “produtos de minerais não metálicos” da indústria de transformação, os empregados de uma empresa de extração de grafite, que deveria ser classificada na “indústria extrativa mineral” (que inclui a *extração* de minerais não metálicos).

modo geral, é feito em pequenos estabelecimentos, as serrarias, voltadas para a fabricação de móveis para atendimento ao mercado local. É a partir dessa base tradicional de produção que estão sendo montados dois Arranjos Produtivos Locais (APL), um em Itamaraju e outro em Turmalina, visando estabelecer um pólo moveleiro em cada um desses municípios.

Já no caso do setor de papel etc., trata-se, principalmente, de Mucuri (onde opera a Bahia Sul, produtora de celulose) e de Teixeira de Freitas, respondendo por 801 e 381 dos 1.215 empregos do setor no sul da Bahia (em fins de 2000). A Bahia representava, em 1992, cerca de 6% da produção brasileira de celulose de fibra curta, participação esta que aumentou para 11% em 1999, devendo crescer no futuro, até porque a produtividade da silvicultura no extremo sul do estado é muito superior à média do Brasil. Com efeito, a Suzano Bahia Sul vai investir US\$ 1,2 bilhões na expansão da unidade de Mucuri<sup>12</sup>. A Veracel (uma associação entre a Aracruz Celulose e a sueco-finlandesa Stora Enso) também está investindo US\$ 1,2 bilhões na construção da unidade em Eunápolis, que entrará em operação em 2005 produzindo inicialmente 900 mil t/ano de celulose<sup>13</sup>.

### **3.6.6. Indústria Extrativa Mineral**

Também aqui utilizamos os dados da RAIS, que não abrangem atividades exercidas às vezes informalmente, como garimpagem, pequenas lavras etc. Tais dados ressaltam os municípios de Medeiros Neto (com 89 dos 226 empregos registrados da mineração no sul da Bahia), Ecoporanga e São Mateus (com 176 e 497 dos 852 empregos dessa indústria no norte do Espírito Santo) e Araçuaí, Medina e Turmalina (com 92, 152 e 153 dos 397 empregos do setor nas sub-regiões de Jequitinhonha e Mucuri). As informações do INDI-MG apontam a extração de lítio em Araçuaí e de granitos (por várias empresas) em Medina. Registra também a extração de grafite em Pedra Azul, em cujo território encontra-se uma grande reserva desse mineral, com elevado índice de pureza.

Cabe destacar o município de São Mateus, com grandes perspectivas na extração de petróleo e gás natural. De fato, a Bacia do Espírito Santo ora se transforma na “nova fronteira” do setor no País, com reservas comprovadas de petróleo em seu território (em terra e mar) de mais de 1,5 bilhões de barris (a segunda maior do Brasil). Em São Mateus, a

---

<sup>12</sup> Cf. jornal *Valor*, 19/10/04.

<sup>13</sup> Cf. jornal *O Tempo*, Belo Horizonte, 16/09/04.

Petrobrás já atua na exploração em águas rasas, bem próximas à costa e à sede do município, além de já ter produzido durante décadas em poços terrestres em torno da cidade<sup>14</sup>.

### **3.6.7. Pesca**

A atividade pesqueira na região MESOVALES é representada principalmente pela pesca marinha, conduzida nos municípios litorâneos dos estados da Bahia e Espírito Santo. Em termos fisiográficos, estes municípios possuem plataforma continental relativamente larga, chegando a atingir 120 milhas. Nessa região, situa-se o “Arquipélago de Abrolhos, a cerca de 70 Km da costa do litoral sul da Bahia, formado por um conjunto de recifes de corais, ilhas vulcânicas, manguezais e canais de maré, localizado na parte mais larga da plataforma continental do estado, que se constitui na zona mais piscosa do litoral. Sua exploração, entretanto, é restringida por importantes e necessárias medidas ecológicas” (Potencial Pesqueiro do Estado da Bahia - DESEMBANCO/Fundação Baiana para Estudos Econômicos e Sociais - 1995).

O fundo da plataforma continental é duro e extremamente acidentado, formado por uma laje calcária associada a estruturas coralinas. Esse fundo rochoso e irregular, principalmente na isóbata dos 50m e no limite do talude, é o habitat de espécies nobres, tais como: vermelhos, badejos, garoupas, chernes e lagosta. A captura dessas espécies, normalmente sedentárias, habitantes dos fundos rochosos, fica limitada ao uso de linha simples, espinhéis e armadilhas, o que favorece e condiciona a atuação de uma frota artesanal.

A falta de condições de exploração das potencialidades dos recursos pesqueiros, atrelada às características da plataforma continental dessa região, torna a pesca eminentemente artesanal. As condições físicas do fundo, ao longo da costa e as condições oceanográficas determinam ainda a qualidade e a quantidade de recursos pesqueiros e limitam o uso de determinados tipos de embarcações e métodos de pesca, representados basicamente por aparelhos estáticos (rede de malhar, anzol etc.).

O setor pesqueiro pode ser dividido em duas atividades básicas, a pesca e a mariscagem. A distinção entre elas se dá em função das artes de pesca utilizadas, produto capturado e do sexo do indivíduo que exerce a atividade. Enquanto a pesca é exercida basicamente pelos homens, que utilizam embarcações e apetrechos de pesca para captura de

---

<sup>14</sup> Vide “Valor Setorial – Petróleo e Gás”, suplemento do jornal *Valor*, out. 2004.

peixes e crustáceos, a mariscagem é uma atividade considerada feminina, embora alguns homens a exerçam, resultando na captura manual de moluscos e crustáceos ou utilizando armadilhas.

A estatística da pesca no Brasil é carente de dados atualizados. Os dados mais recentes de pescadores são do Censo Demográfico de 2000 - IBGE (Vide Tabela 12).

**Tabela 12** - Número de pescadores por microrregião. Mesorregião Jequitinhonha-Mucuri, 2000

Estado/Microrregião	Número de Pescadores	Percentual (%)		
		Estado	Região	Brasil
BAHIA	3.878	11,98	2,54	1,19
Porto Seguro	3.878			
ESPIRITO SANTO	816	13,26	2,46	0,25
Montanha	8			
São Mateus	808			
MINAS GERAIS	274	8,38	0,82	0,08
Diamantina	11			
Capelinha	3			
Araçuaí	40			
Pedra Azul	22			
Almenara	69			
Teófilo Otoni	20			
Nanuque	109			
<b>TOTAL DA MESORREGIÃO</b>	<b>4.968</b>	-	-	<b>1,52</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Quanto à produção pesqueira, os dados mais atualizados foram localizados somente para o estado da Bahia no Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Estado da Bahia - Ano 2002. Nesse documento, os municípios baianos que compõem a microrregião de Porto Seguro produziram, em 2002, cerca de 5.397,44 toneladas de pescado. Considerando-se o preço de primeira comercialização do pescado, o valor estimado da produção de pescado foi de R\$29.043.000,00, demonstrando a importância desse setor econômico para a região.

### 3.6.8. Aqüicultura

Acompanhando o panorama mundial, os estoques pesqueiros da região do Extremo Sul da Bahia estão sendo submetidos a níveis predatórios de exploração, o que vem provocando graves problemas sociais para as comunidades pesqueiras, refletidos na queda da renda mensal média, normalmente inferior a um salário mínimo. Com o aumento da atividade de turismo, a tendência é a diminuição, ainda mais acelerada, da produção pesqueira, o que gera a necessidade de aperfeiçoar as técnicas de pesca.

A premência em diversificar a atividade agrícola, de buscar novas alternativas e a necessidade da atividade rural se inserir na nova ordem sócio-econômica mundial, fez com que a atividade de aqüicultura tivesse um salto quali-quantitativo, especialmente nos últimos dez anos. Na década de 90, os produtos da aqüicultura cresceram a uma média de 10,9% ao ano, sendo que, atualmente, 6,2% do volume da produção mundial de carne animal, proveniente de cultivo, advém do cultivo de peixes (piscicultura), camarões (carcinicultura) e bivalves, como as ostras (ostreicultura).

A Mesorregião reúne vários fatores favoráveis para a exploração aquícola, traduzidos, principalmente, pelas condições ambientais propícias, representadas pela luminosidade, clima quente, disponibilidade de água, relevo e solo e pela demanda insatisfeita do mercado consumidor regional e nacional por produtos pesqueiros com qualidade.

A exemplo da pesca, os dados mais recentes são do Censo Demográfico de 2000 – IBGE, que apresentam a freqüência de produtores que declararam ter a aqüicultura como fonte de renda, entretanto, não informam dados de produção e produtividade para aferir se o cultivo tem cunho comercial. Somente a microrregião de Porto Seguro apresenta alguma representatividade para o setor (Vide Tabela 13).

**Tabela 13** - Número de aqüicultores por microrregião. Mesorregião Jequitinhonha-Mucuri

Estado/Microrregião	Número de aqüicultores	Percentual (%)		
		Estado	Região	Brasil
BAHIA	175	6,95	2,13	0,91
Porto Seguro	175			
ESPIRITO SANTO	0	0,00	0,00	0,00
Montanha	0			
São Mateus	0			
MINAS GERAIS	8	0,63	0,16	0,04
Diamantina	0			
Capelinha	0			
Araçuaí	0			
Pedra Azul	0			
Almenara	8			
Teófilo Otoni	0			
Nanuque	0			
<b>TOTAL DA MESOREGIÃO</b>	<b>183</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,95</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Segundo a Bahia Pesca, empresa responsável pelo fomento aos setores de pesca e aqüicultura no estado da Bahia, a piscicultura comercial, na microrregião de Porto Seguro, é exercida por 22 piscicultores numa área de aproximadamente 225 hectares de viveiros e barragens, produzindo anualmente 1.120 toneladas de peixes.

O potencial da microrregião de Porto Seguro-BA para a Carcinicultura foi quantificado pelo Macrodiagnóstico do Potencial da Bahia para a Carcinicultura Marinha em 46,5 mil hectares de áreas propícias à atividade, envolvendo os municípios de Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri. Em Caravelas encontra-se em implantação um condomínio de fazendas de cultivo de camarões marinho, composto de 26 unidades e área total de 800 hectares de viveiros. O empreendimento, orçado em R\$ 40 milhões, conta com recursos da iniciativa privada. Os estudos encontram-se em fase de elaboração do projeto de implantação, e já possui manifestação prévia favorável dos órgãos ambientais responsáveis.

## **4. PLANO DE AÇÃO**

### **4.1. Introdução**

A grande inovação do Planomeso é a promoção da inserção social num contexto de produção sustentável, tecnologias sociais e ordenamento setorial e territorial com regras claras definidas pelo Estado. Uma questão fundamental será a aplicação das diretrizes estratégicas e prioridades do Plano, estruturado em sete temáticas (Trabalho e Renda, Turismo, Terra, Educação, Meio Ambiente, Saúde e Infra-Estrutura), como referenciais para orientar políticas públicas diretamente relacionadas ao fomento das atividades produtivas locais, com destaque para a inclusão étnica, a questão ambiental e de infra-estrutura.

Neste Plano, propomos a infra-estrutura na perspectiva das redes, na medida em que esta se apresenta como foco prioritário das ações, uma vez que a eliminação dos estrangulamentos logísticos mesorregionais é pré-condição para: (i) o estabelecimento de um ambiente mais propício para o desenvolvimento das atividades produtivas, cujo eixo serão os Arranjos Produtivos Locais (APLs); (ii) uma maior integração mesorregional; (iii) uma melhor conectividade da Mesorregião, tanto a nível nacional, quanto internacional.

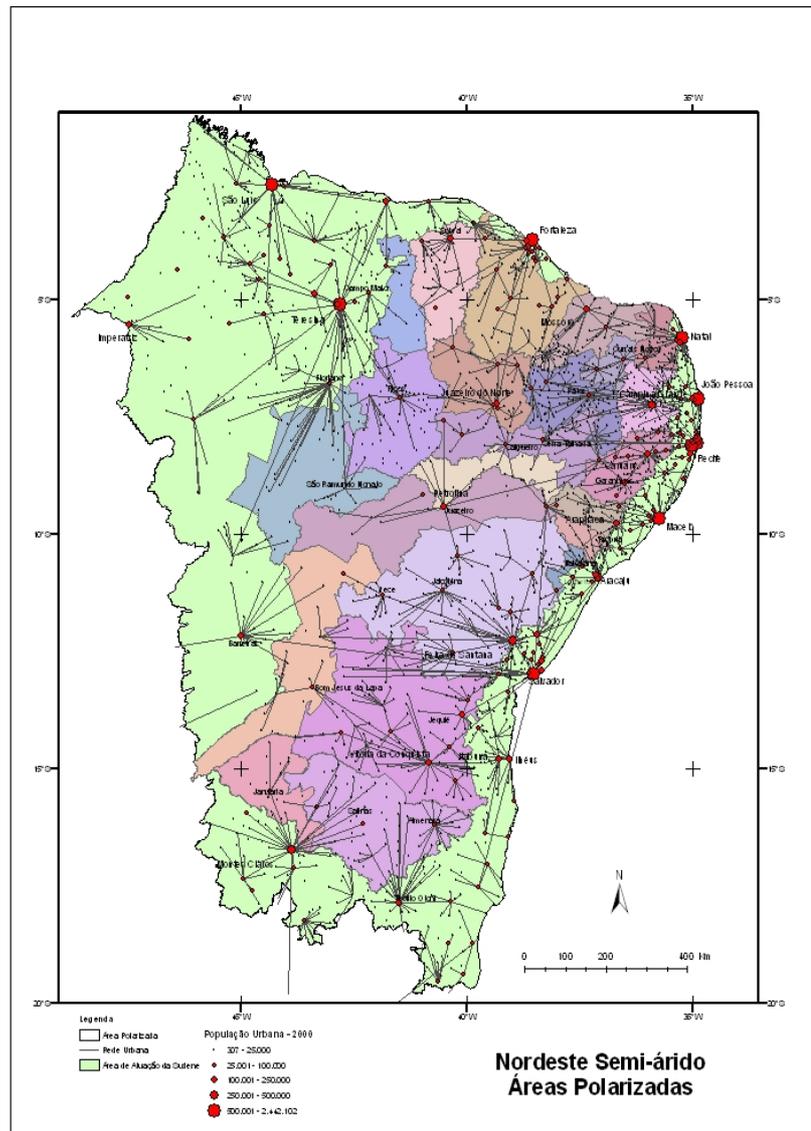
Esses centros compõem um novo mapa regional, onde as redes de energia, transportes e telecomunicações desempenham papel decisivo na diferenciação dos lugares e em sua capacidade de atrair investimentos. Uma nova concepção logística que inclui não somente a consolidação das redes estruturantes do espaço – como as de transporte, energia e telecomunicações, aumentando a densidade das redes e ocupando os vazios logísticos que permitam sua efetiva estruturação no contexto. (PDSA, p. 71)

Os vetores que articulam o espaço o fazem por meio de redes. Entre estas se destacam a rede de cidades e as redes de infra-estruturas diversas, destinadas à prestação de serviços, como as de infra-estrutura hídrica, de transportes, de telecomunicações e de serviços variados. Na base espacial regionalizada se assentam essas redes, que revelam capacidade de organizar e concentrar atividades relevantes para o desenvolvimento regional. Seus nódulos representam pontos favoráveis à polarização, que facilitam e potencializam a especialização das diferentes atividades econômicas que se instalam na região. O foco da estratégia nas redes permite definir a concentração espacial das atividades mais expressivas da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, com os conseqüentes efeitos positivos daí derivados. Tanto para o

eixo econômico, quanto para o eixo social, a estratégia promove o adensamento indispensável para a prática econômica sustentável da competitividade interna e externa à região.

Como nos mostra o mapa extraído do PDSA, as redes, com seus pólos de conectividades, articulam e constroem territorialidades na medida em que qualificam o espaço. O sistema de concentração nos pólos tem que gerar uma proporção de dispersão de infra-estrutura para gerar desenvolvimento social em sua área de influência. O mapa do Semi-Árido, área de planejamento central e articuladora, estratégica no que diz respeito à vetorização do Jequitinhonha e Mucuri, aponta os vetores de expansão das redes, mostrando também sua falta de conexão. Vemos na área verde no extremo sul da Bahia que, mesmo no litoral da mesorregião do Jequitinhonha e Mucuri, o vazio e a dispersão são muito grandes. Essa formulação se justifica porque os diferentes espaços geográficos da região ainda não foram devidamente articulados – interna e externamente.

Mapa 11 - Região do Semi-árido



Fonte: PDSA, 2005. Relatório Final (Cartograma 2.3, p. 76)

As redes urbanas e de infra-estrutura de diversas naturezas polarizam o mundo do trabalho, que se engasta em atividades de caráter *rurbano* e de caráter convencional, dividindo-se estas em atividades de escalas diferenciadas – de grande e menor porte –, considerada a empresa como unidade de medida. Por isso, devem também ser objeto de atualização sistemática, à luz das transformações do sistema econômico globalizado. O tratamento das redes, na perspectiva mencionada, constitui um elemento importante para a

estratégia do Plano, de modo que os espaços ainda não articulados possam converter-se em espaços especializados e competitivos.

#### **4.1.1. Arranjos Produtivos Locais (APLs)**

Tendo em vista o contexto levantado a partir do processo de planejamento participativo, nota-se, a partir das interações entre as fortalezas e estrangulamentos mesorregionais, o favorecimento à implantação de formas de produção diferenciadas com base no programa de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Para o Sebrae, um Arranjo Produtivo Local é caracterizado pela existência da aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal. Para isso, é preciso considerar a dinâmica do território em que essas empresas estão inseridas, tendo em vista o número de postos de trabalho, faturamento, mercado, potencial de crescimento, diversificação, entre outros aspectos.<sup>15</sup>

Os arranjos produtivos locais constituem importantes elementos das estratégias locais de desenvolvimento social, porque possibilitam a participação das comunidades, conselhos e fóruns de desenvolvimento – municipais, regionais e estaduais –, evitando-se soluções uniformizadas, onde o critério é a própria articulação das forças locais para definir os espaços de projetos. As atividades estruturadas em torno de arranjos produtivos caracterizam-se como aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, dotadas de especialização produtiva, mantendo algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

A modernização e a racionalização de atividades produtivas ligadas aos setores agropecuário, industrial e de serviços, com impacto econômico, ambiental e na melhoria da qualidade de vida, também devem incluir a agricultura familiar, integrada a grandes e pequenas empresas industriais, requerendo, contudo, tecnologias alternativas às técnicas tradicionais. É preciso fomentar a pesquisa empírica de sistemas produtivos locais existentes, para elaborar e implementar políticas adequadas de apoio a esses arranjos, ampliando a competitividade e a integração como instrumentos fundamentais das estratégias de desenvolvimento. Nos arranjos produtivos cabem tanto os pólos de alta densidade técnica,

---

<sup>15</sup> Site do Sebrae: [www.sebrae.com.br/br/coopererecrescer/arranjosprodutivoslocais.asp](http://www.sebrae.com.br/br/coopererecrescer/arranjosprodutivoslocais.asp).

como os aeronáuticos, quanto aqueles com reduzida base tecnológica, em geral, voltados para a produção de artigos destinados à economia popular.

A criação e o estímulo aos Arranjos Produtivos Locais, com ênfase horizontal, não constituem política oposta à criação e consolidação das grandes cadeias produtivas, que também atuam na agregação de valor aos produtos da terra e na identificação de oportunidades de pequenos negócios, a partir da análise dos encadeamentos das empresas existentes, a montante e a jusante. O desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais pode vir a ser um importante instrumento de promoção do desenvolvimento econômico para a mesorregião.

As possibilidades, nesse campo, dentro e fora de arranjos produtivos, incluem transferência de tecnologia, capacitação, troca de informações e apoio financeiro, entre outras possibilidades. Os benefícios são mútuos, na medida em que os pequenos empreendimentos fornecem, a montante, insumos às grandes e médias empresas, constituindo, a jusante, um mercado significativo. As empresas de médio e grande porte ganham fornecedores mais regulares, pontuais e de qualidade e um mercado ampliado. As pequenas empresas passam a ter clientes mais estáveis, oportunidades para melhorar o seu conhecimento tecnológico e, no caso das empresas franqueadas, se beneficiam de marcas conhecidas pelo público.

Neste ambiente geográfico, em geral, são encontrados além das empresas produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de insumos, equipamentos e componentes, prestadoras de serviços, distribuidoras, serviços especializados de apoio à produção, à comercialização e ao desenvolvimento tecnológico de produto e ao processo de gestão. Há, também, rede de instituições públicas e privadas dedicadas à formação e treinamento de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, mercado de trabalho estruturado para o atendimento das atividades específicas do APL, infra-estrutura produtiva e comercial, agências de promoção e de financiamento. Assim, o Plano deve promover estudos de identificação das cadeias produtivas e das vocações regionais.

Dessa forma, a busca incessante de agregação de valor à produção local deve ser um dos principais norteadores de uma estratégia geral de desenvolvimento para a mesorregião. A identificação do potencial econômico da região permite a adoção de uma estratégia geral voltada para a consolidação de cadeias produtivas, dadas a frequência e a importância local. Podemos apontar o desenvolvimento desses Arranjos como o mais importante instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável na região.

A implementação das cadeias produtivas deve vir acompanhada de uma visão de utilização sustentável dos recursos naturais, envolvendo técnicas de manejo sustentável, a utilização de tecnologias agroecológicas, melhoramento das pastagens e controle das zoonoses no rebanho, difusão das regras de controle de uso de agrotóxicos, licenciamento das áreas de mineração, busca de medidas compensatórias e mitigadoras para os impactos etc. A difusão da pesquisa e do conhecimento técnico, em interação com o conhecimento tradicional das comunidades locais, tem vital importância.

Um aspecto importante é a necessidade do estudo das possibilidades de transformação da estrutura produtiva local, envolvendo os segmentos com maior vocação na região, através de projetos que resultem em uma maior agregação de valor à produção.

Por fim, várias iniciativas devem ser implementadas ou intensificadas pelo Governo Federal, em parceria com os governos estaduais e municipais. São ações relacionadas às atividades tradicionais da região, que não devem ter a pretensão de, por si só, alterar o panorama econômico da região, mas que podem contribuir de forma expressiva para a alavancagem do desenvolvimento regional. O fortalecimento da agricultura familiar e, particularmente, de atividades relacionadas à ampliação e melhoria dos Projetos de Assentamentos, o fomento às atividades relacionadas à economia solidária e a ampliação da infra-estrutura institucional complementam a estratégia geral para as ações de fomento às atividades produtivas a serem implementadas, com ênfases condicionadas às especificidades da mesorregião.

#### **4.1.2. Produção Familiar**

O apoio à agricultura familiar deve estar entre as prioridades do PLANOMESO. O Governo Federal propõe as seguintes ações relacionadas à agricultura familiar para o período 2005/2007: a) fomentar projetos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar; b) ampliar as aquisições de alimentos provenientes da agricultura familiar; e c) montagem de uma rede de comercialização da produção da agricultura familiar. Deve-se dar suporte à comercialização da produção através da garantia de financiamento e do investimento em infra-estrutura, além de políticas e incentivos adequados à viabilização da produção familiar, como, por exemplo, o estabelecimento de programas que organizem o comércio mesorregional, tanto na venda de produtos, quanto no incentivo ao associativismo que possibilita a geração de uma escala de produção que viabiliza a inserção desta produção no mercado.

As estratégias para a produção familiar incluem ainda a elaboração de Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável, envolvendo a assessoria técnica e extensão rural pública de qualidade, voltada para a agricultura sustentável e ao manejo florestal; a realização de campanhas de conscientização para o combate da prática de corte e queima; o incentivo à agroecologia; incentivo à criação de cooperativas de crédito; a criação de redes e/ou centrais de comercialização da produção; a implantação de escolas agrotécnicas e das casas familiares rurais; o desenvolvimento de tecnologias de beneficiamento de produtos locais; a implantação de campos de produção de mudas e distribuição de sementes, como forma de fomentar a recuperação de áreas degradadas; dentre outras.

O investimento na melhoria dos assentamentos do INCRA e na ampliação de seu número é uma das medidas estratégicas para a promoção do desenvolvimento na região. A superação de problemas relacionados à regularização fundiária, grilagem no entorno e nas próprias áreas, más condições das estradas, dificuldades na comercialização da produção e na obtenção de crédito, falta de energia elétrica, além de inúmeros conflitos sociais é condição básica para se alcançar aquele objetivo.

Deve-se, sobretudo, apostar na reformulação do modelo de reforma agrária dos assentamentos na região para um modelo sustentável que inclua o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Ambiental (PDA) em cada assentamento rural e áreas de pequenos agricultores familiares, com estrutura que favoreça a viabilidade socioeconômica (envolvendo o escoamento da produção e o acesso a serviços básicos de educação e saúde) e respeito à legislação ambiental.

Seguiremos tratando das temáticas estruturais que se constituirão no eixo condutor das propostas de programas e ações das políticas públicas setoriais que delinearemos a seguir.

## 4.2. Trabalho e Renda

Em relação à questão *trabalho e renda*, verifica-se, na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, uma série de potencialidades que, tratadas de forma adequada, podem apresentar resultados extremamente positivos para a geração de emprego e renda, principalmente no curto prazo. Ao lado de tais potencialidades, no entanto, o que se percebe é a manifestação de alguns aspectos que dificultam ou inibem uma distribuição menos desigual, tanto do emprego, quanto da renda. Foram apontados no processo participativo vários ramos de atividades que expressam as potencialidades da Mesorregião, bem como os pontos de estrangulamento que precisam ser superados.

Alguns produtos da Mesorregião apresentam notável destaque no mercado estadual, nacional ou mesmo internacional. Assim, por exemplo: a cachaça em Minas Gerais, produto nacionalmente reconhecido como destilado de alta qualidade; a produção de bovinos no extremo sul da Bahia, uma vez que os três maiores produtores e o melhor couro desse Estado encontram-se nessa região; o turismo no norte do Espírito Santo, no litoral sul baiano e Alto Jequitinhonha, regiões conhecidas como pólos turísticos desses Estados.

O artesanato difunde-se por toda a região, e apresenta-se com forte potencial para inclusão social, a partir da geração de emprego e renda. Tal fortaleza refere-se, dentre outros fatores: a facilidade de acesso às matérias-primas; a presença marcante das etnias (indígenas e quilombolas); a forte cultura local (folclore, danças, música); a grande diversidade de produtos; ao alto padrão de qualidade.

As culturas de mandioca e café também podem ser encontradas ao longo de toda a Mesorregião, ambas sendo reconhecidas pela grande capacidade de geração de emprego e renda. A mandiocultura é favorecida, principalmente, por fatores edafoclimáticos, por uma forte tradição na agricultura familiar e conhecimento do processo produtivo, pela existência de linha de crédito específica, pela possibilidade de ser consorciada ao cultivo de outras lavouras e por um amplo mercado consumidor. O café, além das condições climáticas favoráveis, também conta com forte mercado consumidor e festas de divulgação do produto (a festa do café em Itabela-BA, por exemplo).

A pecuária, de corte ou de leite, também aparece como uma das atividades a serem potencializadas. Algumas vantagens observadas: proximidade com o mercado consumidor do nordeste brasileiro; presença de várias cooperativas e outros compradores; os já mencionados tamanho do rebanho e qualidade do couro baianos; diversificação dos derivados; aproveitamento de subprodutos de outras cadeias produtivas – como o bagaço da cana-de-

açúcar, usado para o artesanato. Apesar desses elementos positivos, há algumas dificuldades específicas dessa atividade: altos custos da matriz para a pecuária leiteira; exploração predatória das pastagens; inexistência de frigoríficos e curtumes.

Fatores de ordem diversa favorecem e incentivam o fortalecimento da fruticultura na Mesorregião. A fertilidade do solo; proximidade com indústrias de beneficiamento (fábrica de sucos próxima à cidade de São Mateus-ES); o crescimento da demanda global; abundância de recursos hídricos; a existência, em Minas Gerais, do Plano Diretor de Recursos Hídricos (PLAVALE); projetos e estudos em andamento; incentivo à produção orgânica. Por outro lado, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a precariedade da infra-estrutura, o alto custo operacional dos equipamentos de energia e irrigação, a concentração dos recursos hídricos, a baixa titularidade das terras, entre outros problemas, colocam grandes dificuldades para um melhor aproveitamento de todos o potencial verificado.

A produção de cana-de-açúcar e derivados também apresenta forças e fraquezas que precisam ser equacionadas visando uma otimização dos resultados. Ademais das já citadas qualidade da cachaça e articulação com outras cadeias produtivas (além da bovinocultura, o bagaço da cana pode ser utilizado na produção de artesanato), aparecem: a produção da rapadura e do açúcar mascavo; tradição mineira na produção de cachaça; existência de arranjos produtivos locais implantados ou em estudo; mercado consumidor da cachaça em expansão (local, nacional e global); condições climáticas favoráveis. Por outro lado, a presença de grandes áreas destinadas à monocultura, a informalidade na produção e comercialização desses produtos, os problemas relacionados às condições sanitárias exigem um tratamento adequado por parte de todos os agentes envolvidos nessa cadeia produtiva.

A Mesorregião conta com abundantes reservas naturais de rochas e gemas, que possuem alto valor no mercado nacional e internacional. Nesse sentido, ressalta-se a tradição histórica da Mesorregião na extração de gemas, além da Feira Internacional de Gemas e Jóias, em Teófilo Otoni-MG, para divulgação e comercialização da produção. Entretanto, verifica-se um alto grau de informalidade dos agentes produtivos, a exploração predatória do meio ambiente, a falta de fiscalização efetiva e a baixa agregação de valor no âmbito da própria região.

Algumas características da Mesorregião – abundância de recursos hídricos ou de matéria-prima, diversidade étnica e cultural, exuberância da natureza, presença de sítios arqueológicos, patrimônios paisagísticos e culturais –, aliadas à existência de projetos em fase de implementação ou conclusão e de estruturas físicas (de produção e/ou de ensino) já

implantadas, proporcionam forte incentivo à condução de algumas atividades: aqüicultura, ovino/caprinocultura, turismo, apicultura, movelaria, dentre outras.

Duas possibilidades para o extremo sul da Bahia: revitalização da lavoura cacaueteira e plantação de seringueiras. Quanto ao cacau, apesar de seu grande potencial para geração de emprego e renda, decorrente da colheita manual, existem dificuldades de acesso ao crédito e o não aproveitamento total da cadeia produtiva, inclusive pela não existência de projetos contemplando a industrialização do produto. A seringa, ao contrário do petróleo, apresenta-se como fonte renovável de matéria-prima para diversas indústrias, além de poder ser plantada em consórcio com outras lavouras. No entanto, seu cultivo é complexo e baseado em modelos de grandes propriedades, além do longo prazo para retorno dos investimentos.

De maneira abrangente, existe, nas três sub-regiões componentes da Mesoval, uma certa convergência no tocante aos problemas que dificultam uma otimização do potencial das atividades discutidas acima. Em primeiro lugar, no que se refere às linhas de crédito, podem ser mencionados: (i) excesso de burocracia dos bancos oficiais; (ii) insuficiência dos recursos disponibilizados; (iii) inexistência de linhas de crédito para algumas atividades. Como conseqüências, diretas ou indiretas de tal fato, emergem as dificuldades para investimentos em novas tecnologias, baixos índices de produtividade e falta de competitividade.

Em segundo lugar, aparece um conjunto de problemas relacionados à infra-estrutura, dificultando tanto a produção, quanto a comercialização dos produtos. É baixa a oferta de energia elétrica (há a expectativa de que a construção da Usina de Irapé, no rio Jequitinhonha, venha aumentar a disponibilidade de energia para a região). Projetos como o Luz para Todos que instalam redes bifásicas e não trifásicas como seria necessário ao fomento da produção. As estradas, de maneira geral, estão em péssimo estado de conservação, além da falta de pavimentação de trechos estratégicos, que dificultam o escoamento da produção e elevam os preços dos produtos. A falta de centrais de abastecimento (CEASAs), apesar da existência de alguns projetos (existe pelo menos um projeto para a implantação de um Ceasa no Extremo Sul da Bahia, além de um no município de São Mateus-ES), é um dos principais estrangulamentos à comercialização da produção agropecuária da Mesorregião.

Outro conjunto de dificuldades está relacionado às questões de pesquisa, assistência técnica e ensino. Quanto à realização de pesquisas e prestação de assistência técnica especializada, inexistem ou são insuficientes na porção mineira da Mesorregião, por exemplo, pesquisas relacionadas à fruticultura e ao biodiesel. Ademais, malgrado a presença de órgãos como a EMATER e EMBRAPA, a assistência técnica ainda é incipiente para atender de

forma satisfatória a demanda existente. Já para o ensino, além dos baixos índices de escolaridade, a falta de pessoal técnico capacitado é sentida nas mais variadas atividades: pecuária leiteira, fruticultura, cafeicultura, apicultura, ovino/caprinocultura, artesanato, turismo, movelaria etc.

Em quarto lugar, algumas fraquezas referem-se, basicamente, à não-agregação de valor a diversos produtos no âmbito da própria Mesorregião, como, por exemplo: gemas e jóias, no extremo sul da Bahia e em Minas Gerais; apicultura, em Minas Gerais; pescado, no norte do Espírito Santo; inexistência de frigoríficos e curtumes no extremo sul da Bahia, visando possibilitar a agregação de valor aos produtos provenientes da bovinocultura, tampouco são verificados nessa região projetos que contemplem a industrialização do cacau.

Abarcando elementos relacionados à gestão, em bases individuais ou coletivas, podem ser mencionados: alta informalidade dos agentes produtivos; certo *amadorismo* na condução dos empreendimentos, que se refletem na produção – envolvendo, inclusive, aspectos sanitários e de higiene –, armazenagem e comercialização dos produtos; divulgação incipiente e inadequada dos produtos e potencialidades da Mesorregião (nesse sentido, o turismo é um exemplo significativo); dificuldades de acesso às informações; utilização incipiente das novas tecnologias de informação; e, por fim, desarticulação entre os diversos agentes produtivos.

A consideração dos aspectos ambientais envolve, por um lado, as restrições que estes impõem à potencialização de algumas atividades: o relevo impróprio, por exemplo, dificulta a pecuária leiteira na porção mineira da MESOVALES. Por outro lado, devido às características intrínsecas ou mesmo pela maneira como algumas atividades são conduzidas, observa-se a manifestação de sérios problemas ambientais: assoreamento dos rios, degradação do solo, das nascentes dos rios e das matas ciliares.

A partir da confrontação entre as potencialidades e estrangulamentos relacionados às atividades produtivas da Mesorregião, foram apontadas, durante as oficinas nos estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais, uma série de propostas visando à otimização dos recursos disponíveis e, dessa maneira, contribuir para a conformação de uma situação menos desigual. Tais propostas foram pensadas, nas três oficinas (diagnóstico participativo e eleição dos delegados) realizadas e no seminário (construção das planilhas pelos delegados), em termos de Arranjos Produtivos Locais (APLs), que, portanto, constituíram-se nos eixos estruturantes da quase totalidade das ações suscitadas pelos sujeitos locais.

Conforme já foi observado neste Plano, o estímulo aos APLs representa um importante fator no que se refere à potencialização e sustentabilidade do desenvolvimento

Mesorregional. De fato, as características atinentes aos APLs – a concentração, em determinado território, de empresas setorialmente especializadas, com um aprofundamento das relações entre os diversos agentes envolvidos – conduzem a um necessário conjunto de elementos que serve de suporte e, simultaneamente, funciona como importante fator de capacitação técnico-profissional, de aprimoramento dos processos produtivos e de um aumento quali-quantitativo das articulações e interações entre os agentes envolvidos. Na realidade, as necessidades que emergem da própria definição dos APLs contribuem para o estabelecimento de uma situação cujo principal aspecto passa a ser a melhoria contínua dos seus diversos componentes, considerados individualmente e em suas interações.

Nesse sentido, tendo em vista o grande e diversificado potencial da Mesorregião em tela, os APLs propostos foram os que seguem abaixo, sendo que, para alguns, foram também apontados alguns programas específicos:

- a. *Bovinocultura*. Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira e Programa de Abatedouros e Curtumes Municipais. As ações seriam: proporcionar a instalação do frigoríficos e curtumes, promover melhoria genética (zootecnia e fitotecnia), implantar o sistema de vigilância sanitária, finalizar o frigorífico de Montanha-ES.
- b. *Fruticultura*. Programa de Desenvolvimento da Fruticultura Tropical, abrangendo várias ações, que, devido ao seu caráter estrutural, serão tratadas adiante.
- c. *Cafeicultura*. Programa de Fortalecimento da Cultura do Café. As principais ações seriam: implantar viveiros municipais, com distribuição gratuita de mudas aos pequenos produtores; incentivar à implantação de fábrica de café solúvel. Ressalta-se, também: (i) a necessidade de ampliação deste APL para novos núcleos: Divisópolis, Itaipé, Teófilo Otoni, Itabela, Boa Esperança, Jaguaré e Capelinha; (ii) a criação e fortalecimento de cooperativas; (iii) melhoria do sistema de logística, especificamente no que diz respeito à reativação do sistema de logística de armazenagem, comercialização e pesquisa (Armazém IBC, em Teófilo Otoni-MG).
- d. *Artesanato*. Programa de Artesanato Mesorregional. O artesanato é uma atividade que, pode-se dizer, está difundida por toda a Mesorregião. Aliás, não é meramente o artesanato que está difundido, mas sim um artesanato de qualidade e singularidade reconhecidas nacional e internacionalmente. Nesse

sentido, existe o potencial para a implantação deste APL em novos núcleos: Conceição da Barra, Itinga, Cabrália, Ecoporanga e Turmalina. Outras ações envolvidas seriam: criação de centros mesorregionais para divulgação e comercialização dos produtos, além da capacitação dos produtores, através da realização de oficinas; incentivo à produção do artesanato ecologicamente correto e socialmente justo; incentivo à produção artesanal, privilegiando os aspectos culturais, étnicos e de gênero; revitalização dos designers baseados nas culturas das etnias locais; implementação de estratégias de marketing, envolvendo divulgação dos produtos e elaboração de um calendário de eventos da Mesorregião; criação de incubadoras de artesanato.

- e. *Gemas e Jóias*. A principal ação refere-se à necessidade de ampliação deste APL para novos núcleos: Teófilo Otoni, Araçuaí, Guaratinga e Itamaraju. Outras ações propostas: catalogar a ocorrência de minérios da Mesorregião; implantação de centros de formação e pesquisa; políticas de incentivo para instalação de parques industriais.
- f. *Granitos*. A principal ação refere-se à necessidade de ampliação deste APL para novos núcleos: Teófilo Otoni, Araçuaí, Itaobim e Norte do Espírito Santo. Outras ações propostas: catalogar a ocorrência de minérios da Mesorregião; implantação de centros de formação e pesquisa; políticas de incentivo para instalação de parques industriais.
- g. *Derivados de cana-de-açúcar*. Em primeiro lugar, em relação ao APL da Cachaça, existe a necessidade de ampliação para novos núcleos, tais como: Eunápolis, Nanuque (sujeito à avaliação técnica), Boa Esperança e Pedra Azul. Por outro lado, tendo em vista o melhor aproveitamento sócio-econômico deste APL, deve ser estimulado: a inclusão de derivados da cana-de-açúcar (rapadura) na merenda escolar; conscientização dos órgãos públicos para divulgação da cachaça como patrimônio cultural do Brasil; implementação de estratégias de marketing: marca “Cachaça-Brasil”; profissionalização dos produtores de cachaça.
- h. *Biodiesel*. Programa Nacional de Biodiesel. Em primeiro lugar, é imprescindível a realização de pesquisa para verificar a viabilidade técnica, econômica e ambiental do biodiesel no âmbito da Mesorregião, o que deve ser concluído a médio e longo prazo. Ademais, a conclusão de pesquisa para

definição do tipo de cultura mais viável (viabilidade econômica) e o aumento dos incentivos (crédito, assistência técnica, campos de demonstração e pesquisa) também devem ser levados em consideração.

- i. *Mandiocultura e derivados*. A implantação e melhoria das casas de farinha em toda a Mesorregião, bem como a implantação de unidades de beneficiamento, a médio prazo, nas localidades de Eunápolis, Guaratinga, Almenara e Pinheiros, são duas ações primordiais no que diz respeito ao APL da Mandiocultura e derivados. Vários programas vinculados a este APL foram listados: Programa de Compra Direta; Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva para padronização da produção; Programa técnico que capacite o agricultor a evitar a exaustão do solo; Programa de Patrulha Mecanizada para os municípios. Outras ações envolvem: implantação de farinhas comunitárias e melhoria/adequação às exigências sanitárias das casas de farinha e a disponibilização de equipamentos para trabalhar a terra.
- j. *Seringueira*. Deve-se estimular a produção consorciada da seringueira, além de ser importante o fornecimento de subsídios à produção quando esta ocorrer em áreas de encosta.
- k. *Cacaucultura*. Programa de Revitalização da Lavoura Cacaueira, sendo que algumas ações relacionadas seriam: cumprimento efetivo deste programa, tendo por base os municípios de Bandeira, Jordânia, Belmonte, Guaratinga e Itamaraju; criação de jardins clonais (em Bandeira e Itamaraju); e maior agregação de valor ao produto (industrialização).
- l. *Apicultura*. Programa de Incentivo Financeiro para Aquisição de Terras Próximas às Comunidades (cooperativas). Em linhas gerais, propõe-se a implantação deste APL nas microrregiões ainda não contempladas.
- m. *Ovino/Caprinocultura*. Ademais da criação de frigorífico e curtume na cidade de Eunápolis, deve-se atentar para a implantação de cursos de capacitação e treinamento da mão-de-obra em toda a Mesorregião.
- n. *Moveleira*. Programa para Preservação da mata Atlântica. Programa de ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico): ocupação de monoculturas e Unidades de Conservação (UCs). Programa de Incentivos: competitividade e logística. Programa de Promoção e Inserção nas comunidades locais dos móveis produzidos na Mesorregião. As ações apresentadas foram: apoio às pequenas

unidades de produção; ampliação do estudo do mercado consumidor; diversificação das culturas de madeira; na Bahia, ampliação da APL para novos núcleos; ampliação do prazo de carência (Proflora), exceto para árvores exóticas; aquisição de estufa para tratamento da madeira (necessário para obtenção do “selo verde”).

- o. *Piscicultura / Pesca (rios e mar)*. A médio e curto prazo, deve-se acelerar o processo de implantação deste APL no núcleo de Itamaraju, bem como proceder a ampliação para novos núcleos (São Mateus, Salto da Divisa, Nanuque e Conceição da Barra). Outras ações necessárias: estruturar colônias de pescadores com o apoio da Federação da Pesca e Secretarias Estaduais de Pesca; disponibilização de cursos de capacitação para as colônias de pescadores (captura, gestão, comercialização e cooperativismo); implantação de uma unidade de beneficiamento do pescado, com aproveitamento de resíduos (curtume para o couro do peixe, tendo como público-alvo as mulheres e os afro-descendentes); inclusão do pescado na merenda escolar; criação de núcleos de pesquisa e implantação de escolas de pesca (ambas as ações em Cabrália, Nova Viçosa e Conceição da Barra).
- p. *Floricultura*. A esse respeito, precisa ser realizado um diagnóstico da floricultura na Mesorregião e, caso seja viável, tal atividade deverá ser estimulada e fomentada.

Dentre as ações apontadas durante as Oficinas e Seminário, algumas possuem caráter estrutural e, em sua grande maioria, estão relacionadas aos aspectos de gestão, acesso ao crédito, capacitação profissional, comercialização dos produtos, maior agregação de valor no âmbito da própria Mesorregião, infra-estrutura e logística. A criação e fortalecimento das cooperativas, proposta recorrente nas oficinas dos três estados e reforçada durante o Seminário, desponta como uma das principais formas de gestão dos empreendimentos e de articulação das cadeias produtivas, talvez devido às características inerentes a este tipo de organização: gestão democrática; distribuição igualitária do excedente; compromisso com a educação dos cooperados; cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais; contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que a cooperativa está localizada; dentre outras (Cf. SANTOS & RODRÍGUEZ, 2002; SINGER, 2000).

Outra proposta que perpassa praticamente todos os APLs abordados relaciona-se à qualificação técnico-administrativa dos produtores. Observa-se, nesse sentido, uma importância do mencionado fortalecimento das cooperativas, posto que a qualificação dos cooperados, conforme visto acima, encontra-se nas bases dessas organizações. Com o objetivo de melhorar a gestão dos empreendimentos, ao nível das empresas individuais, as sugestões convergem para a necessidade de criação de centros de formação técnico-administrativa e de incubadoras de empresas, além do estímulo às Escolas Famílias Agrícolas e ao ensino superior.

Outro importante foco de ação diz respeito à comercialização e divulgação dos produtos. Aqui, a implementação de estratégias de marketing, tanto os empreendimentos individuais, quanto os coletivos, é vista a partir da possibilidade de divulgação da produção mesorregional, exaltando as singularidades e a qualidade de diversos produtos: cachaça, couro, café, artesanato, pontos turísticos, jóias e gemas etc.

Entretanto, *pari passu* à divulgação dos produtos e serviços da Mesorregião, devem ser tomadas medidas que contribuam para a produção e comercialização em níveis competitivos, o que gera uma série de demandas por ações relacionadas à infra-estrutura: (i) melhorias das estradas (federais, estaduais, vicinais); (ii) implantação de Centrais de Abastecimento (CEASAs); (iii) reforma e reestruturação do CEASA existente em Teófilo Otoni; (iv) criação de entrepostos para absorver a produção, embalagem, transporte e comercialização, cujas localizações estariam sujeitas a estudos de viabilidade; criação de viveiros municipais, com distribuição gratuita de mudas para pequenos produtores; (v) criação de centros mesorregionais para divulgação e comercialização dos produtos e capacitação dos produtores (oficinas); (vi) construção de cisternas.

Conforme visto acima, a baixa agregação de valor aos produtos mesorregionais no âmbito da própria Mesorregião é um dos principais problemas a serem equacionados. Justamente por isso, foram várias as proposições dos grupos de trabalhos, durante as oficinas e o seminário: instalação de frigoríficos e curtumes; incentivar a implantação de fábrica de café solúvel; criação de usinas para beneficiamento do bagaço da cana-de-açúcar; implantação de unidades de beneficiamento (fécula, cacau, pescado etc.); implantação de despoldadeira de frutas; dentre outras.

Por fim, mas não menos importante, acompanhando as grandes dificuldades de acesso ao crédito, as propostas são no sentido de ampliar e facilitar o acesso ao microcrédito na Mesorregião, através de medidas que envolvem: aumento dos recursos disponíveis;

desburocratização; e a capacitação de profissionais e agentes que viabilizem o acesso ao crédito.

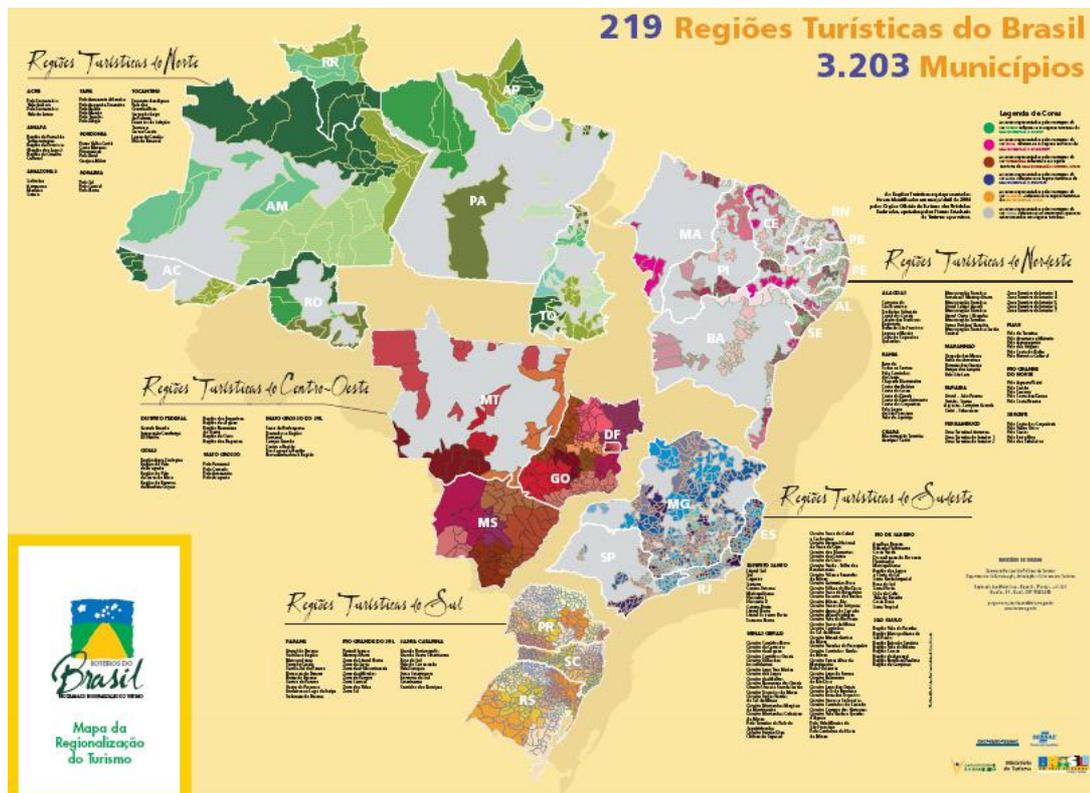
Da articulação das propostas acima com o conjunto das demais planilhas se extrai um eixo condutor que, se por um lado, apresenta o necessário estabelecimento de ações que proporcionem a geração de emprego e renda, de preferência no curto prazo, por outro lado, aponta para uma série de elementos que não podem ser desconsiderados (questões de gênero, identidade, etnia, educação, saúde). Com efeito, tais propostas têm em comum a busca por alternativas de geração de emprego e renda que não estejam baseadas exclusivamente em fatores econômicos, mas que, ao contrário, tenham como principal objetivo a superação das características negativas das economias capitalistas: produção sistemática de desigualdades (de recursos e de poder, de gênero, de base racial); produção de formas de sociabilidade empobrecidas; e degradação do meio ambiente (Cf. SANTOS & RODRÍGUEZ, 2002).

Assim, por exemplo, o aumento da competitividade dos produtos mesorregionais – através da capacitação técnico-profissional, aumento dos investimentos, maior divulgação, redução dos estrangulamentos logísticos – deve ser buscado a partir de medidas que levem em consideração as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas, das mulheres, dos aspectos relacionados à preservação do meio ambiente e à cultura dos vales. Na verdade, essas próprias especificidades tendem a converter-se em diferenciais de mercado que, trabalhados de forma adequada, podem contribuir favoravelmente na geração de emprego e renda.

### 4.3. Turismo

A experiência brasileira com o planejamento do turismo é recente. O Ministério do Turismo foi criado em 2003, ano em que foi lançada a Política Nacional de Turismo, contemplando programas de elaboração, estruturação e fomento da atividade no país. Dentre esses programas, destaca-se o Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil. Este programa constitui um modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e sinergia de decisões. De acordo com o programa, o Brasil está organizado em seis macrorregiões turísticas, composta por 21 regiões turísticas, num total de 3.203 municípios.

Mapa 12 - Regionalização do Turismo no Brasil.



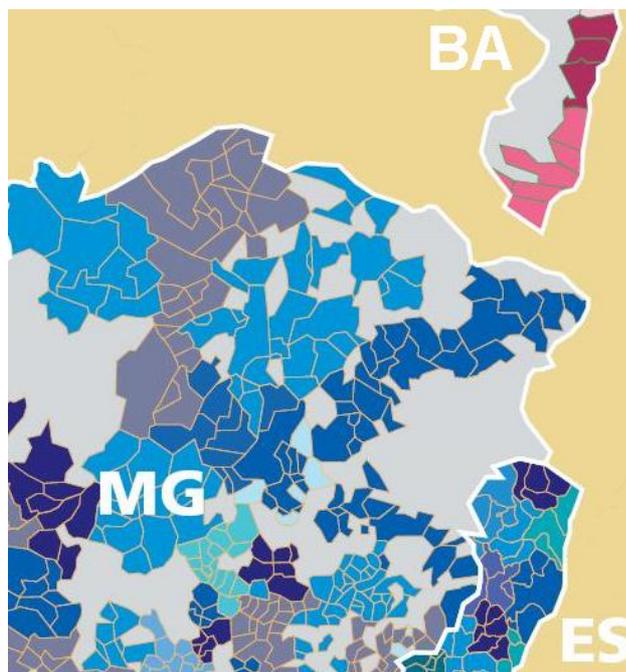
Fonte: Embratur

O programa constitui-se de nove Módulos Operacionais, amparados nas premissas da sustentabilidade ambiental, econômica e sociocultural. Tais módulos não são, necessariamente, sequenciais. Cada região turística poderá implementar o programa de acordo com a sua realidade, orientando-se no processo de regionalização do turismo por meio de um deles. As regiões turísticas estão tendo a possibilidade de resgatar ou aprimorar as ações já

realizadas por outros programas e projetos de desenvolvimento da atividade turística em seus municípios. Assim, o que se tem buscado é valorizar e respeitar as especificidades locais e o envolvimento de todos os setores ligados ao turismo.

A mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri está contemplada com as seguintes Regiões Turísticas: Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha (MG), a Costa do Descobrimento e a Costa das Baleias (BA), o Litoral Extremo Norte e o Extremo Norte (ES), com aproximadamente 50 municípios.

**Mapa 13** - Regiões Turísticas Sudeste e Nordeste. Vales do Jequitinhonha e Mucuri



*Fonte:* Embratur

Ao propor o programa de regionalização do turismo, o Ministério do Turismo almeja transformar a ação na unidade municipal para uma política pública mobilizadora de planejamento e coordenação para o desenvolvimento turístico local e regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada. É, também, o esforço coordenado entre municípios, estados e países para ações de negociação, consenso, planejamento e organização social.

A metodologia utilizada para iniciar a implementação do Programa de Regionalização nos estados foi a elaboração e a realização de oficinas com enfoque participativo, como ocorreu na construção do PLANOMESO, contando com a participação de setores da

sociedade civil, Fóruns Estaduais de Turismo e parceiros. Essas oficinas permitiram a aplicação de uma matriz de diagnóstico turístico em cada Unidade da Federação (UF).

O planejamento regional empreendido pelo PLANOMESO aponta o turismo como uma importante ferramenta do desenvolvimento. O Planejamento turístico da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri encontra na participação de diversos sujeitos o envolvimento de amplos setores que serão decisivos no processamento da atividade turística.. O efeito multiplicador do turismo na economia contempla segmentos indiretamente ligados à atividade. Nesse sentido, a participação pode levar a integrar investidores, representações municipais, sociedade civil, ONGs e comunidades, a fim de que a atividade turística construa uma rede em toda a Mesorregião.

O planejamento estratégico do turismo e o seu desenvolvimento estão associados ao zoneamento do uso do solo e às ações de governos locais ou regionais, quando apontam para a necessidade de planejamento regional. Os trabalhos têm se voltado para a densidade do desenvolvimento turístico, a partir de características culturais, históricas e naturais e na provisão de infra-estrutura, incluindo estradas, planos de manejo, núcleos de capacitação e qualificação de mão-de-obra, redes sanitárias etc. nas regiões.

O turismo assume cada vez mais a sua condição sistêmica e o seu caráter complexo de interações. Tal complexidade extrapola o âmbito econômico, passando a considerar, sobretudo os aspectos sócio-culturais e político-ambientais, a fim de atingir a sua totalidade. Fica claro que toda e qualquer ação de afirmação do PLANOMESO contempla a atividade turística, seja pela educação, infra-estrutura, saúde, identidade, gênero, renda ou meio ambiente, já que sua condição sistêmica traduz a importância de fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Atualmente, a atividade turística nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri ainda é muito restrita e incipiente, sendo praticada apenas em algumas áreas. Cidades pequenas, vilas e povoados muito raramente são beneficiados como destino ou rota turística. O potencial regional destaca-se por inúmeras opções de entretenimento e lazer, patrimônios históricos e naturais, culturais e religiosos, e a gastronomia. Contudo, se a atividade não for bem monitorada pelo poder público, qualquer tipo de turismo pode trazer consigo muitas mazelas, como a exploração sexual e a prostituição infantil.

Podemos apontar para demandas principalmente estruturais, como pré-condição para o ordenamento da atividade turística na MESOVALES. Compreende-se que, ao explicitar a importância da participação dos atores sociais na definição do modelo de desenvolvimento a

ser implementado através do PLANOMESO, as respostas positivas às ações a curto prazo. No caso do turismo, não se realiza de forma satisfatória uma avaliação de ameaças e oportunidades, pontos fracos e fortes do setor, quando as comunidades locais não são ouvidas. Nesse sentido, as incursões aqui contidas, conduzem ao cenário prioritário de ações que efetivem o turismo na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, uma vez que foram apontadas pelos próprios representantes regionais.

De acordo com o mapeamento do Plano Nacional de Turismo, algumas cidades dos Vales, aproximadamente cinquenta, já passam a ser contempladas pela inserção em pólos e circuitos turísticos, como é o caso do Pólo Turístico Vale do Jequitinhonha, o litoral norte e o extremo norte do Espírito Santo, a Costa das Baleias e Costa do Descobrimento na Bahia. Destaque para o Programa de Turismo Solidário que se instala no Vale do Jequitinhonha e à articulação que vem sendo estabelecida pelos Conselhos de Turismo dos estados da Bahia e do Espírito Santo, a fim de criar novos arranjos turísticos na Mesorregião. Contudo, para que se estabeleça uma rede de turismo nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, todos os municípios devem ser diretamente beneficiados, seja através de infra-estrutura, seja através dos fluxos turísticos que na Mesorregião se estabelecerem. Garantir o envolvimento das localidades no processo é a única maneira de dar suporte à atividade turística na Mesorregião.

Diversidade étnico-cultural, corredores ecológicos, patrimônios históricos, belas paisagens, diversidade fauno-florística, sítios arqueológicos, potencial artístico considerável, áreas de proteção ambiental, culinária expressiva, festas tradicionais, constituem alguns dos pontos cruciais no desenvolvimento da atividade turística na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

De acordo com o Programa de Regionalização do Turismo, o Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha é composto pelos seguintes municípios: Almenara, Angelândia, Araçuaí, Aricanduva, Berilo, Capelinha, Chapada do Norte, Coronel Murta, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Felisburgo, Francisco Badaró, Itamarandiba, Itaobim, Itinga, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Minas Novas, Pedra Azul, Ponto dos Volantes, Rubim, São Gonçalo do Rio Preto, Salto da Divisa, Serro, Turmalina, Veredinha e Virgem da Lapa. No conjunto, esses municípios apresentam os seguintes potenciais:

- **Natural:** Parque Estadual do Rio Preto; Lapa do Alberto; Cachoeira do Quilombo; Praia do Lapeiro; Parque Estadual do Pico do Itambé; Pico do Itambé; Cachoeira do Moinho; Cachoeira do Lajeado; Parque Estadual do

Biribiri; Parque Estadual Ecológico Serra Negra; Parque Nacional da Sempre Viva; Conjunto de paisagens peculiares ao Espinhaço; Serra dos Cristais; APA do Rio Manso; APA Águas das Vertentes; Águas Quentes; Reserva Cascata; Nascente do Rio São João; Mata do Santiago; Barragem das Almas; Serra do Gigante; Lapa do Veado; Cachoeiras; Piscinas naturais; Poços; Cavernas; Grutas e pedras.

- **Cultural:** Conjunto arquitetônico da cidade de Diamantina; Museu do Diamante; Mercado Velho; Artesanato do Vale do Jequitinhonha; Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade do Serro; Cruzeiro da Serra ou Anastácio; Caminho dos Escravos; Casa da Glória; Casa do Muxarabi; Casa da Chica da Silva; Casa de JK; Residência de Mani; Vilarejo de Quartéis; Conjunto arquitetônico do Biribiri; Comunidade de Canjicas; Vilarejo de Penha de França; Queijo do Serro; Festa do Queijo; Gastronomia Típica; Grupos folclóricos de música e dança; Fazendas Construídas no Século XVIII; Carnaval de Diamantina; Festa do Divino; Festa do Rosário em várias cidades.
- **Atividades Econômicas:** Agropecuária; Extrativismo Vegetal e Mineral, com destaque para os derivados da cana-de-açúcar: cachaça, rapadura, e também da mandioca, café e outras.
- **Eventos:** Festival de Inverno; Dia da Seresta; Aniversário de JK; Vesperata; Bolerata; Festival da Canção de Turmalina; Festa do Café; Exposição Agropecuária; Campeonato de Motocross de Turmalina, entre outros.

A região da Costa das Baleias-BA, formada pelos municípios de Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Prado, destaca-se por dois produtos turísticos já formatados, caracterizados por sol, praia e ecoturismo. São eles: o Roteiro Ecológico que abrange os municípios de Prado e Caravelas e o Roteiro Fluvial que abrange os municípios de Nova Viçosa e Caravelas. Ainda na região, são destacados no Programa de regionalização do Turismo, os seguintes potenciais turísticos:

- **Natural:** Observação das baleias Jubarte; Passeios marítimos; Parque Nacional Marinho Abrolhos; Parcel das Paredes; Rio Caravelas; Passarela Ecológica

Gigica; Recife; Ilha de Coroa Vermelha; Prado; Praias: Alcobaça, Cumuruxatiba, Tororão, Paixão, Barra do Cahy.

- **Cultural:** Casario colonial; Catedral de Santo Antônio; Igreja de Santa Efigênia; Carnaval tradicional; Fazenda Guanabara; Festa do Peroá; Nova Viçosa; Casa à Rua Henrique Sulz; Casa de Câmara e Cadeia; Estação ferroviária; Igrejas; Beco das Garrafas; Festa de Mouros e Cristãos; Marujada.
- **Realizações Técnicas, Científicas e Religiosas:** Sede do Projeto Baleias Jubarte; Núcleo de Educação Ambiental (NEAM) e Difusão de Práticas Sustentáveis.
- **Eventos:** Torneio de Pesca; Festival da Baleia Jubarte; Festa Marítima “São Pedro”; Vaquejada.
- **Outros:** Mergulho, esportes náuticos.

A região da Costa do Descobrimento, representada pelos municípios baianos de Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, também apresenta um produto turístico formatado, caracterizado por sol e praia, ecoturismo, história, cultura, entretenimento e lazer. Trata-se do Roteiro Caminhos do Descobrimento, que abrange os municípios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Belmonte. A partir do Programa Nacional de Regionalização do Turismo, destacam-se os seguintes potenciais turísticos da região:

- **Natural:** Banco Royal Charlote; Barra do Peso; Praias: Barra do Peso, Norte, Barra Nova, Meio, Barra, Mar Moreno, Mangue Alto, Mogiquiçaba, Rio Preto, Pontal do Sul, Ponta do Mutá, Mutá, Ponta Grande, Rio dos Mangues, Taperapuã, Mundaí, Itacimirim, Curuípe, Cruzeiro, Apaga Fogo, Araçaípe, Ajuda, Mucugê, Parracho, Pitinga, Rio da Barra, Taípe; Canal do Peso; Rios: Paçuí, Jequitinhonha, Preto, Buranhém; Ilhas: Praia do Meio, Coroa Grande, Inguáira; Lagoas: Sorte Comprida, Cobras, Conceição, Azul; Cocos; Mirante de Mogiquiçaba; Estação Ecológica Pau Brasil; R. I. Jaqueira; RPPN Fazenda Manona; Parque Municipal Marinho Recife de Fora.
- **Cultural:** Casas de Fazenda; Chafariz; Farol de Belmonte; Fazenda Conjunto Estrela do Sul; Igrejas: N. S. Carmo, São Sebastião, Glória, Misericórdia, N. S. Ajuda, N. S. Pena, N. S. Rosário, São João, São Miguel, N. S. Conceição;

Prédios: Hotel São Jorge, Prefeitura Municipal, Sindicato Rural de Belmonte; Vila de Mogiquiçaba; Procissão Marítima do S. Navegantes e de São Pedro; Festas religiosas; Aldeias indígenas; Marco do Descobrimento; Monte Pascoal; Monumento a Cabral; Paço Municipal; Carreata de São Cristóvão; Casa da Câmara e Cadeia; Cruz Latina de Coroa Vermelha; Ilhéu de Coroa Vermelha; Ruínas do Colégio dos Jesuítas; Povoados de Santo Antônio e Guaiú.

- **Realizações Técnicas, Científicas e Artísticas:** Estação Vera Cruz; Memorial do Descobrimento.
- **Eventos:** Festa da Independência; Semana da Cultura Indígena “Memória dos Botocudos”; Semana Ecológica na Costa do Descobrimento; Micareta; Semana do Saco Cheio; Encontro Nacional de Capoeira; Corrida Rústica; Dia da Lambada; Festas das Bruxas; Dia Nacional do Índio; Réplica da Primeira Missa do Brasil; Feira Cultural; Festa da Cultura Negra.

Do Litoral Extremo Norte do Espírito Santo, representado pelos municípios de Conceição da Barra, Jaguaré e São Mateus, são apontados os seguintes potenciais:

- **Natural:** Reservas: Parque Estadual de Itaúnas, Flona do Rio Preto, Projeto Tamar, Barra Nova; Rios: São Mateus (Cricaré), Mariricu, Itaúnas, Riacho das Lagoas; Cachoeiras: Cravo, Jararaca, Inferno, Areinha, Jaguaré; Praias: Itaúnas, Conceição da Barra, Guriri, Barra Nova, Urussuquara; Dunas de Itaúnas; Manguezais: Barra Nova, Conceição da Barra.
- **Cultural:** Sítio histórico: porto, Igreja Velha, museus, casarios, igrejas, sítios arqueológicos; Folclore: ticumbi, jongo, reis de boi, alardo, pastorinhas; Gastronomia: beju, farinha, moqueca; Artesanato: cerâmica, madeira, trançado (cipó/bambu); Carnaval; Festas religiosas .
- **Atividades Econômicas:** Petróleo; Extrativismo vegetal; Agroindústria; Agricultura; Pecuária; Serviços; Pesca.
- **Eventos:** Verão; Festival do Forró; Fenat; Reveillon; Festas da Cidade; Encenação da Paixão de Cristo; Ilha Mix; Guriri Folia; Festival do Caranguejo.

Do Extremo Norte do Espírito Santo – representado pelos municípios de Mucurici, Montanha, Pedro Canário, Pinheiros e Ponto Belo – são destacados os seguintes potenciais turísticos:

- **Natural:** Balneário Berço do Itaúnas (Mucurici); Corredeiras do Estrela do Norte (Ponto Belo); Reserva Federal Biológica Córrego do Veado (Pinheiros); Gruta do Itaúnas.
- **Cultural:** História do Contestado – formação e delimitação do Estado (região / Mucurici); Uma das quatro igrejas no mundo com a torre para trás (Mucurici); Patrimônio arquitetônico (Mucurici); Gastronomia exótica : xinxim de galinha, kenga, vaca atolada, buchada; Carne de sol com aipim; Licor; Biscoito.
- **Atividades Econômicas:** Fruticultura; Extração mineral; Bovinocultura (carne, leite); Agricultura (café, mandioca); Cana; Álcool.
- **Eventos:** Turma do Licor; Folia de Reis; São João (Mucurici); São João antecipado (região); Carnaval (2º ano Mucurici); Tábua Lascada; Vaquejada; Campeonato Regional de Futsal.

As oficinas e o seminário realizados permitiram fazer um amplo levantamento das potencialidades turísticas da região, assim como os principais pontos de estrangulamento que devem ser superados para que a atividade possa atingir melhor desempenho na região. A seguir, estão explicitadas as fraquezas e as potencialidades, assim como os programas e ações que deverão ser desenvolvidos.

#### **4.3.1. Etnia**

No que diz respeito aos aspectos étnicos, a Mesorregião apresenta-se com uma cultura diversificada, rica diversidade social e étnica, destacando os remanescentes de quilombos, o reconhecimento da presença de populações indígenas, das quais podem ser citados os Pataxós, os Maxacali, os Pankararu, os Aranã, Mucuri e Pataxó, que apresentam suas culturas e tradições bem preservadas.

Contudo, alguns entraves têm comprometido esses valores étnicos que poderiam estar sendo melhor aproveitados na cadeia do turismo mesorregional, já que detêm enorme apelo

cultural. Cabe destacar que a falta de apoio para implantação de infra-estrutura e planejamento nas aldeias indígenas, os conflitos culturais entre índios e não índios, a falta de assistência às populações indígenas e afro-descendentes, a falta de demarcação de terras, a inexistência de intercâmbio cultural entre grupos étnicos, populações ribeirinhas e de mangues no sul da Bahia, em situação precária de infra-estrutura, inexistência de estrutura governamental para lidar com a diversidade cultural, falta de adequação dos projetos à realidade indígena, falta de mapeamento, reconhecimento, demarcação e titulação das terras quilombolas e a pressão de grandes grupos econômicos têm comprometido as relações culturais, sociais, ambientais, econômicas e também políticas dessas etnias. A geografia cultural da Mesorregião possui grande apelo étnico e, sendo o turismo uma atividade automaticamente cultural, é preciso que se considere os valores étnicos regionais, essenciais para o seu fomento.

Nas oficinas temáticas, alguns programas foram propostos no sentido de sanar determinados problemas em questão, a fim de possibilitar que os valores étnicos mesorregionais integrem à cadeia do turismo na região e agreguem à atividade potenciais turísticos significativos e, dessa maneira, contribuam diretamente para a preservação das etnias, de suas culturas e que possam garantir suas dignidades. Das situações postas, foram citados: programa de demarcação de terras indígenas e quilombolas; programa de educação étnica e racial; programa de capacitação indígena para garantir a integração e formação de agentes indígenas; programa de resgate das tribos que estão dispersas; programa de fortalecimento da federação dos quilombolas; programa para fortalecer os comitês gestores de quilombolas; política de intercâmbio étnico-cultural entre os grupos; fortalecimento da agricultura familiar; política de estímulo à capacitação de mão-de-obra para indústrias domésticas; parcerias entre Funai, Funasa, governos estaduais, Ministério da Integração e Ministério do Turismo, a fim de traçar diretrizes para inclusão das etnias no Plano Nacional de Turismo de maneira mais significativa.

A partir de tais programas, foram apontadas ações específicas para que se efetivem os resultados almejados, dos quais se destacam: capacitação de guias profissionais locais, de acordo com características das culturas locais; saneamento básico urbano e rural nas aldeias indígenas e áreas quilombolas; coleta e destino apropriado para o lixo nessas localidades; criação de um calendário de eventos culturais específicos, que promova a integração das etnias; elaboração de um fórum permanente étnico-cultural; criação e fortalecimento de associações e cooperativas locais de artesanato que contemplem as produções étnicas; articulação entre Ministério da Integração, Incra e Funai, para titulação de terras indígenas;

criação de um Fórum Quilombola da Mesorregião; criação de Fórum Indígena da Mesorregião; criação de transportes intercomunidades camponesas próximas.

#### **4.3.2. Identidade**

Diante da diversidade cultural instalada na mesorregião, faz-se necessário considerar o significativo valor estabelecido na Mesorregião a partir das identidades que ali se estabeleceram ao longo do processo histórico de sua formação. Diante de uma atividade turística incipiente, o resgate e manutenção dessas identidades constituem patrimônios substancialmente importantes e economicamente imprescindíveis para o desenvolvimento turístico em bases locais. Sendo assim, alguns pontos específicos são destacados como fortalezas regionais que podem contribuir para a sustentação desse processo de reconhecimento, resgate e manutenção das identidades no processo de fomento ao turismo. São eles: predomínio de população jovem que, mediante capacitação adequada, pode ser incluída no mercado de guias mirins; grande número de assentamentos com proposta diferenciada de educação pedagógica da terra, podendo ser incluídos em roteiros as comunidades e assentamentos rurais, as associações, cooperativas, agrovilas; cultura do cacau, na Bahia; reconhecimento dos impactos dos grupos sociais e econômicos; valorização da identidade local com matriz da identidade nacional na Bahia; grande produção de artesanato na Mesorregião; grande número de grupos culturais (dança, corais, teatro, música).

Cabe afirmar que algumas dificuldades têm assumido graus elevados, constituindo-se em entraves de complicada superação, tais como: culturas em construção em conflitos com culturas instaladas; falta de políticas para a juventude; falta de políticas públicas que assegurem o reconhecimento das identidades; falta de suporte técnico; falta de visão para o desenvolvimento integrado e sustentável; falta de cultura associativa; indisponibilidade de informações sobre a história da região; falta de apoio à produção e comercialização do artesanato; falta de conscientização e valorização do artesanato local; falta de integração entre grupos culturais; e, principalmente, o mito do “Vale da Pobreza”, no caso do Jequitinhonha.

Nesse contexto, foram apontadas, durante as oficinas, propostas de programas que sustentem o processo de reconhecimento e manutenção das identidades da Mesorregião, entre os quais se destacam: programa de incentivo e valorização cultural dos vales; criação de Feiras e Eventos que integrem a diversidade cultural; identificação de áreas a serem tombadas pelo IPHAN, destaque para Juacena, Helvécia e Porto Prado, na região sul da Bahia; fortalecimento de entidades para apoio técnico; programas de educação ético-moral-valorativa

das identidades locais; criação de APL de Artesanato; instalação da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e centros de estudos culturais da Mesorregião.

A partir da viabilização de tais programas foram propostas as seguintes ações: criação de um calendário de festas típicas e eventos culturais; fortalecimento da logomarca MESOVALES como referência de identidade cultural; identificação e tombamento de todos os patrimônios históricos da Mesorregião; incentivo à criação de festas que celebrem os produtos cultivados na região baiana (cacau e mandioca); fortalecimento do mercado mesorregional; criação de núcleos de pesquisa da identidade regional, propiciando acesso ao conhecimento sobre as identidades locais; criação de centros de referência da cultura dos vales nos municípios; criação de ECC de artesanato; incentivo ao FESTIVALES; divulgação da logomarca dos vales em site da Mesorregião; criação da rádio Mesovalés e de uma rede de TV Mesovalés, por meio das quais a potencialidade regional será divulgada.

#### **4.3.3. Gênero**

É importante também considerar as questões relativas a Gênero, dadas as especificidades dessa abordagem, principalmente quando se voltam para a questão do papel da mulher no trabalho, já que é muito importante no mercado turístico e a questão do turismo sexual, constituindo um grave problema acarretado pela atividade. Foram apontados como pontos positivos: grande número de mulheres atuando no mercado de trabalho, a presença ativa de mulheres nas associações; a criatividade das mulheres do campo; os movimentos regionais de mulheres atingindo resultados consideráveis; aumento do número de mulheres na política; a existência de organizações de mulheres indígenas.

Como pontos negativos relativos à questão de Gênero, destacou-se o crescimento do turismo e tráfico sexual, o aumento das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), o aumento no número de gravidezes precoces, o aumento da prostituição infantil, o aumento da violência contra a mulher, a exploração sexual infantil indígena, às margens da BR 101 e no litoral baiano, a falta de incentivo ao potencial de criatividade das mulheres do campo e o aumento do uso de drogas entre as mulheres.

Objetivando combater esses problemas, foram propostos: instalação de pontos de cultura para reabilitação de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual; programa de combate ao turismo e ao tráfico sexual na Mesorregião; programa de combate à violência contra a mulher; criação de APLs de artesanato; programas de apoio às organizações de mulheres indígenas e quilombolas.

Das ações propostas para tais programas, são ressaltadas: criação de delegacias da mulher; intensificação da fiscalização para combater a prostituição; inclusão de programas de assistência à prevenção de DSTs, com educação para a sexualidade; criação de cursos de capacitação específicos para a mulher (camareiras, doceiras e guias de turismo).

#### **4.3.4. Gestão**

Grande parcela dos entraves explicitados está diretamente relacionada a problemas de gestão de programas e políticas públicas, principalmente para as ações na área de turismo, visto que pouco se conhece sobre suas possibilidades. Contudo, alguns pontos positivos foram levantados, dos quais temos: avanços isolados na gestão pública; reconhecimento, pelo sistema, de suas fragilidades, permitindo-se a busca de soluções; planejamento ascendente (sociedade civil, municípios, Estado, União); existência de bancos para financiamentos; existência, ainda que incipiente, de consórcios intermunicipais.

Contudo, os entraves que existem diante da questão da Gestão, em muito têm fragilizado o alcance de bons resultados, especialmente no que diz respeito ao turismo. Foram apontados como pontos negativos: falta de políticas públicas para o turismo; falta de capacitação dos gestores, conselheiros e profissionais de saúde para elaboração de projetos públicos; falta de Integração entre os municípios e os governos; falta de infra-estrutura; manipulação de cargos políticos (instabilidade); falta de Planos Diretores; falta de integração e estrutura nos conselhos; interferência de grupos econômicos nas organizações das comunidades; ausência de políticas específicas para a zona rural, onde se pode incentivar o turismo rural; burocracia para liberação de crédito e financiamento; pouca participação dos municípios nos consórcios; falta de integração das prefeituras.

No sentido de buscar soluções para tais entraves, oportunizaram-se as seguintes propostas: criação de redes cooperativas e associativas de turismo; profissionalização da administração pública; criação de programas de identificação de potencialidades regionais; criação de um programa de fortalecimento e autonomia para os pequenos produtores e organizações; implantação de programas de visitação às reservas ecológicas da Mesorregião; e a criação de um fórum dos prefeitos da Mesorregião.

Ao vislumbrar a possibilidade de implantação desses programas foram sugeridas as seguintes ações: criação de novas alternativas para o turismo (parques, pesque-pagues, trilhas); criação de um centro de pesquisas avançadas voltadas para o desenvolvimento da MESOVALES; controle social e jurídico no controle das leis; criação de cursos que preparem

mão-de-obra e potencializem as riquezas regionais, atendendo a pequenos e médios empresários; criação de projeto cultural da MESOVALES, com enfoque em danças, literatura, artes cênicas e visuais; construção e recuperação de estradas; fortalecimento e democratização dos conselhos; incentivo à realização de feiras; e a garantia da ação fiscalizadora em todos os sentidos.

#### **4.3.5. Meio Ambiente**

Partindo do reconhecimento geral de que as questões ambientais estão no bojo de toda as discussões geradas no processo participativo de construção do Planomeso, foram apontadas como fortalezas mesorregionais: a diversidade fauno-florística; a existência de legislação específica para as questões ambientais, destaque para a já existente legislação para gestão das águas; as condições climáticas favoráveis ao aproveitamento do turismo; programas de gestão de resíduos sólidos urbanos em implantação; o reconhecimento da importância da questão do uso e ocupação do solo; as unidades de conservação passíveis de serem inseridas na cadeia do turismo; plano de utilização e recuperação de recursos naturais; a existência de planos que gerenciam e disciplinam o uso de faixas litorâneas; aumento da preocupação com as questões ambientais; existências de Áreas de Preservação Ambiental (APAs): Florestas do Rio Preto, Parque Estadual de Itaúnas, Córrego Veado, Reserva do Córrego do Rio Grande e a Reserva do Parque do Jacarandá; existência de Corredores Ecológicos reconhecidos; o Projeto Tamar; a Rota do Verde e das Águas; a riqueza dos mananciais superficiais; e, principalmente, a criação de departamentos de meio ambiente nas novas gestões.

De qualquer maneira, sérios problemas têm gerado impactos negativos para a Mesorregião e, dessa forma, comprometido o aumento dos fluxos turísticos. Dentre esses problemas: intenso tráfico de animais e plantas; devastação ambiental; freqüentes queimadas indiscriminadas; mau uso do solo; falta de fiscalização; desmatamento indiscriminado; poluição gerada pela indústria de celulose; terminais de barcaças; esgotamentos sanitários sem tratamento (em alguns lugares não existe uma rede de saneamento ambiental, como o caso de Conceição da Barra e Guriri); contaminação de mananciais superficiais e subterrâneos; ausência de laboratórios de estudos sobre a qualidade da água; desequilíbrio ambiental pela inserção de espécies exóticas; poucas cidades com ICMS ecológico; inexistência de uma política regional para a utilização dos recursos naturais; inexistência e/ou insuficiência de recursos técnico-operacionais para a gestão do lixo: coleta seletiva, reciclagem e destino do lixo.

Diante da situação preocupante encontrada no meio ambiente mesorregional, propôs-se criar programas de agroecologia e ecoturismo, programas de educação ambiental, garantir ação fiscalizadora, aumentar a fiscalização sobre manutenção de reservas legais, criar o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), possibilitar a coleta e tratamento de água e esgoto, trabalhar na elaboração de códigos ambientais locais, implantar e expandir a rede de esgoto urbana e rural, criar um programa de recuperação das bacias hidrográficas e nascentes, desenvolver um programa de municipalização do licenciamento ambiental, criar programa de incentivo ao ecoturismo mesorregional, criar programa de agentes fiscalizadores, possibilitar uma maior aproximação das ações do MMA para os municípios da região, trabalhar na elaboração de Planos Diretores Municipais, incentivar a criação de programas de revitalização das bacias e sub-bacias hidrográficas.

A fim de garantir bons resultados a partir dos programas propostos, foram apontadas as seguintes ações: democratizar informações sobre o potencial ambiental da Mesorregião; possibilitar a criação de cursos de capacitação em educação ambiental e ação participativa; incentivar a visitação a reservas ecológicas; garantir ação fiscalizadora do poder público e do CODEMA; fortalecimento do CODEMA; articular MDS, MMA, MDA, MI, MME, Estados e municípios; financiar a criação de Estações de Tratamento de Esgotos e Estações Elevatórias de Bombeamento; garantir o tombamento dos recursos naturais; garantir ações no sentido de adequar o destino do lixo.

#### **4.3.6. Infra-estrutura**

A condição básica para o fomento da atividade turística se traduz em infra-estrutura. Sendo assim, foram destacados alguns pontos positivos para o desenvolvimento do turismo na Mesorregião, tais como: os eixos rodoviários das BRs 101, 116, 342 e 367, com alta potencialidade para incrementar o turismo; a BA-001 Linha Verde, passível de incremento para o turismo; a BA Itabela-Caraíva, com absoluta relevância paisagística; o Eixo ferroviário Minas-Bahia, permitindo a integração da MESOVALES e o fortalecimento do turismo na Mesorregião; as aerovias em Porto Seguro, garantindo o suporte à atividade turística e permitindo a formatação de intermodalidades para o turismo; a navegação passível de implantação, instalação e melhoramento de atracadouros com vistas ao incremento do turismo; o fortalecimento do turismo histórico na Mesorregião, com destaques para as cidades históricas na Serra do Espinhaço; a BR 367 como um eixo de ligação que viabiliza o fluxo turístico do Jequitinhonha para o Norte de Minas; a demanda para instalação da

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, e a UFBA - Universidade Federal da Bahia criando possibilidades de implantação de um curso superior de turismo; fomento ao mercado aeroviário de transporte de passageiros; possibilidade de integração de modos logísticos; instalação de novos equipamentos turísticos (parques, reservas, museus, teatros etc).

De forma semelhante ao que se deu no trato das demais questões acima discutidas, alguns sérios problemas foram apontados no tocante à infra-estrutura, sendo que a superação destes problemas poderá garantir uma melhora significativa nos fluxos turísticos mesorregionais. São eles: frágil interligação local entre as BRs 101 e 116; alto impacto da construção das estradas sobre o meio ambiente e sobre os povos indígenas; mau estado de conservação das estradas; degradação de linhas férreas; aerovias com capacidade de suporte limitada; falta de referência de média e alta complexidade para atendimento à saúde; escassez de ensino superior.

Face aos problemas apontados, foram propostos: programa de interligação e conservação de estradas; programa de manejo ambiental das estradas para a duplicação e recuperação ambiental nas estradas; programa Linha Verde – caminhos ecológicos; programa de revitalização e reconstrução das ferrovias; programa de revitalização da rede aeroviária; programa de democratização do ensino superior público de qualidade para a Mesorregião – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e Universidade Federal da Bahia do Extremo Sul da Bahia; estruturação do aeroporto de São Mateus.

No sentido de garantir a efetivação dos programas propostos e de superação de parte dos problemas levantados, apontou-se para as seguintes ações: concorrências locais para licitações; EIA / RIMA em diferentes localidades; debates com ambientalistas e comunidades, buscando a participação e a parceria com as comunidades e sociedade civil organizada; a reimplantação de ferrovias, com construção de terminais intermodais; distribuição das policlínicas e hospitais, de modo a promover atendimento; implantação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri regional e da Universidade do Extremo Sul da Bahia; implantação do Projeto “Rodovia com Mídia”.

#### **4.3.7. Renda**

O turismo constitui uma atividade de grande apelo econômico, empregando um em cada dez trabalhadores no mundo, segundo o Conselho Mundial de Turismo. Nesse sentido, pensá-lo como possibilidade de garantia de renda para as comunidades da Mesorregião

constitui uma prioridade. Foram apontados alguns pontos positivos no que diz respeito à questão da renda na Mesorregião, dos quais podem ser citados: os grandes potenciais turísticos, as possibilidades de corredores de exportação, os ricos mananciais hídricos, a riqueza do artesanato mesorregional, o grande potencial e abrangência agrícola, pecuária e pesqueira passíveis de serem apropriados pelo turismo ecológico e rural, a diversificação cultural, a demanda de turismo para a mesorregião, a presença de patrimônios paisagísticos e culturais riquíssimos e a presenças de sítios arqueológicos passíveis de serem agregados a roteiros.

Contudo, algumas fraquezas foram levantadas, e a necessidade de superá-las torna-se imprescindível para o desenvolvimento da atividade turística e das localidades que almejam participar desta atividade. São elas: a má distribuição de renda e serviços, a carência de profissionais qualificados, a deterioração de mananciais hídricos, a falta de incentivo à pequena produção de artesanato, a dificuldade de gestão cooperativa econômica, os altos índices de analfabetismo, a burocracia e dificuldade de negociação dos financiamentos, a alta concentração de renda, os poucos roteiros turísticos elaborados e a pouca divulgação das potencialidades turísticas.

Nesse contexto, foram apontadas algumas propostas de programas para viabilizar a superação dessas condições, dos quais temos: programas de qualificação de mão-de-obra, programas de incentivo ao pequeno artesão, programas de cooperação técnica a pequenos empreendedores, programa de alfabetização rural, programa de desburocratização do crédito, programa de preservação e recuperação de matas ciliares, programas de ampliação de feiras de economias solidárias, elaboração de roteiros de ecoturismo e turismo rural e programa de Turismo Mesorregional.

Na intenção de se viabilizar as propostas anteriores, apontaram-se as seguintes ações: incentivo às políticas de distribuição de renda, através de subsídios à produção nas áreas de vocação da região; ampliação das cooperativas de crédito e bancos populares; definição de pólos estratégicos para implantação de APLs de turismo; definição de zonas agroecológicas de forma participativa, no sentido de agregá-las ao turismo; incentivo fiscal para criação de um mercado comum mesorregional; criação de centros regionais de amostras, promoção, comercialização, exposições e feiras de artesanato; capacitação para segmentos de atendimento turístico; e inserção da Mesorregião no mercado nacional e internacional.

O turismo, pela natureza de suas atividades e pela dinâmica de crescimento que tem apresentado, especialmente no país, a partir da criação do Ministério do Turismo, constitui um

dos segmentos da economia que podem responder de maneira mais completa, rápida e eficaz, aos desafios apontados pelos participantes do processo de construção do PLANOMESO. Principalmente, se for considerada a capacidade que a atividade turística tem de interferir nas desigualdades regionais, amenizando-as.

Mostram-se de grande importância nesse contexto as Oficinas de Roteirização, propostas no Programa de Regionalização do Turismo, que vão ampliar oferta turística das regiões, trabalho que vem sendo executado pela Rede de Cooperação Técnica para Roteirização, formada por técnicos do Ministério do Turismo, Sebrae, Senac e órgãos oficiais de turismo dos estados e Distrito Federal. Ainda, os Projetos de Inventário da Oferta Turística, a Câmara Temática de Regionalização criada pelo Ministério do Turismo, com o propósito geral de identificar e propor ações, meios e instrumentos que promovam o ordenamento da atividade turística no País, a qualificação, a diversificação e a ampliação da oferta turística de forma regionalizada, integrada e participativa.

A organização da Rede de Regionalização constitui uma conexão para troca de experiências entre as regiões turísticas e deve contemplar a mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a fim de que os municípios dessa região possam se beneficiar da atividade turística. Além do mais, a Rede Nacional de Regionalização do Turismo de troca de informações constitui uma forma organizada de cooperação e articulação com a comunidade local; nesse sentido, um espaço para que as regiões identifiquem novas oportunidades de ação, divulguem o processo de desenvolvimento do turismo e apresentem novos produtos/roteiros turísticos, entre outras ações.

#### 4.4. Terra

De maneira geral, a Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri apresenta uma situação paradoxal no tocante à temática Terra. Por um lado, encontram-se alguns elementos eminentemente potencializadores de uma melhor distribuição e exploração da terra: grande número de assentamentos; interação institucional dos movimentos sociais de luta pela terra; existência de grandes áreas de terras devolutas, inicialmente disponíveis para a reforma agrária; disposição da opinião pública para discutir a questão agrária e outros que serão abordados adiante. Tais elementos, entretanto, deparam-se com uma série de obstáculos à sua realização: grandes concentrações fundiárias; excesso de burocracia na legalização das terras e para concessão e liberação do crédito; insuficiência e inadequação das políticas públicas e de investimentos.

Em relação ao solo da Mesorregião, apesar dos limites apontados anteriormente, nota-se que existem amplas áreas de terra de boa qualidade, cujo cultivo abarca uma série de culturas: fruticultura, mandioca, cana-de-açúcar etc. Apesar disso, faltam estudos geológicos que abranjam toda a área da Mesorregião, apontando para a necessidade de ações voltadas para a realização e socialização de pesquisas a esse respeito. Falta um mapeamento mais sistemático das pesquisas que tenham como objeto de estudo os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, bem como a exposição do material existente à consulta da população interessada.

Quanto ao subsolo, este é rico em recursos minerais, sendo identificadas jazidas de granito, caulim etc. Comprovam a importância deste fato a implantação de uma APL destinada à exploração de gemas e jóias na região, além da realização de feiras do setor (como a Feira Internacional de Gemas e Jóias, em Teófilo Otoni-MG) mundialmente reconhecidas. Um análise do impacto socioambiental desta atividade é de suma importância para a região.

Em relação aos recursos hídricos, os problemas se ligam à degradação ambiental, sobretudo nas áreas elevadas, onde estão as nascentes (monocultura do eucalipto, pressão sobre áreas de umidade natural, drenagem de várzeas), à má distribuição das chuvas na região (litoral chuvoso e interior com características de semi-árido, concentração da temporada de chuvas em poucos meses do ano) e à qualidade da água dos lençóis freáticos em algumas regiões (água salobra). Exatamente, por isso, qualquer plano de desenvolvimento sustentável para a mesorregião passa, necessariamente, pela revitalização ambiental.

O P1MC é uma alternativa promissora em relação à captação da água das chuvas para consumo doméstico. Mas a mais revolucionária tecnologia social, de grande impacto positivo a baixo custo, é o Projeto Barraginhas, ou “enxurrada zero”, que consiste simplesmente em

reter água das chuvas em milhares de pequenos açudes. Não se pode esquecer, também, que qualquer projeto de intervenção no solo, como construção de estradas deverá prever a abertura de “caixas de contenção” para impedir que a água das chuvas provoque erosões.

A presença de alguns órgãos técnicos focados na realização de pesquisas e capacitação agropecuária na mesorregião apresenta-se como um dos elementos capazes de impulsionar a disseminação do conhecimento entre os produtores, propiciando um melhor uso dos recursos disponíveis. Por outro lado, esses órgãos existem em número reduzido, sendo necessária a sua ampliação e fortalecimento.

Considerada no seu conjunto, a mesorregião apresenta grandes concentrações fundiárias, muitas vezes destinadas à monocultura (eucalipto e mamão, por exemplo) ou para pastagens, além da própria existência de grandes áreas improdutivas. Caracteriza-se, portanto, por uma desigual distribuição da terra e por uma inadequada exploração do solo. Segundo outro trabalho recentemente elaborado por técnicos da FJP, a atividade mineradora que tem se desenvolvido sem o uso de técnicas adequadas de manejo, gerando um quadro de degradação para os recursos hídricos; os permanentes desmatamentos para formação de pastagens e ampliação de áreas de cultivo, comprometendo o pouco que resta da Mata Atlântica na porção sudoeste da região; desmatamentos do cerrado para produção de carvão sem plano de manejo, constituindo ameaça para espécies com risco de extinção (FJP, 2004, p. 29).

A implantação de grandes áreas de reflorestamento com espécies homogêneas, além de seus impactos sociais negativos sobre as comunidades locais de pequenos produtores rurais, geraram impacto ao meio ambiente, comprometendo a biodiversidade da região, sem proteção nem mesmo de áreas legalmente protegidas. Ainda segundo outro documento:

A partir da legislação que criou os incentivos fiscais para o reflorestamento, das diretrizes do Plano Siderúrgico Nacional, do Plano Nacional de Papel e Celulose, e da criação dos Distritos Florestais, o IBDF, o IEF, e a RURALMINAS delimitaram, em 1975, o distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, abrangendo 22 municípios. (FJP, Plano Diretor para o Jequitinhonha, p. 80).

As condições topográficas favoráveis de suas extensas chapadas, o baixo preço relativo da terra, associados aos citados incentivos fiscais, propiciaram o surgimento, principalmente a partir da segunda metade da década de 70, de um extenso maciço florestal, que ocupou parcela expressiva das chapadas da região do alto e médio Jequitinhonha. Entre 1972 e 1985 foram reflorestados no Jequitinhonha 454.776 ha, dos quais 420.871 ha (92,5%)

pertencentes a quatorze empresas ligadas ao setor de siderúrgico, cimenteiro e papel e celulose. Em 1987, essa área reflorestada, segundo o IBGE, era de 572.062 ha, 91% implantados a partir de incentivos fiscais (Plano Diretor para o Jequitinhonha)

Essas atividades significaram ampla incorporação de novas áreas ao processo produtivo, com intenso impacto nas formas tradicionais de organização da pequena propriedade familiar rural. No período de 1970 a 1980 há um aumento da ordem de 25% no número de pequenos estabelecimentos (até 100 ha), com ligeira diminuição da área ocupada. A expansão do eucalipto teria induzido um processo geral de regularização fundiária em subáreas da região, dentre outros fatores pela ameaça que significava não ter a propriedade documentada. Esse processo levou à recriação da pequena propriedade, sua reorganização em áreas não incorporadas pelo reflorestamento e outras atividades capitalistas, viabilizadas pela existência de uma parcela expressiva de terras sub-aproveitadas ou devolutas na região. No período de 70-80, a fronteira agrícola do estado aumentou de 72,2 para 79,2% e a regional de 51% para 66%.

Em sentido oposto, verifica-se “expressiva elevação da área ocupada pelos maiores estabelecimentos (acima de 500 ha), que passam de 9,4% da área total em 1970, para próximo a 18% em 1980, o que constitui desdobramento da expansão da atividade reflorestadora” (Plano Diretor para o Jequitinhonha).

A exploração desordenada e inadequada do solo não se restringe às grandes áreas, mas expande-se, também, para os minifúndios. As causas para tanto são diversas, e envolvem uma miríade de fatores: falta de aptidão e/ou capacitação dos pequenos produtores; suporte técnico insuficiente; investimentos insuficientes, além da grande burocracia para concessão/liberação dos financiamentos; precariedade da infra-estrutura rural; ausência ou inadequação de políticas públicas; desorganização dos produtores; insuficiência de água para agricultura.

De início, as demandas das populações indígenas e quilombolas ao mesmo tempo englobam e ultrapassam a necessidade de disponibilização de terras para assentamentos, de mapeamento, reconhecimento, demarcação, titularização e ampliação de territórios. Nesse sentido, as demandas destas populações convergem para que as políticas públicas (de saúde, educação etc.) e de financiamento sejam conduzidas a partir de uma perspectiva que considere também aspectos étnicos e culturais. Tal perspectiva justifica-se a partir da constatação da existência de uma grande diversidade de comunidades indígenas (pataxós, maxacalis, pankararu, dentre outros) e quilombolas na Mesorregião. É nesse sentido, por exemplo, que transparecem as necessidades de políticas de ação afirmativa, ampliação e adequação dos

Programas de Saúde da Família (PSFs), implantação de ensino (básico e superior) nas áreas rural, indígena e de quilombolas, articulação institucional para titularização das terras indígenas e de quilombolas,

Podemos apontar dificuldades para a adoção de um viés étnico para as políticas públicas e de investimento, e para aquelas ações relativas à disponibilização e regularização dos territórios que envolvem a pressão de grandes grupos econômicos (ligados à produção de celulose, de cana-de-açúcar e derivados etc.), o excesso de burocracia dos agentes financeiros, a desarticulação entre os grupos étnicos, a discriminação étnica e racial. Entretanto a mobilização e o controle social se apresentam como agentes de maior disponibilização das terras para esses grupos étnicos e de sem terra. A cultura e identidade são fatores de garantia do acesso a terra por esses grupos excluídos.

A distribuição e exploração da terra também envolvem aspectos atinentes à identidade. A riqueza cultural da Mesorregião é reconhecida nacionalmente, sendo expressa por grupos culturais (corais, dança, teatro, música etc.), pela culinária e por festas tradicionais. Todavia, problemas relacionados à precariedade da infra-estrutura; à divulgação da região como um bolsão de pobreza, aliada à criação e disseminação de pretensos “salvadores” da região (eucalipto, gado, hidrelétricas, granito); à falta de articulação entre as comunidades (urbanas, rurais, indígenas e quilombolas); à resistência à introdução de novas formas de cultivo e de novas tecnologias; à fraca cultura associativista; e à falta de visão para o desenvolvimento integrado e sustentável, parecem impor empecilhos à plena utilização do potencial cultural dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Em termos de infra-estrutura, a precariedade das estradas vicinais, a falta de pavimentação de trechos importantes para a integração dos municípios da Mesorregião, a inexistência de centrais de abastecimento estrategicamente localizadas, dificultam e encarecem o escoamento da produção. Além do mais, apesar da existência de programas do governo federal visando a ampliação da população atendida pela energia elétrica, a eletrificação rural na Mesorregião como um todo ainda é insuficiente para atender de forma satisfatória às necessidades.

Analisando-se a temática da Terra a partir de uma perspectiva de gênero, observa-se a repetição de um movimento que vêm se dando não só no Brasil, mas em vários países, isto é, um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, nos movimentos sociais e na política. Na área de abrangência da Agência Mesoavales, é expressiva a presença de mulheres

como chefes de família, é grande a participação feminina na agricultura, em sindicatos, feiras, associações, cooperativas e na política.

Porém, vários problemas persistem, sendo que alguns vêm esboçando uma curva ascendente. A discriminação salarial acompanha o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho. São precárias as políticas públicas direcionadas à mulher em termos de saúde, educação, emprego e renda, combate à violência e discriminação. O turismo sexual e o aumento no consumo de drogas, que atingem, inclusive, crianças e adolescentes, apresentam-se como problemas recorrentes.

As questões étnicas, culturais, de gênero e de gestão, no seu conjunto, convergem para uma preocupação recorrente no que se refere à implementação de atividades voltadas para uma forte geração de emprego e renda. Nesse sentido, merecem destaque algumas potencialidades da Mesorregião: agricultura familiar, turismo rural e ecológico, artesanato, presença de órgãos técnicos e agentes financeiros, pesca, existência de jazidas minerais (granito, caulim, entre outros). Aqui, além de alguns estrangulamentos já apontados acima – burocracia do crédito, precariedade da infra-estrutura – surgem outros mais específicos, tais como: falta de investimento na agricultura familiar; desorganização dos produtores; desarticulação das cadeias produtivas e beneficiamento apenas parcial de alguns produtos na própria região; apoio insuficiente à produção e comercialização do artesanato na região; falta de aptidão e/ou capacitação de quem se desloca ou está no campo; pouca valorização dos produtos locais; investimentos em atividades altamente concentradoras de renda e com baixo potencial para geração de emprego e renda (monocultura do eucalipto, pecuária de corte).

A introdução de novas tecnologias produtivas no campo, no âmbito da Mesorregião, aparece como mais um fator de difícil tratamento, envolvendo a interação entre aspectos de complexa articulação. Além da falta de pesquisas e capacitação, há uma forte resistência das populações rurais a novas formas de cultivo e à introdução de novas tecnologias em função do resgate das formas tradicionais de produção e de sementes caipiras e de nativas: o agro-extrativismo e agroecologia são alternativas que tem se mostrado viáveis. Todavia, existem na Mesorregião terras propícias à mecanização, com baixa exigência de insumos para produção, e, nesse sentido, a falta de mecanização de pequeno e médio porte é vista como uma das fraquezas que estrangulam o desenvolvimento.

Outro conjunto de dificuldades que obstaculizam uma melhor distribuição e utilização das terras na Mesorregião decorre de aspectos ligados à gestão, tanto pública quanto privada. Nesse particular, as potencialidades da Mesorregião são: existência de grandes áreas para

reforma agrária, conselhos e consórcios intermunicipais, existência de agentes de financiamento e uma forte organização dos movimentos sociais. Por outro lado, tem-se a já mencionada concentração das terras, aliada a uma exploração desordenada das mesmas; pouca participação dos municípios nos consórcios ou mesmo um certo individualismo na atuação das prefeituras; tráfico de influência política; ineficiência e burocracia da gestão pública e dos agentes de fomento ao desenvolvimento; falta de capacitação técnica para administrar a terra; fraca integração entre cooperativas e associações.

## **4.5. Educação**

### **4.5.1. Diferença e desigualdade no campo da educação**

Segundo o educador Carlos Rodrigues Brandão, há tantos tipos de educação quantas forem as sociedades existentes. Melhor seria referir-se a ela no plural, como educações, já que “não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante” (BRANDÃO, 1996, p. 9).

Brandão começa sua discussão citando um trecho de uma carta de índios norte-americanos. Nessa carta, os índios agradeciam, mas recusavam, uma proposta “para que enviassem alguns de seus jovens às escolas dos brancos”. A recusa tinha como argumento o fato de que as escolas que serviam para educar os brancos, na realidade deseducavam os índios. E essa é uma das questões mais complexas com as quais os educadores trabalham. A educação ideal para alguns pode não ter o menor sentido para outros.

A educação varia muito de acordo com o lugar e o tempo em que é realizada. Ela existe em todos os lugares e é exercida de modo diferente de acordo com os tipos de sujeitos que cada sociedade deseja formar. Mas ela existe, também, de modo desigual entre os diversos tipos de sociedade e os diversos tipos de sujeitos que as compõem. Reconhecer a diferença é perceber que existem diferentes sociedades e diferentes culturas. A educação não só é o meio através do qual cada uma dessas culturas pode ser reproduzida de geração a geração, como também é o meio através do qual as trocas simbólicas podem ocorrer entre diferentes sociedades. Essa é a força da educação, diz Brandão, porque ela permite a ampliação do repertório cultural de uma sociedade, recriando valores e normas, idéias e saberes, hábitos e crenças etc.

Por outra parte, não podemos deixar de reconhecer que existem relações de desigualdade social, que permitem a alguns povos e/ou classes sociais exercerem a dominação sobre outros, fazendo da educação o instrumento fundamental dessa dominação. A educação do colonizador não serve para ser a educação do colonizado, diz Brandão. Além disso, há situações de desigualdade que não permitem a pessoas e/ou grupos de pessoas o acesso aos bens culturais mais valorizados em determinada sociedade. O próprio educador, muitas vezes, pensando que age por si próprio e em nome da liberdade que imagina transmitir a quem educa, pode estar, na realidade, legitimando as condições em que a dominação é exercida. E essa é a fraqueza da educação.

É muito amplo o debate sobre educação e escola no Brasil e, de modo geral, a parte mais visível desse debate é a da dimensão comparada, que consiste em nos colocar numa situação bastante desconfortável quando os resultados das avaliações dos nossos alunos são postos diante dos resultados de avaliações de alunos de outros países ou quando se comparam os anos de estudo da nossa população com a de outros países, ou mesmo quando se comparam dados relativos a diferentes regiões do país.

Se tomarmos como objeto da discussão a complexa diversidade cultural de que se reveste nossa sociedade, torna-se necessário reconhecer que a educação deve corresponder a essa diversidade. De acordo com Brandão, podemos dizer que o reconhecimento das diferenças culturais é condição fundamental para a realização de uma educação rica em trocas simbólicas entre diferentes sociedades e culturas. Torna-se necessário, entretanto, reconhecer que, para além da diversidade cultural, há sérios problemas de desigualdade social e econômica e que, como adverte Brandão, a educação existe, também, de modo desigual entre os diversos tipos de sociedade e os diversos grupos sociais que as compõem.

Observando a Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, encontramos ampla diversidade cultural, expressa na distribuição espacial da população entre campo e cidade, litoral e interior, nativo e estrangeiro. Da mesma forma, essa diversidade se expressa na presença de brancos, índios e negros, assim como nos descendentes da intensa miscigenação étnica que aí teve lugar. À luz da história, essa diversidade deve ser lida com o devido cuidado, uma vez que é notória a precariedade da situação sociocultural de índios e negros, ambos submetidos a longo e intenso processo de exclusão.

Nesse contexto da diversidade, nem todos os elementos são passíveis de comparação quanto aos resultados que a educação deve alcançar, porque os componentes simbólicos de uma cultura não necessariamente encontram equivalentes em outras. Mas não podemos perder de vista, no entanto, que conforme nos ensinou há cem anos o sociólogo Émile Durkheim, “não há povo em que não exista certo número de idéias, de sentimentos e de práticas que a educação deve inculcar a todas as crianças, indistintamente, seja qual for a categoria social a que pertençam” (DURKHEIM, 1987, p. 41). É esse caráter universal de determinados elementos da cultura que exige da educação, sobretudo da educação escolar dos nossos dias, o esforço de garantir a todos, como direito, o acesso a determinados bens culturais. Nesse caso, os resultados da educação podem ser comparados, do mesmo modo que podem ser conhecidas as condições de desigualdade social que produziram resultados diferenciados.

Quando se comparam os dados sobre educação em Minas Gerais, fica visível a diferença dos resultados alcançados na porção sul e na porção norte do estado. No caso das porções dos estados da Bahia e do Espírito Santo que compõem a Mesorregião, fica patente a semelhança entre as características dessas regiões e a região norte/nordeste do estado de Minas. Apenas para efeito de comparação, serão tomados alguns dados extraídos do Atlas da Educação de Minas Gerais, uma publicação da Fundação João Pinheiro (FJP, 2005), o mais completo e atualizado conjunto de indicadores sobre educação no Estado de Minas.

Vários podem ser os elementos de comparação, mas tomaremos aqui os indicadores de desempenho médio em Português e Matemática dos alunos da oitava série. Apesar da advertência dos autores do texto introdutório de que “sua utilidade é limitada, pois serve apenas para comparar as proficiências entre os diferentes municípios ou conjunto de municípios”, não sendo possível “incorporar nenhuma informação sobre o significado pedagógico das médias ou sobre os valores esperados para estas medidas” tornam-se visíveis as diferenças de desempenho dos alunos conforme a região. As menores médias alcançadas pelos alunos do norte e nordeste de Minas deixam claro que o desempenho escolar está intimamente relacionado ao quadro geral das condições sociais e econômicas da região onde está inserida a escola.

**Tabela 14** - Médias de desempenho em Matemática e Língua Portuguesa na 8ª série E.F.

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Matemática</b>	<b>Língua Portuguesa</b>
Alto Paranaíba	252,5	246,7
Central	243,2	243,0
Centro Oeste de Minas	251,6	248,2
Jequitinhonha/ Mucuri	229,4	232,8
Mata	247,0	245,9
Noroeste de Minas	237,3	237,3
Norte de Minas	223,5	233,5
Rio Doce	237,1	238,2
Sul de Minas	251,5	245,2
Triângulo	247,8	247,1

Fica evidente o fato de que as regiões pobres, como Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri, produziram os piores resultados. O mesmo pode ser notado quando se comparam os dados relativos ao percentual de alunos acima dos níveis “básico” e “recomendado”, isto é, para a 8ª série os níveis básicos para Matemática e Português são, respectivamente, 250 e 225, e os recomendados são 300 e 275. “O percentual de alunos acima destes pontos de referência é tomado como índice de qualidade”, dizem os autores do Atlas.

Os indicadores para cada região, separadamente para as disciplinas Matemática e Língua Portuguesa, podem ser vistos nas duas tabelas a seguir.

**Tabela 15** - Porcentagens de alunos acima dos níveis básico e recomendado em Matemática

<b>Região de Planejamento</b>	<b>% acima do Básico</b>	<b>% acima do Recomendado</b>
Alto Paranaíba	53,0	16,7
Central	44,9	12,1
Centro Oeste de Minas	52,2	16,3
Jequitinhonha/ Mucuri	32,9	6,3
Mata	47,2	14,8
Noroeste de Minas	39,5	9,1
Norte de Minas	28,8	5,6
Rio Doce	39,7	9,6
Sul de Minas	52,0	16,2
Triângulo	49,2	13,2

Apesar de a proficiência em Língua Portuguesa ser um pouco melhor que a de Matemática, o quadro não se altera quando os resultados são comparados entre as regiões.

**Tabela 16** - Porcentagens de alunos acima dos níveis básico e recomendado em Língua Portuguesa

<b>Região de Planejamento</b>	<b>% acima do Básico</b>	<b>% acima do Recomendado</b>
Alto Paranaíba	74,9	22,5
Central	71,2	19,8
Centro Oeste de Minas	75,6	23,4
Jequitinhonha/ Mucuri	61,4	11,8
Mata	73,8	21,8
Noroeste de Minas	66,2	14,8
Norte de Minas	60,5	12,0
Rio Doce	66,6	15,7
Sul de Minas	73,2	21,2
Triângulo	75,6	21,7

Se tomarmos, ainda, um outro conjunto de indicadores que medem o índice de qualidade geral da educação, por região de planejamento, vamos notar um quadro bastante semelhante ao mostrado nas tabelas anteriores, isto é, as regiões pobres do estado de Minas têm os piores indicadores de qualidade geral da educação. E esse é um problema que merece especial atenção, uma vez que educação básica de boa qualidade é fator importante no desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas.

**Tabela 17 - Índice de qualidade geral da educação, por região de planejamento.**

Região de Planejamento	1a a 4a série EF	5a a 8a série EF	1a a 3a série EM
Alto Paranaíba	0,788	0,671	0,605
Central	0,727	0,632	0,556
Centro Oeste de Minas	0,821	0,673	0,594
Jequitinhonha/ Mucuri	0,605	0,561	0,513
Mata	0,751	0,653	0,577
Noroeste de Minas	0,698	0,597	0,503
Norte de Minas	0,597	0,544	0,481
Rio Doce	0,692	0,599	0,550
Sul de Minas	0,770	0,664	0,597
Triângulo	0,751	0,659	0,582

Os indicadores de qualidade do ensino do Atlas da Educação do Estado de Minas Gerais tiveram como “fontes de dados os resultados do PROEB, um dos programas do Sistema Mineiro de Avaliação da Escola Pública (SIMAVE), e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do governo federal” (FJP, 2005), em testes aplicados em 2002 e 2003. Eles foram elaborados para “propiciar aos municípios uma base de dados confiável e fidedigna” com o propósito de fundamentar o Plano Decenal de Educação, que deverá vigorar no período de 2005 a 2014. Apesar da exigência de que cada município elabore seu Plano Municipal de Educação, os autores advertem que o Plano Estadual “não é o somatório dos diversos planos municipais”. Além disso, explicita-se a necessidade de que se harmonizem os esforços dos diversos níveis de governo e das esferas pública e privada.

Cabe ao Estado cuidar para que se alcance a igualdade de oportunidades entre as pessoas e entre os habitantes das diferentes regiões. Cabe-lhe, ainda, tratar dos problemas educacionais comuns que transcendem os limites dos territórios dos municípios e dos espaços vazios da política educacional, respondendo às necessidades presentes, mas com um olhar no horizonte futuro. Soma-se a isso a gestão da própria rede estadual, cujos objetivos e ações devem, por seu turno, harmonizar-se com os do Poder Público local e os do setor privado. (FJP, 2005).

#### **4.5.2. Índices de Escolaridade e de Alfabetização**

Encontram-se em Pochmann e Amorim (2003) evidências acerca de alguns índices que ilustram as condições sociais dos municípios que integram os Vales do Jequitinhonha e

Mucuri, dentre aqueles que dizem respeito aos percentuais de alfabetização<sup>16</sup> e escolaridade<sup>17</sup>. Para interpretar esses indicadores mencionados, os autores tomaram como critérios valores que obedecem a uma variação do índice de zero a um. Quanto à alfabetização consideram a porcentagem de cidadãos com 5 ou mais anos de idade que sabem ler e escrever e de escolaridade que corresponde a um indicador de estudos dos chefes de família (número médio de anos de estudo). Ou seja, consideram os municípios que apresentavam piores condições aqueles com valores próximos a zero, enquanto os melhores estariam próximos de um. Tal especificação vai ao encontro dos valores estipulados pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

**Tabela 18** - Índices de alfabetização e escolaridade por municípios integrantes dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2000.

UF	Município	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade
MG	Águas Formosas	0,650	0,303
BA	Alcobaça	0,656	0,291
MG	Almenara	0,668	0,341
MG	Angelândia	0,635	0,220
MG	Araçuaí	0,719	0,336
MG	Aricanduva	0,678	0,206
MG	Ataléia	0,638	0,258
MG	Bandeira	0,585	0,203
BA	Belmonte	0,622	0,278
MG	Berilo	0,694	0,235
MG	Bertópolis	0,588	0,265
ES	Boa esperança	0,767	0,413
MG	Cachoeira de Pajeú	0,624	0,215
MG	Capelinha	0,705	0,298
MG	Carai	0,616	0,217
BA	Caravelas	0,622	0,305
MG	Carbonita	0,711	0,272
MG	Carlos Chagas	0,683	0,330
MG	Catuji	0,600	0,212
MG	Chapada do Norte	0,614	0,183
MG	Comercinho	0,663	0,206
ES	Conceição da Barra	0,740	0,425

<sup>16</sup> Segundo notas metodológicas do IBGE (2000), considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecia. Aquela que aprendeu a ler e escrever, mas esqueceu e a que assinava apenas o próprio nome foi considerada analfabeta.

<sup>17</sup> Essa classificação foi obtida em função da última série concluída com aprovação no nível ou grau mais elevado que a pessoa com 5 ou mais anos de idade estava freqüentando ou havia freqüentado (IBGE, 2000).

MG	Coronel Murta	0,732	0,300
MG	Couto de Magalhães de Minas	0,782	0,374
MG	Crisólita	0,562	0,182
MG	Datas	0,820	0,348
MG	Diamantina	0,818	0,498
MG	Divisópolis	0,598	0,210
ES	Ecoporanga	0,724	0,354
BA	Eunápolis	0,750	0,432
MG	Felício dos Santos	0,712	0,256
MG	Felisburgo	0,598	0,258
MG	Francisco Badaró	0,662	0,206
MG	Franciscópolis	0,613	0,211
MG	Frei Gaspar	0,616	0,211
MG	Fronteira dos Vales	0,550	0,199
MG	Gouvêa	0,841	0,400
BA	Guaratinga	0,562	0,182
BA	Ibirapuã	0,656	0,266
BA	Itabela	0,639	0,246
BA	Itagimirim	0,666	0,279
MG	Itaipé	0,595	0,234
BA	Itapebi	0,573	0,239
BA	Itamaraju	0,660	0,311
MG	Itamarandiba	0,697	0,282
BA	Itanhem	0,660	0,264
MG	Itaobim	0,697	0,334
MG	Itinga	0,647	0,258
MG	Jacinto	0,645	0,251
ES	Jaguare	0,772	0,400
MG	Jenipapo de Minas	0,605	0,185
MG	Jequitinhonha	0,635	0,281
MG	Joáima	0,625	0,262
MG	Jordânia	0,669	0,297
MG	José Gonçalves de Minas	0,669	0,206
BA	Jucuruçu	0,487	0,154
MG	Ladainha	0,572	0,194
BA	Lajedão	0,610	0,273
MG	Leme do Prado	0,750	0,287
MG	Machacalis	0,700	0,289
MG	Malacacheta	0,664	0,285
MG	Mata Verde	0,592	0,211
BA	Medeiros Neto	0,663	0,290
MG	Medina	0,667	0,283
MG	Minas Novas	0,638	0,204
ES	Montanha	0,738	0,389
MG	Monte Formoso	0,589	0,178

BA	Mucuri	0,695	0,413
ES	Mucurici	0,708	0,331
MG	Nanuque	0,780	0,440
BA	Nova Viçosa	0,671	0,330
MG	Novo Cruzeiro	0,578	0,207
MG	Novo Oriente de Minas	0,537	0,179
MG	Ouro Verde de Minas	0,624	0,244
MG	Padre Paraíso	0,668	0,277
MG	Palmópolis	0,659	0,203
MG	Pavão	0,650	0,270
MG	Pedra Azul	0,690	0,343
ES	Pedro Canário	0,729	0,379
ES	Pinheiros	0,751	0,364
ES	Ponto Belo	0,730	0,345
MG	Ponto dos Volantes	0,585	0,204
BA	Porto Seguro	0,748	0,467
MG	Poté	0,636	0,261
BA	Prado	0,655	0,329
MG	Presidente Kubitschek	0,775	0,282
MG	Rio do Prado	0,584	0,224
MG	Rubim	0,638	0,277
MG	Salto da Divisa	0,590	0,268
BA	Santa Cruz Cabrália	0,695	0,408
MG	Santa Helena de Minas	0,563	0,220
MG	Santa Maria do Salto	0,636	0,250
MG	Santo Antônio do Jacinto	0,578	0,202
MG	São Gonçalo do Rio Preto	0,701	0,320
ES	São Mateus	0,810	0,518
MG	Senador Modestino Gonçalves	0,697	0,246
MG	Serra dos Aimorés	0,713	0,342
MG	Setubinha	0,519	0,155
BA	Teixeira de Freitas	0,745	0,427
MG	Teófilo Otoni	0,783	0,482
MG	Turmalina	0,743	0,306
MG	Umburatiba	0,680	0,307
BA	Vereda	0,581	0,190
MG	Veredinha	0,711	0,201
MG	Virgem da Lapa	0,695	0,268

Fonte: POCHMANN e AMORIM (2003)

De imediato, a partir da Tabela 18 acima, identificam-se contradições entre os valores dos dados de alfabetização e escolaridade dos municípios. De modo geral, todos os municípios têm seus indicadores de escolaridade inferior ao de alfabetização. Quanto à alfabetização, entre os 105 municípios, encontra-se uma variação entre os menor e maior

valores aqueles que correspondem, respectivamente, a 0,487 (de Jucuruçu-BA) e 0,841 (de Gouvêa-MG). Já em relação à escolaridade, o menor valor está na ordem de 0,154 (de Jucuruçu-BA) e o maior corresponde a 0,518 (de São Mateus-ES).

Na tentativa de superar uma análise por município, foram subagrupados aqueles valores que se assemelham tanto no que diz respeito ao indicador de alfabetização quanto de escolaridade. Para tanto, foram agrupadas as cidades mediante os seguintes critérios: baixo, até 0,499; médio, de 0,500 a 0,799; alto, acima de 0,800. Tal especificação vai ao encontro das variações estipuladas pelo IDH.

Com referência ao indicador alfabetização foi possível encontrar o número de cidades conforme é apresentado na Tabela 19 que se segue.

**Tabela 19** - Índice de alfabetização segundo municípios de cada Estado integrantes da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, 2000.

Classificação geral*		Bahia		Espírito Santo		Minas Gerais	
Classificação	Tot. Municip.	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Baixo	1	1	4,76	-	-	-	-
Médio	100	20	95,24	9	90,00	71	95,95
Alto	4	0	0,00	1	10,00	3	4,05
<b>TOTAIS</b>	<b>105</b>	<b>21</b>	<b>100,00</b>	<b>10</b>	<b>100,00</b>	<b>74</b>	<b>100,00</b>

\* baixo, até 0,499; médio, de 0,500 a 0,799; alto, acima de 0,800.

Fonte: POCHMANN e AMORIM (2003)

Conforme dados acima, no que diz respeito aos valores percentuais medianos, não existe uma grande variação entre os municípios analisados, uma vez que todos eles encontram-se na casa dos 90% . Entretanto, cabe destacar que somente uma cidade, localizada na Bahia, encontra-se, segundo critérios aqui determinados, com um baixo índice de alfabetização.

Já em relação à escolaridade da população das cidades em análise, foi possível identificar os valores a seguir:

**Tabela 20** - Índice de escolaridade segundo municípios de cada Estado integrantes da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, 2002.

Classificação geral*		Bahia		Espírito Santo		Minas Gerais	
Classificação	Tot. Municip.	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Baixo	104	21	100,00	9	90,00	74	100,00
Médio	1	0	0,00	1	10,00	0	0,00
Alto	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>TOTAIS</b>	<b>105</b>	<b>21</b>	<b>100,00</b>	<b>10</b>	<b>100,00</b>	<b>74</b>	<b>100,00</b>

\* baixo, até 0,499; médio, de 0,500 a 0,799; alto, acima de 0,800.

Fonte: POCHMANN e AMORIM (2003)

A Tabela 20 evidencia que, majoritariamente, o índice de escolaridade dos municípios da MESOVALES é baixo. Ficando apenas um município, o de São Mateus-ES, dentro dos percentuais medianos. Em considerando o índice de escolaridade da MESOVALES, por anos de estudo, os indicadores apontam a microrregião de Diamantina com o menor percentual de pessoas sem instrução e maior percentual de pessoas com 12 anos ou mais de estudos. Já a microrregião de Almenara apresenta o maior índice de pessoas sem nenhum grau de instrução; enquanto a microrregião de Capelinha, que teve um dos maiores índices de pessoas alfabetizadas, apresenta o menor percentual de pessoas com 12 anos ou mais de instrução.

A maior concentração na MESOVALES ainda é de pessoas sem instrução ou com instrução entre quatro e sete anos de estudo, ou seja, a maioria da população da MESOVALES está entre os que nunca freqüentaram a escola e as que não concluíram o ensino fundamental.

#### 4.5.3. Alfabetização

Educação é uma variável estrutural para o desenvolvimento da população de um dado território. É por meio dela que o ser humano desenvolve suas capacidades gerais, possibilitando o acesso a novas oportunidades. O que se observa na MESOVALES é uma baixa escolaridade da população, de forma geral, quando comparada com a média dos estados em que faz parte e do Brasil. A Tabela e o Mapa, a seguir, evidenciam a situação da alfabetização e anos de estudo. De 1991 para 2000, observa-se avanços significativos com relação ao acesso à educação.

Os índices de alfabetização da MESOVALES indicam que a microrregião de Diamantina é a que possuía em 1991 (61,63%) e em 2000 (73,84%) o maior índice de pessoas alfabetizadas, enquanto a microrregião de Almenara apresenta os menores valores nos dois censos (43,41% e 60,42% respectivamente).

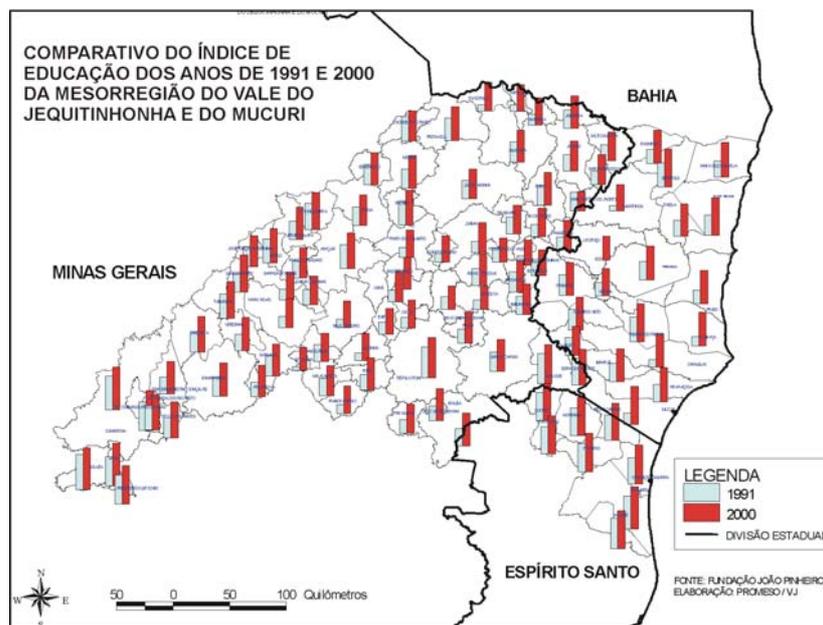
As microrregiões que apresentam os maiores aumentos no número de pessoas alfabetizadas são Porto Seguro e Capelinha, com 17,55 e 17,52 pontos percentuais respectivamente. As demais microrregiões apresentam aumentos entre 10,55 (Montanha) e 15,56 (São Mateus) pontos percentuais.

**Tabela 21** - Pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas. Microrregiões, 1991 e 2000

Microrregião Geográfica	1991		2000	
	Alfabetizado	Não Alfabetizado	Alfabetizado	Não Alfabetizado
Porto Seguro – BA	46,60	53,40	64,15	35,85
Diamantina - MG	61,63	38,37	73,94	26,06
Capelinha - MG	45,52	54,48	63,04	36,96
Araçuaí – MG	44,20	55,80	61,35	38,65
Pedra Azul - MG	48,49	51,51	63,56	36,44
Almenara - MG	43,41	56,59	60,42	39,58
Teófilo Otoni – MG	51,03	48,97	65,33	34,67
Nanuque – MG	51,68	48,32	65,72	34,28
Montanha – ES	59,15	40,85	69,70	30,30
São Mateus - ES	60,56	39,44	71,94	28,06
TOTAL	49,27	50,73	64,93	35,07

Fonte: IBGE.

**Mapa 14** - Comparativo do Índice de Educação/IDHM - Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 1991 e 2000.



Fonte: FJP, PNUD, IPEA.

#### 4.5.4. Escolaridade Conforme Anos de Estudo

A partir da Tabela 22, e comparando com a anterior, observa-se que os índices de escolaridade da MESOVALES por ano de estudo apontam a microrregião de Diamantina com o menor percentual de pessoas sem instrução e maior percentual de pessoas com 12 anos ou mais de estudo. Já a microrregião de Almenara apresenta o maior índice de pessoas sem nenhum grau de instrução; enquanto a microrregião de Capelinha, que teve um dos maiores índices no aumento de pessoas alfabetizadas, apresenta o menor percentual de pessoas com 12 anos ou mais de instrução.

A maior concentração na MESOVALES ainda é de pessoas sem instrução ou com instrução entre quatro e sete anos de estudo, ou seja, a maioria da população da MESOVALES está entre os que nunca freqüentaram a escola e as que não concluíram o ensino fundamental. Esse perfil da educação da MESOVALES segue uma tendência nacional de políticas educacionais. Segundo dados do IBGE, a maioria dos alunos que ingressam na escola não concluem o ensino médio.

**Tabela 22 - Taxa de escolaridade por anos de estudo. Microrregiões, 2000.**

Microrregião Geográfica	Sem Inst.	Menos de 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 a 7 anos	8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais	Ign.	Total
Porto Seguro-BA	33,25	9,35	9,02	8,46	7,84	9,64	10,92	3,07	6,77	0,85	0,82	100,00
Diamantina-MG	22,89	8,12	6,81	8,59	11,06	16,95	11,78	3,99	6,73	2,18	0,90	100,00
Capelinha-MG	32,71	9,22	9,10	10,47	10,94	12,88	7,46	2,11	3,53	0,50	1,08	100,00
Araçuaí-MG	31,85	7,94	9,04	10,79	11,02	13,08	8,53	2,17	4,11	0,61	0,86	100,00
Pedra Azul-MG	31,24	7,86	8,73	9,64	9,76	13,29	9,77	2,85	5,52	0,82	0,54	100,00
Almenara-MG	34,46	9,60	8,96	9,48	8,85	11,69	8,31	2,59	4,72	0,74	0,60	100,00
Teófilo Otoni-MG	29,54	7,74	7,98	8,96	8,87	12,50	11,59	3,41	6,86	1,90	0,66	100,00
Nanuque-MG	29,94	7,48	7,82	8,55	8,08	12,87	12,31	3,80	7,34	1,22	0,62	100,00
Montanha-ES	24,71	8,38	7,62	7,96	8,12	13,75	14,76	4,14	8,99	1,13	0,44	100,00
São Mateus-ES	22,99	7,53	7,00	8,03	8,03	13,55	15,40	5,30	10,05	1,64	0,48	100,00
TOTAL	30,80	8,59	8,48	9,03	8,92	11,99	10,79	3,20	6,36	1,09	0,74	100,00

Fonte: IBGE.

Estes dados tomados como base e a partir das “premissas e diretrizes básicas” norteadoras do Plano Decenal de Educação – MG podemos traçar proposição do que se pretende com este Plano de Desenvolvimento da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no que tange a educação, como no trecho a seguir:

O Plano Decenal de Educação não é, apenas, uma obra política de um governo estadual. Ele transcende a administração atual e envolve os

governos municipais. Cada município do Estado, contando com o apoio e o suporte técnico adequados, deverá elaborar seu plano educacional.

O Plano não é, tampouco, o somatório dos 853 planos municipais. Deve orientar-se por uma política comum e uma abordagem abrangente, que respeite as diferenças e características de cada município, mas que os integre. Deve, também, prever as condições para se pensar o espaço maior, a região, o que está entrelaçado e que é interdependente. Partindo do princípio de que todos têm direitos iguais a uma educação de qualidade, um dos pontos fundamentais do Plano consiste em equalizar as oportunidades e reduzir as diferenças e desigualdades entre cidades e regiões.

O Plano não é peça tecnocrática. Pressupõe a participação das comunidades, dos pais, dos alunos, dos professores e dos segmentos ativos e organizados da sociedade mineira. Deve conjugar os esforços do município com os do Estado. Nesse cenário, o plano municipal não é só o plano da rede da prefeitura; compreende a harmonização das ações educacionais no município com as ações conduzidas pelo Estado, pelo Poder Público local e pelo setor privado.

O Plano é seletivo. Baseia-se em diagnóstico realista e abrangente dos problemas educacionais encontrados nos municípios e nas regiões de Minas. Parte do princípio de que os recursos são escassos e de que é preciso atuar estrategicamente, priorizando o que é fundamental e direcionando os esforços e recursos para equacionar e resolver o que é mais urgente e premente.

O Plano tem compromisso com resultados, isto é, com a aprendizagem, com a educação de qualidade. Por isso, a concepção de um sistema de avaliação é peça chave. Nesse cenário, avaliar para corrigir rumos e acertar o passo torna-se imprescindível. (FJP, 2005).

Observando-se essas “premissas e diretrizes básicas” norteadoras do Plano Decenal de Educação no confronto com as demandas levantadas nas três oficinas e no seminário, podemos destacar como fundamentais os seguintes pontos.

#### **4.5.5. Etnia, gênero e cidadania**

O trabalho realizado nas oficinas e no seminário procurou orientar os participantes para que observassem as questões étnicas, de gênero e de cidadania em todos os temas em debate. Porém, provavelmente, o tema educação é aquele em que essas questões podem e devem ser mais nitidamente observadas.

As principais demandas no que se refere às questões étnicas dizem respeito ao reconhecimento das diversas populações indígenas e quilombolas existentes na Mesorregião. Em relação aos indígenas, esse reconhecimento torna-se ainda mais premente, uma vez que a Mesorregião inclui Porto Seguro e adjacências, porta de entrada do colonizador em terras

brasileiras e marco histórico de um processo brutal de confronto e violência bruta. Em relação aos quilombolas, deve-se notar que neles se materializam, de modo bastante perverso, os problemas ligados à cor da pele combinados com os problemas decorrentes do mundo rural e periférico.

Suas demandas para educação começam pelo reconhecimento de suas identidades étnicas, pela identificação, mapeamento e estabelecimento de garantias do seu direito histórico à terra que habitam. Em uma direção, estabelece-se a luta pelo direito à diferença. Demanda-se a criação de uma agenda específica de ações que dêem sustentabilidade educacional às áreas indígenas e quilombolas, garantindo as condições para formação de professores que representem essas identidades culturais, que valorizem e reconheçam a legitimidade do seu modo tradicional de vida e que permitam um diálogo intercultural. Para isso, torna-se necessário produzir material didático específico sobre questões étnicas da Mesorregião, para utilização nas escolas locais.

Em outra direção, trata-se de estabelecer a luta pelo direito à escolarização e pela qualidade da educação escolar. Sabendo-se que as condições de desigualdade social não permitem iguais condições de desempenho escolar, torna-se necessário estabelecer uma séria política de ações afirmativas, tentando minimizar os efeitos perversos dessas condições de origem no processo de escolarização. Também é necessário ampliar as políticas de assistência social e aprimorar os mecanismos de controle da sua eficácia, ampliando a capacidade de benefício e corrigindo as distorções.

Em relação às questões de gênero, as oficinas apontaram para a necessidade de se estabelecer amplo diálogo sobre outro elemento que afeta especificamente as mulheres: a condição feminina, na Mesorregião, é amplamente desfavorável em relação à condição masculina. Além dos problemas de ordem econômica e étnica, as mulheres são mais vulneráveis a formas diversas de violência, como a prostituição infanto-juvenil, a discriminação e a exposição ao risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis. Combater o turismo sexual, sobretudo infanto-juvenil, e punir os envolvidos em atos de violência contra a mulher, discutir as questões relacionadas à igualdade de gênero e conjugar ações da área da educação com as da área da saúde e da justiça são as principais demandas apontadas pelos participantes das atividades.

As questões ligadas à cidadania aparecem nos vários temas em discussão. Mas é na educação que se depositam as maiores expectativas, quando o que está em jogo é o debate sobre formação cidadã. Além da defesa da igualdade entre homens e mulheres,

independentemente da cor, opção sexual, política ou religiosa, reivindica-se também um debate ampliado sobre o problema e o efetivo combate às drogas, sobretudo nas áreas abertas ao turismo, a discussão sobre problemas de saúde dos trabalhadores em educação e a extensão da oferta da educação escolar como um direito de todos.

#### **4.5.6. Educação rural**

Como os indicadores demográficos mostram, a região da Mesovales ainda tem grande parte da sua população no meio rural. Além disso, evidencia-se, também, o forte peso das atividades do setor rural no quadro sócio-econômico regional. Não se trata, entretanto, de entender e situar a região no mesmo quadro das atividades ligadas ao agronegócio, que tem se destacado na economia brasileira em tempos de crise. Trata-se de reconhecer que há amplo predomínio de uma agricultura familiar de subsistência e que é nesse nível que as ações devem ser orientadas.

Além de ser uma região fortemente caracterizada pelas atividades do setor rural, deve-se considerar o fato de a população estar bastante dispersa pelas áreas rurais de municípios de enormes extensões territoriais, geralmente de relevo muito acidentado. As recentes políticas de nucleação das escolas e de montagem de amplo sistema de transporte escolar pareciam uma ótima saída para os problemas da manutenção de escolas em regiões distantes e que passavam por esvaziamento demográfico. No entanto, revelaram-se extremamente problemáticas, uma vez que criaram uma “indústria do transporte escolar”, marcada por denúncias de corrupção na aquisição de frota e recrutamento e seleção dos transportadores, dificuldade de manutenção da frota e das estradas, além do risco de acidentes com veículos do transporte escolar.

Além da necessidade de fortalecer a ação fiscalizadora dos Conselhos de Educação, Conselho Tutelar e Ministério Público na área do transporte escolar e da demanda pela expansão dos níveis mais elevados de ensino para distritos, povoados e comunidades densamente povoadas, há a necessidade de se observar aspectos relativos às especificidades da educação no campo, como o treinamento de profissionais para atuar em turmas multisseriadas, a formação de professores atentos à caracterização do meio e à possibilidade de expandir aquela que, ao que tudo indica, se apresenta como a melhor alternativa para a educação rural: a pedagogia da alternância.

A pedagogia da alternância consiste num projeto pedagógico realizado em Escolas-Família Agrícolas. Essas entidades se constituíram originalmente na França, nos anos 30, para

atender a problemas específicos de famílias de agricultores que, ou não se adaptavam à escola convencional, ou não tinham meios para freqüentá-la. Em sua essência, ela consiste em alternar curtos espaços de tempo (quinzena, semana) entre a imersão na escola e a experiência cotidiana das lides da vida rural. Seu propósito é garantir a escolarização dos filhos dos trabalhadores rurais, sem que eles se desvinculem do cotidiano das práticas próprias do meio rural. Para garantir a sua eficácia são necessárias: uma organização de base, que mobilize os usuários em torno da especificidade do seu projeto, uma estrutura física que permita o internato, a formação adequada dos monitores que acompanharão os alunos e suas famílias e a opção política por uma escolarização adequada ao meio onde vivem as pessoas. No Brasil, as Escolas-Família Agrícolas entraram pelo estado do Espírito Santo, nos anos 60, de onde se expandiram para outros estados, inclusive para Minas Gerais, que concentram suas unidades exatamente na região da Mesovales, nos municípios de Itinga, Virgem da Lapa, Turmalina, Itaobim, Padre Paraíso Pavão e Comercinho.

#### **4.5.7. Educação básica**

O atendimento à educação básica na Mesorregião é extremamente precário, em função, basicamente, da caracterização do meio: predominância de pequenas cidades sem infra-estrutura urbana, municípios com grandes extensões territoriais, amplas regiões rurais de relevo acidentado, precárias condições de vida de grande parte da população. Esse cenário expressa seus resultados nos dados comparativos apresentados anteriormente. Os indicadores de qualidade da educação expressam os indicadores da qualidade de vida da população.

Nesse sentido, torna-se necessário realizar um amplo levantamento da caracterização da rede escolar, identificando os pontos precisos onde é necessário reformar a rede física e ampliar o potencial de atendimento. Dotar as escolas de infra-estrutura de informática e capacitar pessoal para dar suporte adequado nas escolas é uma demanda posta para todo o sistema. Para uma região periférica, como a que aqui está em foco, certamente é necessário um esforço ainda maior para garantir essa infra-estrutura, qualificar professores, criar e ampliar bibliotecas escolares, municipais e itinerantes, formar recursos humanos para o trabalho com alunos portadores de necessidades especiais, produzir e editar livros didáticos e paradidáticos sobre a Mesorregião, implantar a Lei 10.639, que trata da obrigatoriedade da inclusão da história e da cultura afro-descendentes nos currículos escolares etc.

Se o problema do acesso à escola ainda persiste, ainda que apenas residual, o problema da qualidade do ensino, como dito anteriormente, e o da manutenção na escola

existem como problemas graves a serem enfrentados. Os indicadores estatísticos mostram um intenso afunilamento na oferta de ensino nas séries finais do ensino fundamental e médio, expressão do abandono da escola por amplos contingentes da população em idade escolar. Fica claro, portanto, que se há a necessidade de focalizar os problemas internos à escola, não há dúvida de que as políticas de assistência ainda constituem um elemento fundamental para a garantia da manutenção das crianças e adolescentes na escola.

#### **4.5.8. Ensino superior**

São extremamente precários os indicadores de ensino superior na região. Apesar da expansão recente da oferta de cursos em algumas cidades, não há dúvida de que o atendimento ainda está muito aquém das suas necessidades. Além de pequena, a oferta de cursos de nível superior é feita, em grande parte, por instituições que não estão situadas na região. Não há oferta de cursos de pós-graduação.

Na Bahia temos a presença da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), com campus em Teixeira de Freitas e Itamaraju. No Extremo Sul da Bahia há, ainda, um projeto para a instalação de *campi* da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Na parte mineira da Mesorregião, a maior oferta está em Diamantina, onde estão as sedes da Faculdade de Filosofia e Letras (FAFIDIA) e das Faculdades Federais Integradas (FAFEID), núcleo da recém-criada Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Lei nº 11.173, de 06 de setembro de 2005). A primeira oferece os cursos de Letras, História, Filosofia, Pedagogia, Música, Matemática e Normal Superior, além de Letras e Normal Superior em Araçuaí. Na FAFEID são oferecidos cursos de Agronomia, Enfermagem, Engenharia Florestal, Farmácia e Bioquímica, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia e Zootecnia. Com a transformação em universidade, novos cursos serão oferecidos, a partir de 2006, como Engenharia Hídrica, Sistemas de Informação, Turismo e licenciaturas em Física, Química, Ciências Biológicas e Educação Física. Em Teófilo Otoni, a Fundação Educacional Nordeste Mineiro (FENORD) oferece os cursos de Administração, Direito, Ciências Sociais, Letras, Matemática e Pedagogia.

Dentre as instituições sediadas fora da região e que oferecem cursos estão a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), a Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC – Barbacena) e a Universidade de Itaúna. Em todos os casos a oferta está concentrada no curso Normal Superior, com uma ou outra oferta de Letras e Pedagogia. A primeira oferece cursos em Almenara, Araçuaí, Capelinha, Turmalina, Joáima, Pedra Azul,

Cachoeira do Pajeú, Jequitinhonha, Monte Formoso, Padre Paraíso, Coronel Murta, Itaobim, Ponto dos Volantes, Presidente Kubitschek, Datas, Gouveia e Angelândia. A UNIPAC oferece o curso Normal Superior em Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Itaobim, Jequitinhonha, Ladainha e Poté. Em Nanuque oferece 5 cursos (Normal Superior, Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Matemática e Letras). E em Teófilo Otoni oferece 13 cursos (Normal Superior, Pedagogia, História, Geografia, Administração de Empresas, Educação Física, Letras, Turismo, Ciência da Informação, Ciências Contábeis, Enfermagem, Matemática, Nutrição, Serviço Social e Pedagogia). A Universidade de Itaúna oferece os cursos de Letras e Pedagogia em Almenara.

Exceto os cursos oferecidos pela FAFEID, todos os outros são pagos, o que não deixa de ser um contra-senso. Daí a legitimidade da criação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que deverá ser organizada de modo descentralizado em vários campi em cidades pólo da Mesorregião. Há demanda pela garantia da implantação imediata da UFVJM e da inclusão dos municípios de Teixeira de Freitas e Itamaraju na organização multicampi. Há forte demanda, também, pela criação de cursos voltados para a vocação regional, como Zootecnia, Fitotecnia, Agronomia, Gemologia, Hotelaria e Turismo, Engenharia de Pesca, Oceanografia, Biologia Marinha, Administração Pública e Contabilidade.

A criação desses cursos potencializará, é certo, o desenvolvimento regional. Mas esse plano não poderá deixar de estabelecer como prioridade máxima a criação de cursos de licenciatura para a formação inicial e continuada de professores, sobretudo nas áreas de ciências exatas e biológicas. A oferta de cursos de pós-graduação, em nível de especialização e mestrado, torna-se também uma necessidade em função da expansão do ensino superior na região, que passa a exigir cada vez mais profissionais titulados em nível de mestrado e doutorado.

#### **4.5.9. Gestão e valorização dos profissionais da educação**

Por fim, nenhum plano de desenvolvimento da educação poderá deixar de considerar a gestão do sistema e a valorização dos profissionais do ensino. Nesse sentido, a elaboração do Plano Decenal de Educação e dos projetos político-pedagógicos das escolas, a implantação de um plano de cargos e salários para professores dos diferentes níveis de ensino, válido para as redes estaduais e municipais, a realização de concursos para preenchimento de todas as vagas, o desenvolvimento de atividades que minimizem o impacto da atividade sobre a saúde dos

trabalhadores, o atendimento especializado aos trabalhadores da educação vitimados por doenças ocupacionais, todos esses são itens da pauta de demanda levantada nas oficinas e aprovadas no Seminário realizado em Teófilo Otoni e no Fórum realizado em Araçuaí.

Esse Plano de Desenvolvimento, especificamente no que se refere à educação, deverá nortear o debate sobre as ações a serem desenvolvidas na Mesorregião, reconhecendo a sua diversidade cultural e, portanto, a diversidade pedagógica que essa educação deverá conter, contribuindo para diminuir os efeitos perversos das desigualdades econômicas e sociais que implicam resultados desvantajosos para seus alunos quando comparados aos resultados dos alunos de outras regiões.

#### 4.6. Meio Ambiente

Os problemas que mais comumente têm afetado o meio ambiente regional, conseqüência do processo histórico predatório de ocupação, estão relacionados diretamente à exploração do subsolo e à poluição de mananciais, com uma intensa poluição das águas, tornando-as impréstáveis ao consumo humano, animal, ou, até mesmo, para a agricultura. Some-se a isso o esgotamento de inúmeras nascentes, o que tem eliminado boa parte dos cursos d'água que formam os afluentes dos principais rios da região, e o precário quadro de saneamento ambiental na maioria dos municípios, em particular os esgotos e os resíduos sólidos, o que não só representa ameaça às condições de vida da população, como também compromete gradativamente a qualidade dos recursos hídricos da região.

Destaca-se um quadro ambiental e humano que pode ser assim caracterizado: populações pobres e ainda predominantemente rurais, altas taxas de mortalidade infantil, baixa esperança de vida, forte evasão populacional para outras regiões e estados, distribuição etária desigual, exibindo grande proporção de crianças e idosos.

Os principais motivos desses crescentes indicadores de evasão populacional da região são: o fim da pequena navegação do rio Jequitinhonha; dificuldade de manutenção das articulações comerciais com antigos centros urbanos da Bahia e de Minas Gerais; déficits de energia e infra-estrutura de produção e transporte; forte concentração fundiária, diretamente associada à liquidação dos restos de cobertura vegetal da Mata Atlântica e da ocupação desordenada das chapadas para o plantio de eucalipto, o que levou ao assoreamento dos cursos d'água, aguçando os desequilíbrios ambientais etc.

Principalmente, posterior a década de 60, a ação antrópica alterou demasiadamente as condições naturais de vegetação da Mesorregião. São ínfimos os focos naturais da Mata Atlântica que, desde a época do descobrimento, vem sendo degradada exaustivamente. Os processos alteradores da paisagem ocorreram em virtude das atividades extrativistas e da ocupação indiscriminada do território em função da agricultura e da pecuária extensiva.

No Espírito Santo restam somente 1,5% da sua antiga cobertura florestal, que correspondia a 38 mil km<sup>2</sup>. São aproximadamente 600 km<sup>2</sup> de florestas em um território com mais de 46 mil km<sup>2</sup>, conseqüência de uma ação de degradação ambiental que teve como principais autores os pecuaristas e os madeireiros. No município de Conceição da Barra, o distrito de Itaúnas apresenta o fenômeno de desertificação, provocado pela velocidade do vento e o corte da mata que servia de obstáculo. A areia próxima à praia soterrou a vila de mais de um século, onde viviam aproximadamente 1.500 pessoas, em menos de cinco anos.

O que houve realmente no Espírito Santo foi um processo de desertificação com todas as suas conseqüências. Houve, por exemplo: a redução da capacidade produtiva da agricultura local; redução da vida animal; assoreamento dos seus rios; doenças como o câncer subcutâneo provocado por mudanças nos microclimas. Dada a devastação, passaram a predominar pragas que perderam seus inimigos naturais. Há o caso das cigarrinhas das pastagens que atingem o norte do Estado; elas disputam o capim com os bois e somente no município de Montanha, onde houve uma avaliação de sua presença, no período de um ano elas comeram por 200 mil bois. Não é a única praga que proliferou na região; há outras, que são os cupins, e, após terem perdido seus predadores, as preguiças, os tamanduás e os bem-te-vis.

Ainda com relação aos impactos ambientais sofridos pela Mata Atlântica, há de se considerar os grandes perímetros de floresta homogênea de eucalipto voltado para a indústria de celulose no sul baiano e norte do Espírito Santo. As demandas ambientais em virtude da produção de papel e celulose englobam um leque abrangente de debate, podendo ser citado: o aquecimento global em função do desmatamento e do consumo de energia; acidificação, pelo lançamento de gases de enxofre dos processos Kraft<sup>18</sup>; dispersão de substâncias tóxicas, cargas de BDO<sup>19</sup>, HS<sub>2</sub>, AOX<sup>20</sup>; disposição dos recursos residuais e outros poluentes; odor derivado do processo Kraft (H<sub>2</sub>S e compostos reduzidos de enxofre); cor excessiva dos afluentes (licor negro cáustico de extração do processo Kraft).

Nas áreas de predominância de cerrado, verifica-se também intenso processo de degradação. São excessivas as áreas de reflorestamento, sobretudo com eucalipto, a indústria de carvoejamento é acentuada e o garimpo é feito de modo desordenado. No vale do Jequitinhonha foram identificadas na pecuária, na extração mineral, no reflorestamento, na agricultura e no saneamento certas práticas que afetam o escoamento superficial e que exigem tratamento através de manejo. Na pecuária, desenvolvida principalmente na porção média da bacia, a remoção da vegetação natural e o emprego de

---

<sup>18</sup> Na produção da pasta de papel pelo processo Kraft o cozimento da madeira (em aparas) é efetuado num reator (chamado digestor) a temperaturas vizinhas dos 180 °C. O cozimento é feito na presença de hidróxido de sódio e sulfureto de sódio em solução aquosa (licor branco). Do tratamento da madeira no digestor resulta a pasta crua e uma solução escura que se designa por licor negro. Com o licor negro inicia-se o processo de recuperação dos químicos e de energia. Para melhorar a eficiência deste processo é imprescindível conhecer com rigor as propriedades termofísicas do licor negro.

<sup>19</sup> BDO – Demanda Bioquímica de Oxigênio: um dos principais parâmetros utilizados para determinação da carga poluente de um efluente e que corresponde a quantidade de oxigênio necessária para a biodecomposição de matéria orgânica presente nas águas. (CORAZZA, *apud* ROCHA, s.d., p.8).

<sup>20</sup> AOX – Adsorbable Organic Halides: designa o conjunto de substâncias que envolvem os compostos organoclorados (*ibidem*)

queimadas para a formação de pastagens, bem como o excesso de pastoreio em pastagens com baixa capacidade de suporte, debilitam a cobertura vegetal, que é muito importante no ciclo hidrológico.

O reflorestamento, praticado na porção alta da bacia do Jequitinhonha, é, em geral, feito sem a utilização de técnicas e cuidados condizentes com a sustentabilidade dos ecossistemas afetados. No saneamento, o problema advém dos baixos índices de tratamento de esgoto cujos efluentes determinam que grandes cargas poluidoras sejam lançadas direta e indiscriminadamente nos cursos d'água da região.

As ações dirigidas para a conservação dos ecossistemas e para o controle da qualidade ambiental da bacia do rio Jequitinhonha são inexpressivas. Desmatamentos generalizados por toda a área e queimadas, proibidas por lei, são práticas corriqueiras, contribuem para a redução da cobertura vegetal nativa e a descaracterização ambiental da região. Na última década, temos, na Mesorregião, um importante processo de criação de Unidades de Conservação (UCs). Podemos destacar o corredor ecológico do sul da Bahia. Várias formas de UCs passarão a ordenar o espaço. Daremos destaque ao tema na discussão do turismo.

#### **4.6.1. Saneamento Ambiental**

##### **4.6.1.1. Água**

No que diz respeito ao abastecimento de água através da rede geral, conforme a tabela abaixo, é a microrregião de Araçuaí que apresenta menor percentual de domicílios urbanos atendidos (44,38%), enquanto a microrregião de São Mateus apresenta os maiores índices urbanos (73,31%). Já na zona rural, Almenara e Capelinha apresentam, respectivamente, o menor (3,17%) e o maior percentual (14,85%) de estabelecimentos atendidos pela rede geral.

Quanto à água canalizada, a microrregião de São Mateus é a que possui maior índice de domicílios atendidos, enquanto a microrregião de Capelinha apresenta o menor percentual na zona urbana. Na zona rural, Capelinha é a que apresenta maior percentual e Teófilo Otoni o menor percentual de domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo.

Os poços ou nascentes estão presentes em sua maioria na zona rural da MESOVALES, entretanto, a microrregião de Porto Seguro apresenta um percentual bastante próximo entre zona rural (14,20%) e zona urbana, sendo que é a microrregião com maior percentual de poços ou nascentes nesta última (17,44%). Na zona rural, a microrregião de Teófilo Otoni é a que apresenta maior índice de poços ou nascentes (29,46%).

Dentre os domicílios que recebem água de outra forma e não canalizada, os da microrregião de Porto Seguro, na zona urbana (3,72%) e de Araçuaí, na zona rural (10,74%), são os que apresentam os maiores percentuais; já as microrregiões de Capelinha e Montanha apresentam nas zonas urbana e rural, respectivamente, os menores índices.

**Tabela 23** - Domicílios com rede de abastecimento de água. Brasil, UF e Microrregiões, 2000.

Forma de abastecimento de água	Brasil, Unidade da Federação e Microrregião Geográfica	Tipo do domicílio			
		Domicílios particulares permanentes (Unidade)		Domicílios particulares permanentes (Percentual)	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural
Rede geral	BRASIL	33.512.266	1.347.127	74,81	3,01
	BAHIA	1.973.175	230.728	62,24	7,28
	MINAS GERAIS	3.834.028	119.368	80,46	2,50
	ESPIRITO SANTO	658.137	21.142	78,25	2,51
	Porto Seguro – BA	82.867	12.096	53,00	7,74
	Diamantina – MG	13.018	1.145	69,34	6,10
	Capelinha – MG	19.454	6.216	46,47	14,85
	Araçuaí – MG	15.420	2.782	44,38	8,01
	Pedra Azul – MG	13.165	1.031	64,67	5,06
	Almenara – MG	28.650	1.335	68,12	3,17
	Teófilo Otoni – MG	38.611	2.452	60,38	3,83
	Nanuque – MG	22.123	1.414	72,17	4,61
	Montanha – ES	8.818	1.122	64,23	8,17
	São Mateus – ES	29.134	2.323	72,31	5,77
Rede geral – canalizada em pelo menos um cômodo	BRASIL	31.696.176	969.868	70,76	2,17
	BAHIA	1.699.165	121.241	53,59	3,82
	MINAS GERAIS	3.682.343	87.302	77,27	1,83
	ESPIRITO SANTO	632.404	18.612	75,19	2,21
	Porto Seguro – BA	63.092	5.819	40,35	3,72
	Diamantina – MG	12.465	875	66,40	4,66
	Capelinha – MG	16.934	3.290	40,45	7,86
	Araçuaí – MG	12.166	1.486	35,01	4,28
	Pedra Azul – MG	9.240	532	45,39	2,61
	Almenara – MG	20.444	795	48,61	1,89
	Teófilo Otoni – MG	32.821	1.130	51,33	1,77
	Nanuque – MG	18.005	726	58,74	2,37
	Montanha – ES	7.313	780	53,27	5,68
	São Mateus – ES	26.062	1.654	64,68	4,11
Poço ou nascente (na propriedade)	BRASIL	2.663.255	4.313.622	5,95	9,63
	BAHIA	101.039	351.119	3,19	11,07
	MINAS GERAIS	101.197	584.023	2,12	12,26
	ESPIRITO SANTO	20.615	131.404	2,45	15,62
	Porto Seguro – BA	27.263	22.205	17,44	14,20
	Diamantina – MG	344	2.986	1,83	15,91
	Capelinha – MG	277	10.576	0,66	25,26
	Araçuaí – MG	281	9.806	0,81	28,22
	Pedra Azul – MG	101	4.742	0,50	23,29
	Almenara – MG	126	9.194	0,30	21,86
	Teófilo Otoni – MG	919	18.839	1,44	29,46
	Nanuque – MG	248	5.531	0,81	18,04
	Montanha – ES	573	2.841	4,17	20,69
	São Mateus – ES	1.368	6.380	3,40	15,83

<b>Outra forma – canalizada em pelo menos um cômodo</b>	BRASIL	287.081	206.761	0,64	0,46
	BAHIA	11.312	16.152	0,36	0,51
	MINAS GERAIS	12.002	35.965	0,25	0,75
	ESPIRITO SANTO	1.074	4.063	0,13	0,48
	Porto Seguro – BA	1.164	509	0,74	0,33
	Diamantina – MG	243	272	1,29	1,45
	Capelinha – MG	18	771	0,04	1,84
	Araçuaí – MG	76	728	0,22	2,10
	Pedra Azul – MG	70	180	0,34	0,88
	Almenara – MG	45	318	0,11	0,76
	Teófilo Otoni – MG	46	391	0,07	0,61
	Nanuque – MG	24	163	0,08	0,53
	Montanha – ES	3	12	0,02	0,09
	São Mateus – ES	17	243	0,04	0,60
	<b>Outra forma - não canalizada</b>	BRASIL	804.005	1.515.911	1,79
BAHIA		115.386	345.437	3,64	10,90
MINAS GERAIS		17.175	41.409	0,36	0,87
ESPIRITO SANTO		2.399	1.377	0,29	0,16
Porto Seguro – BA		5.195	4.008	3,32	2,56
Diamantina – MG		175	323	0,93	1,72
Capelinha – MG		270	3.349	0,64	8,00
Araçuaí – MG		421	3.732	1,21	10,74
Pedra Azul – MG		450	439	2,21	2,16
Almenara – MG		585	1.379	1,39	3,28
Teófilo Otón-MG		455	1.605	0,71	2,51
Nanuque – MG		413	579	1,35	1,89
Montanha – ES		235	110	1,71	0,80
São Mateus – ES		425	364	1,05	0,90

Fonte: IBGE.

#### 4.6.1.2. Destino do Lixo

Outro aspecto do Saneamento refere-se à coleta e destino dos resíduos sólidos e líquidos. Nas cidades pequenas, observa-se preponderância do lixo orgânico, enquanto nas cidades grandes predomina o lixo inorgânico, em função do grande número de embalagens. A Tabela 24 mostra dados com relação à coleta de lixo.

Quanto ao destino do lixo na MESOVALES, a microrregião com maior percentual de lixo coletado pelo serviço de limpeza urbana ou por caçambas é São Mateus, onde 70,41% do lixo domiciliar urbano é coletado em todos os tipos de domicílios. A microrregião de Araçuaí possui menor percentual de lixo recolhido, indiferente do tipo de coleta e de residência (33,32%). Esse perfil contraria a tendência dos estados, dentre os quais o Espírito Santo possui o menor percentual de lixo coletado, e Minas Gerais o maior.

**Tabela 24 - Destino dado aos resíduos sólidos. Brasil, UF e Microrregiões, 2000.**

Destino do lixo	Brasil, Unidade da Federação e Microrregião Geográfica	Tipo do domicílio					
		Domicílios particulares permanentes (Unidade)			Domicílios particulares permanentes (Percentual)		
		Casa	Apartamento	Cômodo	Casa	Apartamento	Cômodo
Coletado por serviço de limpeza	BRASIL	28.096.074	3.978.206	354.968	62,72	8,88	0,79
	BAHIA	1.327.064	191.398	18.659	41,86	6,04	0,59
	MINAS GERAIS	3.114.849	368.365	29.767	65,37	7,73	0,62
	ESPÍRITO SANTO	469.672	116.287	4.480	55,84	13,83	0,53
	Porto Seguro - BA	88.742	2.223	2.415	56,76	1,42	1,54
	Diamantina - MG	8.930	143	46	47,57	0,76	0,25
	Capelinha - MG	13.591	76	75	32,46	0,18	0,18
	Araçuaí - MG	9.560	64	103	27,51	0,18	0,30
	Pedra Azul - MG	8.466	21	43	41,59	0,10	0,21
	Almenara - MG	18.671	27	135	44,40	0,06	0,32
	Teófilo Otón-MG	28.125	1.164	383	43,98	1,82	0,60
	Nanuque - MG	18.103	205	142	59,06	0,67	0,46
	Montanha - ES	7.696	83	45	56,06	0,60	0,33
	São Mateus - ES	26.472	1.235	325	65,70	3,07	0,81
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	BRASIL	1.675.989	264.414	31.866	3,74	0,59	0,07
	BAHIA	305.906	42.851	4.745	9,65	1,35	0,15
	MINAS GERAIS	144.828	9.764	1.964	3,04	0,20	0,04
	ESPÍRITO SANTO	27.167	12.357	433	3,23	1,47	0,05
	Porto Seguro - BA	8.962	298	418	5,73	0,19	0,27
	Diamantina - MG	856	1	18	4,56	0,01	0,10
	Capelinha - MG	1.048	1	2	2,50	0,00	0,00
	Araçuaí - MG	1.826	7	16	5,26	0,02	0,05
	Pedra Azul - MG	1.077	-	3	5,29	-	0,01
	Almenara - MG	2.781	1	25	6,61	0,00	0,06
	Teófilo Otón-MG	3.288	37	92	5,14	0,06	0,14
	Nanuque - MG	994	2	13	3,24	0,01	0,04
	Montanha - ES	689	10	6	5,02	0,07	0,04
	São Mateus - ES	323	7	4	0,80	0,02	0,01

Fonte: IBGE.

A questão do saneamento ambiental na Mesorregião é crítica. Existem muitas cidades sem coleta de esgoto, regiões inteiras do Vale do Jequitinhonha onde as casas não têm banheiro. Mesmo as cidades que coletam esgoto e distribuem água, em sua maioria, não possuem Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). O abastecimento de água não é crítico nas áreas urbanas, porém é problemático nas áreas rurais. A maioria das cidades tem apenas lixões e a coleta é feita em carroças e caminhões abertos.

Políticas que promovem a concertação entre os vários setores da sociedade são fundamentais: Agenda 21 local; comitês de bacias hidrográficas; a consolidação do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), consolidando os CODEMAs, deve ser a base para ações efetivas de controle e fiscalização, bem como ações mais gerais, principalmente na área da conservação da biodiversidade e saneamento ambiental, buscando dar sustentabilidade às ações e políticas públicas na mesorregião.

## 4.7 Saúde

O Sistema de Saúde brasileiro tem passado, nas últimas décadas, por profundas transformações que se consolidaram na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que apresenta como principais estratégias a descentralização da gestão e dos serviços de saúde, a universalização do atendimento, a equidade na assistência e o controle social por meio da participação popular na construção e fiscalização das políticas de saúde (PEREIRA, 2001).

A exemplo do que tem acontecido em todo o país, na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a maioria dos municípios encontra-se com os serviços de saúde municipalizados, respondendo, integralmente ou parcialmente, pela gestão dos serviços de saúde, de acordo com a modalidade de gestão que aderiram.

Uma das grandes novidades do SUS refere-se à adoção de um novo e ampliado conceito de saúde, que passa a ser entendida não apenas como “ausência de doença”, mas como “qualidade de vida”.

É consenso na literatura a correlação existente entre as questões socioeconômicas, ambientais, sanitárias, educacionais, culturais e a saúde da população.

No que se refere às questões socioeconômica e sanitária, o Brasil apresenta ainda insuficiências e desigualdades na distribuição da renda e dos serviços de saneamento básico, e estas desigualdades são concentradas nas regiões mais pobres, historicamente marginalizadas.

Na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, observa-se, ainda, uma deficiência, tanto em relação à distribuição de renda, quanto na disponibilização dos serviços de esgotamento sanitário, água tratada e tratamento adequado do lixo, o que acaba refletindo na situação de saúde de sua população.

Mas, apesar de ostentar um quadro de indicadores socioeconômicos e sanitários insatisfatórios, a Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a exemplo do que acontece em todo o País, tem passado por transformações e investimentos na área da saúde que apontam para a solução de problemas a partir da adoção de políticas públicas mais consistentes. Faremos abaixo uma discussão sobre alguns dos principais indicadores de saúde na MESOVALES.

#### 4.7.1. Evolução da taxa de Fecundidade

O envelhecimento populacional tem sido um fenômeno observado em todo o mundo e está diretamente relacionado à redução das taxas de fecundidade, à ampliação da expectativa de vida ao nascer e à implementação de políticas públicas voltadas para o bem-estar da população. Este envelhecimento populacional iniciou-se nos países desenvolvidos e, atualmente, faz parte da realidade da maioria dos países do mundo. Entretanto, no Brasil, este fenômeno ocorre de forma bastante heterogênea segundo as regiões do país, em função das desigualdades regionais e das disparidades sociais observadas no país.

A tabela 25, a seguir, demonstra a evolução da fecundidade nos municípios que compõem a Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, no período de 1991 a 2000.

**Tabela 25** - Taxa de fecundidade dos municípios integrantes da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri nos anos de 1991 e 2000

UF	Município	Taxa de fecundidade 1991	Taxa de fecundidade 2000
MG	Águas Formosas	3,7	2,5
BA	Alcobaça	3,8	3,3
MG	Almenara	3,5	2,4
MG	Angelândia	5,5	4,5
MG	Araçuaí	3,9	3,2
MG	Aricanduva	5,5	3,8
MG	Ataléia	4,0	3,8
MG	Bandeira	4,4	2,8
BA	Belmonte	4,6	2,5
MG	Berilo	4,9	3,0
MG	Bertópolis	4,2	3,1
ES	Boa Esperança	3,2	2,3
MG	Cachoeira de Pajeú	4,4	3,6
MG	Capelinha	5,5	4,8
MG	Carai	5,8	4,1
BA	Caravelas	3,6	3,1
MG	Carbonita	4,6	4,5
MG	Carlos Chagas	4,0	2,3
MG	Catuji	5,3	4,0
MG	Chapada do Norte	5,1	3,5
MG	Comercinho	4,5	2,4
ES	Conceição da Barra	4,3	3,0
MG	Coronel Murta	5,1	3,5
MG	Couto de Magalhães de Minas	4,1	3,7
MG	Crisólita	4,9	3,2
MG	Datas	4,1	3,4
MG	Diamantina	4,6	2,6
MG	Divisópolis	4,2	2,7
ES	Ecoporanga	2,9	2,6
BA	Eunápolis	3,0	2,6
MG	Felício dos Santos	4,9	3,9
MG	Felisburgo	4,1	3,0
MG	Francisco Badaró	3,9	2,8

MG	Franciscópolis	4,9	4,3
MG	Frei Gaspar	4,5	3,8
MG	Fronteira dos Vales	3,5	2,5
MG	Gouvêa	3,7	2,5
BA	Guaratinga	4,4	2,8
BA	Ibirapuã	3,8	2,6
BA	Itabela	4,5	3,1
BA	Itagimirim	3,4	3,1
MG	Itaipé	5,0	3,6
BA	Itapebi	6,0	3,2
BA	Itamaraju	3,7	2,6
MG	Itamarandiba	5,1	4,1
BA	Itanhem	3,2	2,4
MG	Itaobim	3,7	2,6
MG	Itinga	5,2	3,2
MG	Jacinto	4,1	2,9
ES	Jaguaré	4,3	2,8
MG	Jenipapo de Minas	6,4	4,2
MG	Jequitinhonha	3,9	2,9
MG	Joáima	4,8	2,7
MG	Jordânia	4,9	3,2
MG	José Gonçalves de Minas	7,0	4,3
BA	Jucuruçu	4,1	3,1
MG	Ladainha	3,9	3,8
BA	Lajedão	3,0	2,6
MG	Leme do Prado	5,7	2,6
MG	Machacalis	3,7	2,5
MG	Malacacheta	4,4	3,5
MG	Mata Verde	4,1	3,1
BA	Medeiros Neto	3,6	2,8
MG	Medina	4,3	2,9
MG	Minas Novas	4,9	4,8
ES	Montanha	2,7	2,4
MG	Monte Formoso	4,3	3,7
BA	Mucuri	3,6	3,1
ES	Mucurici	3,2	2,6
MG	Nanuque	2,9	2,1
BA	Nova Viçosa	4,9	3,4
MG	Novo Cruzeiro	4,0	3,7
MG	Novo Oriente de Minas	3,9	3,9
MG	Ouro Verde de Minas	5,1	3,9
MG	Padre Paraíso	3,5	3,2
MG	Palmópolis	4,7	2,5
MG	Pavão	4,4	3,4
MG	Pedra Azul	3,7	3,2
ES	Pedro Canário	5,1	2,9
ES	Pinheiros	2,7	2,4
ES	Ponto Belo	3,1	2,6
MG	Ponto dos Volantes	4,0	4,0
BA	Porto Seguro	4,2	3,2
MG	Poté	4,0	3,6
BA	Prado	4,6	3,5
MG	Presidente Kubitschek	4,2	2,9
MG	Rio do Prado	4,3	2,7
MG	Rubim	3,7	2,5
MG	Salto da Divisa	4,7	2,6
BA	Santa Cruz Cabralia	4,1	3,1
MG	Santa Helena de Minas	3,4	3,2
MG	Santa Maria do Salto	4,7	2,9

MG	Santo Antônio do Jacinto	4,5	2,5
MG	São Gonçalo do Rio Preto	4,1	2,8
ES	São Mateus	4,2	2,5
MG	Senador Modestino Gonçalves	5,2	3,8
MG	Serra dos Aimorés	4,0	2,7
MG	Setubinha	5,6	4,7
BA	Teixeira de Freitas	3,3	2,7
MG	Teófilo Otón	2,7	2,8
MG	Turmalina	5,8	2,6
MG	Umburatiba	4,0	3,5
BA	Vereda	3,4	2,6
MG	Veredinha	4,8	3,2
MG	Virgem da Lapa	4,1	3,2

Fonte: Fundação João Pinheiro: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Como se verifica, houve, em praticamente todos os municípios da MESOVALES, uma queda na taxa de fecundidade, o que mostra que as mulheres desta Mesorregião estão tendo menos filhos em 2000 em relação a 1991. Como já foi mencionado, este tem sido um fenômeno observado em todo o país. Os dados da tabela 25 revelam que os municípios de Nanuque-MG, Carlos Chagas-MG, Montanha-ES, Pinheiros-ES, Almenara-MG e Comercinho-MG eram os que apresentavam menor taxa de fecundidade na Mesorregião no ano de 2000, com taxas de 2,1, 2,3, 2,4, 2,4, 2,4 e 2,4 filhos por mulher, respectivamente. As taxas de fecundidade nesses municípios são semelhantes às taxas observadas para o país neste mesmo período.

Por outro lado, observa-se que, dentre os municípios que compõem a MESOVALES, os que apresentavam maiores taxas de fecundidade no ano de 2000 eram Minas Novas-MG e Capelinha-MG (4,8 filhos por mulher), Setubinha-MG (4,7 filhos por mulher), Angelândia-MG (4,5 filhos por mulher) e Carbonita-MG (4,5 filhos por mulher).

Os municípios da MESOVALES onde se observou a menor queda nas taxas de fecundidade, no período de 1991 a 2000, foram Novo Oriente-MG (3,9/3,9), Ponto dos Volantes- MG (4,0/4,0), Ladainha-MG (3,9/3,8), Minas Novas-MG (4,9/4,8), Santa Helena de Minas-MG (3,4/3,2), Padre Paraíso-MG (3,5/3,2), Pedra Azul-MG (3,7/3,2) e Mucuri-BA (3,6/3,1).

Já os municípios de Jenipapo de Minas-MG, José Gonçalves de Minas-MG, e Itapebi-BA eram os municípios da MESOVALES que apresentavam mais elevadas taxas de fecundidade no ano de 1991 (acima de 6 filhos por mulher), embora estas taxas tenham se reduzido significativamente em 2000. O município de Teófilo Otoni-MG foi o único onde se verificou um aumento na taxa de fecundidade no período de 1991 a 2000 (2,7/2,8).

Os dados da tabela 25 e o que foi mencionado acima, revelam que ainda existem espaços importantes para a implementação de políticas públicas de educação e de saúde voltadas para o planejamento familiar nos municípios da MESOVALES .

#### 4.7.2. Evolução da expectativa de vida ao nascer

A expectativa de vida ao nascer é um importante indicador de saúde e de qualidade de vida da população, sendo, inclusive, um dos indicadores utilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para medir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das nações e dos municípios. A esperança de vida ao nascer mede quantos anos de vida, em média, um indivíduo vive nascendo em um determinado município. Evidentemente, este indicador está fortemente relacionado às condições socioeconômicas dos países/municípios em questão.

Em 1991, a esperança de vida ao nascer no Brasil era de 64,73 anos e, em 2000, a esperança de vida ao nascer, no país, elevou-se para 68,61 anos, o que implica que houve melhoria nos índices de desenvolvimento humano no país.

A tabela 26, a seguir, demonstra a expectativa de vida ao nascer nos municípios que compõem a MESOVALES.

**Tabela 26** - Esperança de vida ao nascer nos municípios integrantes da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri nos anos de 1991 e 2000

UF	Município	Esperança de vida ao nascer 1991	Esperança de vida ao nascer 2000
MG	Águas Formosas	59,2	62,9
BA	Alcobaça	58,8	61,1
MG	Almenara	62,7	64,7
MG	Angelândia	62,7	64,3
MG	Araçuaí	64,1	67,6
MG	Aricanduva	65,0	66,8
MG	Ataléia	64,0	65,3
MG	Bandeira	62,6	65,4
BA	Belmonte	56,4	60,1
MG	Berilo	66,9	70,7
MG	Bertópolis	56,4	60,2
ES	Boa Esperança	60,2	63,5
MG	Cachoeira de Pajeú	62,5	65,7
MG	Capelinha	59,3	66,6
MG	Carai	64,1	66,9
BA	Caravelas	58,3	62,6
MG	Carbonita	65,0	67,5
MG	Carlos Chagas	61,3	66,8
MG	Catuji	60,9	65,7
MG	Chapada do Norte	66,9	68,7
MG	Comercinho	60,2	62,7
ES	Conceição da Barra	57,3	63,3

MG	Coronel Murta	62,1	67,6
MG	Couto de Magalhães de Minas	62,3	68,7
MG	Crisólita	56,4	62,4
MG	Datas	65,1	66,2
MG	Diamantina	66,2	68,7
MG	Divisópolis	58,5	60,7
ES	Ecoporanga	61,1	65,8
BA	Eunápolis	62,6	64,7
MG	Felício dos Santos	65,8	66,7
MG	Felisburgo	64,0	67,3
MG	Francisco Badaró	65,0	68,7
MG	Franciscópolis	58,8	64,8
MG	Frei Gaspar	62,5	64,8
MG	Fronteira dos Vales	61,8	66,7
MG	Gouvêa	66,2	70,8
BA	Guaratinga	57,5	62,5
BA	Ibirapuã	64,9	68,2
BA	Itabela	58,3	64,1
BA	Itagimirim	55,9	59,4
MG	Itaipé	64,1	66,7
BA	Itapebi	62,2	67,9
BA	Itamaraju	57,9	61,4
MG	Itamarandiba	61,8	66,8
BA	Itanhem	61,6	68,2
MG	Itaobim	65,7	69,6
MG	Itinga	62,0	66,9
MG	Jacinto	60,0	64,9
ES	Jaguaré	58,3	63,1
MG	Jenipapo de Minas	60,1	64,3
MG	Jequitinhonha	65,9	69,3
MG	Joáima	59,2	65,8
MG	Jordânia	63,2	64,7
MG	José Gonçalves de Minas	61,3	66,6
BA	Jucuruçu	58,9	62,1
MG	Ladainha	60,9	65,7
BA	Lajedão	57,9	62,5
MG	Leme do Prado	65,0	66,5
MG	Machacalis	59,2	63,5
MG	Malacacheta	62,8	66,4
MG	Mata Verde	56,6	60,7
BA	Medeiros Neto	63,4	68,2
MG	Medina	62,5	65,7
MG	Minas Novas	65,0	67,1
ES	Montanha	64,4	66,5
MG	Monte Formoso	58,2	60,7
BA	Mucuri	57,9	63,5
ES	Mucurici	61,7	66,5
MG	Nanuque	59,3	63,5
BA	Nova Viçosa	57,9	63,8
MG	Novo Cruzeiro	62,0	64,2
MG	Novo Oriente de Minas	58,6	62,6
MG	Ouro Verde de Minas	55,5	60,6
MG	Padre Paraíso	63,7	67,6
MG	Palmópolis	61,4	65,4
MG	Pavão	65,9	69,8
MG	Pedra Azul	62,5	65,8
ES	Pedro Canário	57,3	63,1
ES	Pinheiros	64,0	67,3
ES	Ponto Belo	64,4	66,5

MG	Ponto dos Volantes	62,0	64,2
BA	Porto Seguro	62,6	64,7
MG	Poté	58,2	64,8
BA	Prado	58,3	63,5
MG	Presidente Kubitschek	65,0	66,2
MG	Rio do Prado	61,4	64,5
MG	Rubim	56,9	61,4
MG	Salto da Divisa	62,2	64,7
BA	Santa Cruz Cabrália	62,5	66,5
MG	Santa Helena de Minas	61,8	62,6
MG	Santa Maria do Salto	61,4	63,5
MG	Santo Antônio do Jacinto	58,2	65,8
MG	São Gonçalo do Rio Preto	56,3	59,4
ES	São Mateus	58,8	64,9
MG	Senador Modestino Gonçalves	61,9	62,7
MG	Serra dos Aimorés	58,9	61,9
MG	Setubinha	56,4	61,4
BA	Teixeira de Freitas	58,5	63,7
MG	Teófilo Otón	63,4	69,8
MG	Turmalina	64,6	70,9
MG	Umburatiba	56,8	60,2
BA	Vereda	59,2	61,4
MG	Veredinha	65,0	69,4
MG	Virgem da Lapa	63,3	67,6

Fonte: Fundação João Pinheiro: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Verifica-se, na tabela acima, que os municípios da MESOVALES acompanham a tendência nacional de melhoria da expectativa de vida ao nascer. Observa-se, para todos os municípios desta Mesorregião, uma elevação da esperança de vida ao nascer no período de 2000 em relação a 1991.

Dos municípios da MESOVALES, os que apresentavam maior esperança de vida ao nascer no ano de 2000 eram Turmalina-MG (70,9 anos), Berilo-MG (70,7 anos), Itaobim-MG (69,6 anos), Veredinha-MG (69,4), Jequitinhonha-MG (69,3 anos), Chapada do Norte-MG (68,7 anos), Couto Magalhães-MG (68,7 anos), Francisco Badaró-MG (68,7 anos) e Diamantina-MG (68,7 anos). Coincidentemente, todos os municípios acima estão localizados na porção mineira da MESOVALES e todos eles apresentam expectativa de vida ao nascer semelhante ou superior à média nacional no ano de 2000 (68,61 anos).

Já os municípios da Mesorregião que apresentavam menor esperança de vida ao nascer, tanto em 1991 quanto em 2000, eram Alcobaça-BA (58,8/61,1 anos), Belmonte-BA (56,4/60,1 anos), Bertópolis-MG (56,4/60,2 anos), Comercinho-MG (60,2/62,7 anos), Crisolita-MG (56,4/62,4), Itamaraju-BA (57,9/61,4), Mata Verde-MG (56,6/60,7), Ouro Verde de Minas-MG (55,5/60,6), Rubim-MG (56,9/61,4), São Gonçalo do Rio Preto-MG (56,3/59,4), Setubinha-MG (56,4/61,4) e Umburatiba-MG (56,8/60,2). Como se pode verificar, todos estes municípios apresentavam esperança de vida ao nascer, tanto em

1991 quanto em 2000, bastante inferiores à média nacional (64,7 em 1991 e 68,6 em 2000). Esses dados revelam que as populações desses municípios apresentam grandes perdas sociais com a morte prematura, e isso pode estar relacionado às condições socioeconômicas dos mesmos.

#### 4.7.3. Mortalidade Infantil

A mortalidade infantil é, também, um indicador que está diretamente relacionado às condições de vida de um país, apresentando forte influência das condições socioeconômicas de uma população. Ademais, a mortalidade infantil representa um problema de saúde pública prioritário para o governo brasileiro.

Segundo Mello Jorge (2001), vários estudos apontam para a redução da mortalidade infantil no Brasil, desde as primeiras décadas do século XX, principalmente por causa da melhoria do saneamento básico, da assistência pré-natal e do aumento do aleitamento materno.

Segundo Simões (1997), em 1940, a taxa de mortalidade infantil no Brasil era de aproximadamente 149,0 por mil nascidos vivos. Em 1991, esta taxa reduziu para 44,68/1000 nascidos vivos, em 2000 foi de 30,57 e, em 2001 foi de 27,4 por mil nascidos vivos.

Entretanto, a evolução da taxa de mortalidade infantil também ocorre de forma bastante heterogênea no país, de acordo com o perfil socioeconômico da região, sendo que algumas regiões do país ainda apresentam altas taxas de mortalidade infantil, evidenciando a vulnerabilidade social e a deficiência dos indicadores socioeconômicos e sanitários locais.

A tabela 27, a seguir, demonstra a evolução das taxas de mortalidade infantil nos 105 municípios que compõem a mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

**Tabela 27** - Mortalidade Infantil (até 01 ano de idade/1000 nascidos vivos) nos municípios integrantes da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri nos anos de 1991 e 2000.

UF	Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Mortalidade Infantil
		1991	2000
MG	Águas Formosas	59,4	54,6
BA	Alcobaça	74,7	56,7
MG	Almenara	47,7	47,2
MG	Angelândia	49,4	48,9
MG	Araçuaí	41,2	36,3
MG	Aricanduva	39,5	39,1
MG	Ataléia	45,3	44,8
MG	Bandeira	46,4	44,5

BA	Belmonte	87,6	60,9
MG	Berilo	32,7	26,5
MG	Bertópolis	72,1	67,1
ES	Boa Esperança	56,5	43,7
MG	Cachoeira de Pajeú	46,9	43,3
MG	Capelinha	59,1	40,0
MG	Carai	41,2	39,0
BA	Caravelas	77,3	50,9
MG	Carbonita	38,5	36,6
MG	Carlos Chagas	51,4	39,4
MG	Catuji	52,9	43,3
MG	Chapada do Norte	32,7	32,7
MG	Comercinho	56,1	55,6
ES	Conceição da Barra	69,6	44,3
MG	Coronel Murta	48,2	36,3
MG	Couto de Magalhães de Minas	47,6	32,8
MG	Crisólita	71,9	57,0
MG	Datas	41,7	41,3
MG	Diamantina	34,8	32,8
MG	Divisópolis	65,5	64,8
ES	Ecoporanga	52,8	35,6
BA	Eunápolis	56,4	43,4
MG	Felício dos Santos	40,0	39,6
MG	Felisburgo	41,7	37,5
MG	Francisco Badaró	38,5	32,7
MG	Franciscópolis	61,2	46,8
MG	Frei Gaspar	47,0	46,8
MG	Fronteira dos Vales	49,4	39,6
MG	Gouvêa	34,8	26,2
BA	Guaratinga	81,7	51,3
BA	Ibirapuã	46,8	32,0
BA	Itabela	77,3	45,5
BA	Itagimirim	90,7	64,3
MG	Itaipé	41,4	36,3
BA	Itapebi	58,0	32,9
BA	Itamaraju	79,6	55,7
MG	Itamarandiba	49,3	39,3
BA	Itanhem	61,0	32,0
MG	Itaobim	36,1	29,9
MG	Itinga	48,8	39,0
MG	Jacinto	56,1	46,4
ES	Jaguaré	65,0	44,9
MG	Jenipapo de Minas	55,9	48,9
MG	Jequitinhonha	35,5	31,0
MG	Joáima	59,6	42,9
MG	Jordânia	47,7	47,2
MG	José Gonçalves de Minas	51,2	40,0
BA	Jucuruçu	74,3	52,9
MG	Ladainha	52,9	43,3
BA	Lajedão	79,6	51,3
MG	Leme do Prado	40,4	40,0
MG	Machacalis	59,7	52,0
MG	Malacacheta	45,9	40,6
MG	Mata Verde	71,1	64,8
BA	Medeiros Neto	52,9	32,0
MG	Medina	46,9	43,3
MG	Minas Novas	38,5	38,1
ES	Montanha	40,3	33,5
MG	Monte Formoso	65,5	64,8

BA	Mucuri	79,6	47,5
ES	Mucurici	50,2	33,5
MG	Nanuque	59,0	52,0
BA	Nova Viçosa	79,6	46,7
MG	Novo Cruzeiro	49,7	49,2
MG	Novo Oriente de Minas	62,1	55,7
MG	Ouro Verde de Minas	76,0	64,9
MG	Padre Paraíso	42,8	36,3
MG	Palmópolis	51,0	44,3
MG	Pavão	35,5	29,4
MG	Pedra Azul	46,9	43,0
ES	Pedro Canário	69,6	44,9
ES	Pinheiros	41,7	31,0
ES	Ponto Belo	40,3	33,5
MG	Ponto dos Volantes	49,7	49,2
BA	Porto Seguro	56,4	43,4
MG	Poté	63,9	46,8
BA	Prado	77,3	47,8
MG	Presidente Kubitschek	41,7	41,3
MG	Rio do Prado	51,0	48,1
MG	Rubim	69,7	61,5
MG	Salto da Divisa	47,9	47,2
BA	Santa Cruz Cabrália	56,9	37,2
MG	Santa Helena de Minas	56,4	55,8
MG	Santa Maria do Salto	52,5	52,0
MG	Santo Antônio do Jacinto	63,9	42,9
MG	São Gonçalo do Rio Preto	72,5	71,1
ES	São Mateus	62,7	38,6
MG	Senador Modestino Gonçalves	56,1	55,6
MG	Serra dos Aimorés	60,9	58,9
MG	Setubinha	71,8	61,2
BA	Teixeira de Freitas	76,3	46,9
MG	Teófilo Otón	43,7	29,4
MG	Turmalina	39,7	25,9
MG	Umburatiba	69,9	67,1
BA	Vereda	72,4	55,7
MG	Veredinha	38,5	30,4
MG	Virgem da Lapa	44,1	36,3

Fonte: Fundação João Pinheiro: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Embora tenha havido, em praticamente toda a MESOVALES, uma significativa redução das taxas de mortalidade infantil, observa-se, ainda, altas taxas de mortalidade entre as crianças antes que estas completem um ano de idade nesta Mesorregião.

Verifica-se na tabela acima que, em 2000, apenas 5 (4,76%) dos 105 municípios da MESOVALES apresentavam taxas de mortalidade infantil inferiores à média do país (30,57/1000 nascidos vivos). Estes municípios eram Turmalina, Gouveia, Berilo, Teófilo Otoni, Itaobim e Veredinha, todos localizados na porção mineira da MESOVALES, apresentando taxas de mortalidade infantil de 25,9, 26,2, 26,5, 29,4, 29,9 e 30,4/1000 nascidos vivos, respectivamente.

Por outro lado, verifica-se um grande contingente de municípios com taxas de mortalidade infantil acima de 55/1000 nascidos vivos, consideradas muito altas, como por exemplo Alcobaça-BA (56,7/1000), Belmonte-BA (60,9/1000), Bertópolis-MG (67,1/1000), Crisólita-MG (57,0/1000), Divisópolis-MG (64,8/1000), Itagimirim-BA (64,3/1000), Mata Verde-MG (64,8/1000), Monte Formoso-MG (64,8/1000), Ouro Verde de Minas-MG (64,9/1000), Rubim-MG (61,5/1000), São Gonçalo do Rio Preto-MG (71,1/1000), Setubinha-MG (61,2/1000) e Umburatiba-MG (67,1/1000).

Inclusive, verifica-se que o município de São Gonçalo do Rio Preto-MG apresenta a maior taxa de mortalidade infantil da MESOVALES no ano de 2000 (71,1/1000), tendo sido observada apenas uma insignificante redução desta taxa ao longo de uma década, uma vez que em 1991 este município apresentava taxa de mortalidade infantil igual a 72,5/1000 nascidos vivos, reduzindo-se para 71,1/1000 em 2000.

Merecem destaque, também, os municípios de Guaratinga, Itagimirim, Itamarajú, Lajedão, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda, na Bahia, e os de Mata Verde e Ouro Verde de Minas, em Minas Gerais, que, embora apresentassem as maiores taxas de mortalidade infantil no ano de 1991 (acima de 70/1000 nascidos vivos), conseguiram reduzir significativamente estas taxas em 2000, embora ainda continuem com altas taxas de mortalidade infantil.

Estes dados revelam que na MESOVALES existem, ainda, espaços importantes para a implementação de políticas públicas com vistas à melhoria da qualidade de vida das crianças com menos de um ano de idade e uma conseqüente redução da taxa de mortalidade deste grupo etário.

A redução da mortalidade infantil nesta mesorregião certamente impactará os níveis de desenvolvimento humano e a qualidade de vida na MESOVALES. Assim, este deve ser um dos objetivos a serem perseguidos a partir da implementação do PLANOMESO.

#### **4.7.4. Assistência à Saúde**

O Sistema Único de Saúde (SUS) traz no bojo mudanças significativas no que se refere à assistência à saúde. No sistema hospitalocêntrico que vigorava no Brasil antes do SUS, privilegiava-se a atenção secundária e terciária à saúde. Já o SUS propõe uma inversão do modelo assistencial, passando a privilegiar a atenção primária à saúde, injetando grandes

investimentos nas ações preventivas e promocionais de saúde, sem, contudo, deixar de considerar a importância dos serviços secundários e terciários.

No que se refere aos serviços hospitalares, vale ressaltar que, no Brasil, estes foram, historicamente, concentrados em municípios e regiões mais desenvolvidas, sendo que, ainda hoje, um grande percentual de municípios brasileiros não contam com os serviços hospitalares em seus territórios.

A tabela 28, a seguir, demonstra a evolução do número de leitos hospitalares no Brasil e nas microrregiões da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no período de 1993 a 2003.

**Tabela 28** - Número de leitos hospitalares da rede SUS. Brasil, UF e Microrregiões – Ano/Mês

<b>Brasil, UF, Mesorregião e Microrregião Geográfica</b>	<b>1993/abr.</b>	<b>1998/abr.</b>	<b>2003/abr.</b>
BRASIL	502.261	490.049	441.847
BAHIA	24.423	27.942	29.046
MINAS GERAIS	52.419	52.336	47.298
ESPÍRITO SANTO	7.352	6.974	6.434
Porto Seguro – BA	887	989	1.218
Diamantina – MG	259	259	259
Capelinha – MG	388	388	348
Araçuaí – MG	272	268	268
Pedra Azul – MG	160	183	183
Almenara – MG	472	490	490
Teófilo Otoni – MG	960	930	812
Nanuque – MG	250	361	282
Montanha – ES	144	144	144
São Mateus – ES	389	340	276

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), 2003.

Como se verifica, tem havido, nos últimos anos, uma tendência de redução do número de leitos hospitalares no Brasil, o que é coerente com a proposta do SUS em valorizar os serviços básicos de saúde. Na maioria das microrregiões que compõem a MESOVALES, houve uma estagnação ou uma redução no número de leitos hospitalares no período de 1993 a 2003.

A maioria dos municípios da MESOVALES não conta com serviços hospitalares, sobretudo os serviços de média e alta complexidade. Dessa forma, os serviços hospitalares estão mais organizados em nível microrregional, sendo que o problema do acesso da população aos serviços hospitalares pode estar sendo dificultado em função da organização dos serviços de referência e contra referência ainda não estarem efetivamente implementados no país.

Em relação à variação da oferta de leitos/habitante (tabela 28), os dados apontam que o número de leitos hospitalares na região da MESOVALES vem sofrendo redução ao longo dos anos, o que tem sido uma tendência nacional. Com exceção das microrregiões de Diamantina, Pedra azul e Almenara, em Minas Gerais, Montanha, no Espírito Santo, e de Porto Seguro, na Bahia, que estabilizaram ou aumentaram o número de leitos, as demais microrregiões da MESOVALES têm apresentado queda sucessiva na oferta destes serviços. A microrregião de Porto Seguro (Bahia), acompanhando a tendência verificada para o estado da Bahia, é a única, dentre as microrregiões componentes da MESOVALES, a apresentar um aumento constante do número de leitos hospitalares. Este dado pode estar associado ao fato de o município de Porto Seguro se constituir em um grande pólo turístico, ou por se constituir em referência macrorregional em assistência hospitalar. Entretanto, não foi possível investigar melhor esta questão.

Vale ressaltar que a lei 8080/90 que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde e sobre a organização e o funcionamento dos serviços do SUS, estabelece que as ações e os serviços de saúde devem ser regionalizados, conforme o nível de complexidade do sistema.

A esse respeito, tem havido um esforço enorme por parte dos municípios da MESOVALES rumo à municipalização e à organização loco regional dos Sistemas de Saúde.

Como a maioria dos municípios da MESOVALES são municípios de pequeno porte, só foi possível à maioria dos municípios dessa mesorregião assumir a Gestão Plena da Atenção Básica, responsabilizando-se pela atenção básica à saúde em seu território e encaminhando, por meio de consórcios intermunicipais de saúde e por meio da Programação Pactuada e Integrada (PPI), os serviços de maior responsabilidade e maior complexidade aos Centros de referência regionais, que, coincidentemente, são os municípios mais desenvolvidos e que, historicamente, concentraram a oferta destes serviços de saúde.

Ainda no que se refere à assistência à saúde, vale ressaltar que o Programa de Saúde da Família (PSF) tem sido uma importante estratégia de inversão do modelo assistencial no Brasil. De acordo com o Ministério da Saúde (2004), tem havido no país um incremento significativo do número de equipes de Saúde da Família que, numa lógica de promoção e prevenção da saúde, tem significado um instrumento valoroso de articulação entre os serviços/profissionais de saúde e a população/realidade brasileira.

Nesse sentido, a exemplo do que tem ocorrido em todo o país, a grande maioria dos municípios da MESOVALES contam com equipes de Saúde da Família, sendo que a

cobertura populacional deste programa varia muito em detrimento do nível de organização da gestão local e dos investimentos realizados nesta área.

#### **4.7.5. Etnia e Saúde**

Sabe-se que a diversidade étnico-cultural constitui-se uma característica brasileira, o que não é diferente na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que apresenta uma pluralidade étnico-cultural que a coloca numa posição de destaque em nível nacional. Existem, na região da MESOVALES, muitas comunidades indígenas e quilombolas, além de descendentes europeus, dentre outros grupos étnicos, que apontam para a necessidade de implementação de políticas públicas diferenciadas para atender a estes grupos.

Essa diversidade étnico-cultural na MESOVALES aponta também para uma diversidade de implicações a ela concernentes. Dentre as questões mais relevantes, merecem destaque as complicações na saúde de grupos populacionais, dentre as quais: câncer de pele em descendentes europeus (São Mateus); a desnutrição indígena; a falta de saneamento básico nas aldeias; falta de atendimento adequado levando-se em consideração os aspectos culturais dos povos, especialmente os indígenas e os quilombolas; ausência de incentivos à pesquisa aplicada enfocando a realidade regional.

A respeito da questão etnia e saúde, embora se reconheça a importância desta questão, não foi possível levantar dados mais consistentes que nos permitissem uma análise mais pormenorizada do problema.

#### **4.7.6. Proposições em Saúde: informações levantadas nas oficinas microrregionais da MESOVALES**

Nas oficinas realizadas nos três estados que compõem a MESOVALES (Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais) e no Seminário, aparecem questões importantes para se compreender melhor a temática Saúde nesta mesorregião. Os problemas relacionados à área da saúde mais comuns relatados pelos participantes das oficinas e do Seminário foram:

- falta ou baixa cobertura dos serviços de saneamento básico, especialmente nas aldeias indígenas;
- Atendimento inadequado à população indígena;

- Concentração dos serviços hospitalares em apenas alguns municípios, o que dificulta o acesso da população a estes serviços;
- Alta incidência de violência;
- Alta incidência de alcoolismo, uso de drogas e prostituição infantil;
- Falta de programas especiais de saúde do trabalhador, insuficiência no atendimento à saúde do trabalhador e pouca assistência em relação às doenças ocupacionais;
- Falta de Serviços de Referência à saúde da mulher, da criança, do adolescente e do idoso;
- Falta de capacitação dos Gestores Locais de Saúde;
- Falta de capacitação dos Conselhos Municipais de Saúde;
- Pouca capacitação dos profissionais de saúde, especialmente no que se refere à elaboração de projetos;
- Má distribuição da renda e dos serviços de saúde;
- Devastação do meio ambiente;
- Deterioração dos mananciais hídricos;
- Grande incidência de gravidez na adolescência;
- Alta incidência de Doenças Sexualmente Transmissíveis;
- Escassez de Recursos Humanos qualificados;
- Dificuldades de acesso às ações e serviços de saúde por parte da população;
- Insuficiência de equipamentos de saúde para atender às demandas regionais;
- Medicalização excessiva e crescente;
- Ausência (pouca valorização) de medicina preventiva;
- Proliferação de doenças endêmicas como dengue, hanseníase, esquistossomose, tuberculose, doença de chagas, etc;
- Ausência de pesquisa aplicada enfocando a região;
- Grande quantidade de demanda espontânea para os serviços de saúde, o que compromete o Teto Orçamentário da Saúde nos municípios;

- Problemas referentes aos Planos Municipais de Saúde;
- Uso indiscriminado de agrotóxicos;
- Dependência química crescente entre grupos de pescadores, quilombolas, comunidades indígenas e produtores rurais;
- Desnutrição indígena;
- Grande incidência de câncer de pele em descendentes de europeus;
- Grande incidência de anemia em afro-descendentes;
- Pouca inserção social entre os portadores de sofrimento mental e entre os deficientes;
- Violência doméstica (crianças, mulheres, homossexuais e terceira idade);
- Encarecimento dos serviços privados de saúde;
- Desequilíbrio dos ecossistemas, em função da prática do reflorestamento indiscriminado;
- Empobrecimento da biodiversidade e proliferação dos vetores, em função da cultura do eucalipto;
- Grande êxodo rural, originando a favelização das cidades;
- Problemas de relacionamento entre os setores de saúde e prestadores de serviços de saúde;
- Histórico fortalecimento da rede privada de saúde com recursos públicos;
- Infra-estrutura de serviços de saúde deficiente;
- Supervalorização do profissional médico no Programa de Saúde da Família – PSF;
- Alto custo do profissional médico;
- Ineficiência dos programas de educação em saúde;
- Ausência de serviços de referência e contra-referência na atenção básica;
- Investimentos insuficientes para o combate de doenças infecto-contagiosas e doenças endêmicas;
- Insuficiência na política (repasse) de medicamentos;

- Dificuldade de acesso aos serviços de saúde;
- Desorganização dos serviços;
- Burocracia no credenciamento dos serviços;
- Ineficiência na Central de Regulação;
- Baixo valor da tabela do SUS;
- O não atendimento aos municípios referenciados (problemas na PPI);
- Atrelamento dos recursos financeiros dos pequenos municípios aos municípios de médio e grande porte (PPI);
- Insuficiência de cotas dos serviços especializados de saúde;
- A falta de garantia de continuidade no atendimento pelo SUS;
- Problemas (inexistência de mecanismos) no lançamento dos serviços prestados pelos consórcios intermunicipais de saúde.

Como se verifica, as lideranças dos municípios que compõem a mesorregião dos vales do Jequitinhonha e Mucuri elencam uma série de problemas relativos à saúde na MESOVALES, problemas estes que são bastante coerentes com aqueles que aparecem em todo o país neste setor.

#### **4.7.6.1. Soluções apontadas pelos participantes das Oficinas e do Seminário**

- Capacitação/qualificação dos profissionais de saúde;
- Implementação de serviços de saneamento básico, especialmente nas aldeias indígenas e na zona rural;
- Coleta e destino apropriado do lixo;
- Organização de policlínicas/hospitais de referência macrorregional;
- Parceria com instituições de ensino superior;
- Implementação dos Pólos de Educação Permanente em Saúde;
- Criação de Programas de Orientação Sexual para adolescentes;

- Maior articulação entre os diferentes níveis de gestão em saúde (Federal, Estadual e Municipal);
- Aperfeiçoamento dos sistemas municipais de informação em saúde;
- Capacitação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde;
- Efetivação dos Planos de Desenvolvimento Regional (PDR) e dos Planos Diretor de Investimentos (PDI);
- Implantação do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) dos servidores da saúde;
- Repensar o Programa de Saúde da Família;
- Ampliação das equipes do PSF nos municípios;
- Articulação entre os diversos ministérios: MDS, MMA, MDA, MI, MS e os municípios;
- Capacitação dos gestores de saúde;
- Ampliação dos investimentos na rede hospitalar do SUS;
- Humanização do atendimento no SUS;
- Incentivo a hospitais regionais de referência;
- Ampliação dos recursos disponíveis para controle de doenças infecto-contagiosas e endêmicas;
- Incentivos a Programas de Saúde Oral na mesorregião;
- Ampliação do valor do Piso Ambulatorial Básico (PAB);
- Implementação dos serviços de referência e contra-referência;
- Equipar melhor as sedes de microrregiões, aumentando o nível de resolubilidade;
- Ampliação e melhoria no atendimento de média e alta complexidade (mamografia, ecocardiografia, holter, esteira ergométrica, eletroencefalograma, endoscopia, órtese e prótese; colposcópio, etc.);
- Criação e/ou ampliação dos serviços de saúde mental – Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS);

- Ampliação e melhoria dos serviços de Tratamento Fora do Domicílio (TFD);
- Revisão e adequação dos valores dos procedimentos da tabela SUS;
- Ampliação dos serviços de referência interestadual;
- Credenciamento dos consórcios intermunicipais de saúde para que possam ser prestadores de serviços do SUS;
- Regulamentação dos consórcios intermunicipais de saúde.

Enfim, ressalta-se que o elenco de proposições apontadas pela comunidade da mesorregião vem ao encontro dos problemas anteriormente apresentados na área da saúde. Ressalta-se ainda que a Agência MESOVALES deverá fazer gestão frente a estes problemas, buscando construir estratégias de soluções para estes problemas, respeitando também as sugestões apresentadas na própria Mesorregião.

#### **4.8. Infra-estrutura Mesorregional**

O diagnóstico sobre a infra-estrutura apresenta, em maior ou menor escala, uma acentuada debilidade em todos os seus segmentos (transportes, energia, comunicações e armazenamento) e em toda a mesorregião. A estratégia para o setor deve buscar superar esses gargalos, que afetam todos os segmentos sociais, penalizando, inclusive, os grandes produtores agrícolas, setores importantes da mineração e da extração, beneficiamento e distribuição de gás e petróleo, mas atingem de forma ainda mais acentuada os setores dos pequenos e médios produtores, a produção familiar e as comunidades tradicionais. É interessante vermos a semelhança da Mesorregião do Jequitinhonha e Mucuri com a regiões da Amazônia quando lemos no Plano da Br-163:

A oferta desigual de infra-estrutura é fator de exclusão social e de constituição de uma sociedade dual. Enquanto silvicultores, grandes pecuaristas e empresários ligados ao agronegócio têm capacidade técnica e financeira para prover sua própria infra-estrutura, produtores familiares, assentados, quilombolas, povos indígenas e outros grupos sociais pobres não dispõem de eletricidade ou de estradas vicinais que lhes permitam escoar a produção. O déficit social de investimentos em infra-estrutura lhes impõe custos de produção e comercialização elevados, contribui para a deterioração dos termos de troca, limita o potencial de aumento de produtividade e resulta em baixa qualidade de vida. (MI-Plano Br-163, 2005, p. 91).

Há que se considerar, portanto, como um problema presente e premente nas regiões mais deprimidas do Brasil o confronto entre a logística do agronegócio, caracterizada pela maior eficiência nos sistemas de transporte, de armazenagem, de comunicação e de energia, elemento que lhe garante valor, e a logística da agricultura familiar e comunitária. No caso da produção familiar, estes elementos estão ausentes, sendo, portanto, necessário criar a sua logística, a começar pelas estradas vicinais e pela rede de comercialização, capaz de fortalecer a produção, criando condições de competitividade.

Nesse sentido, é crucial, em regiões de perda de população, emigração, que se acelere o ritmo de atendimento das metas de universalização do acesso à energia elétrica, sabendo-se dos efeitos agregadores e de coesão que a disponibilidade de energia elétrica exerce sobre as decisões de migração de populações rurais. Da mesma forma, a expansão da oferta de acesso aos meios de telecomunicação, deve privilegiar a área rural, a partir de soluções criativas com custos adequados.

O acesso à comunicação exerce um efeito seminal sobre a capacidade de organização cívica das populações rurais. A formação de redes de aprendizado e de exercício efetivo da cidadania é o vetor mais efetivo de desenvolvimento e inclusão, na medida em que viabiliza o avanço tecnológico e a disseminação de assistência técnica. Enfim, não se trata apenas de mais infra-estrutura, mas de um padrão mais inteligente e sustentável. Infra-estrutura, na proposta do PLANOMESO, deixa de ser um vetor autônomo de crescimento com desordem e degradação ambiental, para ser um elemento de uma estratégia integradora e sustentável de desenvolvimento regional. Ademais, a rodovia pavimentada facilitará a presença do Estado na região. Os investimentos devem ser complementados com a consolidação de uma malha rodoviária regional eficiente, articulando as rodovias federais com redes de rodovias estaduais e vicinais densas e racionais. Devem ser consideradas, também, as oportunidades de parcerias com o setor privado na construção e manutenção de estradas. Os contratos de concessão do eucalipto, mineração etc. deverão incluir a construção e manutenção de certos trechos de estrada vicinais. Este é um tipo de atividades em que o setor tem bastante experiência.

A região apresenta um estrangulamento logístico que gera prejuízos não apenas internos, mas que afetam todo o país.. Servida pelas rodovias federais (BRs) 101, 116, 367 e 418, é tangenciada pela ferrovia Centro Americana e apresenta um vazio no mapa portuário brasileiro. Muitos trechos das rodovias federais estão sem pavimentação, assim como algumas estaduais que poderiam articular o eixo das federais. As rodovias estaduais, principalmente na região do Jequitinhonha, não são pavimentadas. De um modo geral, federais e estaduais apresentam um precário estado de conservação. Entretanto, as rodovias, ainda assim, se apresentam como um ponto positivo, o único sistema logístico efetivamente presente na região. Tanto a BR 101, quanto a BR 367, estão em grande parte cabeadas com fibra ótica.

No que concerne ao transporte hidroviário, deve-se buscar a sua integração com o sistema rodoviário, articulando um sistema intermodal capaz de atender a prevista expansão da circulação de mercadorias na área do PLANOMESO, em paralelo à melhoria das condições de transporte de carga e de passageiros. Encontramos, na mesorregião do Jequitinhonha e Mucuri um vazio de portos e atracadouros. Observando o mapa abaixo podemos ver um porto fluvial em Pirapora – região norte do estado de Minas Gerais –, um porto marítimo em Ilhéus e outro em Barra do Riacho, todos fora da Mesorregião.

Mapa 15 - Transporte hidroviário. Brasil.

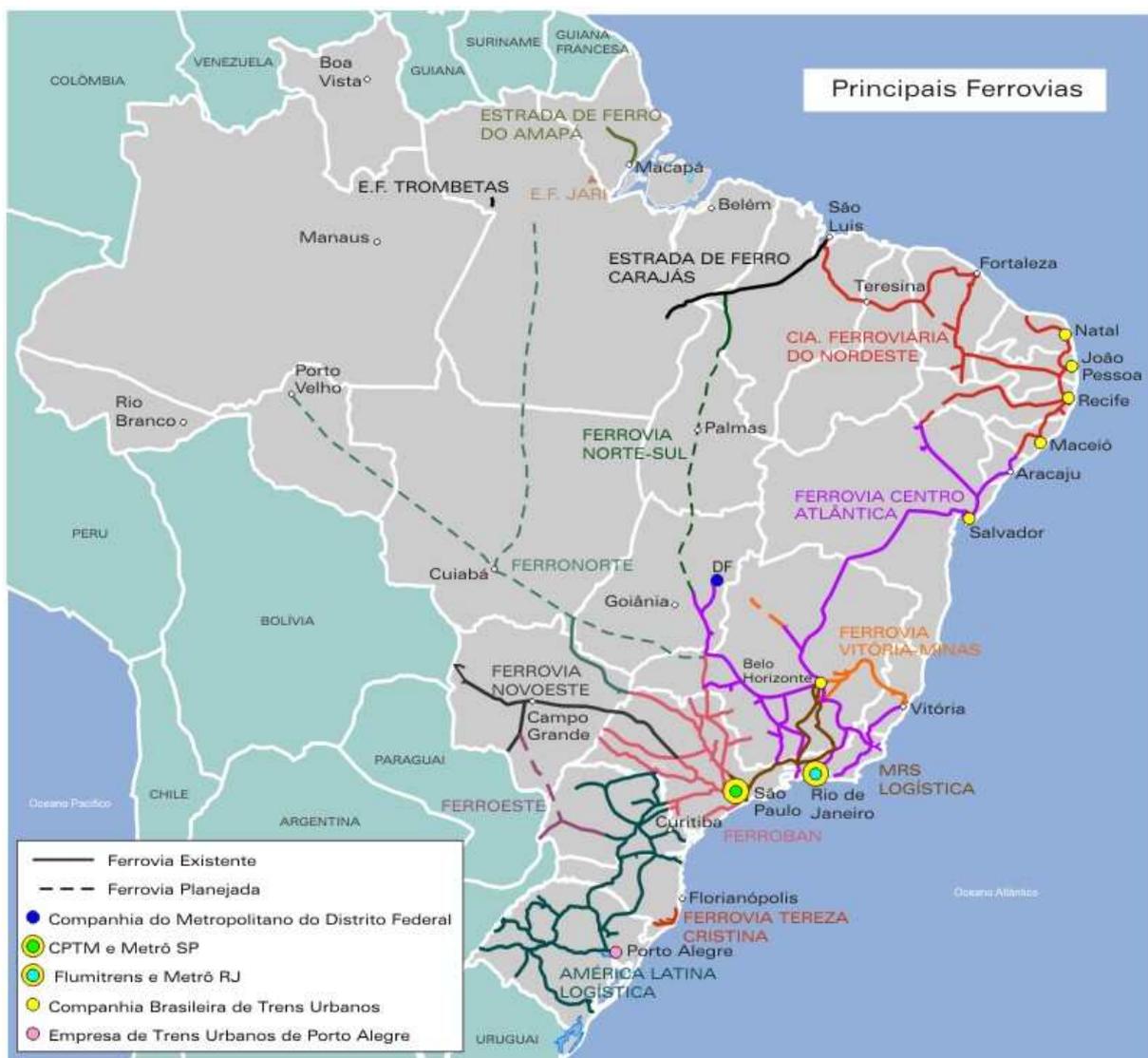


Fonte: Brasil: Ministério dos Transportes

A região não apresenta a presença de dutovias, porém a produção de petróleo e gás é uma força crescente na mesorregião. Existem projetos aprovados para dutovias que passam pela região.

A questão portuária e ferroviária, o crescimento da produção de carga e o potencial turístico, significando uma demanda de transporte de passageiros, são indicadores deste grande gargalo, que é, talvez, o maior empecilho para o crescimento da região. Tanto a ferrovia centro Atlântica, quanto a Vitória-Minas tangenciam a mesorregião do Jequitinhonha e Mucuri.

**Mapa 16 - Principais ferrovias brasileiras**



Fonte: Brasil: Ministério dos Transportes

Os aeroportos também não apresentam capacidade de carga para o desenvolvimento. Somente o aeroporto de Porto Seguro apresenta trânsito regular de passageiros, mas não tem estrutura para carga. Teófilo Otoni apresenta um aeroporto com capacidade para expansão. Teixeira de Freitas, Santa Cruz de Cabrália, São Mateus e Araçuaí apresentam pista de pouso com potencial, mas carecem de estruturação nos padrões da INFRAERO.

A demanda por energia em toda a área do Plano deve aumentar de forma acentuada nos próximos anos, não só pelo suprimento da demanda reprimida, mas principalmente pelo vigoroso aumento populacional previsto e pela ampliação e diversificação da estrutura produtiva. A ampliação da oferta de energia deve ser propiciada na Mesorregião principalmente pela extensão da rede de transmissão proveniente de Irapé e outras represas já

planejadas. A ampliação da oferta de energia a partir de fontes alternativas deve ser particularmente impulsionada em toda a área do Plano. Uma questão importante em relação à energia elétrica é a demanda mesorregional pelo padrão de rede trifásica na expansão da rede, principalmente a rural, para dar condições de suprimento de eletricidade para a produção comprometido pela política atual de programas como o “Luz Para Todos”.

O potencial de produção de biomassa, utilizando-se resíduos da indústria madeireira e de produção de biodiesel, bem como de produtos gerados na agricultura familiar e no extrativismo, é uma vantagem comparativa da região, que deve ser firmemente estimulado, notadamente naquelas áreas em que a chegada das Linhas de Transmissão são mais onerosas. Outra fonte que pode vir a ser importante é o gás natural, com a ampliação e capilarização das dutovias.

A expansão e capilarização das cabovias nas BRs 101 e 367 são importantes fatores no avanço da oferta de serviços de telecomunicação aos setores mais pobres das populações urbanas e aos produtores familiares na área rural. Além do mais, é extremamente importante para se alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável com inclusão social, por diversas razões. Em primeiro lugar, serviços de comunicação, do rádio à internet, são instrumentos centrais na formação e funcionamento de redes sociais.

As carências envolvendo comunicações, principalmente no meio rural, continuam grandes e, por isso, requerem medidas e programações de curto e médio prazos, para atender a todas as demandas existentes. Algumas medidas já vêm sendo adotadas pelo Governo, desde 1998, com o Plano de Metas de Universalização, que propiciou um planejamento para a expansão do Serviço Telefônico Fixo Comutado. Esse Plano estabelece metas para as concessionárias e busca alcançar o maior número possível de atendimentos nas comunidades, até 2005, através de acessos individuais e coletivos ao serviço de telefonia. Segundo o Plano, as concessionárias devem focalizar o acesso individual ao Serviço Telefônico Fixo Comutado e, até 31 de dezembro de 2005, suprir todas as localidades com mais de trezentos habitantes.

Além do Plano Geral de Metas de Universalização, existe o programa GESAC (Governo Eletrônico/Serviço de Atendimento ao Cidadão), do Governo Federal, que tem como meta disponibilizar acesso à Internet e mais um conjunto de outros serviços de inclusão digital a comunidades excluídas, facilitando o alcance a regiões onde é raro encontrar possibilidade de conexão à internet. Cerca de 22 mil computadores estão na rede GESAC, com conexão à Internet, em todo o País. A perspectiva é atender um número superior a 6,4 milhões de pessoas. As localidades beneficiadas pelo programa foram escolhidas a partir dos

seguintes critérios: localidades com baixo IDH; localidades onde as redes de telecomunicações não oferecem acesso à internet em banda larga; comunidades que já tenham alguma organização no desenvolvimento de atividades comunitárias culturais apoiadas pelas tecnologias de informação e comunicações.

Podemos ver, no cartograma extraído do PDSA, a importância da criação de pólos de conexão dessas redes técnicas essenciais para a ampliação e consolidação de redes sociais de solidariedade e redes produtivas que, ganhando escala local com o associativismo, nos APLs, por exemplo, ganham amplitude em suas escalas mercadológicas nacionais e internacionais. Um exemplo, se pensarmos a logística a partir da perspectiva de redes e pólos de conectividade, é o fortalecimento não somente do setor produtivo, mas também do setor de serviços. A infra-estrutura de centrais de comércio, por exemplo, apresenta demanda de terminais logísticos, feiras e centrais de abastecimento. Teófilo Otoni tem a feira Internacional de Gemas, que não tem local apropriado. A CEASA de Teófilo Otoni está em seu limite de carga e existe uma reivindicação para a criação de uma CEASA no sul da Bahia.

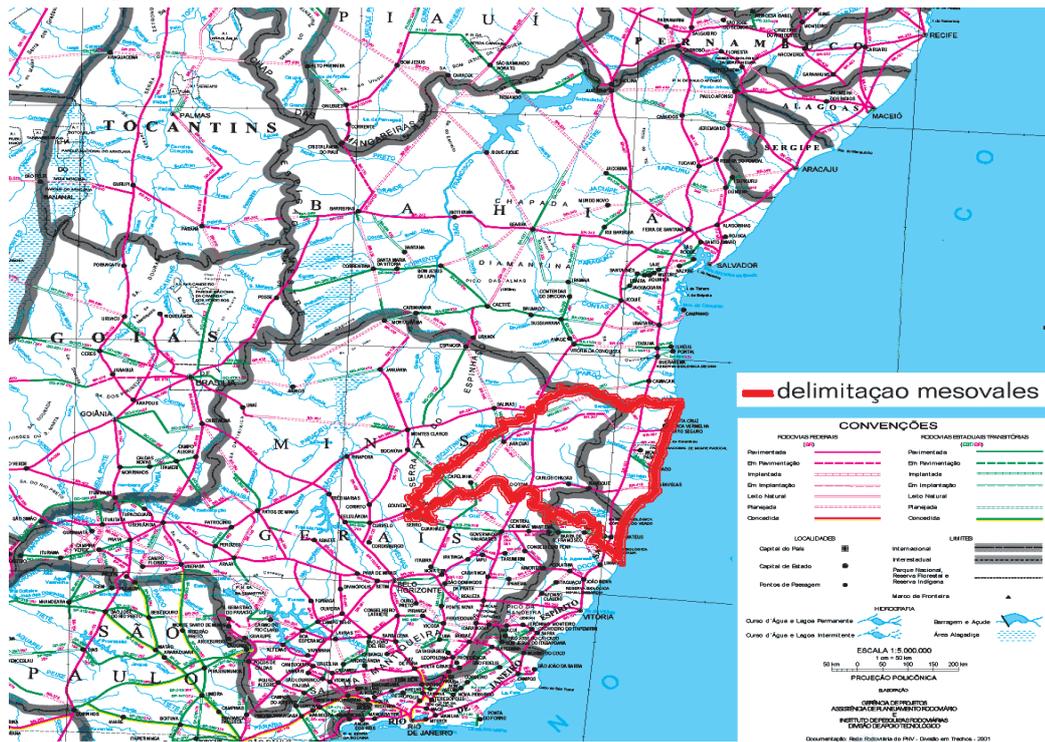
O crescimento que se quer fomentar trás outras questões já tratadas por outras temáticas, como a questão do Saneamento Ambiental: as infra-estruturas voltadas para o saneamento e de depósito de resíduos sólidos. Aspecto crítico na região, que afeta outras áreas, como meio ambiente e, conseqüentemente, a saúde. A falta de aterros, de rede de coleta de esgoto e estações de tratamento de água e esgoto, dada a sua proporção, deixa de ser um aspecto local, adquirindo abrangência mesorregional. Em algumas regiões faltam banheiros dentro das casas, notadamente nas áreas rurais e de comunidades tradicionais. Entretanto o problema pode ser encontrado em algumas áreas das cidades, principalmente no médio Jequitinhonha. O Mapa rodoviário da região Sudeste, como também traz o Sul da Bahia é interessante para visualizarmos a situação da mesorregião Jequitinhonha e Mucuri.

Mapa 17 - Rodovias Federais. Região Sudeste



Fonte: Brasil: Ministério dos Transportes

**Mapa 18 - Rodovias federais e estaduais. Mesovalas Jequitinhonha e Mucuri**



Fonte: Elaboração própria. Mapa produzido pela Equipe do Planomeso.

#### **4.9. Integração Mesorregional Sustentável**

A estratégia de inclusão social e cidadania engloba difusão e aperfeiçoamento de políticas universais de educação, saúde, segurança pública, combate à pobreza, construção da cidadania, capacitação, auto-organização, desenvolvimento comunitário, dentre outros aspectos. Conseqüente com o diagnóstico do processo de transformações nas relações de produção em curso na região, deve ser prioritário evitar a progressão da expulsão das populações rurais pobres, sejam produtores familiares, povos indígenas ou populações tradicionais dos territórios que ocupam. Não menos importante será assistir e gerar alternativas para as populações que já foram expulsas para a periferia das cidades, ou seja, evitar que o desenvolvimento se faça ao preço da exclusão social, manifesta no êxodo rural, na perda de diversidade social e cultural, no agravamento dos níveis de desigualdade social e na deterioração da qualidade de vida nas cidades.

Para que isso ocorra, é preciso que as políticas públicas sejam dirigidas para esses segmentos. A premissa dessa estratégia é que a alocação de recursos públicos escassos para essas comunidades pode iniciar uma reversão nas expectativas e contribuir para a diminuição e, mesmo, a reversão dos fluxos migratórios campo-cidade. Mesmo as políticas sociais de cunho universal, como as de educação e saúde, podem e devem, na medida do possível, ser direcionadas para essas comunidades.

O fortalecimento da agricultura familiar, estancando sua expropriação, propiciando a sua inserção da produção familiar na produção e nos benefícios sociais por elas gerados, demanda a concepção e execução de uma “logística do pequeno”. Ao contrário da logística das grandes corporações internacionais, que dispensam a posse da terra utilizando-se da terceirização (à exceção dos grupos nacionais), a logística do pequeno produtor requer a permanência na terra, além da ampliação das redes de conexão, ressaltando vicinais, energia, comunicação e, sobretudo, uma rede de comercialização organizada. (PLANO BR 163 SUSTENTÁVEL, p. 82).

Uma atenção especial na mesorregião dos vales do Jequitinhonha e Mucuri deve ser dada às extensas áreas degradadas. Investimentos no sentido de recuperar essas áreas para o processo produtivo devem ser realizados. O estímulo à recomposição de reservas legais, com plantios florestais e agroflorestais voltados para a produção, deve constituir-se em estratégia prioritária. A assistência técnica deve ser outra prioridade na região, com o fortalecimento da EMATER, o aumento do número de escolas e de técnicos. Deve-se, também, incentivar o manejo florestal, com legislação diferenciada para a escala de produção familiar, bem como

estabelecer linhas de microcrédito solidário e a incorporação de novas áreas alteradas/degradadas ao processo produtivo.

O quadro levantado aponta para a necessidade de contemplarmos uma perspectiva integrada em relação às temáticas que trataremos como campo de políticas públicas para a Mesorregião. Constatamos que, em função disso, deveríamos tratar com temas transversais e montar matrizes que apontariam cenários, programas e ações mesorregionais. Podemos perceber vários temas que se interpenetram, que são interdependentes.

Para identificar as causas dos inúmeros problemas que afetam a Mesorregião, é necessário remontar ao processo de ocupação da área, centrado na descoberta do ouro e do diamante. Embora tenha propiciado o rápido povoamento da região, esse ciclo inibiu o surgimento de outras atividades e, com sua decadência, a economia local se esfacelou, expulsando parte dos colonizadores para outras áreas, em busca de alternativas de exploração econômica. Devido às condições climáticas de semi-aridez vigentes em grande parte da região, a localização das fontes hídricas assumiu um caráter preponderante na ocupação da área, com os pequenos produtores instalando-se, preferencialmente, em suas proximidades.

À ocupação rarefeita e dispersa, aliam-se outras variáveis que contribuem para a manutenção da região em situação de isolamento. A predominância de uma agricultura de subsistência e de uma pecuária extensiva inviabilizam a geração de uma poupança interna suficiente para impulsionar investimentos, resultando em uma área sem tradição industrial, pouco urbanizada e com mercado interno restrito, abrigando uma população predominantemente de baixo poder aquisitivo. A esse quadro agrega-se uma rede insuficiente e ineficiente de infra-estrutura básica, com a maioria da população vivendo em condições precárias, compondo um dos bolsões de pobreza do país.

Os inúmeros programas e projetos implantados na área com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e melhorar a infra-estrutura regional nem sempre tiveram sucesso, transformando-se em ações pontuais incapazes de combater e debelar as causas estruturais do subdesenvolvimento.

Outro fator de estrangulamento é o sistema viário, de dimensões insuficientes para interligar o amplo espaço regional, internamente e com o restante do país. Os investimentos aplicados em anos recentes na ampliação e na melhoria do sistema viário não suprimiram os estrangulamentos existentes, nem priorizaram as áreas propícias à implantação de projetos produtivos. Além disso, a capilaridade do sistema é proporcionada por estradas vicinais de

responsabilidade do poder municipal, que não tem condições financeiras para investir em sua manutenção e melhoria.

A infra-estrutura regional também contribui para a situação de atraso e de má qualidade de vida da população. Prevalece em toda a área índices elevados de analfabetismo, principalmente na zona rural, o que atua como obstáculo à introdução de tecnologias voltadas para o fortalecimento e a elevação dos níveis de produtividade das atividades econômicas. Assim como no setor de ensino, os serviços de saúde e de saneamento são precários, havendo de considerar-se o agravante de tratar-se de uma região com incidência de doenças endêmicas, tais como: esquistossomose, chagas, leishmaniose e peste bubônica. A infra-estrutura de abastecimento de água é a única a apresentar condições satisfatórias de atendimento.

Os indicadores demográficos indicam o baixo crescimento populacional, à exceção da microrregião de Porto Seguro, a qual, contrariamente ao que ocorre no estado de Minas Gerais, cresceu significativamente desde 1996. Este comportamento reflete, na verdade, a evasão histórica da mão-de-obra masculina e jovem, a qual, em busca permanente de oportunidades de emprego, deixa os seus municípios sazonalmente.

A convivência com problemas ambientais, tais como os desmatamentos, a mineração e o reflorestamento, tem refletido na deficiência da fertilidade dos solos e no aumento da susceptibilidade à erosão. A rede hídrica, sobretudo nas regiões mineradoras de Minas Gerais, recebe volume indiscriminado de resíduos sólidos poluentes, a exemplo do que acontece nas regiões costeiras, cujas atividades econômicas, impulsionadas, principalmente, pelo turismo, não dispõem de infra-estrutura razoável de saneamento básico capaz de amenizar o impacto ambiental relacionado às águas litorâneas. Do mesmo modo, as condições de sobrevivência da flora e fauna também se encontram comprometidas.

Qualquer ação a ser implementada deve ser visualizada e planejada de forma sistêmica, enquanto cadeia produtiva, principalmente ligada aos arranjos produtivos locais, garantindo a realimentação e auto-sustentação perseguidas em horizontes de curto, médio e longo prazos. O processo de descentralização tem sido positivo para os gestores municipais. Todavia, podemos identificar as dificuldades dos municípios carentes de profissionais capacitados para diagnosticar e planejar o desenvolvimento numa perspectiva técnica. As municipalidades carecem de arranjos institucionais que auxiliem as iniciativas de articulação intermunicipal a diagnosticar os principais problemas. O papel do governo federal e dos governos estaduais deve ser o de estimular, num processo de indução inicial, iniciativas de desenvolvimento integrado regional que, no futuro, possam ser auto-sustentáveis ou, como no

caso da escala que estamos trabalhando, mesorregional. Nesse ponto a Agência de Desenvolvimento deve desempenhar papel fundamental na aglutinação de forças promotoras do processo de desenvolvimento mesorregional.

## **5. PROPOSTA DE GESTÃO DO PLANOMESO**

Uma das características essenciais da estratégia de gestão do PLANOMESO será a criação e efetivação, em nível regional e local, de um fórum permanente de diálogo e negociação entre o Governo Federal, governos estaduais, prefeituras, sociedade civil e setor empresarial, com responsabilidades para o planejamento, monitoramento e avaliação de suas ações. Os desafios de planejamento, execução, monitoramento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Mesorregião Jequitinhonha e Mucuri requerem uma definição de responsabilidades institucionais entre seus parceiros.

O investimento no Capital Social demanda, antes de tudo, alterar o ambiente institucional, isto é, os valores, expectativas, normas e condutas dos sujeitos que protagonizam os processos sociais, a inclusão dos segregados e dos poderes públicos. O sentido da inclusão social reside, assim, na mudança institucional e está na gênese do desenvolvimento social. Trata-se, contudo, de um processo amplo e progressivo que, por sua vez, é consequência de decisões tomadas dia a dia por cidadãos, empresas, organizações. O capital social – constituído a partir do grau de confiança entre os sujeitos –, o nível de associativismo, o comportamento cívico construtivo e a solidariedade são, portanto, fatores críticos para o desenvolvimento sustentável, sobretudo quando se trata de políticas de gestão descentralizada, de base local.

A qualidade do processo de implementação do Plano depende de uma série de variáveis, tais como a convergência em torno de diretrizes, a adesão política do ente federado (Federal, Estadual e Municipal), a organização da sociedade civil, a disponibilidade de recursos, a existência e disponibilidade de pessoal capacitado para a implementação, a existência e disponibilidade de infra-estrutura ou equipamentos adequados e a extensão e solidez das redes de interação social. No caso da Mesorregião do Jequitinhonha e Mucuri, face às fragilidades das instituições e dos recursos, a articulação entre todos os setores envolvidos forma uma rede densa que, a um só tempo, incorpora e promove a colaboração social, constituindo uma alavanca para as mudanças institucionais democraticamente negociadas.

A plena execução das ações previstas pelo Plano construído no processo participativo, visa ao fomento do capital social e da produção local através dos APLs e do combate aos gargalos socioeconômicos e culturais. A Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, composta de 23 ministérios, é o elemento estratégico articulador

de um conjunto de medidas de fortalecimento institucional entre órgãos executores estaduais e municipais e da sociedade civil (agência de desenvolvimento, por exemplo) com papéis-chave no processo de desenvolvimento social local.

A participação dos Estados e dos Municípios na implementação do Plano é de suma importância e deve ser intensificada, visto que alguns temas relevantes dependem fortemente, senão exclusivamente, do efetivo engajamento desses entes federativos, tais como: segurança pública, construção e manutenção de estradas vicinais, assistência técnica e extensão rural, saúde e educação. Isso irá contribuir para evitar a sobreposição de ações entre os entes federados ou, o que é mais comum, suprir as lacunas deixadas pela ausência de políticas públicas frente aos problemas e demandas locais.

As prefeituras da área do PLANOMESO, em geral, não dispõem de recursos e de pessoal qualificado para a implementação de projetos mais complexos, especialmente onde não se formou uma cultura administrativa de execução compartilhada com a sociedade civil. Tais restrições tanto indicam a necessidade de investimento na formação de capacidade de gestão nos Municípios, como recomendam cuidado ao dosar a oferta de parceria à capacidade efetiva de sua resposta. Exata capacitação poderia ser feita numa escola de governo no âmbito de uma agência de desenvolvimento ou instituições de ensino superior.

O Plano deve contemplar também medidas de fortalecimento institucional de entidades da sociedade, no sentido de garantir capacidade de implementação de atividades sob a sua responsabilidade. Essas medidas devem priorizar as necessidades para recursos humanos capacitados e infra-estrutura logística, de forma articulada à implantação de bases avançadas do Governo Federal na região.

O nível de organização da sociedade civil é bastante desigual, conforme a região que se examina. Não há como se prescindir de um período de aprendizado, em que se identifiquem instituições parceiras, prioridades de campo, formas adequadas de atuação e que se desenvolvam convenções que permitam bom fluxo de informações. A principal diretriz apresentada é o estímulo ao desenvolvimento de projetos integrados. Dessa forma, instituições com experiência de trabalho na região podem contribuir com outras em formação, ao mesmo tempo em que se aumenta a eficiência do gasto federal e se promove uma cultura de integração e de colaboração.

## **5.1. O Fórum da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**

Construindo a gestão social e sustentável das políticas públicas, o Fórum Mesorregional dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri constitui-se na instância de gestão social do PLANOMESO. Tendo como referência as diretrizes estabelecidas no Plano e considerando ainda as definições estratégicas contidas na PNDR, o Fórum será protagonista na construção dos objetivos, prioridades, metas e estratégias do desenvolvimento dos territórios integrados pela mesorregião. Nesse sentido, o Fórum terá permanente papel na elaboração e implementação das ações do Plano, orientando-as e adequando-as às realidades locais, considerando suas especificidades em termos sociais, culturais, econômicas e ambientais.

Será necessário estabelecer, de forma criativa e inovadora, mecanismos de mobilização e envolvimento amplo da sociedade nos espaços de discussões e definições das propostas. Diante da complexidade da realidade social e da pluralidade de interesses existentes na mesorregião, muitos dos quais são distintos e até antagonísticos, o Fórum atuará como espaço de mediação e concertação, buscando orientar-se sempre em função do bem comum. Caberá ao Fórum o papel de catalisador da organização, participação e mobilização social, contribuindo, de forma pedagógica, para o desenvolvimento da competência política de amplos setores locais, alguns tradicionalmente excluídos dos espaços participativos e de decisão.

O PLANOMESO inova ao romper a visão tecnocrática e verticalizada, marcas de um Estado afastado da sociedade. Também inova no sentido de estabelecer uma via de mão dupla entre Governo e sociedade, abrindo-se para a crítica e o controle democráticos por parte desta, definidos a partir dos compromissos éticos e políticos de promover o desenvolvimento com inclusão social e controle social. Este processo já foi deflagrado ao longo da construção do PLANOMESO nas oficinas e no seminário e mesmo anteriormente, com a criação da Agência Mesovalés (Ver anexo 1 – Relatórios do Processo de Planejamento Participativo)

## **5.2. Composição do Fórum**

Uma leitura apressada da região pode induzir a uma percepção limitada da pluralidade de formas e modos de expressão dos grupos sociais que habitam esses territórios. O processo das consultas à sociedade local para a elaboração do Plano revelou uma presença forte de muitas organizações sociais, populares e prefeituras atuantes. Para conferir aos fóruns o papel e caráter propostos, é necessário que eles expressem essa realidade, integrando e conjugando

três elementos essenciais na base de sua constituição: representatividade, legitimidade e diversidade.

Para garantir a representatividade e a diversidade do conjunto da sociedade, o Fórum deverá estar aberto para acolher a participação de todos os segmentos organizados na sua área de abrangência. A participação de representantes dos diversos conselhos setoriais também se fará importante, para aproveitar a massa crítica acumulada nas respectivas áreas e aumentar a capilaridade. Para ser legítimo, os indivíduos que compõem o Fórum devem representar posições institucionais, e não pessoais, devendo, para isso, estarem associados a uma determinada organização.

Está claro que os fóruns locais podem e devem agrupar toda e qualquer entidade constituída. Entretanto, também é evidente que será inviável reunir a todo o momento todos os integrantes do Fórum. Para tanto, torna-se necessária a formação de uma comissão coordenadora, dotada da agilidade necessária para responder às demandas da implementação do Plano. Ela deve ter uma composição paritária, representativa dos grandes setores que compõem a sociedade. A composição paritária justifica-se pelas atribuições a elas outorgadas.

Os segmentos que compõem cada um dos cinco grandes setores são abaixo relacionados: a) entidades representativas dos trabalhadores - sindicatos de trabalhadores rurais, de trabalhadores urbanos (segmentos industriais, comércio, serviços), associações de classe, cooperativas; b) entidades representativas dos empresários - sindicatos patronais dos diversos segmentos (produtores rurais, indústria da madeira e outras, pecuaristas etc), associações comerciais, industriais e outras de classe; c) organizações da sociedade civil – organizações não governamentais (ONGs), entidades dos movimentos sociais (mulheres, negros, de bairros, etc.; d) representações das comunidades indígenas e quilombolas, entidades acadêmicas e de pesquisa, entidades estudantis, etc; e e) setor público – representações dos governos federal, estaduais e municipais.

O número de membros da comissão coordenadora deve variar em função de alguns critérios que orientarão sua formação, tais como: contingente populacional, grau de organização política e social de cada estado, necessidades operacionais de suas funções, territorialidade, etc., devendo, entretanto, ser múltiplo de cinco para contemplar os cinco setores listados acima. A definição da cidade que serviria de sede para as atividades do Fórum deve ser discutida e definida no interior do próprio Fórum, em articulação com a Secretaria Executiva do Plano.

O Fórum terá um caráter de orientação e referência obrigatória das decisões governamentais, como instâncias legítimas e representativas dos interesses e reivindicações da sociedade, discutindo, de forma estratégica e operacional, a aplicação das diretrizes e orientações estabelecidas no Plano, cuja elaboração contou com a participação da sociedade (por meio das consultas públicas). Para isso, não basta o reconhecimento do poder público, sendo necessário que a própria sociedade se sinta representada e participe das decisões no âmbito do Fórum. Daí a importância da criação de espaços ampliados de discussão.

### **5.3. Organização do Fórum**

Para responder aos desafios que estão sendo propostos, o Fórum deve contar com uma organização mínima que lhe assegure o funcionamento desejado. Isso implica que, além da constituição das comissões coordenadoras, seja necessário definir uma estrutura mínima, técnica, material e financeira, de apoio às suas atividades. Frente às profundas assimetrias de poder existentes na sociedade, o fortalecimento efetivo da gestão social das políticas públicas na MESOVALES implica, obrigatoriamente, nessa exigência, sem a qual apenas os grupos mais empoderados política e materialmente terão a prerrogativa da participação. Quanto ao funcionamento do Fórum, um regimento interno estabelecendo as normas de funcionamento e processos de tomada de decisões deve ser elaborado e aprovado no seu âmbito com a maior brevidade possível. Igualmente, a identificação de necessidades financeiras e o estabelecimento de cronogramas específicos para sua implantação e funcionamento são assuntos que devem ser encarados como prioridades fundamentais.

### **5.4. Monitoramento e Avaliação**

Deve se constituir, no interior do Fórum, subgrupos ou câmaras setoriais responsáveis pelo planejamento operacional e monitoria de ações, conforme os principais eixos do plano. A estruturação de um sistema de monitoramento e avaliação do Plano servirá para que sejam acompanhadas as execuções financeiras, as atividades, os resultados e, por último, os impactos em relação aos objetivos e metas estabelecidos. Esse monitoramento servirá não apenas para avaliar o que foi feito, mas também para identificar e analisar as mudanças decorrentes da execução das ações. As informações geradas pelo monitoramento devem ser discutidas parâmetro para a implementação dos futuros programas e ações governamentais de implementação do PLANOMESO. Além disso, o sistema de monitoramento e avaliação do

plano, conseqüentemente, da política mesorregional, deve envolver a realização de avaliações realizadas periodicamente por consultores independentes.

É necessário que existam espaços para que as informações geradas pelo monitoramento sejam discutidas pelos vários segmentos da sociedade local e institucionais (beneficiários, técnicos, coordenação etc.) e que haja abertura para críticas, inovações e criatividade. Monitorar os impactos num ambiente que permite o erro e valoriza o aprendizado das pessoas e das instituições é uma excelente ferramenta para a identificação de lições que possam ser utilizadas no futuro. Portanto, um bom sistema de monitoramento depende de um fluxo dinâmico e permanente de informações no cotidiano, o que aponta para a necessidade de uma área de comunicação no âmbito do Fórum.

Uma ferramenta inovadora da estratégia de gestão é a estruturação de um sistema de informações, incluindo bases de dados georeferenciadas sobre: i) características biofísicas do território (solos, vegetação, hidrografia, unidades de paisagem etc.); ii) dinâmicas de ocupação territorial e utilização dos recursos naturais (situação fundiária, população, desmatamento e queimadas, atividades produtivas etc.); iii) indicadores de desenvolvimento sustentável, relacionados aos objetivos e metas do PLANOMESO; iv) informações espacializadas sobre as atividades planejadas e indicadores de resultados do Plano.

Esse sistema deverá ser mantido por meio de uma rede de instituições governamentais e não-governamentais envolvidas no planejamento, execução e monitoramento do Plano. Um dos principais desafios do sistema será a estruturação e difusão dos seus produtos para os diversos públicos de interesse. Nesse sentido, o sistema deve envolver a disponibilização de informações em formatos amigáveis a usuários em nível local, por meio da Internet, CD, documentos impressos etc. A implementação do sistema de informações deve ocorrer em estreita articulação e como subsídio para as atividades de elaboração e execução dos instrumentos de ordenamento territorial.

Nesses sistemas, que trabalham de forma integrada utilizando-se da internet, poderão ser reunidos e integrados mapas sobre os temas mencionados, cartogramas sobre a situação socioeconômica e ambiental, informações textuais e espacialização de atividades de programas e projetos. Esses sistemas também permitem que cada órgão responsável por uma determinada informação possa alimentar e atualizar o banco de dados de forma descentralizada. Essas informações, inseridas no banco de dados e no sistema de mapas interativos e constantemente atualizadas, deverão ser apresentadas em um site sobre o Mesoval, permitindo o acompanhamento e a observação pelo público da realidade

socioeconômica e ambiental da região e dos resultados alcançados pelo Plano, assim como sua sustentabilidade no decorrer do tempo.

## **5.5. A Agência de Desenvolvimento**

Recomendamos que as ações executivas sejam realizadas em parceria com uma agência de desenvolvimento. Propomos que o PLANOMESO tenha uma entidade executiva que, no caso da mesorregião do Jequitinhonha e Mucuri, poderia ocorrer mediante uma parceria do Fórum com a Agência de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Esta OSCIP, a qual nos referimos no início do Plano, tem sido parceira e mobilizadora na construção do PLANOMESO.

### **5.5.1. Definição Institucional**

A Agência Mesovalés é uma pessoa jurídica de sociedade civil e de interesse público, reconhecida como OSCIP. A Agência Mesovalés não é governo e, como entidade da sociedade civil, depende, para seu funcionamento, da adesão das entidades filiadas e dos convênios celebrados entre ela e as diversas entidades, sejam do poder público brasileiro, estrangeiro ou de entidades da sociedade civil nacional ou internacional. Como OSCIP, a Agência Mesovalés tem como base um estatuto que permite uma participação de todas as entidades da Mesorregião, desde que estas se enquadrem no referido estatuto.

### **5.5.2. Abrangência**

Extremo Sul da Bahia: 21 municípios  
Norte do Espírito Santo: 10 municípios  
Vale do Mucuri: 22 municípios  
Baixo Jequitinhonha: 17 municípios  
Médio Jequitinhonha: 17 municípios  
Ato Jequitinhonha: 17 municípios

### **5.5.3. Núcleos da Agência**

A Mesovalés está organizada em 06 sub-regiões intitulada de núcleos.

Para que os núcleos sejam instalados, é necessário que as entidades membros da Agência, no território das microrregiões, se organizem e ofereçam contrapartida mínima, através de parceria com as entidades locais para seu efetivo funcionamento e sob a coordenação dos conselheiros ali situados. Os Núcleos, portanto, são os representantes oficiais (após sua instalação) da Agência Mesoavales na microrregião e a ela se remetem, para encaminhamento de propostas, discussões e aprovação, assim como para resolução e definição de ações.

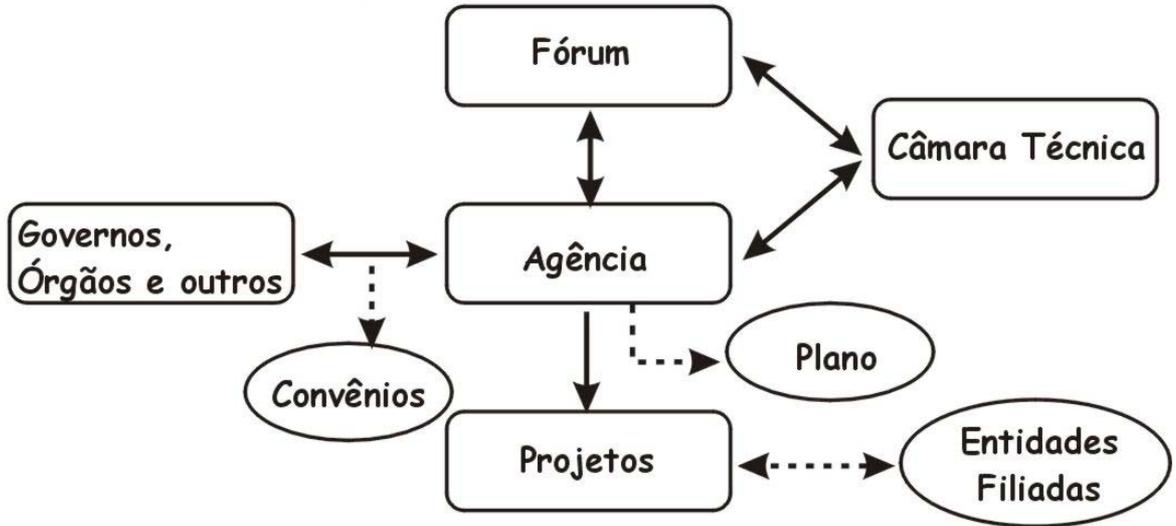
As propostas do plano de ação deverão ser tratadas em Comitês Gestores. O Comitê Gestor é formado por representantes dos Governos de cada Estado, representantes do Governo Federal, da sociedade civil e de cada Núcleo do sub-território. O papel do comitê é acompanhar a execução das políticas públicas definidas. O primeiro comitê criado foi o de APLs, que tem como objetivo o desenvolvimento e a implantação de APLs e projetos que envolvam o Poder Público na Mesorregião.

A Agência Mesoavales tem a missão de articular, junto com os governos municipais, estaduais e federal, ONGs e o setor produtivo, o projeto de desenvolvimento integrado no território da mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A Agência Mesoavales se constitui como braço executivo do Fórum. Cabe a ela, no contexto deste Plano, a mobilização de sujeitos, o acompanhamento das oficinas, o intercâmbio entre os grupos de trabalho do Fórum e conseqüentes conselhos técnicos e/ou setoriais e garantir que as decisões do Fórum sejam priorizadas na Gestão do Plano.

Para isso, necessário se faz que a mesma seja reconhecida pelos Governos Federal, Estadual e local, e também pela sociedade civil, como agência de articulação e promoção de uma política de desenvolvimento regional, buscando o reconhecimento e orientação para suas atividades no dia-a-dia. Portanto, é de grande necessidade a participação ativa e efetiva do quadro social da Agência. Cabe a ela manter atualizado o site para informações da agenda dos Governos aos associados, assim como a atualização do cadastro de sócios. Cabe a ela, ainda, referendar projetos de interesse coletivo mesorregional.

Figura 1 - Organograma da Gestão do PLANOMESO

## Organograma Gestão e Plano Meso



# **ANEXO**

## **6. PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO**

### **6.1. Oficinas, Seminário e Audiência Pública para apresentação do Planomeso**

#### **6.1.1. Relatório Geral das Oficinas**

##### **Abertura**

Composição da Mesa:

BAHIA – Itamaraju – 08 e 09 de julho de 2005

- Romário Farney Pinheiro de Oliveira – Secretaria de Programas Regionais (Ministério da Integração Nacional)
- Juliana Vilar – Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
- Maria do Carmo Ferreira da Silva (“Cacá”) – Presidente da Agência Mesoavales
- Marinélia Ferreira Dias Silva – Representante Agência Mesoavales na Bahia
- Frei Dílson Batista Santiago – Prefeito de Itamarajú-BA
- Jorge Luis de Andrade – CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional)
- Marinalva Lucas Paranhos Coelho – Prefeita de Medeiros Neto
- Profa. Dra. Simone Narciso Lessa – Coordenadora da Equipe Técnica de elaboração do Plano de Desenvolvimento da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
- Prof. Dr. João Valdir Alves de Souza – Equipe Técnica (Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes)
- Prof. Dr. Luiz Antônio de Matos Macedo – Equipe Técnica (Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes)
- Profa. Dra. Liana Sodré – Equipe Técnica (Universidade Estadual da Bahia – Uneb)

ESPÍRITO SANTO - São Mateus – 12 e 13 de julho de 2005

- Profa. Dra. Liana Gonçalves Pontes Sodré (Universidade Estadual da Bahia – Uneb)
- Profa. Dra. Simone Narciso Lessa – Coordenadora da Equipe Técnica de elaboração do Plano de Desenvolvimento da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
- José Fernandes Magnago de Jesus (Instituto Vale do Cricaré – IVC)
- Prof. Dr. João Valdir Alves de Souza – Equipe Técnica (Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes)

- Maria do Carmo Ferreira da Silva (“Cacá”) – Presidente da Agência Mesoavales
- Chirstine Valpassos Reuter Mota – Representante Agência Mesoavales no Espírito Santo
- Romário Farney Pinheiro de Oliveira – Secretaria de Programas Regionais (Ministério da Integração Nacional)
- Prefeito de São Mateus

MINAS GERAIS – Itaobim – 15 e 16 de julho de 2005

- José Alves – Prefeito de Itaobim-MG
- Profa. Dra. Simone Narciso Lessa – Coordenadora da Equipe Técnica de elaboração do Plano de Desenvolvimento da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
- José Fernandes Magnago de Jesus (Instituto Vale do Cricaré – IVC)
- Prof. Dr. João Valdir Alves de Souza – Equipe Técnica (Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes)
- Maria do Carmo Ferreira da Silva (“Cacá”) – Presidente da Agência Mesoavales
- Ronaldo Barros – Universidade Estadual da Bahia
- Romário Farney Pinheiro de Oliveira – Secretaria de Programas Regionais (Ministério da Integração Nacional)
- Heinrich Nicolaus Busselmann – Representante Agência Mesoavales em Minas Gerais
- Maria do Carmo Ferreira da Silva (“Cacá”) – Presidente da Agência Mesoavales

### **Apresentação da Mesorregião e Metodologia da Oficina**

A apresentação da metodologia de funcionamento das oficinas ocorreu da mesma forma nos estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. Desfeita a mesa, nesse segundo momento, conduzido pela Sra. Maria do Carmo (“Cacá”, presidente da Agência Mesoavales) e pela Profa. Dra. Simone Narciso Lessa (coordenadora da Equipe Técnica), foi apresentado à plenária um breve histórico da Agência Mesoavales. O conceito de “mesorregião” foi esclarecido e, na seqüência, partiu-se para a caracterização da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, inserindo-a em um contexto nacional, juntamente com outras mesorregiões definidas pelo Governo Federal.

Em seguida, a Profa. Simone Lessa explicitou os objetivos almejados com a elaboração do PLANOMESO: desenvolver o capital social da Mesorregião, através de tecnologias sociais inovadoras de articulação de redes e de efetivação de processos democrático-participativos em escala local. Além do caráter participativo, as decisões

decorrentes do PLANOMESO devem ter como eixos orientadores: (i) integração mesorregional e (ii) sustentabilidade.

As oficinas foram realizadas nos três Estados abrangidos pela Mesorregião – Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais – e seus objetivos foram: (i) elaboração de um diagnóstico participativo, buscando identificar problemas, vocações e potencialidades de cada região e da Mesorregião como um todo, a partir das planilhas elaboradas pelos Grupos de Trabalho; (ii) eleição dos delegados para o Seminário a ser realizado em Teófilo Otoni-MG, nos dias 02 e 03 de setembro de 2005, na seguinte proporção: 16 (dezesesseis) delegados para Bahia e Espírito Santo e 32 (trinta e dois) delegados para Minas Gerais.

Por fim, a Profa. Simone apresentou as temáticas a serem discutidas durante a oficina: Saúde, Educação, Terra, Infra-Estrutura, Meio Ambiente e Trabalho (Arranjos Produtivos Locais e Emprego), correspondendo a cada temática um Grupo de Trabalho (GT) específico. Também foram sugeridos temas transversais para orientarem as discussões das temáticas – etnia, identidade, gênero, gestão, renda –, sendo facultado aos GTs a supressão e/ou acréscimo de outros temas. Em alguns GTs – como o de Infra-Estrutura, por exemplo – esses temas foram totalmente substituídos por outros mais adequados: navegação, aeroportos, rodovias, ferrovias, aerovias etc.

### **Grupos de Trabalho**

Em cada oficina, os participantes foram distribuídos em seis Grupos de Trabalho (GTs), conforme as temáticas apontadas acima. Na Bahia, foi sugerida a criação de uma sétima temática para tratar os assuntos relacionados ao turismo. Contudo, não foi possível reunir um número satisfatório de participantes, prevalecendo a estrutura inicial com apenas seis GTs.

Grupo de Trabalho “Meio Ambiente” – São Mateus-ES



Grupo de Trabalho “Trabalho” – Itaobim-MG



Após a finalização das atividades pelos GTs, a Equipe Técnica reuniu-se para digitar as planilhas de trabalho elaboradas. O resultado final das atividades de cada GT foi consolidado em planilhas que foram apresentadas à plenária.

Transcrição das atividades dos GTs pela Equipe Técnica – Itaobim-MG



Apresentação das planilhas de trabalho à plenária – Itamaraju-BA



## **Eleição dos Delegados e Suplentes para o Seminário de Teófilo Otoni-MG**

Foram eleitos dezesseis delegados, para os estados da Bahia e Espírito Santos, e trinta e dois delegados para o estado de Minas Gerais. Quanto aos suplentes, foram eleitos três para cada estado. O processo de votação ocorreu de acordo com os seguintes critérios:

- Eleição de delegados em cada GT: dois delegados na Bahia e no Espírito Santo, e quatro delegados em Minas Gerais, perfazendo um total de doze e vinte quatro delegados, respectivamente. Nos casos em que o GT apresentou mais de dois ou quatro nomes, conforme o Estado, coube à plenária eleger, dentre tais nomes, os respectivos delegados.
- Eleição de dois ou quatro delegados, conforme o Estado, representando as etnias (indígenas ou quilombolas). Caso fosse apresentado um número de candidatos superior à quantidade de vagas disponível por Estado, coube à plenária escolher dentre os nomes propostos;
- Eleição, por maioria simples, de dois ou quatro delegados, conforme o Estado, por livre indicação da plenária.
- Os suplentes foram os três candidatos que obtiveram o maior número de votos dentre aqueles que concorreram na eleição para delegados e não foram escolhidos pela plenária.

Delegados Eleitos em Itamaraju-BA



Delegados Eleitos em São Mateus-ES



Delegados Eleitos em Itaobim-MG



## Listas de Delegados e Suplentes

### Itamaraju-BA

DELEGADOS ELEITOS				
	Nome	Instituição/Munic.	GT	Votos
1	AILTON RODRIGUES DIAS	Pref. Munic. (Jucuruçu)	Infra- Estrut.	31
2	DELIA DE OLIVEIRA LADEIA	Comitê Bacia (Jucuruçu)	Terra	30
3	FERNANDA MARCELINO DE OLIVEIRA	Secret. Saúde (Itamaraju)	Saúde	
4	HERTZ TAVARES MURTA	Secret. Saúde (Itamaraju)	Saúde	
5	ILTON FERREIRA CALDEIRA	Pref. Munic. (Itamaraju)	Trabalho	25
6	JOÃO CLIMARIO LACERDA VARGENS	Sindicato Bancários, CUT	Infra- Estrut.	30
7	EUJÁCIO BATISTA LOPES FILHO (KARKAJU PATAXÓ)	Santa Cruz Cabralia	Indígena	
8	LUIZ AMADEU PETRONI JUNIOR	Abase (Santa Cruz Cabralia)	Trabalho	25
9	MARIA DE FÁTIMA GLÓRIA RAMALHO	Ong, Appa	M. Ambiente	22
10	MARIA GEOVANDA BATISTA	Uneb (Teixeira de Freitas)	Educação	22
11	MARILIA MOURA DE ALMEIDA	Pref. Munic. (Guaratinga)	M. Ambiente	24
12	PEDRO ALMEIDA DOS ANJOS	Agric. Familiar	Trabalho	31
13	ROMILDA OLIVEIRA DOS ANJOS	Cons. Educ., Cons. Direitos da Criança (Itamaraju)	Educação	30
14	RONALDO CRISPIM SENA BARROS	MNU	Quilomb.	***
15	RUBENS LENE R FARIAS	Assoc. Prod. Projeto Constelação (Alcobaça)	Terra	17
16	JOSÉ HÉLIO ALVES DO BONFIM	Bahia-Pesca (Eunapólis)		26

SUPLENTE				
	Nome	Instituição/Munic.	GT	Votos
1	MARLI OLIVEIRA DE JESUS	Pref. Munic. (Itamaraju)	Educação	21
2	MAGELA RIBEIRO	Pref. Munic. (Eunapólis)	Trabalho	19
3	MARIO JORGE ASSIS	Pref. Munic. (Santa Cruz Cabralia)	Infra- Estrut.	16

**São Mateus-ES**

<b>DELEGADOS</b>				
<b>Nome</b>	<b>Instituição/Munic.</b>	<b>GT</b>	<b>Votos</b>	
1	JARDEL SANTOS SILVA	ONG (Boa Esperança)	M. Ambiente	22
2	SERGIO QUINTAES FREITAS LIMA	DISA (Conceição da Barra)	M. Ambiente	18
3	MARIZA CARVALHO NASCIMENTO ZIVIANI	Pref. Munic. (Pinheiros)	Educação	28
4	GERSON SILVA SANTOS	Secret. Educação (Pedro Canário)	Educação	18
5	ANA ANGÉLICA C. V. MOTA	Assoc. de Quilombolas de Conceição da Barra	Quilombo la	25
6	KÁTIA SANTOS PENHA		Quilombo la	
7	WALDIR JOSÉ DE OLIVEIRA	Secret. Munic. Agric. (Ponto Belo)	Terra	23
8	MARCO ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS ANDRÉ	IDES-SAPE, ASA	Terra	24
9	FRANCISCA CARVALHO DO NASCIMENTO		Saúde	23
10	JOSÉ ALEJANDRO GARCIA PRADO	Incaper	Saúde	29
11	JACIANE CANI RIBEIRO	Igreja Católica (Pedro Canário)	Saúde	27
12	GILNEI DE OLIVEIRA	Fac. São Mateus (São Mateus)	Infra- Estrut.	20
13	BRAZ ANTÔNIO CAMATTA	Pref. Munic. (Conceição da Barra)	Infra- Estrut.	18
14	RONALDO ANTUNES CRUZ	Secret. Agric. (Ponto Belo)	Infra- Estrut.	21
15	SIMONE TOSCANO SANTOS	Secret. Turismo, Assoc. Artesãos (São Mateus)	Trabalho	23
16	DÓGLAS DOS SANTOS FANTICHIELI	Assoc. Pescadores (São Mateus)	Trabalho	20

<b>SUPLENTE</b>				
<b>Nome</b>	<b>Instituição/Munic.</b>	<b>GT</b>	<b>Votos</b>	
1	FERNANDO ALVES DA SILVA	Pref. Munic. (Pedro Canário)	M. Ambiente	14
2	JOSÉ LUIZ VIANA NERY	Fac. São Mateus (São Mateus)	Educação	15
3	ALBINO MACHADO	Conceição da Barra	Trabalho	17

**Itaobim-MG**

	<b>Delegados Eleitos nos Grupos de Trabalho</b>	<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>GT</b>
1	LAURO FERREIRA TOLENTINO JÚNIOR	Pref. Munic.	Teófilo Otoni	M. Ambiente
2	JERÓNIMO MOREIRA DA SILVA NETO	Secret. M. Agric..	Machacalis	M. Ambiente
3	VAILTON DIAS DE OLIVEIRA	Pref. Munic.	Turmalina	M. Ambiente
4	SÍLVIO MARTINS DE OLIVEIRA	Pref. Munic.	Jacinto	M. Ambiente
5	DALVA FERREIRA BATISTA LIMA	Dep. Educação	Itaobim	Educação
6	MARIA HELENA COSTA SALIM	Pref. Munic.	Teófilo Otoni	Educação
7	ERENILTON GONÇALVES DE ALMEIDA	Secret. M. Educação	Machacalis	Educação
8	GERALDO ALVES DE OLIVEIRA	Escola Família Agrícola Bontempo	Itaobim	Educação
9	ROGÉRIO ROCHA RAFAEL	Pref. Munic., Ameje	Comercinho	Infra-Estrut.
10	JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SANTANA	Pref. Munic.	Araçuaí	Infra-Estrut.
11	ITAMAR SOUTO DE OLIVEIRA	Pref. Munic.	Rubim	Infra-Estrut.
12	JOSÉ ALEXANDRE SORIANO N. JULIVALDO	Secret. M. Obras	Teófilo Otoni	Infra-Estrut.
13	MIRIAM CLÉIA REIS MENDES	Pref. Munic.	Divisópolis	Terra
14	VALDO BEILKE	Secret. M. Agrop.	Teófilo Otoni	Terra
15	DIEGO NASCIMENTO PEREIRA	Escola Família Agrícola Bontempo	Itaobim	Terra
16	GERALDA CHAVES SOARES	CEDEFES	Araçuaí	Terra
17	MARCIONÍLIO BATISTA DA COSTA	Secret. M. Saúde	Machacalis	Saúde
18	MARIA DE JESUS LOREDO ROCHA (ZUZU)	CISMEDE	Araçuaí	Saúde
19	MAFLÁVIA APARECIDA LUIZ FERREIRA	Secret. M. Saúde	Itaobim	Saúde
20	ANTÔNIO GONÇALVES NUNES	Secret. M. Saúde	Ponto dos Volantes	Saúde
21	SANDRO RODRIGUES DA SILVA	Pref. Munic.	Carai	Trabalho
22	REINALDO DO CARMO NEVES	Pref. Munic.	Teófilo Otoni	Trabalho
23	JOSÉ GERALDO LISBOA DE MATOS	Pref. Munic.	Pedra Azul	Trabalho
24	HEINRICH NIKOLAUS BUSSELMANN	Cooperativa Cachaça Boa	Araçuaí	Trabalho
25	MARDEM CIBELE ÍNDIA SICUPIRA	Cons. Indígena Aranã	Araçuaí	Indígena
26	SINOEME DA CONCEIÇÃO BRÁS PATAXÓ		Araçuaí	Indígena
27	CLEONICE PANKARARÚ	Cons. Povos Indígenas de MG	Araçuaí	Indígena
28	HONORATO MORAIS DE FARIA	QUIGEMM	Araçuaí	Quilombola

	<b>Delegados Eleitos pela Plenária</b>	<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>GT</b>	<b>Votos (*)</b>
29	LIDIANE SOUZA GUIMARÃES	Pref. Munic.	Jacinto		45
30	FREDSON FERREIRA CHAVES	Pref. Munic.	Araçuaí		50
31	ACÁCIO CAMPOS	Pref. Munic.	Itaobim		45
32	RECIERI RENON	pref.. Munic.	Santa Maria do Salto		40 (41)

	<b>Suplentes</b>	<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>GT</b>	<b>Votos (*)</b>
1	ADMILTON TORRES DOS SANTOS	Pref. Munic.	Jordânia		40 (26)
2	HARLEY LOPES OLIVEIRA	Pref. Munic.	Virgem da Lapa		40 (32)
3	LUCENI RODRIGUES PEREIRA	Câmara Vereadores	Divisópolis		33

(\*) Os números entre parênteses referem-se à quantidade de votos obtidos em segunda votação realizada para efeito de desempate entre os candidatos.

## **6.1.2. Relatório Geral do Seminário**

**Local: Auditório do SESC – Teófilo Otoni-MG**

**Data: 09 e 10 de Setembro de 2005**

Dando continuidade ao processo participativo de construção do PLANOMESO, foi realizado nos dias 9 e 10 de setembro, na cidade de Teófilo Otoni-MG, o seminário para a elaboração das planilhas com os programas, ações e prioridades para o mesovales Jequitinhonha e Mucuri. Estiveram presentes aproximadamente 110 (cento e dez) pessoas, das quais 64 delegados eleitos nas oficinas realizadas em Itamarajú-BA, São Mateus-ES e Itaobim-MG. Os demais presentes eram representantes dos governos municipais, estaduais, federais e da sociedade civil (ONGs, Associações, Entidades de Classe, Setor Privado) entre outros.

O início das atividades do Seminário ocorreu na manhã do dia 09 de setembro, com a formação da Mesa de Abertura, conforme segue abaixo:

- Maria José Haueisen Freire – Prefeita de Teófilo Otoni
- Henrique Villa da Costa Ferreira – Departamento de Planejamento de Desenvolvimento Regional (MI)
- Angélica Torquette Rovedo – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
- Alexandre Vitor F. de Freitas – Departamento de Planejamento de Desenvolvimento Regional (MI)
- Romário Farney Pinheiro de Oliveira – Secretaria de Programas Regionais (Ministério da Integração Nacional)
- Profa. Dra. Simone Narciso Lessa – Coordenadora da Equipe Técnica de elaboração do Plano de Desenvolvimento da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
- Prof. Dr. João Valdir Alves de Souza – Equipe Técnica. Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
- José Fernandes Magnago de Jesus – Instituto Vale do Cricaré
- Maria do Carmo Ferreira da Silva – Presidente da Agência Mesovales
- Christine Valpassos Reuter Mota – Representante Agência Mesovales - Núcleo Espírito Santo
- Marinélia Dias Ramos Silva – Representante Agência Mesovales - Núcleo Bahia

- Juliana Vilar – Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
- Eduardo Jorge Ganem– Instituto Euvaldo Lodi



Mesa de Abertura

Ao pronunciamento de boas-vindas da Sra. Maria José Hauelsen Freire, Prefeita da cidade de Teófilo Otoni-MG, seguiram-se as falas do Srs. Romário Farney e Henrique Villa, representantes do Ministério da Integração Nacional, e da Sra. Angélica \*\*\*, representante do governo do Estado de Minas Gerais, nas quais foi destacada a importância do PLANOMESO para o desenvolvimento da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e, principalmente, a importância do processo participativo com a participação dos delegados eleitos nas oficinas dos 3 (três) estados da mesorregião: Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais .

Após os pronunciamentos, e decomposta a mesa, o Sr. Romário Farney, Gerente da Mesorregião, ligado à Secretaria de Políticas Regionais–MI (Ministério da Integração Nacional) apresentou a Agenda de Compromissos do Governo Federal para a Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, contendo iniciativas de ação integrada do Governo Federal através da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, que conta com 23 ministérios participantes. Este documento apresenta os programas e orçamentos de curto prazo para a implementação de Programas de Desenvolvimento Regional. Falou também o Sr Henrique Villa diretor da Diretoria de Políticas e Desenvolvimento Regional-MI.



Sr. Romário Farney e Sr. Henrique Villa – Representantes MI

Em seguida, a coordenadora do PLANOMESO, Profa. Dra. Simone Narciso Lessa, apresentou a metodologia dos trabalhos a serem desenvolvidos durante o seminário. Houve uma participação representativa. O processo contou com uma grande presença de observadores que tiveram direito de voz nos GTs-grupos de trabalho das temáticas: meio ambiente, saúde, educação, trabalho, infra-estrutura, turismo e terra. Foi criado um novo GT de turismo a partir da integralização das planilhas das oficinas com propostas sobre esta temática que estavam dispersas nas planilhas das outras temáticas.



Seminário em Teófilo Otoni - Plenária

Na tarde do dia 09 e na manhã do dia 10, os Grupos de Trabalho (GTs) reuniram-se para discutir e sistematizar as planilhas das oficinas integralizadas pela Equipe Técnica. As

atividades de cada GT consistiram, basicamente, em apontar para cada uma das ações constantes nas planilhas a abrangência e nível de prioridade (curto, médio ou longo prazo). Em relação à abrangência, quando possível, os grupos apontaram as localizações onde as ações deveriam ser implantadas (municípios, aldeias, trechos de estradas etc.).



GT Meio Ambiente



GT Educação



GT Infra-Estrutura



GT Trabalho



GT Terra



GT Saúde



GT Turismo



Transcrição das atividades dos GTs pela Equipe Técnica

As planilhas temáticas de cada um dos GTs foram transcritas para os computadores e, no final da manhã do dia 10, iniciou-se a apresentação das planilhas para a plenária. Após a leitura de cada planilha, foi aberta aos delegados a possibilidade de apontarem destaques que deveriam ser aprovados pela maioria simples dos delegados presentes. As alterações aprovadas eram incluídas nas planilhas durante a apresentação. Ao final da leitura de cada planilha e votação de todos os destaques, a planilha foi submetida a aprovação dos delegados.



Transcrição das atividades dos GTs pela Equipe Técnica



Apresentação e Votação das Planilhas Temáticas

No dia 10 foram apresentadas e aprovadas as seguintes planilhas temáticas: Infra-estrutura, trabalho e turismo. Em função do adiantar do horário, foi deliberado pela plenária que a apreciação das demais planilhas ocorreria no dia 29 de Setembro de 2005, na cidade de Araçuaí-MG. Nos dois dias foram servidos Cafês e refeições.



Intervalos entre as atividades

## **2ª Etapa do Seminário para aprovação das Planilhas Temáticas do Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**

**Local: Colégio Nazareth – Araçuaí-MG**

**Data: 29 de setembro de 2005.**

A continuação dos trabalhos de construção do Planomeso, com a participação da sociedade civil, representante municipais, estaduais, federais e ONGs, aconteceu nos dias 29 e 30 de setembro de 2005, no Colégio Nazareth, em Araçuaí-MG.

No dia 29 de Setembro, pela manhã foram feitas as inscrições dos delegados e autoridades presentes, logo após, houve um intervalo para o *coffe-break*.



Delegados durante as inscrições e em intervalo para o *coffe-break*

Em seguida foi dada a continuação da leitura, ajuste e aprovação das planilhas pelos delegados. A coordenadora do Planomeso, Profa. Dra. Simone Narciso Lessa, conduzindo o trabalho de aprovação das Planilhas Temáticas, primeiramente, apresentou a planilha da temática Meio-Ambiente que, após terem feitas as devidas alterações pelos delegados participantes, foi aprovada.

Às 13h, fez-se uma pausa para o almoço, com o retorno da discussão às 14h. A Planilha da Temática Terra foi apresentada e, a partir dos destaques dos delegados, foi ajustada e aprovada pela assembléia. Dando seqüência aos trabalhos, houve a discussão da Planilha referente à Temática Saúde. Após várias discussões e feitas às devidas modificações, essa foi aprovada pelos delegados. Fez-se então um intervalo para *coffe break*.

Na retomada das atividades foi feita a discussão da Planilha referente à Temática Educação. Após a discussão, e feitas as devidas modificações aprovadas pelos delegados, a planilha foi posta em votação e aprovada.

Concluídas as atividades propostas para o dia 29, a Profa. Dra. Simone Narciso Lessa, encerrou o processo de aprovação das Planilhas junto aos Delegados, com todas as planilhas referendadas pela assembléia. Aproveitou-se o momento para esclarecer sobre a Audiência Pública do Planomeso que ocorreria no dia seguinte.



A coordenadora do Planomeso, Prof. Dr. Simone Narciso Lessa conduzindo o trabalho de aprovação das Planilhas Temáticas



Votação da Planilha Temática “Meio Ambiente”



Delegados apontam destaques durante apresentação da Planilha Temática “Terra”



Aprovação da Planilha Temática “Educação”



Delegados apontam destaques na Planilha Temática “Educação”

### **6.1.3. Relatório da Audiência Pública para apresentação do Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**

**Local: Colégio Nazareth - Araçuaí-MG**

**Data: 30 de setembro de 2005**

No dia 30 de setembro, a Agência Mesoavales ficou responsável pela condução da apresentação do documento que deveria legitimar o Fórum Mesorregional e a Agência Mesoavales.



Faixa-Convite para a Audiência Pública em Araçuaí-MG

As atividades tiveram início com a formação da mesa de abertura, que apresentou a seguinte composição:

- Profa. Dra. Simone Narciso Lessa – Coordenadora da Equipe Técnica de Elaboração do Planomeso. Representante da UNIMONTES
- Profa. Dra. Liana Sodré – Equipe Técnica. Universidade Estadual da Bahia (UNEB)
- Prof. José Fernandes – Equipe Técnica. Instituto Vale do Cricaré-ES
- Maria do Carmo Ferreira da Silva – Presidente da Agência Mesoavales
- Christine Valpassos Reuter Mota – Representante Agência Mesoavales - Núcleo Espírito Santo
- Marinélia Dias Ramos Silva – Representante Agência Mesoavales - Núcleo Bahia
- Heinrich Nikolaus Busselmann – Representante Agência Mesoavales - Núcleo Minas Gerais
- Maria Aparecida – ONG Terra Viva
- Rogério Rocha Rafael – Presidente da AMEJE
- Hilda Porter – Representando a reitoria da UNEB
- Arthur Candido Filho – Presidente da Câmara de Vereadores de Araçuaí-MG
- Damião Fonseca Dias – Vereador da cidade de Itamarajú-BA
- José Antônio Martins Santana – Prefeito Municipal de Araçuaí-MG

- Ananias Pereira de Souza – Coordenação dos Agentes de Desenvolvimento – Vale do Jequitihonha e Mucuri.

A abertura da sessão foi feita pela presidente da Agência Mesovales, Sra. Maria do Carmo Ferreira da Silva, que falou da importância do acontecimento deste Fórum para a consolidação das vias legais da Agência como precursora para o desenvolvimento da Mesorregião. Logo após, houve o pronunciamento do Prefeito de Araçuaí, Sr. José Antônio Martins Santana, que deu as boas vindas a todos os participantes, expondo a importância daquele acontecimento para a cidade de Araçuaí e para toda a Mesorregião. Em seguida a representante das ONGs, Sra. Maria Aparecida, enfatizou a importância de o Planomeso estar unido com os setores da sociedade civil e ser construído de forma participativa.



Formação da Mesa de Abertura



Pronunciamento da Sra. Maria do Carmo Ferreira da Silva, presidente da Agência Mesovales

A apresentação sucinta sobre a elaboração do plano e sua importância ficou a cargo da Coordenadora do Planomeso, Profa. Dra. Simone Narciso Lessa, e da professora Liana Sodré, integrante da Equipe Técnica representado a UNEB, que enfatizaram a importância de o Planomeso estar sendo construído mediante a participa o de universidades, estados, municípios, governo federal, sociedade civil e ONGs. Em seguida, a representante da Reitoria da UNEB, Sra. Hilda Porter, falou sobre a importância das universidades no processo de constru o do Planomeso.



Pronunciamento da Coordenadora do Planomeso, Profa. Dra. Simone Narciso Lessa

Dando seqüência aos trabalhos, houve a exposição do documento “Estatuto do Fórum”, pela Sra. Rosângela de Jesus Pereira, advogada da Agência Mesoavales. Em seguida, a presidente da Agência Mesoavales, Maria do Carmo Ferreira da Silva, apresentou um breve histórico da Agência e, por conseguinte, o modelo de gestão implantado na mesma. Ao fim das apresentações, fez-se um intervalo para o almoço, e os presentes foram informados sobre a Audiência Pública que teria início às 14h do mesmo dia.



A Presidente da Agência Mesoavales Maria do Carmo Ferreira da Silva durante apresentação sobre o modelo de Gestão da Agência Mesoavales



Durante a apresentação, os delegados tomaram conhecimento de todo o funcionamento da Agência Mesoavales

A Audiência Pública, prestigiada por membros de órgãos federais, estaduais e municipais, setores público e privado, representantes de classe, Universidades, ONGs, sociedade civil e Equipe Técnica do Plano, iniciou-se às 14h com a apresentação do Planomeso pela Equipe Técnica. A Coordenadora do Planomeso, Profa. Dra. Simone Narciso Lessa apresentou para a assembléia o documento elaborado até aquele momento, ressaltando que aquele já consistia em uma prévia do que seria o documento final, mas que ainda era

passível de alterações. Antecedeu a leitura do Plano a informação sobre todos os envolvidos no processo de elaboração do Plano, suas representações e funções específicas, bem como a explicação de toda a metodologia aplicada no processo de construção e um balanço dos resultados alcançados até o momento. Todo o documento foi mostrado aos presentes e sua leitura contemplou os pontos mais expressivos que sintetizavam cada parte. Após a apresentação, foi aberta a sessão para a aprovação pela Assembléia. Feitos os devidos destaques pela Assembléia, o Plano foi aprovado e o evento se deu por encerrado. Após o encerramento, houve a despedida dos participantes em um *coffe-break*.



A Coordenadora do Planomeso apresentando o Produto 4 como prévia do documento final.



Representações presentes na Audiência Pública que participaram da aprovação o Planomeso



Após alguns destaques, o Planomeso foi aprovado.



Ao fim das atividades foi oferecido um lanche de confraternização entre os participantes

## 6.2. Planilhas das Oficinas: Planilhas Temáticas Integralizadas do Diagnóstico Participativo

### 6.2.1. Trabalho

APLs / Temas	Potencialidades	Estrangulamentos
APL Bovinocultura Pecuária de Corte / Leiteira	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Forte vocação cultural da mesorregião</li> <li>- Excelente fator genético para produção do F1</li> <li>- Diversificação dos derivados - produção familiar</li> <li>- Presença na região de várias cooperativas (Coopernorte e Cristalcoop, no Espírito Santo, por exemplo) e outros compradores</li> <li>- Aproveitamento de subprodutos de outras cadeias produtivas, como o bagaço da cana-de-açúcar, por exemplo</li> <li>- Suprimento do mercado local</li> <li>- Proximidade com o mercado consumidor do nordeste brasileiro</li> <li>- O Extremo Sul da Bahia possui um dos maiores rebanhos deste estado (os três maiores municípios produtores da BA estão nessa região)</li> <li>- Alta tecnologia de novilho precoce</li> <li>- Qualidade do couro (o melhor couro da BA)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alto custo da matriz</li> <li>- Falta de permanência ou exploração predatória das pastagens</li> <li>- Mercado informal do leite</li> <li>- Baixo controle sanitário</li> <li>- Relevo impróprio</li> <li>- Precária infra-estrutura para transportes</li> <li>- Falta de formação técnico-profissional</li> <li>- Faltam linhas de crédito para incrementar a produção</li> <li>- Desorganização e desarticulação da cadeia produtiva</li> <li>- Ausência de frigoríficos e/ou curtumes</li> <li>- Pecuária extensiva</li> </ul>
Fruticultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Condições climáticas propícias</li> <li>- Grande fertilidade e potencial da região</li> <li>- Abundância de recursos hídricos</li> <li>- Mercado consumidor em expansão (local, nacional e global)</li> <li>- Proximidade com fábrica de sucos (sucos Mais, no ES)</li> <li>- Demanda quantitativa de mão-de-obra</li> <li>- Rede de assistência técnica</li> <li>- Disponibilidade de crédito</li> <li>- Entidades dando apoio à produção orgânica</li> <li>- Projetos e/ou estudos para implantação da APL já em andamento</li> <li>- Existência de Plano Diretor de Recursos Hídricos (Plavale)</li> <li>- Presença de agricultura familiar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa titularidade das terras</li> <li>- Recursos hídricos insuficientes em algumas regiões</li> <li>- Manejo articulado de recursos hídricos</li> <li>- Infra-estrutura deficiente: dificulta e encarece a produção e comercialização dos produtos (estradas precárias, baixa oferta de energia elétrica etc.).</li> <li>- Alto custo operacional: equipamentos de energia/irrigação</li> <li>- Baixa escolaridade e formação técnico-profissional</li> <li>- Falta de unidade de pesquisa na região</li> <li>- Dificuldades de acesso ao crédito: recursos insuficientes e excesso de burocracia</li> <li>- Uso indiscriminado de agrotóxicos</li> <li>- Desorganização e desarticulação da cadeia produtiva</li> </ul>
Café	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vocação cultural</li> <li>- Condições edafoclimáticas favoráveis</li> <li>- Forte mercado consumidor</li> <li>- Possibilidade de plantio consorciado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de competitividade, tanto na cultura, quanto no beneficiamento do café: baixos índices de produtividade, baixa qualidade</li> <li>- Faltam políticas de incentivo e conscientização para comercialização, armazenagem e melhoramento do produto</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cultura com grande potencial para absorção de mão-de-obra: geração de emprego e renda</li> <li>- Eventos para divulgação do café conhecidos nacionalmente (festa do café na região de Itabela-BA, por exemplo)</li> <li>- Tecnologia Avançada</li> <li>- Agricultura familiar</li> </ul>	<p>(valor agregado)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Infra-estrutura deficiente e precária</li> <li>- Insuficiência de profissionais para assistência técnica, extensão rural e pesquisa</li> <li>- Dificuldades de acesso ao crédito: excesso de burocracia</li> </ul>
Artesanato	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilidade de matéria-prima</li> <li>- Diversificação do artesanato: presença marcante das etnias no processo de produção; características próprias do artesanato dos Vales</li> <li>- Produtos de qualidade reconhecida, inclusive para exportação</li> <li>- Presença marcante das etnias no processo de produção</li> <li>- Grande potencial para absorção de mão-de-obra e geração de renda no curto prazo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa qualidade da matéria-prima</li> <li>- Falta adaptação do artesanato junto à comunidade local</li> <li>- Pouco reconhecimento do artesanato tradicional</li> <li>- Artesanato contemporâneo sem identidade</li> <li>- Incipiente mercado consumidor local</li> <li>- Setor de baixo poder aquisitivo</li> <li>- Dificuldades na comercialização da produção: falta logística de transporte e distribuição</li> <li>- Pouca capacitação dos produtores para a gestão dos empreendimentos e da cadeia produtiva</li> <li>- Desorganização e desarticulação do segmento</li> <li>- Inexistência de um projeto estruturado contemplando esta APL (Bahia - projeto em andamento)</li> </ul>
Gemas e Jóias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de matéria-prima em abundância: reservas naturais de rochas e gemas</li> <li>- Tradição histórica na extração de gemas</li> <li>- Alto valor no mercado nacional e global</li> <li>- Grande ocupação de mão-de-obra</li> <li>- APL em implantação em Itanhém-BA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alto grau de informalidade</li> <li>- Exploração predatória do meio ambiente</li> <li>- Falta de fiscalização efetiva: trabalho, social, ambiental</li> <li>- Baixa agregação de valor: não beneficiamento da produção na própria Mesorregião</li> </ul>
APL Derivados de cana-de-açúcar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de alambiques, inclusive nos assentamentos</li> <li>- Projeto em elaboração pela EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário)</li> <li>- Existência de uma APL em Itanhém-BA</li> <li>- Mercado amplo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta organização da cadeia produtiva para uma maior agregação de valor aos produtos</li> </ul>
	<p>Produção de Cachaça (MG)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vocação nacional</li> <li>- Tradição na produção de cachaça</li> <li>- Mercado consumidor local, nacional, global</li> <li>- Qualidade do produto reconhecida nacional e internacionalmente</li> <li>- Condições climáticas favoráveis</li> <li>- Alternância e periodicidade do ciclo produtivo</li> <li>- Valor agregado – insumos</li> <li>- Capacidade de geração de emprego e renda</li> <li>- Aumento significativo do consumo nas diversas camadas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alta informalidade na produção e comercialização</li> <li>- Baixa capacitação profissional da produção familiar, com reflexos sobre a qualidade do produto</li> <li>- Alta concorrência / predatória: local e regional</li> <li>- Baixa linha de crédito dos bancos oficiais</li> <li>- Risco potencial em divulgação/marketing</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alto padrão legislativo – confiabilidade do produto</li> </ul>	
Biodiesel	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Potencial de matéria-prima</li> <li>- Programa nacional</li> <li>- Grande potencial para geração de emprego e renda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa oferta de matéria-prima</li> <li>- Baixo investimento para plantio da matéria-prima</li> <li>- Falta conclusão de pesquisa e definição do tipo de cultura mais viável</li> <li>- Baixo valor agregado</li> </ul>
APL Mandioca e derivados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vocação cultural</li> <li>- Grande conhecimento da cultura da mandioca</li> <li>- Condições edafoclimáticas favoráveis</li> <li>- Cultura da mandioca existente em todo o extremo sul da Bahia</li> <li>- Possibilidade de cultivo consorciado</li> <li>- Forte mercado consumidor</li> <li>- Existe um projeto avançado junto ao Sebrae (BA)</li> <li>- Transferência de tecnologia pela Embrapa (BA) junto aos assentamentos (variedade de novas mudas e processos)</li> <li>- Existência de linha de crédito</li> <li>- Agricultura familiar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Predisp�o o solo � erosão</li> <li>- Desorganiza�o e desarticula�o da cadeia produtiva</li> <li>- Pouco valor agregado � produ�o no âmbito da própria Mesorregião: não existe um aproveitamento total da cadeia produtiva</li> <li>- Baixa competitividade: falta de padroniza�o em apresenta�o e comercializa�o do produto: sacaria aberta, falta de mostruário; baixa produtividade; falta logstica de transporte; falta padroniza�o na fabrica�o dos derivados e higieniza�o</li> <li>- Falta de profissionais suficientes para assistência técnica, extensão rural e pesquisa</li> <li>- Dificuldades de acesso ao crédito: excesso de burocracia</li> </ul>
APL Seringueira (BA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilidade de plantio consorciado</li> <li>- Seringa como fonte renov�vel (ao contrário do petróleo)</li> <li>- Grande absor�o de m�o-de-obra</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lavoura complexa</li> <li>- Cultivo baseado em modelo de grandes propriedades</li> <li>- Longo prazo para a cultura dar retorno</li> </ul>
Cacaucultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colheita manual: grande potencial de gera�o de emprego e renda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldades de acesso ao crédito</li> <li>- Inexist�ncia de projeto contemplando a industrializa�o do cacau</li> </ul>
Apicultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversidade da flora</li> <li>- Baixo custo inicial</li> <li>- Baixo grau de polui�o: condi�es ambientais adequadas</li> <li>- Alto grau de conscientiza�o ambiental</li> <li>- Indepe de posse da terra</li> <li>- Exist�ncia de núcleos de cria�o e beneficiamento (Turmalina, Teófilo Otoni, Carlos Chagas, São Mateus e Boa Esperança)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixo grau de capacita�o profissional</li> <li>- Insufici�ncia das unidades de beneficiamento</li> <li>- Baixo nível de certifica�o</li> <li>- Alta informalidade na comercializa�o</li> <li>- Explora�o predatória</li> </ul>
Ovino/Caprinocultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Já existe um projeto para a região (BA)</li> <li>- Atividade difundida em grande parte da Mesorregião (sul da BA, norte do ES e nordeste de MG)</li> <li>- Mercado amplo e não atendido</li> <li>- Alto nível de desenvolvimento tecnológico</li> <li>- Gera�o de renda no curto prazo para o pequeno produtor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldades de acesso ao crédito</li> <li>- Falta de capacita�o do agente produtivo no que se refere � produ�o e ao beneficiamento</li> </ul>
Moveleira	<ul style="list-style-type: none"> <li>- M�o-de-obra semiqualficada</li> <li>- Matéria-prima abundante: Alto Jequitinhonha, Sul da Bahia, Norte do Espírito Santo</li> <li>- Dois núcleos de produ�o de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grande impacto ambiental</li> <li>- Legitima a deteriora�o do meio ambiente</li> <li>- Incentivo � monocultura</li> <li>- Preço mercado mundial alto demais</li> <li>- Exclusão da produ�o artesanal e</li> </ul>

	<p>móveis de alto padrão de qualidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tradição cultural: artesanais e marceneiros</li> <li>- Geração de emprego e renda</li> </ul>	<p>marceneiros</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Carência de fornecimento de acessórios para a indústria moveleira</li> <li>- Inexistência de unidades de ensino voltadas para as áreas de movelaria e marcenaria</li> </ul>
<p>APL Piscicultura</p> <p>Pesca (rios e mar)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Já existe uma estrutura física na região (Itamaraju-BA)</li> <li>- Grande disponibilidade de água na região</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de incentivos: crédito, introdução de novas tecnologias</li> <li>- Inexistência de grandes compradores na região</li> <li>- Falta de beneficiamento do pescado</li> <li>- Protozoários (atacando o caranguejo)</li> </ul>
<p>Infra-Estrutura</p>	<p>Central de Abastecimento</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de projetos elaborados na Bahia e no Espírito Santo</li> <li>- Grande incentivo à agricultura familiar, com maior geração de emprego e renda para a região</li> </ul>	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Situação precária da BR 101 e das estradas vicinais</li> <li>- Ausência de agroindústrias</li> </ul>
<p>Educação</p> <p>Capacitação técnico-profissional</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa e assistência técnica incipientes na agricultura/pecuária</li> <li>- Falta de formação técnico-profissional para os diversos segmentos (agricultura, pecuária, artesanato, turismo)</li> </ul>
<p>Crédito</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Microcrédito: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Pronaf</li> <li>b) PNMPO (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado): Crediamigo, Banco Popular do Brasil, Banco da Mulher e outros</li> </ul> </li> <li>- Linhas de crédito contemplando vários produtos da Mesorregião</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desorganização dos agentes produtivos quanto à documentação exigida</li> <li>- Dificuldades de acesso ao crédito: valores insuficientes e excesso de burocracia</li> <li>- Assistência técnica despreparada para viabilizar o acesso ao crédito</li> </ul>
<p>Gestão</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desarticulação da comercialização dos produtos locais</li> <li>- Pouco acesso à informação e ausência de informatização nos segmentos produtivos</li> </ul>

## 6.2.2. Turismo

Temas	Potencialidades	Estrangulamentos
Etnia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cultura Diversificada</li> <li>- Diversidade Social</li> <li>- Diversidade Étnica</li> <li>- Remanescentes de Quilombos</li> <li>- Reconhecimento da presença de populações Indígenas (Pataxó, Maxacali, Pankararu, Aranã e Mucuri)</li> <li>- Culturas e tradições preservadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de apoio para implantação de infra-estrutura e planejamento nas Aldeias Indígenas</li> <li>- Conflitos culturais entre índios e não índios</li> <li>- Falta de assistência às populações indígenas e afro-descendentes.</li> <li>- Falta de demarcação de terras</li> <li>- Inexistência de intercâmbio cultural entre grupos étnicos.</li> <li>- Populações Ribeirinhas e de Mangues no sul da Bahia, em situação precária de infra-estrutura.</li> <li>- Inexistência de estrutura governamental para lidar com a diversidade cultural.</li> <li>- Falta de adequação de projetos à realidade indígena.</li> <li>- Falta de mapeamento, reconhecimento, demarcação e titulação das terras quilombolas</li> <li>- Pressão de grandes grupos econômicos.</li> </ul>
Identidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversidade Colorau</li> <li>- Predomínio de população jovem, passível de ser incluída no mercado de guias mirins.</li> <li>- Grande número de assentamentos com proposta diferenciada de educação pedagógica da terra, podendo ser incluídos em roteiros.</li> <li>- Comunidades Rurais</li> <li>- Assentamentos Rurais</li> <li>- Associações, Cooperativas, Agrovilas.</li> <li>- Cultura do Cacau na Bahia</li> <li>- Reconhecimento dos impactos dos grupos sociais e econômicos</li> <li>- Valorização da identidade local com matriz da identidade nacional na Bahia.</li> <li>- Grande produção de artesanato na mesorregião.</li> <li>- Grande número de grupos culturais (dança, corais, teatro, música)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Culturas em construção em conflitos com culturas instaladas.</li> <li>- Falta de políticas para a juventude.</li> <li>- Falta de Políticas Públicas</li> <li>- Falta de Suporte Técnico</li> <li>- Falta de Visão para o desenvolvimento Integrado e Sustentável.</li> <li>- Falta de Cultura Associativa</li> <li>- Indisponibilidade de informações sobre a história da região.</li> <li>- Falta de apoio à produção e comercialização do artesanato..</li> <li>- Falta de conscientização e valorização do artesanato local.</li> <li>- Falta de integração entre grupos culturais.</li> <li>- Mito do Vale da Pobreza.</li> <li>-</li> </ul>
Gênero	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grande número de mulheres atuando no mercado de trabalho, podendo ser aproveitadas como mão-de-obra para o</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crescimento do Turismo e tráfico Sexual</li> <li>- Aumento das DST's</li> <li>- Aumento no número de gravidezes precoces.</li> </ul>

	<p>turismo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença ativa de mulheres nas associações.</li> <li>- Criatividade das mulheres do campo.</li> <li>- Movimentos Regionais de Mulheres.</li> <li>- Aumento do número de mulheres na política.</li> <li>- Existência de organizações de mulheres indígenas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da prostituição infantil</li> <li>- Aumento da violência contra a mulher</li> <li>- Exploração Sexual infantil no litoral baiano / indígena e às margens da BR 101.</li> <li>Violência contra a mulher.</li> <li>- Falta de incentivo ao potencial de criatividade das mulheres do campo.</li> <li>- Aumento do uso de drogas entre as mulheres.</li> </ul>
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avanços isolados na gestão pública.</li> <li>- Reconhecimento, pelo sistema, de suas fragilidades: busca de soluções.</li> <li>- Planejamento ascendente (sociedade civil, municípios, Estado, União).</li> <li>- Bancos para financiamentos</li> <li>- Consórcios intermunicipais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de Políticas Públicas para o Turismo.</li> <li>- Falta de capacitação dos gestores, conselheiros e profissionais de saúde para elaboração de projetos públicos.</li> <li>- Falta de Integração entre os municípios e os governos.</li> <li>- Falta de Infra-Estrutura</li> <li>- Manipulação de Cargos Políticos (Instabilidade)</li> <li>- Falta de Planos Diretores</li> <li>- Falta de integração e estrutura nos conselhos.</li> <li>- Interferência de grupos econômicos nas organizações das comunidades.</li> <li>- Ausência de políticas específicas para a zona rural onde se pode incentivar o turismo rural</li> <li>- Burocracia para liberação de crédito/financiamento</li> <li>- Pouca participação dos municípios nos consórcios.</li> <li>- Falta de Integração das prefeituras</li> </ul>
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversidade Fauno-florística</li> <li>- Existência de Legislação Específica.</li> <li>- Condições Climáticas</li> <li>- Já existe legislação específica para gestão das águas; programa de gestão de resíduos sólidos urbanos; uso e ocupação dos solos; unidades de conservação; plano de utilização e recuperação de recursos naturais</li> <li>- Existência do Planos, que gerenciam e disciplinam o uso de faixas litorâneas.</li> <li>- Aumento da preocupação com as questões ambientais</li> <li>- Existências de Áreas de Preservação Ambiental – APAs: Florestas do Rio Preto; Parque Estadual de Itaúnas; Córrego Veado; Reserva do Córrego do Rio Grande; Reserva do Parque do Jacarandá.</li> <li>- Existência de Corredores Ecológicos</li> <li>- Projeto Tamar</li> <li>- Rota do Verde e das Águas</li> <li>- Riqueza dos Mananciais superficiais</li> <li>- Criação de departamentos de meio ambiente nas novas gestões.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tráfico de animais e plantas</li> <li>- Devastação Ambiental</li> <li>- Queimadas indiscriminadas</li> <li>- Mau uso do solo</li> <li>- Falta de Fiscalização</li> <li>- Desmatamento indiscriminado</li> <li>- Poluição gerada pela indústria de celulose, terminais de barcas, esgotamentos sanitários sem tratamento.</li> <li>- Alguns lugares não existe uma rede de saneamento ambiental como o caso de Conceição da Barra e Guriri, Itaobim.</li> <li>- Contaminação de Mananciais superficiais e subterrâneos.</li> <li>- Ausência de Laboratório de estudo da qualidade da água.</li> <li>- Desequilíbrio ambiental pela inserção de espécies exóticas.</li> <li>- Poucas cidades com ICMS ecológico.</li> <li>- Inexistência de uma política regional para a utilização dos recursos naturais.</li> <li>- Inexistência e ou insuficiência de recursos técnico-operacionais para a gestão do lixo: coleta seletiva, reciclagem e destino do lixo.</li> </ul>
Infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eixos Rodoviários BR 101, 116, 342 e 367: alta potencialidade para incrementar o turismo.</li> <li>- BA 001 Linha Verde: incremento do turismo.</li> <li>- BA Itabela-Caraíva: relevância paisagística.</li> <li>- Eixo ferroviário Minas-Bahia:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Frágil interligação local entre as BRs 101 e 116.</li> <li>- Alto impacto da construção das estradas no meio ambiente e nos povos indígenas.</li> <li>- Mau estado de conservação das estradas</li> <li>- Degradação de linhas férreas.</li> <li>- Aerovias com capacidade de suporte limitadas.</li> <li>- Falta de referencia de media e alta complexidade para atendimento à saúde.</li> </ul>

	<p>integração da Mesovales e fortalecimento do turismo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aerovias em Porto Seguro: fortalecimento do turismo</li> <li>- Navegação: instalação e melhoramento de atracadouros com vistas ao incremento do turismo.</li> <li>- Fortalecimento do turismo na mesorregião: cidades históricas na Serra do Espinhaço</li> <li>- Ligação que viabiliza o fluxo turístico para o Jequitinhonha e Norte de Minas</li> <li>- Demanda para Instalação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.</li> <li>- Mercado aeroviário de transporte de passageiros</li> <li>- Possibilidade de integração de modos logísticos.</li> <li>- Instalação de novos equipamentos turísticos (Parques, Reservas, Museus, Teatros, etc)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escassez de ensino superior.</li> </ul>
Renda	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grandes potenciais Turísticos</li> <li>- Possibilidades de Corredores de Exportação</li> <li>- Ricos Mananciais hídricos</li> <li>- Região de rico artesanato</li> <li>- Grande potencial e abrangências agrícolas, pecuárias e pesqueiras passíveis de serem apropriadas pelo turismo ecológico e rural.</li> <li>- Diversificação cultural</li> <li>- Demanda de Turismo para a mesorregião.</li> <li>- Presença de Patrimônios Paisagísticos e culturais riquíssimos.</li> <li>- Sítios arqueológicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Má distribuição de renda e serviços</li> <li>- Carência de profissionais qualificados</li> <li>- Deterioração de mananciais hídricos</li> <li>- Falta de incentivo à pequena produção de artesanato</li> <li>- Dificuldade de gestão cooperativa econômica</li> <li>- Altos índices de analfabetismo.</li> <li>- Burocracia e dificuldade de negociação dos financiamentos</li> <li>- Alta concentração de renda</li> <li>- Poucas roteiros turísticos elaborados</li> <li>- Pouca divulgação das potencialidades turísticas</li> </ul>

### 6.2.3. Terra

Temas	Potencialidades	Estrangulamentos
Etnia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversidade étnica.</li> <li>- Presença de remanescentes de quilombos.</li> <li>- Presença de migrantes (mineiros, capixabas e baianos).</li> <li>- Existência de cinco povos indígenas (Maxacali, Pankararu, Pataxó, Aranã e Mocuri).</li> <li>- Existência de centenas de comunidades negras (rurais e urbanas) e quilombolas.</li> <li>- Movimento negro organizá-lo.</li> <li>- Dec. 4887/2003 – auto-reconhecimento (indígena / quilombolas).</li> <li>- Culturas e tradições preservadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de reconhecimento, mapeamento, demarcação e titularização de terras indígenas e quilombolas.</li> <li>- Discriminação étnica e racial.</li> <li>- Planejamento da infra-estrutura. (falta de apoio e planejamento).</li> <li>- Exploração desordenada das riquezas (madeireiros, latifundiários).</li> <li>- Monopólio de terras para monocultura do eucalipto.</li> <li>- Falta de intercâmbio cultural entre os grupos étnicos.</li> <li>- Projetos inadequados à realidade dos povos indígenas.</li> <li>- Falta identificação, ampliação, demarcação e regularização dos territórios indígenas: Aranã, Maxacali, Pataxó, pankararu e Mocuri.</li> <li>- Falta reconhecimento final dos indígenas Mocuri.</li> <li>- Alcoolismo.</li> <li>- Pouco investimento em educação (básica e superior) e saúde indígena.</li> <li>- Invisibilidade, subempregos e migração dos grupos étnicos.</li> <li>- Pressão dos grandes grupos econômicos (cana, celulose, agronegócio).</li> <li>- Falta de saneamento básico, planejamento e de técnicos nas áreas quilombolas.</li> </ul>
Identidade / Cultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunidade rural.</li> <li>- Assentamentos rurais.</li> <li>- Culturas tradicionais.</li> <li>- Associações, cooperativas e agrovilas.</li> <li>- Cultura do cacau.</li> <li>- Patrimônio natural da humanidade.</li> <li>- Produção de artesanato na região.</li> <li>- Existência de grupos culturais na região (coral, dança, teatro, música).</li> <li>- Culinária regional.</li> <li>- Festas tradicionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de suporte técnico.</li> <li>- Falta de políticas públicas.</li> <li>- Resistência a novas formas de cultivo da terra.</li> <li>- Resistência a novas tecnologias.</li> <li>- Falta de visão para o desenvolvimento integrado e sustentável</li> <li>- Falta de cultura associativista.</li> <li>- Falta de investimento para a lavoura cacauzeira.</li> <li>- Falta de banco de sementes.</li> <li>- Falta de apoio à produção e comercialização do artesanato.</li> <li>- Falta de conscientização e valorização da cultura local (Vale).</li> <li>- Falta de integração dos grupos culturais.</li> <li>- Mito do vale da pobreza.</li> <li>- O mito dos salvadores do Vale (eucalipto, gado, hidrelétrica, granito).</li> <li>- Isolamento das comunidades rurais.</li> <li>- Migração temporária.</li> </ul>

<p>Gênero / Geração</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença ativa das mulheres nas associações.</li> <li>- Programas específicos para mulheres (financiamento).</li> <li>- Mulheres atuantes no mercado de trabalho, na política e como chefes de família.</li> <li>- Movimentos regionais de mulheres (associações).</li> <li>- Participação produtiva na agricultura, nas feiras, nos sindicatos.</li> <li>- Criatividade e empreendedorismo das mulheres / existência de organizações de mulheres indígenas.</li> <li>- Criatividade das mulheres do campo.</li> <li>- Grande número de jovens no campo.</li> <li>- Otimismo do camponês.</li> <li>- Entidades voltadas para a terceira idade.</li> <li>- Fundeb – Educação Infantil.</li> <li>- Creches.</li> <li>- Conselhos Tutelares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de programas que atendam pessoas com pendências jurídicas ou com restrições de crédito.</li> <li>- Ausência de programas sociais para mulheres e crianças (creches \ saúde).</li> <li>- Discriminação de salário.</li> <li>- Violência contra a mulher.</li> <li>- Exploração sexual de adolescentes (turismo sexual).</li> <li>- Êxodo rural.</li> <li>- Falta de educação para a mulher.</li> <li>- Discriminação contra a mulher.</li> <li>- Exploração do trabalho infantil, da prostituição infantil e do turismo sexual.</li> <li>- Falta de apoio às organizações das mulheres indígenas e quilombolas. . . Aumento do uso de drogas por adolescentes e mulheres.</li> <li>- Falta de incentivo ao potencial criativo das mulheres.</li> <li>- Aumento do êxodo rural de jovens.</li> <li>- Falta de educação para o campo.</li> <li>- Pensão de idosos sustentando famílias.</li> </ul>
<p>Gestão</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grandes áreas para a reforma agrária.</li> <li>- Geração de emprego na agricultura.</li> <li>- Geração de divisas a partir de produtos e seus derivados.</li> <li>- Presença de conselhos.</li> <li>- Órgãos Públicos: Ceplac, Ebda e outros.</li> <li>- Bancos para financiamentos.</li> <li>- Organização dos movimentos sociais.</li> <li>- Conselhos intermunicipais.</li> <li>- Consórcios intermunicipais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programas: Eletrificação Rural, Habitacional e Infraestrutura para o campo.</li> <li>- Estradas vicinais sem conservação.</li> <li>- Falta de integração entre as associações e cooperativas.</li> <li>- Má distribuição da terra (reforma agrária)</li> <li>- Falta de legalização fundiária.</li> <li>- Terras impróprias para o cultivo.</li> <li>- Ausência de Consórcios municipais.</li> <li>- Monocultura do eucalipto/mamão/pecuária.</li> <li>- Falta de estrutura e condições de funcionamento dos órgãos técnicos.</li> <li>- Delimitação das monoculturas.</li> <li>- Tráfico de influência política na distribuição de oportunidades.</li> <li>- Ineficiência da gestão pública.</li> <li>- Falta de plano diretor.</li> <li>- Burocracia para liberação de crédito/financiamento.</li> <li>- Pouca participação dos municípios nos consórcios.</li> <li>- Isolamento das prefeituras.</li> <li>- Falta de capacitação técnica para administrar a terra.</li> </ul>
<p>Renda</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura familiar.</li> <li>- Agro-negócio.</li> <li>- Turismo rural, ecológico e histórico cultural.</li> <li>- Recursos minerais.</li> <li>- Diversificação de culturas.</li> <li>- Extração Mineral.</li> <li>- Agricultura / Fruticultura / Mandioca.</li> <li>- Artesanato.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Burocracia e dificuldade de negociação dos financiamentos e créditos rurais.</li> <li>- Falta de beneficiamento da produção \ desarticulação da cadeia produtiva.</li> <li>- Alta concentração de renda.</li> <li>- Falta de levantamento geológico.</li> <li>- Falta de política de subsídios (preço equivalente \ produto).</li> <li>- Falta de zoneamento agro-ecológico rural.</li> <li>- Baixo índice pluviométrico (Minas).</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualidade do solo.</li> <li>- Emater /Ebda /Ceplac / Senar.</li> <li>- Trabalhos alternativos.</li> <li>- Pesca / Aqüicultura.</li> <li>- Pecuária (leite e corte).</li> <li>- Existência de jazidas de granito, caulim e outros produtos minerais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pouca água para agricultura.</li> <li>- Água do subsolo salobra.</li> <li>- Falta de informações sobre a qualidade do solo.</li> <li>- Falta de apoio técnico.</li> <li>- Falta de valorização dos produtos locais.</li> <li>- Assoreamento dos rios.</li> <li>- Degradação de matas ciliares.</li> <li>- Infra-estrutura: falta de estradas vicinais, insuficiência de eletrificação rural.</li> <li>- Falta de organização dos produtores.</li> <li>- Exploração de matéria-prima (granito) sem agregar valor para a economia local.</li> <li>- Impacto ambiental da exploração mineral (granito).</li> <li>- Falta de agroindústria na região.</li> <li>- Baixa geração de emprego na pecuária de corte.</li> <li>- Falta de valor agregado aos produtos da mandioca.</li> <li>- Exploração desordenada do granito e falta de industrialização do produto na própria região.</li> <li>- Precária industrialização dos produtos minerais existentes na região.</li> </ul>
Questão Agrária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Terras devolutas.</li> <li>- Presença de povos indígenas e quilombolas.</li> <li>- Mão-de-obra para o trabalho no campo.</li> <li>- Hidrelétricas: Irapé / Itapebi.</li> <li>- Grande número de assentamentos (MST/FETAES/B. Terra/Créd. Fundiário).</li> <li>- Opinião pública aberta à discussão.</li> <li>- Articulações dos movimentos sociais de luta pela terra.</li> <li>- Terras propícias à mecanização e baixa exigência de “insumos para produção”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Latifúndios improdutivos.</li> <li>- Monoculturas: eucalipto, mamão, cana e pecuária.</li> <li>- Falta de titulação das terras.</li> <li>- Excesso de burocracia para legalização das terras.</li> <li>- Falta de mão-de-obra especializada.</li> <li>- Impactos ambientais decorrentes do fechamento de comportas de hidrelétricas.</li> <li>- Falta de mecanização de pequeno e médio porte.</li> <li>- Falta de investimento para a agricultura familiar.</li> <li>- Falta de tecnologia alternativa.</li> <li>- Falta de atendimento para saúde e educação (formal / não formal) dos trabalhadores rurais.</li> <li>- Discrepâncias de procedimentos técnicos na avaliação dos índices de produtividade.</li> <li>- Falta de estrutura dos órgãos públicos e vontade política para fortalecimento de programas sociais.</li> </ul>
Infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- BR 101.</li> <li>- Luz para todos.</li> <li>- Água.</li> <li>- Barragens.</li> </ul>	<p>Rodovias não asfaltadas:</p> <p>a) Boa Esperança - São Mateus (ES) de aproximad. 50 Km.</p> <p>b) Ponto Belo - Ecoporanga (ES) de aproximad. 64 Km.</p> <p>c) Jaguaré - Nestor Gomes (ES) de aproximad. 28 Km.</p> <p>d) Montanha - Pedro Canário/Via Cristal (ES) de aproximad. 33 Km.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação dos rios e nascentes.</li> <li>- Falta de barragens (ampliação).</li> </ul>

## 6.2.4. Educação

Temas	Potencialidades	Estrangulamentos
Etnia	<p>Ampla diversidade étnica;</p> <p>Forte resistência Indígena e Negra – Trabalho da Terra;</p> <p>Grande interesse pelas culturas, em especial os quilombolas;</p>	<p>Intensos conflitos entre índios e não índios;</p> <p>Escassez de estudos específicos e precária e/ou inexistente demarcação das terras quilombolas e indígenas;</p> <p>Péssimas condições sócio-econômicas, principalmente das populações indígenas e afro-descendentes;</p> <p>Falta de programas específicos para capacitação de professores e educação escolar indígena;</p> <p>Inexistência de material didático específico das etnias da região para uso da rede escolar local;</p>
Cultura	<p>Ampla diversidade de manifestações culturais;</p> <p>Enorme quantidade de festas religiosas, de celebração, em cada localidade, do retorno dos ausentes, de algum produto típico da terra, alguns festivais de música, de teatro e dança etc;</p> <p>Rico patrimônio arquitetônico, sobretudo nas cidades do circuito da mineração (Diamantina, Minas Novas, Chapada do Norte) e da navegação pelo Jequitinhonha (Araçuaí, Jequitinhonha e Belmonte);</p> <p>Rico artesanato em tecelagem, bordado, cerâmica, couro, madeira etc;</p>	<p>Dificuldade de manter e incentivar as manifestações culturais: escassos recursos financeiros, politização partidária dos movimentos culturais, desorganização e desarticulação das entidades culturais locais;</p> <p>Precariedade das condições de comercialização do artesanato, sobretudo o do Alto e do Médio Jequitinhonha</p>
Gênero	<p>Existência de várias experiências de organização e luta das mulheres em sindicatos, partidos e movimentos sociais, visando a conquista de espaços na sociedade;</p> <p>Predomínio, da ordem de 80%, das mulheres na docência;</p>	<p>Altos índices de violência contra a mulher, seguida de impunidade;</p> <p>Exploração sexual infanto-juvenil, sobretudo no litoral (turismo sexual) e às margens das BRs 101 e 116;</p> <p>Discriminação ao homossexualismo;</p> <p>Saúde do educador comprometida pela pressão dos problemas no setor (doença ocupacional);</p> <p>Diferença salarial entre trabalho masculino e feminino;</p> <p>Altos índices de evasão escolar de adolescentes,</p>

		sobretudo do sexo masculino, em decorrência da pressão do trabalho;
Cidadania	<p>Ampla predisposição à busca da formação profissional;</p> <p>Existência de grande número de assentamentos com proposta diferenciada de pedagogia da terra/ambiental;</p> <p>Existência de instituições que trabalham especificamente com jovens e adolescentes;</p>	<p>Pequena oferta de cursos de nível de graduação e pós-graduação, principalmente na rede pública;</p> <p>Espaço físico escolar inadequado;</p> <p>Alta incidência de consumo de drogas;</p> <p>Aumento da violência – abuso sexual de crianças e adolescentes;</p> <p>Exploração do trabalho infantil;</p> <p>Alto índice de desemprego, sobretudo entre jovens;</p> <p>Precário engajamento político da juventude;</p> <p>Ensino descontextualizado na educação formal;</p>
Transporte Escolar		<p>Precariedade do transporte escolar – falta de segurança;</p> <p>Precariedade das estradas;</p> <p>Omissão do estado (governo) em assumir o transporte escolar na rede estadual;</p>
Educação no Campo	<p>Grande percentual de população no campo;</p> <p>Existência de escolas-família agrícola em alguns municípios;</p>	<p>Altos índices de analfabetismo no campo;</p> <p>Escassez de instituições de ensino com planejamento apropriado às condições de vida dos alunos da zona rural;</p> <p>Escassez de cursos superiores de formação de profissionais para atuação no campo;</p> <p>Existência de turmas multi-seriadas;</p> <p>Forte êxodo da população jovem do campo;</p> <p>Ausência de políticas específicas para o homem da zona rural, das áreas pesqueiras, ribeirinhas e portadores de necessidades educativas especiais, educação infantil e educação de jovens e adultos;</p>
Educação Básica (infantil, fundamental, médio e profissional)	Alto percentual de população infantil e adolescente no conjunto da população;	<p>Falta de recursos financeiros para atender a demanda da educação infantil, fundamental e média;</p> <p>Salas precárias e superlotadas;</p> <p>Horários inadequados;</p> <p>Evasão escolar;</p> <p>Falta de segurança;</p> <p>Péssimas condições de ensino (professor despreparado-desmotivado);</p>

		<p>Falta de ensino profissionalizante;</p> <p>Desestruturação familiar;</p> <p>Pobreza e fome no cotidiano da escola. Má distribuição de Renda;</p> <p>Turmas multi-seriadas;</p>
Ensino Superior	<p>Alta demanda por ensino superior;</p> <p>Criação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri;</p>	<p>Baixa oferta de cursos superiores;</p> <p>Baixa cobertura da Universidade Pública;</p> <p>Falta de implantação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri;</p> <p>Carência de instituições de ensino superior público e técnico nos municípios norte do ES;</p> <p>Carência de cursos superiores voltados para as potencialidades regionais;</p> <p>Exclusão da Bahia na implantação da UFVJM.</p>
Gestão	<p>Existência de leis que regem a universalização do direito à educação e a gestão democrática da escola.</p> <p>Existência de eleição direta para diretores das escolas da rede pública do estado de Minas Gerais;</p>	<p>Ingerência político-partidária na gestão da educação;</p> <p>Autoritarismo, centralização, clientelismo;</p> <p>Desvalorização dos profissionais de magistério;</p> <p>Precárias condições de trabalho;</p> <p>Dificuldades de organização da categoria em seus órgãos de representação;</p>
Valorização dos Profissionais da Educação	<p>Dedicação dos profissionais da educação;</p> <p>Busca de formação profissional;</p>	<p>Grande número de professores leigos;</p> <p>Falta de plano de cargos e salários;</p> <p>Falta de planos de saúde;</p> <p>Sucateamento do IPSEMG;</p> <p>Agravamento das doenças profissionais;</p> <p>Escassez de Recursos tecnológicos, materiais e humanos;</p>
Geral	<p>Presença de organizações comunitárias: artesanato, feiras livres, pesqueiras e mulheres;</p> <p>Participação da população nas discussões em programas e projetos de âmbito nacional, estadual e municipal</p>	<p>Interferência de grupos econômicos nas organizações das comunidades;</p> <p>Falta de continuidade de alguns programas;</p> <p>Existência de programas distantes da realidade local;</p>

## 6.2.5. Meio Ambiente

Temas	Potencialidades	Estrangulamentos
Água	Disponibilidade de água para abastecimento urbano e para desenvolvimento de projetos produtivos nas proximidades dos rios (fruticultura irrigada, piscicultura);	Má distribuição dos recursos hídricos e do regime pluviométrico na maior parte da Mesorregião;  Grande número de ribeirões e córregos secos;
Poluição das águas	Poluição industrial restrita a poucas áreas;  Esgotamento sanitário já previsto em legislação;	Contaminação dos rios, ribeirões e córregos por esgoto doméstico e agroquímico;  Ausência de laboratório de estudo da qualidade da água;  Erosão da costa e salinização da água da foz (até 14 km, no rio São Mateus) – Abertura de Barra Nova;  Impacto negativo da poluição gerada pela indústria da celulose, pelo terminal de barcaça da Veracel e pelo esgotamento sanitário sem tratamento;  Utilização de dragas no leito do rio para extração de minerais;
Energia hidrelétrica	Potencial para geração de energia hidrelétrica: Irapé, Murta e Itapebi; (estados ?)	Grande impacto ambiental e humano (em Irapé, são aproximadamente 6000 pessoas em processo de reassentamento)
Movimentos de defesa dos recursos hídricos	Existência de comitês gestores de várias bacias e sub-bacias: Araçuaí, Mucuri, Itaúnas; São Mateus (Comissão de Comitê);  Existência de movimentos pró-defesa dos rios: <ul style="list-style-type: none"> <li>. Movimento Pro-Rio Todos os Santos (T Otoni)</li> <li>. APRISA – Associação de Proteção do Ribeirão Santo Antônio (Turmalina)</li> <li>. Agenda XXI Pró-Bacia do Fanado (Turmalina, Minas Novas, Capelinha e Angelândia)</li> <li>. AMA – Amigos do Meio Ambiente (Itinga)</li> <li>Conselho Gestor da Bacia do Calhauzinho (Araçuaí, Novo Cruzeiro)</li> </ul>	Falta de uma política regional para utilização racional dos recursos naturais;  Comitês Gestores da Bacia do Araçuaí e do Mucuri enfraquecidos;  Indefinição de responsabilidades das agências reguladoras nacionais (ANA, CNRH);
Convivência com a seca	Existência da ASA – Articulação do Semi-Árido; Existência do Fórum de ONGs (CAV, CAMPO, Fundo Cristão, Cáritas, EFAs).	Intervenção inadequada (assoreamento, drenagem, desmatamento das nascentes e destruição das matas ciliares);  Lençol artesiano profundo, de baixa vazão, com água imprópria para consumo (Médio e Baixo Jequitinhonha);

		Má utilização da água;
Gestão de Recursos Hídricos	Existência de legislação específica para gestão das águas: ANA-IGAM;  Já existe o Plano Orla, que gerencia e disciplina o uso da faixa litorânea;	Falta de capacidade operacional dos órgãos públicos da área;  Ausência de fiscalização efetiva;  Incipiente valorização das questões ambientais no âmbito do município;  Intervenção indevida, não planejada: drenagem e esgotamento de várzeas; desmatamento indiscriminado; poluição por resíduos sólidos, esgoto e agrotóxico;
Resíduos sólidos	Predominância de resíduos doméstico;  Existência de aterros controlados em alguns municípios;  ICMS ecológico para municípios com aterro sanitário	Lixões como destino dos resíduos na quase totalidade dos municípios;  Coleta inadequada dos resíduos sólidos Inexistência de coleta seletiva  Transporte inadequado dos resíduos sólidos  Falta de bota fora para entulhos  Impacto do lixo sobre as bacias hidrográficas
Recicláveis	Existência de iniciativas de reutilização de materiais não-degradáveis;  Existência de experiências-piloto positivas de coleta seletiva em escolas;  Existência de catadores de material reciclável: ASCONAVI – Associação de Catadores de Material Reciclável Vida Nova – Teófilo Otoni;  Potencial de geração de emprego e renda;  Usina de Reciclagem em Carbonita;  Existência de estruturas físicas de usinas de reciclagem em alguns municípios da região (Comercinho e Francisco Badaró);	Aumento da circulação de materiais não-degradáveis;  Inexistência de programas de coleta seletiva de resíduos sólidos nas cidades e na maioria das escolas;  Inexistência e ou insuficiência de recursos técnico-operacionais para a gestão dos resíduos sólidos: coleta seletiva, reciclagem, destino do resíduos sólidos - RS;  Inatividade de algumas usinas de reciclagem (Comercinho, Francisco Badaró);
Solo Trabalho e renda	Existência de solos férteis e diversificados;  Possibilidade de implantação de agricultura familiar e orgânica;  Grande quantidade e variedade de recursos naturais de potencial extração: granito, mármore, petróleo, gás, areia, salgema;	Mau uso dos solos;  Precária estrutura de saneamento urbano e rural  Poluição visual, sonora, acúmulo de resíduos da extração, acidentes de trabalho;  Precária fiscalização;  Falta de estudo criterioso da capacidade de carga;

	Existência de legislação específica para uso e ocupação dos solos;	
Flora e Fauna	<p>Biodiversidade: região de domínio de Mata Atlântica, cerrados, campos, várzeas, chapadas, semi-árido;</p> <p>Existência de APAs (Área de Proteção Ambiental) e reservas florestais e parques: FLONA – Florestas Rio Preto; Parque Estadual de Itaúnas; Córrego Veado; Reserva do Córrego do Rio Grande; Reserva do Parque do Jacarandá, Reserva Ecológica de Acauã, Parque Estadual do Rio Preto; Parque Estadual do Itambé</p> <p>Possibilidade de investimento no Ecoturismo;</p> <p>Existência de Corredores Ecológicos: Barra Nova e Conceição da Barra;</p>	<p>Desmatamento indiscriminado;</p> <p>Uso indiscriminado de queimadas;</p> <p>Devastação ambiental decorrente da pressão sobre os recursos naturais;</p> <p>Monocultura (eucalipto, cana, mamão: 86% dos 81% da terra agricultável de Conceição da Barra)</p> <p>Intenso tráfico de animais silvestres;</p> <p>Introdução de espécies exóticas, provocando desequilíbrio ambiental: bagre africano, piranha, camarão Malásia, tucunaré;</p>
Turismo	<p>PRODETUR</p> <p>Ecoturismo: Rota do Verde e das Águas</p>	<p>Falta de um Plano de Desenvolvimento Urbano Participativo (PDU) e Plano Diretor Participativo (PD); de inventários turísticos; PDIT (Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo);</p>
Etnia / Identidade	<p>Diversidade étnico-cultural como característica básica da população;</p> <p>Ampla reconhecimento da existência de populações indígenas e quilombolas;</p> <p>Quadro propício à produção de recursos naturais renováveis; Valorização da identidade local como matriz da identidade nacional (Porto Seguro);</p> <p>Reconhecimento dos impactos negativos da ação humana sobre o ambiente</p>	<p>Precária estrutura governamental para lidar com a diversidade;</p> <p>Desrespeito e discriminação contra populações indígenas e afro-descendentes;</p> <p>Populações ribeirinhas e de mangues em situação precária pressionando recursos ambientais;</p> <p>Avanço de monocultura do eucalipto em territórios indígenas;</p> <p>Conhecimento das especificidades regionais restrito a grupos específicos;</p> <p>Atribuir esse impacto a minorias marginalizadas, como populações indígenas, pequenos agricultores e favelados;</p> <p>Precária disponibilidade de informações sobre a história local;</p>
Educação	Grande diversidade da fauna e da	Iniciativas ainda muito localizadas;

Ambiental	flora; Existência de iniciativas de educação ambiental nas escolas; Criação de departamentos de meio ambiente nas novas gestões municipais; Possibilidade de utilização dos meios de comunicação; Projeto Tamar.	Debate sobre questão ambiental ainda muito incipiente; Educação ambiental ainda muito precária;
-----------	--	--

## 6.2.6. Saúde

Temas	Potencialidades	Estrangulamentos
Infra-Estrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pastoral da saúde (fitoterápicos)</li> <li>- Pastoral da criança</li> <li>- Sest/Senat</li> <li>- HRAS (São Mateus)</li> <li>- Corpo de Bombeiros</li> <li>- HMSM (São Mateus)</li> <li>- Centro Comunitário Franco Rossetti (São Mateus)</li> <li>- Projeto Araçá (São Mateus)</li> <li>- PSF em expansão</li> <li>- CTA (Itamarajú)</li> <li>- CREREST (Itamarajú)</li> <li>- CAPS ( Itamarajú)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência de saneamento rural e urbano</li> <li>- Escassez de recursos humanos qualificados</li> <li>- Dificuldade de acesso às ações e serviços de saúde (humanização, ambiência: espaço, equipamentos)</li> <li>- Medicalização excessiva e crescente</li> <li>- Medicina “pobre” para “pobres”</li> <li>- Proliferação de doenças endêmicas (dengue, hanseníase, esquistossomose, chagas, tuberculose)</li> <li>- Acidentes naturais e antrópicos</li> <li>- Hospitais concentrados em 3 municípios (Itamarajú)</li> <li>- Falta de referencia de média e alta complexidade para atendimento a saúde (Itamarajú)</li> <li>- O não cumprimento das metas propostas</li> <li>- Fortalecimento da rede privada com recursos públicos (Itaobim)</li> <li>- Deficiência na relação entre prestadores e gestores (Itaobim)</li> <li>- Diferenciação no atendimento ao usuário do SUS</li> </ul>
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecimento, pelo sistema, de suas fragilidades: busca de soluções.</li> <li>- Planejamento ascendente (sociedade civil, Municípios, Estados, União)</li> <li>- Secretarias Municipais de Saúde</li> <li>- PDR/PDI, Consórcios.</li> <li>- Avanços isolados na gestão pública em alguns municípios (Itamaraju)</li> <li>- Experiência positiva dos 20 anos de trabalho realizado pela Pastoral da Criança na região (Itamarajú)</li> <li>-</li> <li>- Media Complexidade- Itaobim</li> <li>- Proposta de estruturação do serviço mais próximo ao usuário (Itaobim)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de medicina preventiva</li> <li>- Demanda espontânea</li> <li>- Ausência de incentivos à pesquisa aplicada enfocando a região (autóctones) (São Mateus)</li> <li>- Demanda de pacientes de outros estados (sul da Bahia) compromete o teto financeiro (São Mateus)</li> <li>- Planos de saúde: termômetro da falência dos serviços públicos de saúde</li> <li>- Falta de capacitação dos gestores, conselheiros e profissionais de saúde para a elaboração de projetos.</li> <li>- Infra-estrutura deficiente</li> <li>- Supervalorização do profissional médico na equipe de PSF</li> <li>- Alto custo do profissional médico</li> <li>- Baixa cobertura e ineficiência de saneamento básico</li> <li>- Ineficiência da educação em saúde</li> <li>- Falta de referência e contra-referência na atenção básica</li> <li>- Investimento insuficiente para combate a doenças infecto-contagiosas e doenças endêmicas</li> <li>- Insuficiência no repasse de medicamentos</li> </ul> <p>Media Complexidade- Itaobim</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de acesso aos serviços (vagas) (Itaobim)</li> <li>- Desorganização dos serviços existentes</li> <li>- Falta de equipamentos, recursos humanos</li> <li>- Burocracia para credenciamento dos serviços</li> <li>- Ineficiência na Central de Regulação (Itaobim)</li> <li>- Alto custo final dos serviços prestados para nossos municípios (Itaobim)</li> <li>- Baixo valor da tabela do SUS</li> </ul> <p>Alta Complexidade- Itaobim</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade de acesso</li> </ul>

		Insuficiência de serviços para atender a demanda existente na região (número de procedimentos) (Itaobim)
PPI (Itaobim)	- Informatização	- O não atendimento aos municípios referenciados - O atrelamento dos recursos financeiros dos pequenos municípios aos municípios de médio e grande porte - Insuficiência de COTAS dos serviços - Remanejamento de cotas dos serviços dependentes dos municípios referenciados - Baixo valor da tabela do SUS
Consórcio (Itaobim)	- União dos municípios (articulação) - Discussão de políticas de saúde - Acesso a serviços assegurados e não prestados pelos municípios de referência	- A não garantia de continuidade no atendimento pelo SUS - Inexistência de mecanismos para lançar produção dos serviços oferecidos pelo consórcio - Número de procedimentos insuficientes para atender a demanda
Identidade	- ONGs: AA, Amor Exigente, APAE e outros) - Profissionais - identificados com a saúde pública(São Mateus) - Diversidade cultural	- Dependência química crescente/desestruturante em grupos de pescadores, quilombolas, comunidades indígenas, produtores rurais (São Mateus) - Uso indiscriminado de agrotóxico - Cultura em construção
Etnia	- Movimento de rezadeiras (São Mateus) - Controle Social / Conselhos de saúde - Índio (PSI) - Quilombolas	- Desnutrição indígena (São Mateus) - Câncer de pele em descendentes de europeus (São Mateus) - Anemia falciforme em afro-descendentes(São Mateus) - Falta de saneamento básico nas aldeias - Atendimento inadequado à cultura indígena - Falta de estrutura para o desenvolvimento
Gênero	- AMPD (Associação Mateense de Portadores de Deficiência) (São Mateus)	- Fraco movimento de inserção social (portadores de sofrimento mental e deficientes) (São Mateus) - Violência doméstica (crianças, mulheres, opção sexual, terceira idade) - Violência de grupos (“tribos”) - Valência, alcoolismo, drogas, prostituição infantil. (Itamarajú) - Programas de atendimento insuficiente a saúde do trabalhador (Itamarajú) - Falta de referencia a saúde da mulher, da criança, do idoso
Renda	- Agricultura familiar (PRONAF) - Região de referencia Nacional(Itamarajú) - Alto índice pluviométrico- Clima (Itamarajú) - Possibilidade de ser corredor de exportação(Itamarajú) - Ricos Mananciais(Itamarajú)	- Deficiência de assistência por parte das empresas (públicas e privadas) em decorrência de doenças ocupacionais - Perda de poder aquisitivo dos usuários e encarecimento dos serviços - Devastação do meio ambiente - Ma distribuição da renda e serviços - Deterioração do manancial hídrico (Itamarajú)
Meio Ambiente (São Mateus)	- Existe preocupação maior (ONGs) e secretarias saúde, educação e meio ambiente	- Aracruz Celulose e Suzano Celulose: provocou desocupação das terras e desequilíbrio dos ecossistemas (empobrecimento da biodiversidade pela monocultura do eucalipto) >>> proliferação dos vetores e êxodo rural, originando a favelização das cidades - Ações isoladas (focadas no campo específico: saúde, educação, meio ambiente)
Turismo (Itamarajú)	- Fazer parte da costa do descobrimento	- Turismo sexual - DST - Gravidez precoce

## 6.2.6. Infra-Estrutura

<b>Temas</b>	<b>Potencialidades</b>	<b>Estrangulamentos</b>
Rodovias BAHIA	- Eixos rodoviários BR101 e 116: alta potencialidade para incrementar Turismo, Comércio, Logística, Serviços, Integração Mesorregional	- Frágil interligação local com as BR 101 e 116 - Péssimo estado de conservação
	- BA 001 (ou 101) Linha Verde: Turismo, Mercado Imobiliário	- Alto impacto da construção da estrada no Meio Ambiente e nos Povos indígenas
	- BA Itamarajú/Jucuruçu	- Único município da Bahia na Mesovales sem acesso com asfalto
	- BA Itabela-Caraíva: alta relevância paisagística	- Mau estado de conservação
		- Estrangulamento logístico: monopólio do reduzido número de linhas de transporte rodoviário
Rodovias ESPÍRITO SANTO	- BR 101, ESs e municipais: ampla malha viária já implantada - Rodovia do Sol - turismo - estrada existente: estudo ambiental aprovado - Produção de petróleo	- Falta de pavimentação - Barreiras geográficas: rios Cricaré, Doce, Itaúna, Mucuri - Falta de vias de escoamento para produção de salgema

Rodovias MINAS GERAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eixos 101/116/367: Rodovias Federais</li> <li>1) Escoamento da produção</li> <li>2) Estrutura para mineração e celulose que viabiliza o aumento da produção e a ligação com Belo Horizonte, desafogando a 101 e 116, Sul da Bahia, Norte do Espírito Santo</li> <li>3) A mudança de traçado aumento do número de municípios atendidos. Fortalecimento do turismo na mesorregião: cidades históricas da Serra do Espinhaço</li> <li>4) Ligação que viabiliza o fluxo turístico para o Jequitinhonha e Norte de Minas</li> <li>5) Via alternativa da 116 e 101</li> <li>6) Empresas grandes no eixo 367</li> <li>7) Facilita a remoção de pacientes para os pólos de saúde</li> <li>8) Melhoria de acesso do ensino superior em pólos universitários</li> <li>9) Melhorias: atração de investimentos, biodiesel, pecuária etc.</li> <li>- Rodovias Estaduais</li> <li>1) Presença de ampla malha de rodovias estaduais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Problemas BR367:</li> <li>1) Estrangulamento logístico; alto índice de acidentes; alto custo de manutenção da frota; aumento do custo de vida; perda de carga;</li> <li>2) Falta de pavimentação e obras-de-arte: com a mudança do traçado aumentou o número de obra-de-arte</li> <li>- Todas as rodovias (estaduais e federais)</li> <li>1) Falta de sinal de celular nas rodovias (torres)</li> <li>2) Ausência de polícia rodoviária/fiscalização</li> <li>3) Depreciação no preço da produção local, devido ao aumento do frete</li> </ul>
Ferrovias M.GERAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eixo Minas-Bahia: integração da Mesovales, fortalecimento do turismo, aumento do potencial de transporte de cargas e passageiros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação da linha</li> </ul>
Ferrovia E.SANTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Demanda para cargas e passageiros (turismo)</li> <li>- Produção de petróleo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não existe ferrovia na região</li> </ul>
Ferrovia BAHIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ligação Rio de Janeiro / Salvador / Araçuaí / Ponta de Areia (Bahia-Minas)</li> <li>- Demanda para carga</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Depreciação e desmonte</li> </ul>

Aerovias BAHIA	- Porto Seguro: turismo, cargas, integração Programas APL's /tipo exportação.	- Capacidade suporte limitada
	- Mercado de transporte aeroviário: carga e passageiros.	- Estrangulamento da capacidade de transporte
Aeroporto E.SANTO	- Existe o aeroporto (São Mateus): bom estado da pista; é o único para pousos noturnos. - Áreas propícias para construção de aeroportos de grande porte	- Falta de infra-estrutura operacional - Falta de um aeroporto mesorregional.
Aeroporto M.GERAIS	- Demanda - Tem aeroporto: Diamantina (Prodetur: R\$25 mi; Almenara: ampliado em 2000; Jequitinhonha: campo de pouso; Teófilo Otoni: embarque e desembarque, iluminação, torre e presença da Infraero; Pedra Azul: campo de pouso – terra; Araçuaí: pista asfaltada; Felizburgo: campo de pouso - terra)	- Araçuaí: falta de equipamento, pista pequena. - Almenara: falta de equipamentos e vôos regulares - Teófilo Otoni: readequação e falta de linhas regulares (dificulta o principal evento: Feira Internacional de Pedras Preciosas) - Falta de infra-estrutura aeroportuária para passageiros e cargas
Dutovias Cabovias BAHIA	- Cabovia 101 - Rede de comunicação	- Falta informação/ concessionária/ pagamento
	- Dutovia projetada - Fonte energética para indústria - Redução de preços de combustíveis	- Meio ambiente
Cabovia E.SANTO	- Existência de dutos de cabo óptico em toda região norte do Estado	- Sistemas analógicos em grande parte das cidades - O serviço fica restrito às grandes cidades
Dutovia /Cabovia M.GERAIS	- Cabovia: Tem na 101/116/367: Itaobim a Itagimirim.	- Não tem cabovia na 367: Itaobim-Diamantina - Não tem dutovias de gás - Não tem sistemas de distribuição de cabovias e dutovias (capilarização)
Navegação BAHIA	- Terminais Barcaças: produtos agropecuários, minerais, industriais e APL's; produtos mesorregionais, passageiros	- Impacto ambiental - Logística deficiente - Privados
	- Atracadouros: turismo, produtos, pesca	- Regulamentação - Impacto ambiental (ocupação pescadores de outra região) - Falta infra-estrutura para pesca e turismo
Portos E. SANTO	- Demanda de exportação portuária - Posição logística estratégica - Foz de rios	- Posição geográfica em mar aberto - Não existência de portos (ou atracadouros): só existe em Conceição da Barra - Não existência de baías naturais

	- Produção de petróleo	
Eletrificação BAHIA	- PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): Itapebi e Lixa	- Poucas sub-estações - Rede elétrica não suporta (teares de granito e pequenas indústrias) - Rede rural deficitária
Energia ESP. SANTO	- Existe um potencial de fornecimento elétrico - Totalidade no atendimento energético na região - Região propícia para exploração de energias alternativas: eólica, energia solar, bioenergia	- Dependência dos outros estados para fornecimento de energia - Inexistência de gasoduto para distribuição de gás - Inexistência de programas e estudos efetivos para aproveitamento dessas energias
Eletrificação M. GERAIS	- Processo de eletrificação doméstica em andamento: até 2006 - Barragem de Irapé - Linha de transmissão Irapé-Araçuaí licitada - Construção de nova barragem em Murta - Demanda por alta voltagem - Construção de uma nova barragem em Virgem da Lapa .	- Não tem energia na zona rural - Baixa voltagem - Rede elétrica insuficiente na área urbana - Oscilação de tensão e rede - Não tem rede trifásica, somente monofásica
Saneamento Básico BAHIA	- Esgotamento sanitário: saúde, meio ambiente, turismo	- Municípios sem esgotamento sanitário, alto índice de verminoses, meio ambiente degradado, turismo, produção - Comprometimento no abastecimento de água
	- Sistema de abastecimento de água: saúde, produção	- Inexistente nos povoados, vilas e bairros periféricos - Destruição dos mananciais - Péssima conservação das matas ciliares
Saneamento Ambiental EPIRITO SANTO	- Não existe rede em Conceição da Barra -	- Não existe rede na maioria das cidades - Conceição da Barra e Guriri estão a nível do mar - Capacidade de suporte do esgoto em época de turismo - Contaminação dos mananciais (lençóis freáticos) - Falta de estação de tratamento
Saneamento Ambiental Básico M.GERAIS	- Não tem maiores fortalezas: esgoto	- Rede de esgoto inexistente (Itaobim) e insuficiente nas demais cidades - 99,0% não têm tratamento de esgoto (ETE) - Grande quantidade de fossas: contaminação dos mananciais superficiais e subterrâneos; alta incidência de insetos: problema de saúde - Saúde pública: verminose / enteroinfecção
Resíduos Sólidos ESP. SANTO		- Grande quantidade de resíduos sólidos
Resíduos Sólidos M.GERAIS	- Tem coleta - Tem área para aterro	- Caminhão aberto/carroça - Desapropriação - Máquina para manejar o aterro - Falta de licenciamento - Lixão - Algumas usinas de reciclagem (Comercinho, Badaró, Bandeira, Rio do Prado) não funcionam
Água ESP.SANTO	- As áreas centrais dos núcleos urbanos têm rede de distribuição de água	- As áreas periféricas ao centro, vilas e distritos não possuem rede

Água M.GERAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tem rede urbana da Copasa e ETA: aproximad. 92%</li> <li>- Possibilidade de implantação do PCPR (Programa Combate à Pobreza Rural)</li> <li>- Riqueza do manancial superficial e freático</li> <li>- ICMS ecológico em Minas Gerais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desmatamento das áreas de preservação permanente / assoreamento dos rios e nascentes</li> <li>- Má qualidade da água superficial / água salobra: lençol freático</li> <li>- Desperdício de água / falta de hidrômetro</li> <li>- Contaminação de água (coliformes fecais e metais pesados)</li> <li>- Falta de um laboratório independente para controle da qualidade da água</li> <li>- Desburocratização da liberação dos recursos</li> <li>- Falta de barragens e poços artesianos (falta de manutenção): sem projeto e programação</li> <li>- Falta de comitês de bacia e melhor articulação</li> <li>- Poucas cidades com ICMS ecológico;</li> <li>- Falta de sanitário doméstico (cultural)</li> <li>- Comitê de bacia do Araçuaí</li> </ul>
Infra-Estrutura Urbana BAHIA	- Grande Volume De Lixo: Geração De Emprego E Renda Através Da Reciclagem	- Poluição, acúmulo e inexistência e tratamento e reciclagem
	- Habitação (demanda social ampla). Geração de emprego e renda.	- Déficit habitacional
	- Pavimentação Urbana	- Vias deficitárias - Custo elevado
Ceasa BAHIA	- Produção agropecuária elevada	- Escoamento e comercialização precários
Ceasa ESP.SANTO	- Existência de projeto para construção e de área disponibilizada, beneficiando os três estados	- Liberação de recursos (questão política)
Indústria ESP.SANTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indústria de celulose, moveleira, petroquímica</li> <li>- Disponibilidade de áreas para exploração de biodiesel</li> <li>- Grandes jazidas de salgema</li> <li>- Criação de uma agência do Sebrae na região</li> <li>- Indústria de beneficiamento de fruticultura (área, clima)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indústria moveleira e de celulose estão fora da região norte</li> <li>- Falta de mão-de-obra qualificada na região para as indústrias</li> <li>- Falta de indústrias de pequeno e médio porte</li> <li>- Falta de vontade política para exploração de salgema</li> <li>- Falta de projetos para exploração do biodiesel</li> <li>- Inexistência de beneficiamento de frutas</li> </ul>
Industria BAHIA		
Comunicação BAHIA		
Telecomunicação M.GERAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tem telefonia fixa em todos os municípios</li> <li>- Telefonia celular começa a ser instalada</li> <li>- Demanda</li> <li>-</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de telefonia fixa na área rural</li> <li>- Monopólio</li> <li>- Rede insuficiente de telefonia celular</li> <li>- Baixo número de rádios comunitárias legalizadas</li> <li>- Falta de antenas repetidoras de tv aberta para ampliar o acesso às redes educativas, TV Senado, TV Câmara etc.</li> <li>- Falta de telefones fixos na rodovia-505.</li> </ul>
Centrais Logísticas M.GERAIS	- Demanda e energia: granito, fruticultura, gado corte e leite, eucalipto, gemas, artesanato,	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deficiência das ligações rodoviárias</li> <li>- Deficiência no processo de comercialização – estrangulamento logístico</li> <li>- Deficiência da estrutura física da Ceasa Teófilo Otoni</li> </ul>

	cachaça. - Entroncamento rodoviário 367/101/116/418 (pronta) - Tem Ceasa em Teófilo Otoni - Tem a Feira Internacional de Gemas em Teófilo Otoni - Tem uma ZPE (Zona de Produção Especial) em Teófilo Otoni	- Inexistência de estrutura física para Feira Internacional de Pedras Preciosas - Falta de cooperativas; - Desativação da ZPE Teófilo Otoni - Falta de capacitação
Intermodalidade ESP. SANTO	- Infra-estruturas produtivas (demanda)	- Inexistência de terminais intermodais
Intermodal BAHIA	- Possibilidade de integração modos logísticos	- Desarticulação dos sistemas logísticos

### 6.3. Planilhas do Seminário: Propostas para o Plano de Ação Participativo

#### 6.3.1. Trabalho

APLs/ Temas	Programas	Ações	Localização	Prazo			Competência
				Curto	Médio	Longo	
APL Bovinocultura  Pecuária de Corte / Leiteira	1. Programa de desenvolvimento da pecuária leiteira	1.a. Formação profissional: fomento e capacitação	Teófilo Otoni Almenara Pedro Canário, Montanha Medeiros Neto Eunapólis, Itamaraju e Araçuaí (pólos)		X		ADAB, EBDA, Emater, Epamig, Incaper, Ceplac, MDA, FAEMG, PRONAGER, IES, COOPERATIVAS
		1.b. Melhoria genética: zootecnia e fitotecnia					
	2. Programa de abatedouros e curtumes intermunicipais	2.a. Instalação de frigoríficos regionais	Mesorregional			X	MAPA
		2.b. Criação de curtumes					
		2.c. Término do frigorífico de Montanha-ES		Montanha-ES (PPP)			
	3. Programa de Cooperativas (corte e leite)	3.a. Fortalecimento do sistema de cooperativas	Almenara, Pedro Canário, Teófilo Otoni, Teixeira de Freitas, Eunapólis		X		MAPA, MDA
		3.b. Implantação de resfriadores comunitários	Mesorregional	X			MAPA, MDA, PPP PPP
	4. Programa de Vigilância Sanitária	4.a. Implantação do sistema de vigilância sanitária	Mesorregional	X			Vigilância sanitária (Poder público municipal, estadual e federal), MS, MA
	5. Programa de Linha de Crédito e PPP	5.a. Fomento de linhas de crédito especiais	Mesorregional	X			MDA e MA

		5.b. Acesso a linhas de crédito via parceria público-privada					
Fruticultura	1. Programa de Desenvolvimento da Fruticultura	1.a. Implantação de despoldadeira de frutas	ES: Pedro Canário (Distrito de Cristal do Norte) – Despoldadeira; Pinheiros MG: Itaobim e Teófilo Otoni	X			MI, MDA, MA e IES
		1.b. Capacitação: produção, gestão, mercado	Mesorregional		X		MI, MDA e MA
		1.c. estímulo às Escolas Famílias Agrícolas e nível técnico profissional (todos os setores produtivos)					MI
		1.d. APL de Fruticultura Tropical					MI
		1.e. APL de Extrativismo agroecológico de frutas do cerrado					MI
		1.f. Fortalecer os APLs existentes e ampliação para novos núcleos					MI
	2. Programa de Cooperativas	2.a. Fortalecimento do cooperativismo. Apoio sistemático das cooperativas	Mesorregional		X		MI, IES
	3. Programa de capacitação de mão de obra						MI
	4. Programa de Pesquisa e Assistência Técnica	4.a. Ampliação das unidades de pesquisa e assistência técnica (Embrapa, Emater, Epamig)	Mesorregional		X		Embrapa, Emater, Epamig, Incaper
	5. Programa de Crédito	5.a. Desburocratização do sistema de crédito			X		MI
Cafê	1. APL de Cafeicultura	1.a. Implantação de APLs	Divisópolis, Itaipé, Teófilo Otoni, Itabela, Boa Esperança, Jaguaré, Capelinha		X	X	MDA, MA, MI
		1.b. Reativação do sistema de logística de armazenagem, comercialização, pesquisa (Armazém IBC - Teófilo Otoni-MG)	Teófilo Otoni				
		1.c. Criação e fortalecimento de cooperativas	Divisópolis, Teófilo Otoni, Itabela, Boa Esperança, Jaguaré				

		1.d. Criação de viveiros municipais: distribuição gratuita – famílias	Mesorregional				
		1.e. Incentivo à implantação de fábrica de café solúvel	Divisópolis, Teófilo Otoni, Itabela, Boa Esperança, Jaguaré				
Artesanato	1. APL do Artesanato	1.a. Implantação do APL	Conceição da Barra, Itinga, Cabralia e Ecoporanga, Turmalina	Mesorregional	X		MI, M. Cultura, M. Turismo, IES
		1.b. Pesquisa de matérias-primas específicas para a cadeia produtiva do artesanato					
		1.c. Integração do artesanato da Mesorregião					
		1.d. Implementar estratégias de marketing: divulgação, calendário de eventos da Mesorregião					
		1.e. Criação de centros mesorregionais para divulgação/comercialização dos produtos e capacitação (oficinas) dos produtores					
		1.f. Criação de incubadoras de artesanato na Mesorregião					
		1.g. Capacitação administrativa dos produtores: formação de preço, comercialização, marketing etc.					
		1.h. Incentivo à produção do artesanato ecologicamente correto e socialmente justo					
		1.i. Incentivo à produção artesanal, privilegiando os aspectos culturais, de gênero e de etnia					
		1.j. Revitalização do design baseado nas culturas das etnias locais					
		1.l. Realização de inventário cultural da Mesorregião					

	2. Criar APL de artesanato indígena	Resíduos do eucalipto e da cana-de-açúcar (ES) - Criação de usinas microrregionais para beneficiamento do bagaço de cana Bagaço de cana/cerâmica/madeira/fibras e resíduos naturais/trabalho manual com costura, crochê e bordado, artefatos de pedra	Extremo-Sul da Bahia: Cabralia, Cumuruxatiba, Prado Minas Gerais: Araçuaí, T Otoni Espírito Santo: São Mateus Mesorregional		X		MI, M. Cultura, M. Turismo, IES
	Criar APL de recicláveis						
Gemas e Jóias	1. APL Gemas e Jóias	1.a. Ampliação das APLs existentes	Teófilo Otoni, Araçuaí, Guaratinga e Itamaraju	X	X		MI, M. Minas e Energia, M. Ind. e Comércio, M. Ciência e Tecnologia, IES
		1.b. Catalogar a ocorrência dos minérios da região					
		1.c. Centro de formação e pesquisa (escolas técnicas)					
		1.d. Políticas de incentivo para instalação de parques industriais					
Derivados de cana-de-açúcar	1. APL da Cachaça	1.a. Ampliação da APL para novos núcleos	- Eunapólis - Nanuque (*) - Boa Esperança - Pedra Azul (*) Sujeito à avaliação técnica	X	X X X		MI, M. Ind. e Comércio, MA, IES
		1.b. Incluir derivados (rapadura) na merenda escolar	Mesorregional				M. Educação, MDS, MDA, Secretarias de ensino e Conselhos da Merenda Escolar
		1.c. Cursos de formação de profissionais da produção de cachaça	Pólos de APIL	X	X	X	MI, IES
		1.d. Criar campanha de divulgação o produto como patrimônio cultural do Brasil					
		1.e. Profissionalização da produção e comercialização através de cooperativas					
		1.f. Certificação: origem e qualidade					

		1.g. Fomento à comercialização da cachaça					
		1.h. Divulgação/marketing – marca “Cachaça-Brasil”					
Biodiesel	1. Programa Nacional de Biodiesel	1.a. Realização de pesquisa para verificar a viabilidade técnica, econômica, ambiental e dentro dos ecossistemas	Mesorregional		X	X	MCT, MME, MDA, PETROBRAS e IES
		1.b. Conclusão da pesquisa para definição do tipo de cultura mais viável (viabilidade econômica)					
		1.c. Incentivos: crédito, assistência técnica, campos de demonstração e pesquisa					
		1.d. Políticas de preço mínimo: mercado consumidor					
		1.e. Centros de capacitação e pesquisa					
Mandiocultura e derivados	1. APL Mandiocultura e derivados	1.a. Beneficiamento de produtos derivados da mandioca: fécula, farinha, beiju, goma etc	Beneficiamento - Eunápolis, Guaratinga - Almenara - Pinheiros		X		MDA, MA, MI
		1.b. Implantação de unidades de beneficiamento (fécula)	Mesorregional	X	X		
		1.c. Implantação e melhoria de casas de farinha					
		1.d. Inserção de derivados da mandioca na merenda escolar					
		1.e. Pesquisas de melhoria da mandioca					
		1.f. Criar rede ampliada de comercialização dos produtos da agricultura familiar, com marketing diferenciado					
		1.g. Implantação de unidades demonstrativas					

	2. Programa de desenvolvimento da cadeia produtiva para padronização da produção	2.a. Estudo de viabilidade de um circuito produtivo da mandioca na mesorregião					
	3. Programa técnico que capacite o agricultor a evitar a exaustão do solo	3.a. Treinamento e consultoria					
		3.b. Projetos de incentivo por parte do governo com assistência técnica permanente					
	4. Programa compra direta						
	5. Programa de patrulha mecanizada para os municípios	Disponibilização de equipamentos para “trabalhar” a terra					
Seringueira	1. APL Seringueira	1.a Estimular a produção consorciada. Subsidiar a produção quando esta for nas encostas	- Itamaraju - Guaratinga - Pinheiros - Conceição da Barra		X		MDA, MI e MA
Cacaucultura	1. Programa de Revitalização da Lavoura Cacaueira	1.a. Cumprir programa existente de revitalização da lavoura cacaueira	- Bandeira - Jordânia - Belmonte - Guaratinga - Itamaraju		X		Ceplac, MDA, MI e MA
		1.b. Criação de jardins clonais	- MG: Bandeira - BA: Itamaraju		X		
		1.c. Maior agregação de valor ao produto: industrialização					
Apicultura	1. Programa de Incentivo Financeiro para Aquisição de Terras Próximas às Comunidades (Cooperativas)	1.a. Implantar APL nas microrregiões não contempladas	Mesorregional		X		MI
		1.b. Expansão da APLs para as demais microrregiões					

Ovino/ Caprinocultura	- APL Ovino/Caprinocultura	1.a. Criação de frigorífico e curtume	Eunapólis	X			MI, MA, MDA, Embrapa e SENAR
		1.b. Criação de cursos específicos para treinamento de mão-de-obra	Mesorregional	X	X		
		1.c. Estímulo à produção					
Moveleira Apl madeira e móveis	1. Programa para Preservação da Mata Atlântica	1.a. Remeter a Meio ambiente					
	2. Programa de Incentivos: competitividade e logística	2.a. Ampliação da APL para novos núcleos	Microrregião do Espírito Santo				
		2.b. Apoio às pequenas unidades de produção	APLs existentes: Eunapólis e Turmalina				
		2.c. Centros de capacitação profissional					
		2.d. Ampliar estudo de mercado consumidor					
		2.e. Diversificação das culturas de madeira					
	3. Programa de promoção e inserção nas comunidades locais dos móveis produzidos na região	3.a. Ampliação do prazo de carência (Proflora), com exceção das árvores exóticas					
		3.b. Aquisição de estufa para tratamento da madeira (necessário para obtenção do “selo verde”)					
	4. Programa de Pesquisa Sistemática das Espécies Nativas	4.a. Ações de reflorestamento de essências nativas					
		4.b. Garantia de financiamento equivalente à área de 25% dos 20% da área de reserva legal nas áreas de agricultura familiar					

Piscicultura	APL Piscicultura	1.a. Acelerar o processo de implantação da APL	Itamaraju, São Mateus, Salto da Divisa, Nanuque e Conceição da Barra	X	X		MI, Minist. da Pesca, IES
	APL Ostreicultura	1.b. Estruturar colônias de pescadores com o apoio da Federação da Pesca e Secretarias Estaduais de Pesca					
	APL Pesca Rios e Mar	1.c. Disponibilizar cursos de capacitação para as colônias de pescadores (captura, gestão, comercialização e cooperativismo)					
		1.d. Educação ambiental					
		1.e. Implantação de uma unidade de beneficiamento do pescado, com aproveitamento de resíduos					
		1.f. Criação de curtume couro do peixe – público-alvo: mulheres e afro-descendentes					
		1.g. Inserção do pescado na merenda escolar					
		1.h. Criação de núcleos de pesquisa					
		1.i. Implantar escola de pesca	Cabrália, Nova Viçosa e Conceição da Barra				
		1.j. Reestruturar os entrepostos de pesca	Cabrália, Nova Viçosa e Conceição da Barra				
Floricultura	1. APL Floricultura	1.a. Realizar diagnóstico da floricultura na Mesorregião	Mesorregional		X		MI
		1.b. Fomento à floricultura na Mesorregião					
Infra-Estrutura		Implantação de CEASAs	Eunápolis e São Mateus (depende de estudo)		X		MDA, MA, MI Secretarias Estaduais de Agricultura
		Reforma e reestruturação do CEASA de Teófilo Otoni	Teófilo Otoni		X		

		Criação de entrepostos para absorver a produção, embalagem, transporte e comercialização	Localização sujeita a estudos de viabilidade		X		
	1. Programa de Fortalecimento da Agroindústria	1.a. Incentivar a implantação de agroindústrias na Mesorregião, vinculadas aos APLs	Mesorregional		X		MI, M. Transportes e M. Ind. Comércio
		1.b. Federalização e asfaltamento da estrada Nanuque – Pedro Canário					
		1.c. Melhoria das estradas de acesso					
	2. Programa de Formação e Mobilização para convivência com o semi-árido	2.a. Construção de cisternas	Mesorregional		X		MI, M. Saúde, MDS, ASA
		2.b. Ampliação da atuação da ASA					
	3. Programa de Integração Fiscal da Mesorregião	3.a. Criar um regime especial de alíquotas para operações no âmbito da Mesorregião	Mesorregional		X		MI, M. da Fazenda e Secretarias Estaduais de Fazenda
Educação e Capacitação Técnico-profissional	1. Programa de Educação e Capacitação Técnico-Profissional	1.a. Criação de cursos e centros de capacitação profissional para diversos setores, conforme necessidades apontadas nesta planilha	Mesorregional		X		MI, M. Educação, M. Ciência e Tecnologia, M. Ind. e Comércio, MDA
		1.b. Criação de centros de pesquisa para os diversos setores produtivos					
		1.c. Estímulo às Escolas Famílias Agrícolas em nível técnico-profissional					
Crédito	1. Programa de Acesso ao Crédito	1.a. Implantar e ampliar o acesso ao Microcrédito na Mesorregião	Mesorregional		X		MI, MDA e M. Fazenda
		1.b. Capacitação de profissionais / agentes que viabilizem o acesso ao crédito					
		1.c. Incentivar a implantação de cooperativas de crédito					
		1.d. Adequar os prazos dos financiamentos aos ciclos produtivos das florestas e outros					

Gestão		Criar mecanismos para aferir o desenvolvimento mesorregional	Mesorregional			X	MI, Agência Mesovales, ARCO, IES
		Transparência e divulgação da atuação da Agência Mesovales	Mesorregional	X			
		Ampliação do Projeto da Agência Mesovales: estruturação física dos núcleos microrregionais	Núcleos das microrregiões		X	X	
	1. Programa de Regularização da Comercialização e Produção da Agropecuária na Mesorregião	1.a. Certificação/Embalagem	Mesorregional	X	X	X	
		1.b. Fortalecimento da ARCO (Agência Regional de Comércio e Regionalização, ES)	Espírito Santo	X	X	X	
		1.c. Organizar cadeia produtiva da agricultura orgânica, garantindo a comercialização	Mesorregional	X	X	X	
		1.d. Viabilizar a compra antecipada da produção local, com vistas à introdução desses produtos na merenda escolar					
		1.e. Incubadoras de empresas					
		1.f. Fortalecimento do cooperativismo e do associativismo					
		1.g. Garantir o controle social nos APLs, para manter os princípios de sustentabilidade e integrabilidade					
		1.h. Criar mecanismos de aferir o desenvolvimento da mesorregião em cada município					
1.i. Fortalecer comitês gestores do artesanato							
2. Programa de inclusão digital para os segmentos produtivos							
Mineração	1. APL de Mineração	1.a. Estudo e levantamento do potencial de mineração e de impacto ambiental					
	2. APL do granito	Implantação de parque industrial de beneficiamento de minérios					

### 6.3.2. Turismo

Programas	Ações	Localização	Prazo			Competência
			Curto	Médio	Longo	
1. Programa de resgate cultural das comunidades quilombolas e indígenas	1.a.Mapeamento das comunidades	Referência Planilha GT Terra		X	X	FUNAI, FUNASA, MI, MT, INCRA, MMA, Governos estaduais, comitês gestores
	1.b.Criação de escolas que ofereçam estudos diferenciados no sentido de garantir o resgate a manutenção e preservação da cultural em geral	Teófilo Otoni, são Mateus, Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Vale do Jequitinhonha (Araçuaí, Diamantina, Itaobim)				
2. Programa de qualificação de mão de obra turística (técnico e superior)	2.a.Identificação de demanda de mão-de-obra local – regional	Mesorregional	X	X		IES que atuam na região
	2.b.Criação de centros regionais de qualidade da cadeia produtora do turismo (direto e indiretamente)	Pólos de Turismo		X	X	MT, Secretarias e Conselhos de Turismo
3. Programa de inserção do tema turismo como disciplina na grade curricular, de acordo com a realidade local.	3.a. Identificação do potencial do tema turismo nas localidades da mesorregião.	Mesorregional		X	X	MT, IPHAN, Secretarias e Conselhos de Turismo
4. Programa de conscientização turística nas comunidades	4.a. Mobilização das comunidades locais (palestras, seminários, oficinas)	Mesorregional	X	X	X	Agência Mesovales, M. Turismo, Instituições de ensino superior, secret. Munic. De turismo

5.Prodetur III Mesovales	5.a. Mapeamento dos municípios não inseridos no Plano Nacional de Turismo.	Mesorregional		X		MT, Secretarias e Conselhos de Turismo, MI
	5.b. Inventário de Patrimônio histórico, cultura e ambiental	Mesorregional	X	X		IPHAN, Secretarias de Turismo
	5.c. PDIT (Plano Diretor de Turismo Sustentável) Municipal					
6.Programa de roteiros-circuitos turísticos de integração da Mesorregião Jequitinhonha e Mucuri – PRODETUR MESOVALES	6.a.Elaboração dos roteiros-circuitos dos garimpos, negócios, eventos, agroturismo, histórico, religioso, esportes radicais e ecoturismo.	6. Mesorregional	X	X		MT, Secretarias de Turismo e iniciativa privada, MI
7.Programa de capacitação de empreendedores de turismo (micro e pequena empresa)	7.a Cursos de capacitação para empreendedores na área de turismo	Mesorregional, pólos turísticos	X			MT, MI, MCT, Secretarias de Turismo, IES, Sebrae, SENAI, SESC, IEL
	7.b Incluir a disciplina Empreendedorismo nos currículos (remeter para as planilhas de Trabalho e Educação)			X	X	
8.PNDTS (Plano Nacional de Desenvolvimento de Turismo Sustentável) (ou Política)	8.a. Adequação da legislação ao PNDTS (viabilidade local)	Mesorregional		X		MT, Secretarias de Turismo, MMA, Instancias deliberativas de meio ambiente
9.Programa de sinalização turística	9.a. Implantação de sistemas de comunicação e sinalização turística	Mesorregional	X			MT, Min Transportes, Secretarias de Turismo

10. Programa Mesorregional de Intermodalidade Logística de Turismo	10.a. Recuperação, manutenção, implantação, ampliação da rede rodoviária, aeroviária, ferroviária e portuária	Rodovias (Planilha de infraestrutura) Vias ecológicas, Rodovia do Sol, Estrada Real, Ferrovia Minas-Bahia. Portos, Caravelas, Terminal Norte Capixaba e PORTOCEL				
11. Programa de Implantação e recuperação de equipamentos turísticos	11.a. Diagnósticos dos equipamentos turísticos, visando adequação a sustentabilidade	Pólos turísticos, cidades turísticas, unidades de conservação e Comunidades tradicionais	X	X	X	MT, MA, Secretarias de Turismo
	11.b. Implantação e recuperação de equipamentos turísticos					
12. Programa de treinamento de guias mirins	12.a. Treinamento de guias-mirins	Mesorregional - pólos	X	X	X	IES, Sebrae, SENAC, MT, Secret Turismo e educação
13. Programa de Resgate e Valorização cultural	13.a. Implantação de núcleo de pesquisa: cultura, sítios arqueológicos, música regional, cultura popular, artesanato, museus, identidade regional	Sítios arqueológicos de São Mateus, Teófilo Otoni, Conceição da Barra, e Vale do Jequitinhonha	X	X	X	MC, MT, MI, Secretarias de Turismo, sebrae, IES, SENAC
	13.b. Artes cênicas: identificação de pólos e realização de festivais – música teatro e cinema	Mesorregional				
	13.c. Implantar cursos superiores de artes cênicas na mesorregião					
	13.d. Restaurar os patrimônios históricos da mesorregião.					
	13.e. Revitalização do museu aberto da “Costa do Descobrimento”.	Costa do Descobrimento				
14. Programa de Calendários Anual de Eventos	14.a. Identificação de eventos mesorregionais e elaboração de calendários	Mesorregional	X	X	X	MC, MT, MI, Secretarias de Turismo, sebrae, IES, SENAC

15. Programa de Comunicação e divulgação do turismo mesorregional	15.a. Implantação de projeto “Rodovia como Mídia”	Mesorregional	X	X	X	MC, MT, MI, Secretarias de Turismo, sebrae, IES, SENAC
	15.b. Implantação de site sobre turismo mesorregional					
	15.c. Criação da marca “Mesoavales Turismo”	Pólos				
	15.d. Implantação de núcleos de informação turística nos pólos					
	15.e. Implantação de revista jornal turístico mesorregional	Mesorregional				
	15.f. Implantação de banco de dados - <i>trade</i> turístico					
16. Programa de combate ao turismo sexual e ao narcotráfico	16.a. Educação não formal, conscientização e sensibilização - campanhas	Municípios voltados para o turismo	X	X	X	MT, MI, Secretarias de Turismo, Ministério Público e Conselhos tutelares
	16.b. Implantação de Delegacia da mulher					
	16.c. Aumento da fiscalização					
	16.d. Combate ao narcotráfico					
17. programa permanente de pesquisa de demanda e oferta turística	17.a. Implantação de programas de pesquisa de demanda e oferta turística	Mesorregional	X	X	X	IES, secret. De turismo, MT
18. Programa de preservação dos patrimônios naturais	18.a. Levantamento dos patrimônios naturais	Mesorregional				
	18.b. Preservação dos patrimônios naturais tombados	Itaúnas, Conceição da Barra, Monte Pascoal, Parque do Descobrimento, Costa da Baleia, São Mateus, Unidades de Conservação,				

### 6.3.3. Terra

Programas	Ações	Localização	Prazo			Competência
			Curto	Médio	Longo	
ETNIA 1. Programa de demarcação territórios comunidades tradicionais	1.a. Incentivo ao auto-reconhecimento	Mesorregional	X			MI, MMA, FUNAI, Fundação Palmares, SEPPIR, MDA/INCRA, IES
	1.b. Convênio (Criação de GTs) para identificação/ demarcação, titulação, registro das comunidades quilombolas	Povos Indígenas: Maxakali - Santa Elena e Bertópolis Pataxó – Araçuaí, Itamarajú, Prado, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia Pankararú e Aranã – Araçuaí, Cel. Murta Mocuri – Campanário Tupinambá - Belmonte, São Mateus  Quilombolas: Conceição da Barra, São Mateus, Boa Esperança, Pedro Canário, Pinheiros, Nova Viçosa, Caravelas, Prado, Teixeira de Freitas, Belmonte, Itamarajú, Almenara, Araçuaí, Berilo, Chapada do Norte, Capelinha, Catuti, Carlos Chagas, Crisólita, Felizburgo, Francisco Badaró, Jenipapo, Jequitinhonha, Joaima, Leme do Prado, Medina, Minas Nova, Nanuque.	X			
2. Programa de Educação étnico-racial	2.a. Escolas indígenas (básica e superior) nas aldeias.	Educação Básica - Todos os Povos Superior - Pataxó Bahia e Minas Gerais	X	X		MI, MMA, MEC, FUNAI, parcerias com a sociedade civil organizada, SEPPIR
	2.b. Implementação da Lei 10.639 (Torna obrigatório o Ensino da Cultura e História Afro-brasileira no Ensino Fundamental e Médio).	Mesorregional	X			MI, MEC, FUNAI, Fundação Palmares, parcerias com a sociedade civil organizada, SEPPIR
	2.c. Políticas de ações afirmativas com reserva de vagas nas universidades para indígenas e afro-descendentes.	Mesorregional	X	X		MI, MEC, FUNAI, Fundação Palmares, parcerias com a sociedade civil organizada, SEPPIR

3. Incrementar os programas (PSF, PSI e Permacultura) nas áreas demarcadas e Tituladas.	3.a. Resgate e fortalecimento da medicina tradicional	Mesorregional	X			MI, MMA, MS, FUNAI, parcerias com a sociedade civil organizada, SEPPIR
	3.b. Ampliação dos PSIs indígenas e PSFs nas comunidades quilombolas.		X			MI, MMA, MS, FUNAI, Fundação Palmares, sociedade civil organizada, SEPPIR
	3.c. Capacitação das comunidades indígenas para permacultura.		X			MI, MMA, FUNAI, parcerias com a sociedade civil organizada, SEPPIR
	3.d. Criação de Centros de Referência da Permacultura	Araçuaí, São Mateus, Itamarajú		X		MI, MA, MAPA, MDS, sociedade civil organizada, IES
4. Programa de Políticas de intercâmbio étnico cultural.	4.a. Eventos culturais	Mesorregional	X			MI, MMA, FUNAI, parcerias com a sociedade civil organizada, SEPPIR
	4.b. Fórum permanente étnico e cultural.	Itinerante				
5. Programa de fortalecimento das associações, federação e comitês dos quilombolas.	5.a. Criação de Fórum Quilombola da Mesovales.	Teixeira de Freitas		X		Agência Mesovales
6. Programa de planejamento sustentado das comunidades tradicionais.	6.a. Fortalecimento da agricultura familiar da mandioca, do algodão e da cana.	Todas as comunidades da Mesorregião	X	X	X	MI, MDS, MDA, IES, sociedade civil organizada, Agência Mesovales, SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial)
<b>IDENTIDADE / CULTURA</b>						
1 - Programa de capacitação agropecuária para o trabalhador rural.	1.a. Criação de Cursos de nível médio e superior voltados para a produção agrícola.	Médio: Toda a Meso Superior: Nas Universidades Federais (UFVMJ e outras) e Estaduais da Meso	X	X		MI, MA, MDA, MC, MEC, Secret. de educação e cultura (mun. e est.) e Assoc. Família Agrícola
	1.b. Divulgação de programas e de tecnologias desenvolvidos pelas entidades de pesquisa.	Mesorregional	X			MI, MEC, IES, MA, MDA
	1.c. Criação de centros de pesquisas regionais.	Itamarajú, Conceição da Barra e Itaobim			X	MI e MEC MCT e Universidades, IES

	1.d. Fortalecimento das entidades de apoio técnico.	Mesorregional	X			MI e MEC MCT e IES
	1.e. Fortalecimento das associações, cooperativas e ONGs relacionadas à terra.	Mesorregional	X			MI, MDA, MA, movimentos da sociedade civil organizada, IES
2. Programas de preservação da Mata Atlântica, cerrado, caatinga e manguezais.	2.a. Tombamento de áreas arqueológicas e maciços geológicos.	Juacema (Porto Seguro e Prado, Sítio arqueológico da Barra do Cahy); Pedra do Monte Pescoço e (Itamarajú), Pedra do Oratório e da Cabeceira do Sul (Guaratinga), Maciço do Monte Pescoço, Pedra de Tote (Jucuruçu); Pedra do Taquarauçu (Itahém); Grutas do Cerrado (Araçuaí, Itaobim, Itinga e Pedra Azul), Jaguaré, São Mateus, Conceição da Barra, Complexos geológicos (Ecoporanga, Ponto Belo, Mucurici e Boa Esperança), Almenara, Jacinto (Pedra Misteriosa) e Rubim (Pedra do Salão), Teófilo Otoni e Carlos Chagas (Pedra da Boca e Caladão, Pedra D'Água, Pedra da Saudade), Araçuaí (Chapada do Lagoão), Diamantina (Paleoanthus), Alto Jequitinhonha (formações rochosas da Serra do Espinhaço)	X			MI, IPHAN, Agência Mesovales
	2.b. Zoneamento e ordenamento agrícola e ecológico: Mata Atlântica, cerrado, caatinga e manguezais.	Mesorregional	X	X		MMA, MI, MC, MDA, IES
3. Programa de APL de artesanato indígena e quilombola	3.a. Implantação de ECC (Evento de Capacitação de Campo) e APL de artesanato.	Porto Seguro, Prado, Cabrália, Itamarajú, Conceição da Barra, Teófilo Otoni, Santa Helena, Bertópolis, São Mateus, Itaobim, Araçuaí	X	X	X	MMA, MI, MC, Fundação Palmares, Funai, MDS, MDA, IES, parcerias com a sociedade civil organizada

4. Programa de incentivo e valorização da cultura dos Vales.	4.a. Criação de Logomarca da Mesoavales	Mesorregional	X			MI, MC, Fórum, Agência Mesoavales
	4.b. Elaboração de cronograma de Festivales Itinerantes	Itinerante. Mesorregional		X		MC, Fórum e Agência Mesoavales
	4.c. Criação de centro de referência da cultura dos Vales	Mucuri (Teófilo Otoni) Jequitinhonha (Araçuaí, Diamantina, Almenara) Extremo sul da Bahia (Itamarajú) Sítio Histórico Caravelas, Belmonte (Bahia), Conceição da Barra (Espírito Santo)		X		MDS, MI, Agência Mesoavales
	4.d. Criação do sistema Mesoavales de Comunicação (TV, rádio, site, jornal)	Núcleos da Mesoavales	X	X		Agência Mesoavales, MI, MC, MEC
	4.e. Fortalecimento do mercado cultural Mesorregional	Mesorregional	X	X		MI, MCC, Agência Mesoavales
5. Programa de formação em agroecologia.	5.a. Criação de centros de formação em agroecologia	BA (Caravelas, Itagimirim e Itanhém) ES (Pinheiros, São Mateus e Montanha) MG (Berilo, Minas Novas, Jenipapo de Minas, Chapada do Norte e Rubim)		X		MI, MDA, MEC, MMA, MA, IES
<b>GÊNERO / GERAÇÃO</b>						
1. Programa de fortalecimento e ampliação de financiamentos e linhas de crédito dirigidas às mulheres.	1.a. Crédito rural específico para a mulher (independente da relação conjugal).	Mesorregional	X	X		MI, MMA, FUNAI, MDS
2. Programa de proteção e combate à violência contra a mulher do campo.	2.a. Política de combate ao tráfico e ao turismo sexual.	Mesorregional	X	X		MI, MJ, MDS, Polícias Civil, Militar e Federal
	2.b. Campanha de educação sexual para crianças e adolescentes.	Mesorregional	X			MI, MEC, MS, MDS, secretarias de ensino e saúde, conselhos tutelares, ONGs
	2.c. Criação de delegacias da mulher.	Mesorregional		X		MI, MJ, MDS
	2.d. Criação de casas de apoio às vítimas da violência doméstica (psicológica, jurídica, médica e assistência social).	Mesorregional		X		MI, MJ, MDS, Polícias Civil, Militar e Federal, Conselhos Tutelares, sociedade civil organizada, IES

3. Programa de fixação da mulher no campo.	3.a. Creches e Educação Infantil nas comunidades rurais.	Mesorregional: ênfase na demanda	X	X		MI, MEC, MDS, secretarias municipais de educação, associações e organizações da sociedade civil
	3.b. Política de equivalência salarial.	Mesorregional		X		MI, MF, MTE, MDS
	3.c. Incentivo à criação de associações de mulheres do campo.	Mesorregional	X			Fórum e Ag. Mesovales
	3.d. Curso de capacitação para a mulher do campo (gestão de pequenas propriedades).	Mesorregional	X			Fórum e Ag. Mesovales
	3.e. Apoio às organizações de mulheres indígenas e quilombolas.	Mesorregional	X	X		Fórum e Ag. Mesovales
	3.f. Incentivo ao artesanato da mulher do campo como geração de trabalho e renda	Mesorregional	X	X		Fórum e Ag. Mesovales
4. Programa de conscientização política da mulher.	4.a. Incentivo à criação de um Fórum Permanente das mulheres do campo	Itinerante	X			MI, MDS, IES, sociedade civil organizada
5. Programa de saúde da mulher do campo	5.a. Implantação de PSFs e PSIs na zona rural.	Mesorregional	X			MI, MS, MDS, sociedade civil organizada
	5.b. Implantação de programas de prevenção e atendimento à saúde da mulher.	Mesorregional	X			MI, MS, MDS, sociedade civil organizada
	5.c. Prevenção e acessibilidade ao atendimento específico à mulher do campo: câncer de mama e de útero.	Mesorregional	X			MI, MS, MDS, sociedade civil organizada
6. Programa de combate ao tráfico de drogas.	6.a. Ampliação (delegacias regionais) da ação da Polícia Federal na Mesorregião para combate ao tráfico de drogas.	Mesorregional	X			MI, MJ, Polícia federal
	6.b. Incentivo às atividades desportivas, de lazer e culturais nas escolas e comunidades, visando o combate às drogas.	Mesorregional		X		MI, MS, MEC, secretarias de educação, IES, sociedade civil organizada
7. Programa de educação para mulheres do campo.	7.a. Reformulação curricular com ênfase em pedagogias da terra (matérias específicas, cooperativismo, serviços, empreendedorismo).	Mesorregional		X		MI, MA, MEC, MDS, IES, secretarias de educação (estaduais e municipais)
	7.b. Curso de formação para a mulher do campo.	Mesorregional		X		MI, MA, MEC, MDS, IES, secretarias de educação (estaduais e municipais)

<b>GESTÃO</b>						
1. Programas para delimitação de monoculturas.	1.a. Limitação da área plantada de eucalipto (Lei Federal).	Mesorregional	X			MI, MDA
2. Ampliação e dinamização do programa de reforma agrária.	2.a. Titulação e legalização da terra.	Mesorregional	X	X		MI, MDA
	2.b. Reforma agrária nas terras arrendadas pelo eucalipto e nas devolutas.	Mesorregional	X	X		MI, MDA
	2.c. Ampliação e desburocratização do crédito fundiário.	Mesorregional	X			MI, MDA, MF
	2.d. Ampliação das linhas de créditos para o pequeno produtor.	Mesorregional	X	X		MI, MDA, MF
3. Criação de redes de cooperativas e associações.	3.a. Fortalecimento das centrais de produção e comercialização.	Mesorregional	X	X		MI, MDS, IES, Agência Mesovales, sociedade civil organizada
	3.b. Cursos de capacitação para elaboração de projetos.	Mesorregional	X			MI, MDS, IES, Agência Mesovales, sociedade civil organizada
	3.c. Socialização das informações dos PRONAFs/programas de crédito rural.	Mesorregional	X	X		MI, MDS, IES, Agências Mesovales, Banco do Brasil, Banco do Nordeste
4. Fortalecimento dos conselhos.	4.a. Fortalecimento e democratização dos conselhos.	Mesorregional		X		MI, MDS, Agência Mesovales, IES
5. Ampliação dos Programas “Luz para Todos” e Habitacionais.	5.a. Aumento da capacidade do Programas “Luz para Todos” (trifásico)	Mesorregional	X	X		MI, Ministério das Cidades, MA, MDA, secretarias estaduais, sociedade civil organizada, IES
	5.b. Ampliação de programas Habitacionais no campo.	Mesorregional		X		Ministério das Cidades, secretarias estaduais, sociedade civil organizada, IES
6. Fórum dos prefeitos da Mesovales.	6.a. Convocação do Fórum de prefeitos	Mesorregional	X			Agência Mesovales

<b>RENDA</b>						
1. Programas de incentivos fiscais.	1.a. Isenção fiscal para a agricultura familiar.	Mesorregional		X		Governo: Federal, Estadual e Municipal
	1.b. Incentivo fiscal para o mercado comum Mesorregional.	Mesorregional		X		Governo: Federal, Estadual e Municipal
	1.c. Incentivo à produção orgânica e ao uso racional da biodiversidade.	Mesorregional		X		Governo: Federal, Estadual e Municipal; sociedade civil organizada, IES.
2. Implantação de APLs com ênfase nos produtos regionais e Mesorregionais.	2.a. Leite	Medeiros Neto, Rubim T. Otoni, Montanha, Itapebi, Pinheiros, Jucuruçu, Guaratinga, Pedro Canário, Jacinto, Itaobim e Itamarajú.		X		MI, MDS, IES, sociedade civil organizada
	2.b. Embutidos	São Mateus, Boa Esperança, Teixeira de Freitas, Itaobim e Guaratinga.		X		MI, MDS, IES, sociedade civil organizada
	2.c. Fruticultura	Itamarajú, Itaobim, São Mateus, Pinheiros, T. Otoni, Almenara, Nova Viçosa, Pedro Canário, Prado, Eunápolis, Itanhém e Berilo.		X		MI, MDS, IES, sociedade civil organizada
	2.d. Urucum	Itamarajú, Nova Viçosa, Almenara, Prado, Itaobim e Divisópolis.		X		MI, MDS, IES, sociedade civil organizada
	2.e. Mandioca e derivados	Boa Esperança, Padre Paraíso, Conceição da Barra, Eunápolis, Medeiros Neto, Prado, Cabrália, Pinheiros, Carai, Itamaraju, Jucuruçu, São Mateus, Guaratinga, Alcobaça e Mucuri.		X		MI, MDS, IES, sociedade civil organizada
	2.f. Apicultura	Poté, Divisópolis, Berilo, Araçuaí, São Mateus, Conceição da Barra, Vereda Cabrália,, Mucuri, Prado, Alcobaça, Itamaraju, Teixeira de Freitas e Eunápolis.		X		MI, MDS, IES, sociedade civil organizada
	2.g. Mamona	Mesorregional – avaliar potencialidades.		X		MI, MDS, IES, sociedade civil organizada
	2.h. Biodiesel	Mesorregional – avaliar potencialidades.		X		MI, MDS, IES, sociedade civil organizada
	2.i. Granito	Itapebi, Itanhém, Medina, Itaobim, Guaratinga, Medeiros Neto, Jacinto e Ecoporanga		X		MI, MDS, IES, sociedade civil organizada

	2.j. Couro e derivados	Itaobim, Almenara, Montanha, T. Otoni, Lagedão, Itabela, Itamaraju, Eunápolis, Medeiros Neto (peixe), São Mateus, Conceição da Barra, Nova Viçosa, Prado		X		MI, MDS, IES, sociedade civil organizada
	2.k. Cana-de-açúcar / Cachaça	Medeiros Neto, Guaratinga, Araçuaí, Pedra Azul, Rubim, Conceição da Barra, Boa Esperança, Itaobim, Lagedão, Novo Cruzeiro, Jequitinhonha, Prado e Leme do Prado.		X		MI, MDS, IES, sociedade civil organizada
	2.l. Piscicultura	Aqüicultura: Prado, Alcobaça, Belmonte, Mucuri, Itanhem, Rubim, Berilo, Conceição da Barra, São Mateus, Pinheiros, Salto da Divisa, Ecoporanga		X		MI, MDS, MMA, SEAP (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca) IES, sociedade civil organizada
	2.m. Condimentos (pimenta-do-reino, pimenta rosa, açafrão, aroeira etc.)	Mesorregional		X		MI, MA, MDS, MDA, IES, sociedade civil organizada
	2.n. Ervas Medicinais	Mesorregional		X		MI, MA, MDS, MDA, IES, sociedade civil organizada
3. Programa de zoneamento Mesorregional.	3.a. Ampliação do levantamento geológico e socialização dos diagnósticos.	Mesorregional		X		Governos Federal e Estadual, sociedade civil organizada e IES
	3.b. Definição das zonas agroecológicas de forma participativa.	Mesorregional	X	X		Governos Federal e Estadual, sociedade civil organizada e IES
4. Programa de distribuição de renda.	4.a. Imposto de renda negativo.	Mesorregional	X	X		MI, MDS, MF, IES, sociedade civil organizada
	4.b. Ampliação das cooperativas de crédito e dos bancos populares.	Mesorregional	X	X		MI, MDS, IES, sociedade civil organizada
	4.c. Participação dos trabalhadores rurais nos lucros das empresas.	Mesorregional	X	X		MI, MDS, MF, MTE, MA, IES, sociedade civil organizada
5. Programa de preço mínimo para produtos agrícolas.	5.a. Estabelecimento de preço mínimo para cada produto agrícola.	Mesorregional	X	X		MI, MDA, MA, MDS
6. Programa de captação e armazenamento de água.	6.a. Construção de pequenas barragens (perenização de rios temporários) / poços artesianos / estações de dessalinização	Meso Semi-Árido	X	X		MI, MMA, MDA, MA, MDS, IES, ASA, RTS (redes de tecnologias sociais) sociedade civil organizada

	6.b. Barragens subterrâneas / mandalas (contenção de águas de chuvas)	Mesorregional	X	X		MI, MMA, MDA, MA, MDS, IES, sociedade civil organizada
	6.c. Ampliação e fortalecimento do P1MC\ASA (Programa de Formação, Mobilização e Convivência com o Semi-Árido), PI+2 (Uma Terra e Duas Águas) e o PAN-LCD (Plano de Ação Nacional de Luta de Combate à Desertificação).	Mesorregional	X	X		MI, MMA, MDA, MA, MDS, IES, sociedade civil organizada
	6.d. Implantação dos Comitês de Bacias hidrográficas	Mesorregional	X	X		MI, MMA, MDA, MA, MDS, IES, sociedade civil organizada
7. Programa de preservação e recuperação de matas ciliares.	7.a. Política de recuperação de matas ciliares.	Mesorregional	X	X		MI, MMA, MDA, MA, IES, sociedade civil organizada
8. Programa de valorização dos produtos dos Vales.	8.a. Agregação de valores aos produtos dos Vales, com a marca MESOVALES.	Mesorregional	X	X	X	MI, MDA, MA, MDS, IES, sociedade civil organizada, Agência Mesovales
	8.b. Ampliação de feiras de economia solidária.	Mesorregional	X	X	X	MI, MDA, MA, MDS, IES, sociedade civil organizada, Agência Mesovales
9. Programas de incentivo ao ecoturismo, turismo rural e histórico cultural.	9.a. Incremento ao turismo agroecológico, rural e histórico cultural.	Mesorregional	X	X	X	MI, MMA, MDS, Ministerio do Turismo, secretarias de turismo, IES, sociedade civil organizada
10. Programas alternativos de aquíicultura	10.a. Programas para capacitação de pescadores e financiamento de barcos, apetrechos de pesca, fabricação de gelo e unidade de beneficiamento com SIF.	Mesorregional		X		MI, MMA, SEAP, IES, sociedade civil organizada
	10.b. Apoio a empreendimentos alternativos de aquíicultura (criação de ostra /camarão em tanque).	Mesorregional		X		MI, MMA, SEAP, IES, sociedade civil organizada
<b>QUESTÃO AGRÁRIA</b>						
1. Programa de levantamento e titulação das terras devolutas.	1.a. Mutirão para regularização das terras (varas itinerantes e específicas).	Mesorregional	X	X		MI, MMA, MJ, MDA, INCRA
	1.b. Vara específica para questões agrárias.	Mesorregional	X	X	X	MI, MMA, MJ, MDA, INCRA

	1.c. Apoio e fortalecimento aos programas existentes (Incrá, Contag e Movimentos Sociais pela Terra).	Mesorregional	X	X		MI, MJ, MDA, INCRA, MDS, IES, sociedade civil organizada
	1.d. Articulação do Iter com o Incra.	Mesorregional	X			Governos: Federal e Estadual
	1.e. Reformulação e atualização dos indicadores que definem a função social da terra para efeitos de reforma agrária	Mesorregional	X	X		Governos: Federal e Estadual
	1.f. Cadastramento e reordenamento fundiário para identificação das terras devolutas na Mesovales para fins de reforma agrária	Mesorregional	X	X	X	MDA/SRA (Secretaria de Regularização Agrária), INCRA, ITER, MA, MI, MDS
2. Programas de orientação para populações atingidas por barragens.	2.a. Campanha de informação e orientação a comunidades atingidas por barragens.	Mesorregional	X			MI, MMA, MDA, MJ, MDS, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), Ministérios Públicos, IES, sociedade civil organizada
<b>INFRA-ESTRUTURA</b>						
1. Programa de pavimentação asfáltica às rodovias.	1.a. Pavimentação asfáltica dos trechos: . Boa Esperança - S. Mateus; . Ponto Belo - Ecoporanga; . Jaguaré - Nestor Gomes. . Prado - Cumuruxatiba	Locais já delimitados		X		Governos: Federal, Estadual e Municipal
	1.b. Construção e recuperação de estradas vicinais.	Mesorregional	X			Governos: Federal, Estadual e Municipal
2. Programa de preservação das nascentes.	2.a. Política de preservação das nascentes.	Mesorregional	X	X		Governos: Federal, Estadual e Municipal
3. Programa de aproveitamento dos usos múltiplos da água	3.a. Ações nas áreas de: piscicultura / turismo / educação ambiental.	Mesorregional		X		MI, MMA, secretarias estaduais, IES, sociedade civil organizada
	3.b. Construção de barragens.	Mesorregional		X		MI, MMA, MDA, secretarias estaduais e municipais, IES, sociedade civil organizada

### 6.3.4. Educação

Temas	Programas	Ações	Localização	Prazo			Competência
				Curto	Médio	longo	
<b>ETNIA</b>	1. Programas de ações afirmativas para as comunidades étnicas	1.a. Identificar e mapear as áreas indígenas e quilombolas	Maxacali: Santa Helena de Minas, Bertópolis; Aranã: Coronel Murta, Araçuaí Pankararu: Coronel Murta, Araçuaí; Pataxó: Araçuaí, Santa Cruz de Cabralia, Porto Seguro, Itabela, Itamaraju, Prado; Tupinambá: São Mateus Quilombolas: São Mateus, Conceição da Barra, Helvécia (Nova Viçosa), Juerana, (Caravelas), Chapada do Norte, Araçuaí, Teófilo Otoni	X	X		Sistemas Nacional, estaduais e municipais de educação, Sociedade Civil Organizada, IES
		1.b. Criar uma agenda específica de ações que dêem sustentabilidade educacional às áreas indígenas e quilombolas: formação de professores indígenas e quilombolas; resgate da língua e dos costumes e práticas indígenas e quilombolas; garantia de escolarização diferenciada nessas áreas		X	X	X	
		1.c. Criar um Centro de Referência de Educação Intercultural		X	X	X	
		1.d. Criar sistema de cotas, no ensino superior, para indígenas, quilombolas e membros da agricultura familiar		X			
		1.e. Implantar, nas universidades públicas, cursos de formação de educadores em nível superior, com ênfase na educação intercultural			X	X	
	2. Programa de produção de material didático	2.a. Produzir material didático (livros, cartilhas, folderes) – específico sobre questões étnicas da Mesorregião, para utilização nas escolas locais					
<b>GÊNERO</b>	1. Programa de combate à violência contra a mulher	1.a. Combater o turismo sexual, sobretudo infante-juvenil, e punir os envolvidos em atos de violência contra a mulher	Litoral, área de influência das BRs 101, 116, 251 e 367.	X	X	X	Polícias, Conselhos Tutelares, Ministério público Conselhos de Educação; IES, organizações da Sociedade Civil, Secretarias de Educação, MT

	2. Programas de educação sexual e “Política de Gênero”	2.a. Desenvolver campanhas e debates sobre a igualdade entre homens e mulheres, independentemente da cor, opção sexual, política ou religiosa	Mesorregional		X	X	MS, MEC, MDS, MI, Entidades da Sociedade civil organizada, Agência Mesovales, Secret. estaduais e municipais de saúde e educação, Conselhos (saúde, educação, de direito e tutelar)
		2.b. Desenvolver, nas escolas, projetos que tomem a “educação sexual” ou “educação afetivo-social” como temas transversais em projetos interdisciplinares	Mesorregional	X	X	X	
		2.c. Conjuguar ações da área da saúde, como programas de prevenção de DST, com educação para a sexualidade humana, sobretudo para jovens e adolescentes	Mesorregional	X	X	X	
		2.d. Ampliar possibilidades de criação de espaços de formação política de gênero, incorporando ao cotidiano da escola o debate do tema “política de gênero”	Mesorregional		X	X	
		2.e. Ampliar e fortalecer os espaços que se abriram ao debate sobre questões de gênero (partidos, sindicatos e ONGs)	Mesorregional		X	X	
<b>CIDADANIA</b>	1. Programas interinstitucionais de combate às drogas e à violência	1.a. Apoiar programas sociais de combate às drogas e à violência, a exemplo do PROERD/MG	Mesorregional	X	X	X	Polícia Militar
	2. Programa de assistência à saúde dos trabalhadores da educação	2.a. Criar projetos específicos sobre saúde do trabalhador da educação	Mesorregional		X	X	Secretarias estaduais e municipais de educação e de saúde
		2.b. Promover a salubridade do ambiente de trabalho e estimular a revisão da práxis educativa, como meio de diminuir o impacto do trabalho docente sobre a saúde dos trabalhadores da educação	Mesorregional	X	X	X	
	3. Programas da Família na Escola	3.a. Estimular projetos que visem a maior presença das famílias na escola (escola aberta para a comunidade)	Mesorregional	X	X	X	MEC, secretarias estaduais e municipais de educação
	4. Programas de escolas de tempo integral	4.a. Implantar escolas tempo integral	Mesorregional	X	X	X	MI, MDA, MTE, sociedade civil organizada, IES

	5. Programa “Primeiro Emprego”	5.a. Ampliar as parcerias do programa “Primeiro Emprego” cadastrando, nas escolas, empresas públicas, privadas, ONGs etc credenciadas pelo Programa	Mesorregional	X	X	X	Ministério da Educação, Secretarias de Educação, sociedade civil organizada, MDS, MTE, setor público e iniciativa privada, federações de indústrias e comércio, Sistema S
	6. Programas “Brasil Alfabetizado” e “Cidadão Nota Dez”	Ampliar as ações de alfabetização de jovens e adultos nos Programas “Brasil Alfabetizado” e “Cidadão Nota Dez”	Mesorregional		X		MEC, MDS, IES, sociedade civil organizada
<b>EDUCAÇÃO RURAL</b>	1. Programa de expansão das Escolas-Família Agrícolas	1.a. Criar políticas específicas para educação no campo	Mesorregional	X	X	X	MEC, MDA, secretarias estaduais e municipais de educação, Associações das Escolas Família Agrícola (EFAs), IES, sociedade civil organizada
		1.b. Fortalecer as Escolas-Família Agrícolas existentes e incentivar a criação de novas unidades, contemplando o ensino fundamental, médio e técnico, na modalidade da Alternância, com foco na agroecologia e agroturismo, conforme potencial local	Fortalecer as que já existem e criar novas escolas onde existe demanda na Mesorregião	X	X	X	
	2. Programa de adequação e ampliação de escolas da Educação Básica e profissionalizante nas áreas rurais	2.a. Expandir o ensino médio para distritos, povoados e comunidades rurais densamente povoadas	Mesorregional				ME, MDA, secretarias de ensino, IES
		2.b. Capacitar professores para atuar em turmas multisseriadas	Mesorregional		X	X	
	3. PNATE (Programa Nacional de Apoio Transporte Escolar) Urbano e Rural	3.a. Aumentar os recursos do PNATE junto às prefeituras	Mesorregional	X	X	X	Sociedade civil, Ministério Público
		3.b. Fortalecer a ação fiscalizadora dos Conselhos de Educação, Conselho Tutelar e Ministério Público na área do transporte escolar (infra-estrutura, repasse de verbas)	Mesorregional	X	X	X	
		3.c. Que o Estado assumo o transporte escolar do ensino médio					

	4. Programa de Educação Infantil e creches na Área Rural	4.a. Implantar escolas infantis e creches na área rural	Mesorregional	X	X	X	Secretarias municipais de ensino
<b>EDUCAÇÃO BÁSICA</b>	1. Programa de expansão e/ou reforma da rede física escolar	1.a. Expandir e reformar a rede física de ensino fundamental e médio, conforme levantamento das Superint Regionais de Ensino	Mesorregional	X	X	X	MDS, MC, MS, MEC, secretarias estaduais e municipais de Educação, IES, parcerias privadas, sociedade civil organizada
		1.b. Informatizar todas as escolas (ligação à internet)	Mesorregional	X	X	X	
		1.c. Capacitar pessoal para dar suporte de informática nas escolas	Mesorregional	X	X	X	
	2. Programa de ampliação da oferta da educação básica	2.a. Universalizar o atendimento à educação infantil e fundamental	Mesorregional	X	X	X	
		2.b. Ampliar oferta de vagas no ensino médio	Mesorregional	X	X	X	
		2.c. Ampliar investimentos de recursos públicos para adequar e ampliar a infraestrutura da rede pública de ensino	Mesorregional	X	X	X	
		2.d. Criar cursos profissionalizantes de acordo com a vocação de cada região	Mesorregional	X	X	X	
		2.e. Universalização do ensino médio e inclusão da educação infantil de 0 a 5 anos no FUNDEB (Fundo Nacional de Educação Básica)	Mesorregional	X	X	X	
	3. Programa de melhoria da qualidade do ensino nas escolas de educação básica	3.a. Realizar concursos públicos para todos os níveis de ensino e áreas de conhecimento	Mesorregional	X	X	X	
		3.b. Fomentar a pesquisa e formação de bancos de dados sobre a mesorregião					
		3.c. Produzir e editar livros didáticos e paradidáticos sobre a mesorregião					
		3.d. Criar e ampliar bibliotecas escolares, municipais e bibliotecas itinerantes					
		3.e. Ampliar a oferta de material didático (mala de leitura, jogos)					

		3.f. Implantar a Lei 10.639, que trata da obrigatoriedade da inclusão da história e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares					
		3.g. Contratar especialistas em saúde mental e portadores de NEE (Necessidades Educacionais Especiais)					
		3.h. Adequação da estrutura física para o atendimento aos portadores de NEE					
		3.i. Formar recursos humanos para o trabalho com alunos portadores de necessidades especiais					
	4. Programa de inclusão da disciplina Empreendedorismo	4.a. Incluir a disciplina empreendedorismo: ensino fundamental e médio	Mesorregional		X		
	5. Programa de Educação Ambiental no ensino básico	5.a. Implantação da educação ambiental conforme previsto nos PCNs	Mesorregional		X		
	6. Programa de educação em artes	6.a. Implantação da educação em artes, conforme previsto nos PCNs	Mesorregional		X		
	7. Programa de criação de Escolas de Pesca (ensino fundamental e médio)	7.a. Implantação de escolas de pesca	ES: São Mateus BA: Prado		X		
		7.b. Implementação das escolas de pesca já existentes	ES: Conceição da Barra BA: Nova Viçosa	X	X		
<b>ENSINO SUPERIOR</b>	1. Programa de expansão da oferta de cursos de nível superior público	1.a. Realizar diagnóstico da oferta e demanda de ensino superior na mesorregião	Mesorregional	X			IES, MEC
		1.b. Garantir a implantação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Diamantina, Teófilo Otoni, com <i>campi</i> avançados em Itaobim e Almenara	X	X	X	MEC
		1.c. Criação da UFVJ	Alto, médio e baixo Jequitinhonha			X	MEC
		1.d. Garantir dotação orçamentária para a implantação dos <i>campi</i> da UFBA no Extremo Sul da Bahia	Teixeira de Freitas, Itamaraju, Porto Seguro/Cabrália, Eunápolis	X	X		MEC
		1.e. Incluir o extremo Sul da Bahia na estrutura da UFVJM	Teixeira de Freitas, Itamaraju, Porto Seguro/Cabrália, Eunápolis		X	X	MEC

	1.f. Fortalecer e ampliar o campus da UFES em São Mateus, criando novos cursos e garantindo um centro com autonomia	São Mateus	X	X		MEC, UFES	
	1.g. Fortalecer e expandir atuação da UNEB e da UNIMONTES	Cidades pólo	X	X	X	UNEB, UNIMONTES	
	1.h. Criar cursos que potencializem a produção local: agronomia, agroecologia e agronegócios (zootecnia, fitotecnia, agronomia, cachaçaria, gemologia, hotelaria e turismo; engenharias, biologia marinha/oceanografia, administração pública e contabilidade; ciências humanas, sobretudo nas áreas de educação, e da saúde)			X	X	IES	
	1.i. Universidade Federal da Bahia (UFBA) no extremo sul da Bahia	Extremo sul da Bahia	X			MEC	
2. Programa de Formação de Professores	2.a. Expandir os programas de habilitação dos professores leigos	Mesorregional	X			IES	
	2.b. Permitir o acesso aos cursos de formação intercultural “Pedagogia Indígena” e “Pedagogia da Terra”, recém criados na UFMG/UNEB	Mesorregional	X			UFMG, UNEB	
	2.c. Criar cursos de pós-graduação de especialização, mestrado e doutorado, especialmente para professores que atuam na região	Mesorregional	X			IES	
	2.d. Criar Centro de Pesquisas avançadas voltadas para o desenvolvimento da Mesorregião	Centros Universitários			X		IES
	2.e. Elaborar projetos de educação continuada para professores	Mesorregional	X	X	X	IES	
	2.f. Fortalecimento da ação fiscalizadora do Estado sobre a formação do profissional de educação dos cursos de ensino a distancia.	Mesorregional	X	X	X	MEC	

<b>GESTÃO</b>		a. Elaborar projeto político pedagógico mesorregional	Mesorregional				IES
		b. Elaborar Planos Decenais de Educação	Mesorregional				
		c. Instalar um fórum permanente de educação em cada sub-região e na Mesorregião	Mesorregional				
		d. Descentralizar a oferta dos cursos e a organização do processo de escolarização	Mesorregional				
		e. Criar programas de capacitação interdisciplinar de educadores para educação ambiental	Mesorregional				
		f. Implantar programas de visitação às reservas ecológicas da região	Mesorregional				
		g. Criar cursos específicos para professores municipais nas universidades públicas	Mesorregional				
		h. Criar mecanismos (cooperativas) para o fornecimento da merenda escolar com produtos <i>in natura</i> (cardápio regional)	Mesorregional				
		i. Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para merenda escolar, incluindo a multi-mistura	Mesorregional	X	X	X	MDS, MDA
		j. Implantar a Universidade do Extremo Sul da Bahia	Itamaraju/Prado				
		k. Encontrar uma forma mais eficiente de acompanhamento dos objetivos do Programa Bolsa-Escola	Mesorregional				
	1. Programa de criação e implantação de Escolas de Governo	1.a. Criação e implantação de Escolas de Governo pela Agencia Mesovales	Mesorregional		X		Agência Mesovales

<b>VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO</b>	1. Programa de valorização do Magistério e da Educação Básica	1.a. Implantar plano de cargos e salários para professores dos diferentes níveis de ensino	Mesorregional	X	X	X	Secretarias estaduais e municipais de educação
		1.b. Definir um piso salarial mínimo para redes municipais da mesorregião	Mesorregional	X			
		1.c. Realizar concursos públicos para os vários níveis do ensino	Mesorregional		X	X	
		1.d. Implantar, progressivamente, o regime de dedicação exclusiva na escola, com salário compatível, para pôr fim à dobra de turnos	Mesorregional		X	X	
	2. Programa de saúde dos profissionais da educação	2.a. Criar programa de atendimento às vítimas de doenças profissionais	Mesorregional	X	X	X	ME, MS, Secretarias estaduais e municipais de educação
		2.b. Revitalizar e democratizar os Institutos de Previdência	Mesorregional	X	X		
		2.c. Fortalecer as organizações dos trabalhadores em educação da rede pública da mesorregião	Mesorregional	X	X	X	Professores e sindicatos
	Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Criação e extensão do acesso de jovens e adultos para alfabetização e continuidade dos estudos em outros níveis	Mesorregional	X	X	X	MEC, secretarias. de educação, IES
	Programas de Escolas Técnicas ligadas as IES	Criação de Escolas Técnicas ligadas as IES	Mesorregional		X	X	IES, MEC, secretarias estaduais de educação

### 6.3.5. Meio Ambiente

Programas		Ações	Localização	Prazo			Competência
				Curto	Médio	Longo	
Agenda 21	1. Programa de Agenda 21 Local	1.a. Elaboração e apoio à implementação de Agenda 21 local municipais e mesorregional.	Municípios da mesorregião	X	X	X	MMA, IES, Comissão para Agenda 21 da Casa Civil, prefeituras, sociedade civil organizada, Comitês de Bacias, Min. das Cidades
Água	1. Programa de revitalização de bacias e sub-bacias hidrográficas: (cercamento e revegetação)	1.a. Recuperar e preservar nascentes, córregos, rios, matas ciliares e topos	Em todas as bacias da MESO com destaque para: Jequitinhonha-Araçuaí-Itamarandiba, Fanado; Mucuri-Todos os Santos; São Mateus-Kricaré; Itaúnas; Buranhém, Jucuruçu, Itanhém	X	X	X	MI, MDA, EMBRAPA, Comitês de Bacias, sociedade civil organizada
	2. Programa de barragens e cisternas subterrâneas	2.a. Implantar e ou ampliar Projeto de Barragens e cisternas subterrâneas.		X	X	X	MI, MDA, sociedade civil organizada
Poluição das águas	1. Programa de implantação de Políticas de Saneamento Ambiental: Infra-estrutura Social	1.a. Implantar e gerenciar sistema de coleta e tratamento de esgoto nas cidades, distritos, povoados e assentamentos ribeirinhos ainda não atendidos	Todas as bacias e sub-bacias da mesorregião	X	X		MI, Ministério das Cidades, FUNASA
	2. Programa de Regulamentação e Licenciamento Municipal da Mineração.	2.a. Normalização, no âmbito municipal, das ações de mineração	Mesorregional	X	X		MI, Ministério das Cidades, M. Minas e Energia
	3. Programa de Distritos Sanitários	3.a. Construir unidades sanitárias na zona rural; Melhorias Sanitárias Domiciliares; DSEI/Funasa – Distritos Sanitários Especiais Indígenas	Mesorregional	X	X		
Convivência com a seca	1. Programa de Formação e Mobilização Social para	1.a. Formar parcerias MESOVALES – ASA para fortalecer ações existentes	Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Extremo Norte do Espírito	X	X		CAV (Centro de Agricultura Vicente

	Convivência Com o Semi-Árido (PIMC e P1 + 2 – Uma Terra e Duas Águas)	1.b. Continuação dos projetos de construção de caixas de captação e armazenamento de água de chuvas	Santo				Nica)/ASA, Cáritas, Fundo Cristão, Instituto IDES-SAPE	
	2. Programa de convivência com o semi-árido	2.a. Implantar e ou ampliar Projeto Barraginhas, Bacias de Contenção, mandalas, barragens subterrâneas, cisterna calçadão						
Gestão de Recursos Hídricos	1. Programa de elaboração dos Planos Municipais de Recursos Hídricos, voltados principalmente para áreas de APP (Área de Preservação Permanente)	1.a. Elaboração dos Planos Municipais de Recursos Hídricos	Bacias e Microbacias	X	X	X	MI, MMA, MDA, Comitês de Bacias, IES, ANA, Secretarias Estaduais, SISNAMA e Fundo Nacional de Meio Ambiente	
	2. Programas de elaboração de ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico), local e regional	2.a. Elaboração de ZEE local e regional	Mesorregional					
	3. Programa de capacitação de agentes de desenvolvimento regional	3.a. Capacitação de agentes de desenvolvimento regional	Mesorregional					
	4. Programas de capacitação de pessoal técnico da iniciativa privada para fomentar atividades econômicas sustentáveis na costa/mata atlântica e cerrado	4.a. Financiamento para capacitação de pessoal técnico da sociedade civil para fomentar atividades econômicas sustentáveis na costa/mata atlântica e cerrado	4.a. Financiamento para capacitação de pessoal técnico da sociedade civil para fomentar atividades econômicas sustentáveis na costa/mata atlântica e cerrado	Mesorregional				
			4.b. Capacitar corpo técnico do setor público em demandas legais e administrativas	Mesorregional				
			4.c. Promover gestão integrada das bacias hidrográficas – comitês e associações pró-comitês	Mesorregional				
	5. Criação dos Conselhos Municipais de Defesa Civil (COMDEC)	5.a. Capacitação de brigadas de cidadãos para defesa civil	Mesorregional					

	6. Implementação e ampliação do Projeto Salvamar nos municípios litorâneos da Mesorregião e nas regiões de pesca das áreas navegáveis	6.a. Construção dos tanques para coleta de óleo, reciclagem do óleo, revenda aos pescadores	Mesorregional	X			Petrobrás e associações de pescadores	
	7. Estudos de viabilidade de utilização dos resíduos da pesca	7.a. Propostas de utilização dos resíduos da pesca	Mesorregional		X		IES, Embrapa, IBAMA, SEAP, empresas estaduais de pesca, sociedade civil organizada	
Resíduos Sólidos (RS)	1. Programa de elaboração de Planos municipais de manejo e tratamento de resíduos sólidos vinculando-os às políticas propostas no Plano Diretor Municipal		Ações de âmbito Mesorregional:  - Aterro controlado: Cidades até 20.000 hab - Aterro Sanitário: Cidades acima de 20.000 hab	X			Min. Cidades, e Câmara Técnica de Resíduos Sólidos da Mesovales, Conselhos de Meio Ambiente (Estaduais e Municipais), Órgãos Licenciadores, MMA, Fundo Nacional de Meio Ambiente, sociedade civil organizada, Petrobrás, iniciativa privada	
	2. Programa de Licenciamento de Aterros de Resíduos Sólidos							
	3. Programa de Implantação do Aterro Controlado/Sanitários	3.a. Licenciar, construir e implantar aterros controlados e sanitários						
		3.b. Adquirir maquinário exclusivo para manejo dos aterros						
	4. Programas de Limpeza Urbana	4.a. Destinar resíduos sólidos a aterros sanitários						
		4.b. Destinar adequadamente os resíduos hospitalares e demais categorias de resíduos especiais						
	5. Programa de adequação do transporte e destinação de resíduos sólidos	5.a. Adquirir equipamentos necessários à coleta e transporte dos resíduos sólidos						
6. Programa de estruturação de órgãos fiscalizadores e dos CODEMAs	6.a. Garantir ação fiscalizadora do poder público e do CODEMAs - Deliberativos							
7. Destinação do lodo do tratamento de água e esgoto	7.a. Garantir a adequada destinação do lodo das ETES e ETAs							

	8. Programa de Educação Ambiental - Resíduos Sólidos	8.a. Educação Formal e Não-Formal voltada para Resíduos sólidos (quatro Rs: reduzir, reciclar, reutilizar e repensar)					
	1. Programa voltado para a aplicação dos 4 Rs: repensar, reciclar, reutilizar, reduzir	1.a. Divulgar e ampliar programas dos 4 Rs para materiais não-degradáveis	Mesorregional	X	X		MI, Ministério das Cidades, MMA, instituições públicas, privadas e da sociedade civil organizada, Fundo Nacional de Meio Ambiente, SISNAMA
	2. Programa de gestão de resíduos sólidos urbanos e rurais: – voltado para a adoção da coleta seletiva	2.a. Implantar coleta seletiva nas cidades da mesorregião e parcerias (microempresários, associações de catadores de resíduos sólidos), Fórum Nacional Lixo e Cidadania	Mesorregional				
		2.b. Construir galpões de triagem, usinas de reciclagem, compostagem e usinagem de entulhos (ganhar escala de produção)	Usina de reciclagem em cidades acima de 20.000 hab				
		2.c. Criação de Consórcios Intermunicipais para a reciclagem (ganhar escala de produção) e destinação de resíduos perigosos	Cidades até 20.000 hab: Consórcios Intermunicipais				
		2.d. Promover capacitação técnica na área de resíduos sólidos em todos os níveis do sistema de coleta e manejo	Mesorregional				
		2.e. Fomentar a criação de oficinas de artesanato de material reciclável em parceria com APL de Artesanato	Mesorregional				

Solo Trabalho e renda	1. Programa de proteção e recuperação do solo (desertificação e erosão) e revitalização de áreas degradadas urbanas e rurais	1.a. Desenvolver projetos de revitalização de áreas degradadas urbanas e rurais – visando a proteção e recuperação do solo – Planos de Manejo e EIAs/RIMAs	Mesorregional	X	X	X	MMA, Órgãos Florestais, Conselhos de Meio Ambiente, sociedade civil organizada, IES
	2. Programa de criação de viveiros de mudas nativas	2.a. Fortalecer parcerias com os órgãos florestais dos estados da mesorregião para produção de mudas de nativas e frutíferas					
	3. Programa de municipalização do licenciamento ambiental de questões de incidência local – mineração, parcelamento do solo (ex: loteamentos, desmatamento, queimada, pedreira e extrativismo)	3.a. Elaborar Planos Diretores Participativos com diretrizes ambientais para licenciamento definidos e regulamentados					
		3.b. Fomentar alternativas para população pesqueira					
	4. Programas de estruturação dos órgãos de fiscalização estaduais e municipais	4.a. Viabilizar a estruturação dos órgãos de fiscalização estaduais e municipais.					
	5. Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos	5.a. Implantar o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Mesorregião.					
Flora e Fauna	1. Programas de proteção à biodiversidade	1.a. Implantar, ampliar e estimular a criação de Ucs (Unidades de Conservação) e APPs (Áreas de Preservação Permanente) locais e regionais	Ladainha, Jucuruçu, Guratinga, Belmonte, Itamaraju, Acauã, Turmalina, Araçuaí, Jequitinhonha, Itabela, Teófilo Otoni, Parque Estadual do Rio Preto, Parque do Itambé, Fronteira dos Vales, Alcobaça, Córrego Charqueado (Teixeira de Freitas), Prado, Jacinto, Caravelas, Eunápolis, Pinheiros, Conceição da Barra, Porto Seguro, Cabrália	X	X		MMA-IBAMA, Órgãos Florestais, Conselhos de Meio Ambiente, IES, parceria da iniciativa privada e sociedade civil organizada

	2. Programa de institucionalização, tombamento de áreas naturais de conservação, do patrimônio histórico e ambiental	2.a. Institucionalizar tombamento de áreas naturais de conservação, de patrimônio histórico e ambiental	Juacema (Porto Seguro e Prado, Sítio arqueológico da Barra do Cahy); Pedra do Monte Pescoço e (Itamarajú), Pedra do Oratório e da Cabeceira do Sul (Guaratinga), Maciço do Monte Pescoço, Pedra de Tote (Jucuruçu); Pedra do Taquarauçu (Itahém); Grutas do Cerrado (Araçuaí, Itaobim, Itinga e Pedra Azul), Jaguaré, São Mateus, Conceição da Barra, Complexos geológicos (Ecoporanga, Ponto Belo, Mucurici e Boa Esperança), Almenara, Jacinto (Pedra Misteriosa) e Rubim (Pedra do Salão), Teófilo Otoni e Carlos Chagas (Pedra da Boca e Caladão, Pedra D'Água, Pedra da Saudade), Araçuaí (Chapada do Lagoão), Diamantina (Paleapanthus), Alto Jequitinhonha (formações rochosas da Serra do Espinhaço), Parque Estadual de Itaúnas, Reserva Biológica Córrego do Veado (Pinheiros)	X	X		IPHAN, Ministério do Turismo, MMA, M. Cultura, IES
	3. Programa de Inventários Ambientais	3.a. Realizar Inventários Ambientais	Ações mesorregionais	X	X		IPHAN, Ministério do Turismo, IES, MMA
	4. Programa de recuperação das APPs -Áreas de Preservação Permanente e de UCs elaboração de plano de manejo	4.a. Elaborar de planos de manejo das espécies nativas, de APP-Área de Preservação Permanente,e de UCs					MMA, Secretarias de Meio Ambiente, órgão responsáveis pelas UCs, Polícias Ambientais Federais e CODEMA
	5. Programa de intensificação da fiscalização ambiental pelo IBAMA, órgãos estaduais e polícias ambientais, Polícia Federal, CODEMAs	5.a. Fortalecer fiscalização pelo IBAMA/órgãos estaduais e polícias ambientais, Polícia Federal, CODEMA	Mesorregional				IBAMA, órgãos estaduais e polícias ambientais, Polícia Federal, CODEMAs

	6. Programa de implantação de corredores ecológicos entre as UCs para garantir a diversidade genética (Biodiversidade)	6.a. Implantar corredores ecológicos entre as UCs para garantir a diversidade genética (Biodiversidade)	Mesorregional	X	X		MMA, MT, MDA, sociedade civil organizada, PPG7 (OCDE/ONU)
	7. Programa de fortalecimento da fiscalização sobre as áreas de reserva legal, para fazer cumprir a lei que estabelece 20% de reserva legal nas propriedades particulares (Código Florestal)	7.a. Aumentar a fiscalização sobre as áreas de reserva legal, para fazer cumprir a lei que estabelece 20% de reserva legal nas propriedades particulares (Código Florestal)	Mesorregional	X			MMA, (PRODETUR) MA, MT, IES
	8. Programa de tributação compensatória ex: ITRA– Imposto Territorial Rural Ambiental	Garantir algum tipo de benefício direto ao agricultor como recompensa pela preservação ex: ITRA					
	9. Programas de C&T (Ciência e Tecnologia) para a sustentabilidade mesorregional	9.a. Fortalecer órgãos de assistência técnica e extensão rural; Criar laboratórios de pesquisa e produção de alevinos de espécies nativas					
	10. Recursos para Implantação efetiva dos planos de manejo das Unidades de Conservação que já os fizeram	10.a. Definição de fontes de recursos para sustentabilidade econômica das UCs					
		10.b. Estruturação para visitação, segurança nas áreas e educa�o ambiental					
Educa�o Ambiental	1. Programa de educa�o ambiental específico microrregional formal e não-formal	1.a. Realizar diagnóstico de situa�o da educa�o ambiental em cada localidade	Mesorregional	X			MMA, Ministério da Educa�o, MT, MDA, MI, IES, sociedade civil organizada, MEC, secretarias de educa�o (estaduais e municipais), Sistema S, iniciativa privada
		1.b. Implantar núcleos de educa�o ambiental nos núcleos da Mesovales					

	2. Programa de capacitação e qualificação em educação ambiental, agroecologia e ecoturismo	2.a. Montar cursos de capacitação e qualificação em educação ambiental, visando avançar na conscientização das questões relativas a agroecologia e ao ecoturismo	Mesorregional				
	3. Programa de formação continuada dos educadores em EA (educação ambiental)	3.a. Promover a formação continuada dos educadores em EA.	Mesorregional				
	4. Programas de educação socioambiental e agroecológica no meio rural	4.a. Implementar programas de educação rural: GESTAR, Educação de Alternância, Escolas Rurais, Escolas Técnicas Agrícolas.	Mesorregional				
	5. NEA (Política Nacional de Educação Ambiental) e cumprimento efetivo da legislação existente – PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais	5.a. Atuar no sentido de implementar as diretrizes da NEA e implementar ações para garantir cumprimento efetivo da legislação existente – PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais)	Mesorregional				
	6. Programa voltado para responsabilidade socioambiental das empresas visando educação formal e não-formal	6.a. Formalizar termos de compromisso no contexto da responsabilidade social das empresas visando recursos para a educação ambiental formal e não-formal	Mesorregional				
	7. Programa de Democratização das informações ambientais	7.a. Democratizar informações, tornando-as acessíveis aos educadores	Mesorregional				
	8. Programa de Educação Ambiental em parceria com meios de comunicação	8.a. Fomentar parcerias com todos os meios de comunicação para a educação ambiental não-formal					
	9. Programa de educação ambiental e arte utilizando materiais recicláveis nas escolas	9.a. Oficinas de arte e artesanato com materiais recicláveis nas escolas	Mesorregional				
		9.b. Concurso de arte e artesanato com materiais recicláveis					

### 6.3.6. Saúde

Programa	Ações	Localização	Prazo			Competência
			Curto	Médio	Longo	
1. Programa de Saneamento Básico/Ambiental	1.a. A ser definida de acordo com a necessidade de cada município	Mesorregião	X	X	X	FUNASA, M. Cidades, MI
2. Programa de Atenção aos dependentes químicos	2.a. Implantar programa de atenção a dependentes químicos	Mesorregional, com destaque para comunidades pesqueiras	X			MS, MEC, MDS, Secr. da Pesca
<b>3. Atenção Básica</b>						
3.1. PSF / PACS (Programa de Agentes Comunitários) – urbano e rural	3.1.a. Incentivo diferenciado para estruturação e manutenção de PSFs, de acordo com a realidade das regiões / ampliação da equipe multiprofissional (PAB variável)	Mesorregião	X			Ministério da Saúde
	3.1.b. Concessão de veículos para as equipes do PSF					
	3.1.c. Desvinculação do repasse do recurso financeiro e funcionamento do PSF da figura do profissional médico					
	3.1.d. Expansão e reformulação dos PSFI (Programa de Saúde da Família Indígena) e PSFs rurais					
	3.1.e. Criação de PACS/PSFQ (Programa de Saúde da Família Quilombola)					
3.2. PAB (Piso de Atenção Básica) Fixo	3.2.a. Aumento do recurso per capita, considerando o princípio de equidade do SUS	Mesorregião	X			Ministério da Saúde
	3.2.b. Assegurar incentivo à saúde bucal independente do PSF					

3.3. Controle de doenças infecto-contagiosas	3.3.a. Diferenciação dos recursos para as áreas de maior incidência	Mesorregião	X	X		Ministério da Saúde
	3.3.b. Promover ações de educação permanente em saúde					
3.4. Fitoterapia	3.4.a. Introduzir o tratamento fitoterápico e terapias alternativas na saúde pública (prioritariamente no PSF)	Mesorregião	X	X		Minist. da Saúde, Centro Comunitário Franco Rosseti (Pedro Canário-ES), Pastorais de Saúde, da Criança e do Idoso, IES
	3.4.b. Implantar farmácias públicas fitoterápicas					
	3.4.c. Implantar unidades de produção da multi-mistura					
	3.4.d. Capacitar agentes de saúde em fitoterapia e terapias alternativas					
	3.4.e. Pesquisas das plantas medicinais da Mesorregião					
3.5. Programa de Saúde da Mulher	3.5.a. Criar centros regionais de atendimento à saúde da mulher	Mesorregião	X	X		MS, Secretarias de Estado, sociedade civil organizada
3.6. Programa de Saúde do Idoso	3.6.a. Implantar programas específicos de prevenção, proteção e promoção à saúde do idoso	Mesorregião				MS, secretarias estaduais de saúde, sociedade civil organizada
	3.6.b. Assegurar incentivos financeiros para contratação de geriatras nas cidades-pólos da Mesorregião					
4. Média complexidade						
	4.0.a. Criar os programas CAPS, CTA, NISAT	Sedes das microrregiões da Mesorregião	X	X		MS e Secretarias Estaduais de Saúde
	4.0.b. Equipar as sedes de microrregiões com: ecocardiograma, mamógrafo, holter, esteira ergométrica, eletroencefalograma, endoscópio/órtese-prótese, colposcópico					
	4.0.c. Aumento do teto financeiro dos serviços da média complexidade, possibilitando o credenciamento dos mesmos	Mesorregião				

4.1. Reestruturação / Reorganização da rede hospitalar	4.1.a. Criar programas e equipar os municípios, mesmo que não sejam sedes de microrregiões	Mesorregião	X	X		MS
	4.1.b. Aumentar o valor médio das AIHs (Autorização de Internação Hospitalar)					
	4.1.c. Garantia de recursos extra-teto quando do credenciamento de novos serviços					
	4.1.d. Incentivo a hospitais regionais de referência dentro da Mesorregião					
4.2. PPI (Programação Pactuada Integrada)	4.2.a. Respeitar a equidade: - Aumento de cotas de procedimentos - Aumento do valor financeiro dos procedimentos	Mesorregional	X			MS
	4.2.b. Criação de centrais de regulação					
	4.2.c. Criação de referência inter-estadual					
4.3. Rede de Informação	4.3.a. Informatizar todos os serviços de saúde dos municípios	Mesorregional	X			MS
4.4. Consórcio	4.4.a. Credenciamento dos serviços de todos os consórcios	Mesorregional	X			Secretarias Estaduais de Saúde, MS
	4.4.b. Informatização de todos os consórcios					
	4.4.c. Incentivar a criação de novos consórcios entre as prefeituras					Municípios
5. Alta Complexidade						
5.1. TRS (Tratamento Renal Substitutivo)	5.1.a. Implantação de unidades de TRS, para atendimento das microrregiões de Almenara, Araçuaí, Pedra Azul, Itaobim	Itaobim	X			Minist. da Saúde e Secret. Estaduais de Saúde
	5.1.b. Implantação de unidade de TRS para atendimento da microrregião de Eunápolis (21 munic.)	Eunápolis				
	5.1.c. Implantação de unidade de TRS para atendimento da microrregião do Litoral Norte do ES	São Mateus				

5.2. UTIs (Unidades de Tratamento Intensivo)	5.2.a. Maior numero de leitos de UTIs	Eunápolis, Teófilo Otoni e São Mateus	X			MS, Secret. Estaduais de Saúde
	5.2.b. Criação e estruturação de leitos de UTIs neonatal	Teófilo Otoni e São Mateus	X			
	5.2.c. Criação e estruturação de leitos de UTIs em sede das microrregiões	Mesorregional			X	
5.3. CACON I (Centro de Atendimento Oncológico Básico)	5.3.a. Implantação de CACON I	São Mateus, Teófilo Otoni e Itamaraju	X			MS, Secret. Estaduais de Saúde
5.4. Gravidez de Alto Risco	5.4.a. Criação de centros de atendimento de parturientes de alto risco	Teófilo Otoni, São Mateus e Teixeira de Freitas	X	X		MS, Secret. Estaduais de Saúde
5.5. Oftalmologia	5.5.a. Implantação e estruturação de centros oftalmológicos	Teófilo Otoni, São Mateus e Itamaraju	X	X		MS, Secret. Estaduais de Saúde
5.6. Urgência e Emergência	5.6.a. Concessão de SAMU (Serviço de Atendimento Medico de Urgência)	Teófilo Otoni e Teixeira de Freitas	X	X		MS, Secret. Estaduais de Saúde
	5.6.b. Concessão de unidades de UTIs moveis para as sedes das macrorregiões e garantia do serviço	Sedes das macrorregiões			X	
5.7. Tomografia	5.7.a. Concessão de tomógrafos (assegurando recursos financeiros para custear os serviços)	Itaobim, Itamaraju, Pinheiros	X	X		MS
5.8. Ressonância Magnética	5.8.a. Concessão de aparelhos de ressonância magnética (assegurando recursos financeiros para custear os serviços)	Teófilo Otoni, São Mateus e Eunápolis	X	X		MS
5.9. Alta Complexidade	5.9.a. Descentralização de serviços de alta complexidade, de acordo com a sua viabilidade	São Mateus, Eunápolis e Itaobim			X	MS
6. Centros de Reabilitação	6.a. Criação de centros especializados de atenção à criança e ao adolescente vitimas de maus tratos	Sedes das microrregiões	X			MS, Secret. Estaduais de Saúde, Projeto Sentinela, Rede Sara
	6.b. Criação de centros de reabilitação e reintegração da criança e do adolescente					
	6.c. Criação de centros de reabilitação e reintegração social para dependentes químicos e orientação às famílias					

7. Programa de Saúde do Trabalhador	7.a. Criação de centros de atendimento em atenção à saúde do trabalhador	Sedes das microrregiões	X	X		MS, Secretarias de Estado de Saúde, MDS, IES, MTE, Pastorais, Polícia Rodoviária (federal e estadual), DENATRAN
	7.b. Criação de mecanismos de fiscalização das condições de salubridade do trabalhador da Mesorregião em todo o território nacional. Cadastramento dos trabalhadores sazonais da Mesorregião. Cadastramento da cidade-empresa destino dos trabalhadores sazonais da Mesorregião. Fiscalização do transporte dos trabalhadores.	Mesorregional				
8. Programa de Educação Permanente em Saúde	8.a. Maior divulgação nos meios de comunicação dos programas e serviços do SUS	Mesorregional		X		MS, rádios comunitárias
	8.b. Capacitação dos recursos humanos, valorizando e respeitando a cultura étnica					
	8.c. Criação de uma escola de saúde pública					
9. Criação e aparelhamento de Centros de Zoonose	9.a. Controle das endemias e epidemias	Mesorregional Eunápolis (aparelhamento)	X			MS, Secret. estaduais de saúde, FUNASA
10. Criação de IMLs (Institutos Médicos Legais)	10.a. Criação e estruturação de IMLs	Teixeira de Freitas, Porto Seguro, e Eunápolis, Itamaraju (estruturação) Teófilo Otoni (estruturação) Diamantina (criação) Pedra Azul (criação) São Mateus (criação)				MS

### 6.3.7. Infra-Estrutura

Programa	Ações	Localização	Prazo			Competência	
			Curto	Médio	Longo		
RODOVIAS	Interligações Prioritárias: Eixos rodoviários BR101, 116 e 367	Construções:				MI, ESTADOS, PRODETUR, DENIT  Obs.: Critérios principais viabilidade Social, Ambiental, população contemplada, saúde, integração interestadual, Econômico. Ficando ainda como prioridades aos Estados as que não forem contempladas no ministério.  As demais elencadas pelos estados serão prioritárias pela gestão Federal e Estadual no próximo ano.	
		a) Lagedão/Serra – 6km					
		b) Pedro Canário/Nanuque – 90 km – federalização (PPP)	Pedro Canário, Cristal, Itaquara, Nanuque – PPP	X			
		c) Almenara/Itamaraju – 260 km	Almenara, Rubim, rio do Prado, Jeribá, Dois de Abril, Palmópolis, Jucuruçu, Coqueiro, Nova Alegria, PauDalho, Itamaraju	X			
		d) Águas Formosas/Itanhem – 100 km	Águas Formosas, Machacalis, Bertopolis, Itanhem, Carlos Chagas, fronteiras dos Vales e Joáima	X			
		e) Almenara/ Salto da Divisa – 60 km	Almenara, Jacinto, Salto da Divisa	X			
		f) Virgem da Lapa/entroncamento Turmalina / 104 km	Virgem da Lapa, Leliveldia, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Turmalina				X
		g) Pavimentação Jacinto a Guaratinga, 104km		X			
		h) Ecoporanga a Ataléia		X			
		i) Duplicação da BR 101 Pavimentação da estrada Boa Esperança-São Mateus: 57 Km, acesso para vários municípios		X			
j) 25 Km: São Mateus (Guriri): Foz do Rio Cricaré - 25 Km: Guriri - Barra Nova - 22 Km: Pavimentação de 20 Km - Conceição da Barra a Itaúnas - Aproximadamente 30 Km: Itaúnas - Mucuri			X				

		k) Aproximadamente 34 Km: Pedro Canário - Entroncamento de Itaúnas		X		
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Concorrências Locais/ Licitações nas linhas intermunicipais ônibus	a) Abertura de novas linhas quebra de monopólios e inclusão de controle social.	Todos os estados e municípios.	X		DNIT e Departamentos de trânsito estaduais
FERROVIAS	Construção Ferrovia	a) João Neiva / Caravelas / Araçuai PPP. Bahia Minas	Integração Regional/ Econômica / Turística / Desafogamento Malha rodoviária	X		MT PPP Prioridade a terminais intermodais
		b) Terminais intermodais	São Mateus Caravelas / Br 101 Br 116/ Araçuai			
AEROVIAS	Revitalização Aerovias	a) Revitalização, recuperação e ampliação dos Aeroportos já construídos nos municípios	Teófilo Otoni - ampliação Araçuai - revitalizar Teixeira de Freitas - revitalizar São Mateus – revitalizar	X		MT PPP INFRAERO
	Construção Aerovias	b) Porto seguro – com características para carga	Município Porto Seguro e Cabrália		X	
CABOVIAS	Cabovias	a) Expansão em municípios favorecendo aos serviços públicos e sociais	Cidades condicionem à concessão. Mesorregional. Royalties.	X		Ministério das Comunicações, Anatel
		b) Implantação cabovias Rodovia 367-MG	Minas Gerais	X		
DUTOVIAS	Dutovias	a) Possibilitar capilaridade em cidades por onde a dutovia passa e a cobrança de <i>Royalties</i> .	Br 101	X		Petrobrás, Ministério das Minas e Energia
PORTOS	Estudo de viabilidade de construção de portos e atracadouros	a) Estudo	Conceição da Barra Porto Seguro Santa Cruz Cabrália	X		Minist. dos Transportes, MMA, MI
ELETRICIDADE	Programa Luz para todos	a) Intensificar projetos. Instalação de rede trifásica.	Área rural e periferia de todos os municípios. Mesorregional.	X		Minist. das Minas e Energia

SANEAMENTO AMBIENTAL	Implantação e expansão de rede de esgoto urbana e rural	a) Criação de ETE b) Criação de ETA c) Expansão da rede esgoto	Área rural e urbana de todos os municípios. Mesorregional	X			MI, Ministério das Cidades
	Programa de Resíduos	a) Plano diretor de Limpeza urbana b) Capacitação das prefeituras em saneamento ambiental c) Revitalização das usinas de reciclagem	Área rural e urbana de todos os municípios. Mesorregional  Carai, Itaipé, Carbonita e Comercinho, Francisco Badaró	X			Ministério das Cidades
	Fortalecimento de programas integrados de abastecimento e revitalização de bacias	a) Recuperação de nascentes de captação de água e bacias hidrográficas b) Implementação do SISNAMA e Comitê de Bacias c) Ampliação do sistema de abastecimento e tratamento (ETA) de água nos municípios	Bacias Hidrográficas	X	X	X	ANA, MMA e SISNAMA E MI
Programa Emergencial de abastecimento de água	a) Carros pipa	Cidades identificadas pela defesa civil	X	X	X	Proagua, Defesa civil, MI, Estado, empresas de captação de água	
	b) Estudo de viabilidade de abastecimento e dessedentação	Em especial médio e baixo Jequitinhonha					
	c) Cisternas captação água de chuva zona rural	Municípios identificados.					
	d) preservação de nascentes e recuperação matas ciliares	Todos os municípios. MESORREGIONAL					

	Implantação de Usinas de reciclagem microregionais	a) Estudo técnico de usinas de reciclagem e possíveis aterros	Pinheiros Jacinto Araçuaí Diamantina Turmalina Itaobim Almenara Teófilo Otoni Águas Formosas Eunápolis Itamaraju Teixeira de Freitas	X	X	X	Ministério das Cidades
		b) Galpões de Pré-selecção em todos os municípios	Mesorregional				
HABITAÇÃO SOCIAL	PSH (Plano social Habitação)	a) Implantação do programa em todos os municípios possibilidade	Mesorregional	X	X	X	Ministério das Cidades
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO	Implantação Centros de Abastecimento regional Ceasa	a) Estruturas Ceasa na Br 101	São Mateus Eunápolis	X	X		MDA, MI, MAPA
		b) Centro de Abastecimento Br 116	Itaobim				
		c) Reestruturação Ceasa Teófilo Otoni	Teófilo Otoni				
APLs	Programa geração de emprego e renda	a) Pólos de APLs	Regiões de APLs	X			MI, SEBRAE, SENAI, IEL
		b) Regionalização observando a vocação regional e programas APLs					
	Criação de pólos de transformação	a) No foco da APLs criar pólos transformação regional	Pólos de APLs	X			MI, SEBRAE, SENAI, IEL
	Energias alternativas	APL Biodiesel Observar mercado Comprovar viabilidade técnica	Almenara e Araçuaí Teófilo Otoni Região Norte do Vale do Mucuri Itabela e Medeiros Neto Extremo norte do ES	X			Sebrae, mi, senai, iel, m. minas e energia, petrobras
TELEFONIA	Expansão da Telefonia fixa e celular	Cumprir a lei	Todos os municípios. Mesorregional	X			Ministério das Comunicações, Anatel
ZPE		ZPE (Zona de Processamento para Exportação)	Teófilo Otoni ZPE São Mateus (longo prazo)	X			

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS PREFEITOS DO NORTE / ES (APEN). Espírito Santo Norte, Edição Especial, 1º julho de 1999. p. 56; 60; 64; 68; 72; 76; 80; 92.

BAHIA. Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas. Bom para viver. Bom para investir. Folder [s/d].

BAHIA, Prefeitura Municipal de Itagimirim. Dados e Informações para estudantes. Administração Teoney Araújo Guerra. [s/d].

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. *Saúde da População Negra no Brasil*: contribuição para a promoção da equidade. Brasília: FUNASA, 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional: Programas de Desenvolvimento Regional, PPA 2004-2007.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Diagnóstico Sócio Econômico da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. (versão preliminar). Brasília-DF, novembro 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – MMA. Secretaria de Recursos Hídricos – SRH. Plano Diretor de Recursos Hídricos para os Vales do Jequitinhonha e Pardo. V.1, síntese, julho 1996.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERQUEIRA, César Augusto; SILVA, Vânia Cândida. Principais Causas de Morte na Mesorregião do Jequitinhonha. Uma abordagem descritiva e espacial. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos populacionais realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

CONCEIÇÃO DA BARRA-ES. Prefeitura Municipal. Folder.

CORAZZA, R. I. Inovação Tecnológica e Demandas Ambientais: Notas sobre o caso da Indústria Brasileira de Papel e Celulose. Campinas: IG/UNICAMP – dissertação de mestrado, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

DIAS, Reinaldo. *Planejamento do Turismo*: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DUARTE, Regina Horta (org.). *Teófilo Otoni – Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

- DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Atlas da Educação de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2005.
- GENTILI, Pablo. “Adeus à escola pública – a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação da maioria”. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão*. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatcart – Sistema de Recuperação de informações Georeferenciadas, 2003.
- MATOS, Ralfo. (Coord.) *Reestruturação sócio-espacial e desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha*. 3 v. Belo Horizonte: Laboratório de Estudos Territoriais – Leste: IGC/UFMG, 1999/2000. (Relatório de Pesquisa).
- MINAS GERAIS. Ruralminas - Fundação Rural Mineira, Colonização e Desenvolvimento Agrário. PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS PARA OS VALES DO JEQUITINHONHA E PARDO - VOLUME 1 – SÍNTESE. Disponível em: <<http://www.hidricos.mg.gov.br/planvale/relat07/v1sintes/item21.htm>>. Acessado em março de 2003.
- MOVIMENTO ALERTA CONTRA DESERTO VERDE. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/arquivo/2002>>. Acessado em: 03/05/2003.
- NAGLE, Jorge. “A educação na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. Vol. 2: Sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Difel, 1977. pp. 259-291.
- NARDOTO, Eliezer Ortolani. *São Mateus: história, turismo e cultura*. São Mateus: Edal Editora Atlântica, 2005.
- OLIVEIRA, Marcos Fábio. M. de et. al. *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros-MG, 2000. pp. 135-136.
- PLANO NACIONAL DE TURISMO. Disponível em <[www.embratur.gov.br](http://www.embratur.gov.br)> visitado em 8 de Agosto de 2005.
- POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003. (volumes 1 e 2).
- POCHMANN, Márcio. “Raízes da grave crise do emprego no Brasil”. In: FONTES, R. & ARBEX, M.A. *Desemprego e mercado de trabalho: ensaios teóricos e empíricos*. Viçosa: Ed. UFV, 2000.
- PRODETUR NORDESTE. Disponível em <[www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br)>. Acesso em: 08 de Agosto de 2005.
- Projeto Corredores Ecológicos: conectando pessoas e florestas. Síntese dos Encontros Regionais Realizados com os Municípios do Estado do Espírito Santo. Cariacica-ES, 2005.

REZENDE, L. P. Fontes; CUNHA, M. S. da. As causas das desigualdades no rendimento mensal dos chefes de domicílios do Estado de Minas Gerais. Mestrado em Economia – PME/UEM. Disponível em: <[www.sebraenet.com.br](http://www.sebraenet.com.br)>. Acesso em: 03/05/2003.

RIBEIRO, Berta. *O Índio na História do Brasil*. São Paulo: Global, 2001.

RIST, Gilbert. *The History of Development: from western origins to global faith*. London & New York: Zed Books, 1997.

ROCHA, Georges Souto. Problemas Políticos, Sócio-econômicos e Ambientais de Grandes Projetos Energointensivos: O caso da Indústria de Celulose e Papel no Extremo Sul da Bahia. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/gt/energia/Georges%20Souto%20Rocha.pdf>>. Acesso em: março de 2003.

SANCHO, Amaparo. *Introdução ao Turismo. Organização Mundial do Turismo*. Traduzido por Dolores Marin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza & RODRÍGUEZ, César. “Introdução: para ampliar o cânone da produção”. In: SANTOS, B. de S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp. 23-77.

SÃO MATEUS-ES. Prefeitura Municipal. Guia de Turismo. Ano V, 2002.

SEBRAE. Perfil Empresarial de Eunápolis – Bahia, outubro 2001.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS – SEBRAE – MG. Diamantina: Diagnóstico Municipal - Belo Horizonte, abril de 2002.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. Perfil empresarial de Eunápolis. BAHIA, outubro, 2001.

SINGER, Paul. “Economia solidária: um modo de produção e distribuição”. In: SINGER, Paul e SOUZA, André R. De (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. pp. 11-28.

TEÓFILO OTONI-MG. Secretaria de Indústria Comércio e Turismo. Guia Turístico: ano do sesquicentenário, 2003. 34p.

<http://www.brasilchanel.com.br>

<http://www.cidades.mg.gov.br>

<http://www.ilo.org>

<http://www.indi.mg.gov.br>

<http://www.ipeadata.com.br>

<http://www.minasonline.com.br/cidades>

<http://www.sebrae.com.br>

## **PLANOS E PROGRAMAS PROPOSTOS E/OU EM EXECUÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA MESOVALES**

AMAJE (Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha). Plano de desenvolvimento do Território do alto Jequitinhonha. s. r.

AMEJE (Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha). PDRI-MEJE: Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Médio Jequitinhonha. s. r.

FJP/CEES (Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Econômicos e Sociais). Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – resumo Executivo. Belo Horizonte, setembro de 2004.

FJP/SEPLAN (Fundação João Pinheiro / Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral). Programa de Melhoria da Oferta de Água no Semi-Árido Mineiro: projeto de pequenas barragens nos vales dos rios Jequitinhonha, Pardo e Mucuri. Belo Horizonte, maio de 1996.

MPO/SEPRE (Ministério do Planejamento e Orçamento / Secretaria Especial de Políticas Regionais). Promoção do Desenvolvimento de Mesorregiões Diferenciadas: caracterização da Mesorregião Vale do Jequitinhonha /Mucuri. Brasília, dezembro de 1998.

UNIMONTES (Universidade Estadual de Montes Claros). Subsídios para o Plano de Desenvolvimento da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri / MESOVALES. Montes Claros, outubro de 2003.

## **RELAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS ELABORADOS PARA A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA MESOVALES**

ASTRESB (Articulação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Extremo Sul da Bahia). Agricultura Familiar no Extremo Sul da Bahia. s. r.

FJP (Fundação João Pinheiro). Vale do Jequitinhonha: documento para discussão. Belo Horizonte, maio de 1999.

SEPLAN. Perfil sócio-econômico da Macrorregião de Planejamento IX, Jequitinhonha/Mucuri. Vol. IX. Belo Horizonte, 1994.

## **RELAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS E PROGRAMAS DE ÁREAS ADJACENTES**

FJP/CEES (Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Econômicos e Sociais). Fórum da Região Norte de Minas: Agenda 2000. Belo Horizonte, 1994.

EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais). Programa de Irrigação da Região Mineira do Nordeste. Belo Horizonte, 1999.



Ministério da  
Integração Nacional